



RELATÓRIO E CONTAS 2024





Águas do Algarve, S.A.

Relatório e Contas de 2024

11 de Março 2025

Águas do Algarve, S.A.

Sociedade Anónima

Capital Social Realizado: 29.825.000 Euros

Matrícula n.º 4254 na Conservatória do Registo Comercial de Faro

Pessoa Coletiva n.º 505176300



SEDE SOCIAL:

Rua do Repouso, 10

8000-302 Faro

Telefone: 289 899 070

Sítio Eletrónico: www.aguasdoalgarve.pt

Correio eletrónico: geral.ada@adp.pt

FAZER A DIFERENÇA NA VIDA DAS PESSOAS

As empresas do Grupo Águas de Portugal desenvolvem atividades essenciais à vida humana, à saúde pública, à proteção do ambiente e ao desenvolvimento social e económico.

O esforço de infraestruturação e a implementação de modelos de governança adequados ao longo de 30 anos de existência do Grupo Águas de Portugal permitiram alcançar elevados padrões de qualidade, colocando Portugal entre os melhores desempenhos da Europa no que respeita a qualidade da água de abastecimento público e à cobertura dos serviços de saneamento.

São amplamente reconhecidos os progressos notáveis que Portugal registou no setor da água em três décadas deste roteiro de transformação.

Os impactos positivos da nossa atividade estão patentes na qualidade de excelência da água da torneira, na saúde e bem-estar, na qualidade das águas balneares, na preservação da biodiversidade, promovendo a economia circular, a valorização dos territórios e cidades mais sustentáveis

A Águas do Algarve, S.A. orgulha-se de contribuir para estes resultados e reafirma o seu compromisso de responder aos novos desafios para continuar a fazer a diferença na vida das pessoas.

ÍNDICE

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração.....	9
A- A Empresa	11
1. Quem somos.....	11
1.1. Missão, Visão e Valores.....	11
1.2. Descrição, atividade e presença.....	12
1.3. Cadeia de Valor.....	15
1.4. As nossas pessoas.....	16
1.5. Os nossos stakeholders.....	20
1.6. Estrutura acionista, Estrutura Organizacional e Órgãos Sociais	21
1.7. O propósito e os compromissos de Integridade e de Sustentabilidade.....	28
1.8. Carteira de Participações e Sucursais	31
1.9. Síntese de Indicadores	32
2. Reconhecimento / Prémios / Certificações.....	32
3. Destaques do ano / Principais acontecimentos.....	34
B- O Negócio	34
1. Linhas Estratégicas	34
1.1. Introdução	34
1.2. Orientações Estratégicas para o Mandato 2021 - 2024.....	34
1.2.1. Missão.....	34
1.2.2. Deveres e Responsabilidades da Administração.....	35
1.2.3. Orientações Estratégicas Gerais.....	35
1.2.4. Orientações Estratégicas Específicas	36
1.3. Objetivos e Indicadores de Desempenho anuais para a Águas do Algarve, S.A. para o mandato 2021-2024....	38
2. Enquadramento	39
2.1. A Envolvente.....	39
2.2. O Sector.....	40
2.3. A Regulação.....	45
3. O Negócio.....	48
3.1. Introdução.....	48
3.2. Água em Alta.....	49
3.3. Saneamento em Alta.....	58
3.4. Outros negócios.....	64
4. Sustentabilidade	64
4.1. Gestão do Risco	64
4.2. Atividade Operacional.....	70
4.2.1. Laboratório.....	70
4.3. Financeira.....	107
4.4. Investigação e desenvolvimento / Inovação	116
4.5. Eventos Posteriores ao Fecho	118
4.6. Cumprimento das Orientações Legais.....	119
C- Perspetivas Futuras.....	158
D- Considerações Finais.....	158
E- Proposta de Aplicação de Resultados	159
F- Contas do exercício de 2024	161
1. Informação geral.....	169
1.1. Identificação e atividade da empresa.....	169
1.2. Atividade económica	170
1.2.1. Atividade regulada	170
1.3. Aprovação das demonstrações financeiras.....	171

2.	Políticas contabilísticas.....	172
2.1.	Bases de apresentação.....	172
2.2.	Data de referência das demonstrações financeiras.....	172
2.3.	Conversão cambial.....	172
2.3.1.	Moeda funcional e de apresentação.....	172
2.3.2.	Transações e saldos em moeda estrangeira.....	172
2.4.	Direito de Utilização de Infraestruturas ("DUI") - Concessões.....	173
2.4.1.	Classificação da infraestrutura.....	173
2.4.2.	Reconhecimento e mensuração.....	173
2.4.3.	Amortizações.....	174
2.4.4.	Acréscimos de gastos de investimento contratual.....	174
2.4.5.	Desvio de recuperação de gastos (Défice / Superavit tarifário).....	174
2.4.6.	Rédito da construção.....	175
2.5.	Estimativas e julgamentos.....	175
2.6.	Eventos subsequentes.....	176
3.	Novas normas e alteração de políticas.....	176
3.1.	Alterações voluntárias de políticas contabilísticas.....	176
3.2.	Novas normas, interpretações e alteações, com data de entrada em vigor a partir de 01 de janeiro de 2024	176
3.3.	Novas normas e interpretações já emitidas, mas que ainda não são obrigatórias.....	176
3.4.	Normas em revisão.....	177
4.	Políticas de gestão de risco.....	178
4.1.	Fatores de risco.....	178
4.2.	Risco de mercado.....	178
4.2.1.	Risco de taxa de juro.....	178
4.2.2.	Risco de taxa de câmbio.....	179
4.2.3.	Risco do preço das matérias-primas (energia e combustíveis).....	179
4.3.	Risco de liquidez e de capital.....	179
4.4.	Risco de Crédito.....	181
4.5.	Risco de exploração.....	182
4.5.1.	Risco de catástrofe.....	182
4.5.2.	Risco regulatório.....	182
5.	Ativos intangíveis.....	182
5.1.	Políticas contabilísticas.....	182
5.2.	Estimativas e julgamentos.....	183
5.3.	Detalhe e movimento.....	184
6.	Ativos fixos tangíveis.....	185
6.1.	Reconhecimento e mensuração.....	185
6.2.	Estimativas e julgamentos.....	187
6.3.	Detalhe e movimento.....	187
7.	Locações.....	188
7.1.	Políticas contabilísticas.....	188
7.1.1.	Identificação de uma locação.....	188
7.1.2.	Contabilização nos locatários.....	189
7.2.	Estimativas e julgamentos.....	190
7.3.	Ativos sob direito de uso.....	191
7.4.	Passivos da locação.....	191
7.5.	Pagamentos da locação.....	192
8.	Outros ativos financeiros.....	192
8.1.	Políticas contabilísticas.....	192
8.2.	Detalhe.....	192
9.	Desvio de recuperação de gastos (Défice / Superavit tarifário).....	192

9.1.	Políticas contabilísticas.....	192
9.2.	Estimativas e julgamentos.....	192
9.3.	Detalhe e movimento.....	193
9.4.	Rendimento garantido.....	194
10.	Clientes.....	195
10.1.	Políticas contabilísticas.....	195
10.2.	Estimativa e julgamentos.....	198
10.3.	Detalhe e movimento.....	199
11.	Outros ativos.....	201
11.1.	Políticas contabilísticas.....	201
11.2.	Detalhe e movimento.....	201
11.2.1.	Estado e outros entes públicos.....	202
11.2.2.	Perdas por imparidade para outros ativos.....	202
12.	Inventários.....	202
12.1.	Políticas contabilísticas.....	202
12.2.	Detalhe e movimento.....	202
13.	Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.....	202
13.1.	Políticas contabilísticas.....	202
13.2.	Estimativas e julgamentos.....	203
13.3.	Detalhe.....	203
14.	Caixa e seus equivalentes.....	204
14.1.	Políticas contabilísticas.....	204
14.2.	Detalhe.....	204
14.3.	Outros Ativos financeiros.....	205
15.	Capital próprio.....	205
15.1.	Políticas contabilísticas.....	205
15.2.	Capital Social.....	205
15.3.	Resultado líquido por ação.....	206
15.4.	Reservas e outros ajustamentos.....	206
16.	Provisões, ativos e passivos contingentes.....	207
16.1.	Políticas contabilísticas.....	207
16.2.	Estimativas e julgamentos.....	207
16.3.	Detalhe e movimento.....	208
16.4.	Direitos e obrigações.....	210
17.	Acréscimos de gastos de investimento contratual.....	210
17.1.	Políticas contabilísticas.....	210
17.2.	Detalhe e movimento.....	210
18.	Subsídios ao investimento.....	211
18.1.	Políticas contabilísticas.....	211
18.2.	Detalhe e movimento.....	211
19.	Empréstimos.....	211
19.1.	Políticas contabilísticas.....	211
19.2.	Detalhe e movimento.....	212
20.	Fornecedores e outros passivos.....	214
20.1.	Políticas contabilísticas.....	214
20.2.	Detalhe.....	214
21.	Instrumentos financeiros por categoria do IFRS 9.....	215
22.	Rédito de contratos com clientes.....	216
22.1.	Políticas contabilísticas.....	216
22.2.	Detalhe.....	217
23.	Gastos das vendas.....	217
24.	Fornecimento e serviços externos.....	217
24.1.	Políticas contabilísticas.....	217

24.2. Detalhe	218
25. Gastos com pessoal.....	218
25.1. Detalhe	218
26. Amortizações e depreciações do exercício	219
27. Provisões e reversões do exercício.....	219
28. Perdas por imparidades e reversões do exercício.....	220
29. Outros gastos e perdas operacionais	220
30. Outros rendimentos e ganhos operacionais.....	220
31. Gastos financeiros.....	221
32. Rendimentos financeiros.....	221
33. Imposto sobre o rendimento	222
33.1. Políticas contabilísticas.....	222
Impostos diferidos	222
33.2. Detalhe e movimento.....	223
34. Saldos e transações com partes relacionadas.....	227
34.1. Partes relacionadas	227
35. Compromissos	228
36. Investimento Contratual.....	234
37. Honorários de auditoria e de revisão legal de contas.....	234
38. Outros assuntos.....	234
39. Eventos subsequentes	235
40. Glossário Financeiro e Técnico.....	237
41. Principais Diplomas Relativos ao Setor da Água e Saneamento Publicados em 2024.....	239
G- Anexos do Relatório e Contas	240

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração



Caros Acionistas,

Ao longo das últimas décadas a Águas do Algarve tem garantido uma resposta à altura das necessidades e expectativas da região, no que concerne o abastecimento de água para consumo humano e o saneamento das águas residuais para devolução ao meio ambiente, direcionando o seu foco para os elevados padrões de qualidade e segurança que tem demonstrado, os quais têm sido reconhecidos através de menções e prémios.

A empresa tem igualmente assumido um lugar de destaque na proteção do meio ambiente e preservação dos ecossistemas na região, procurando mitigar a sua pegada ecológica, através de investimentos e parcerias, implementando planos de comunicação e educação ambiental para um alargado espectro da população algarvia.

Por outro lado, devido ao aumento do consumo ao abastecimento público, e considerando também os efeitos provocados pelas alterações climáticas, passou a existir no Algarve uma situação de elevada escassez hídrica, a qual levou a Águas do Algarve a enfrentar mais um desafio, o de implementar medidas que objetivem conferir ao sistema uma maior resiliência, através da diversificação das origens de água, nas quais se incluem a capacitação do sistema para tratar água do mar. Acresce-se a isto a atribuição de uma nova utilidade às águas residuais tratadas, nomeadamente, através dos sistemas de Água para Reutilização, conseguindo-se desta forma manter os níveis de atendimento, e desempenho ambiental, fatores essenciais para o bem estar da população e para o desenvolvimento económico e turístico da região.

Assim, em consonância com o Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve, a Águas do Algarve avançou com o planeamento, a formação de contratos de empreitadas e nalguns casos já com a execução de soluções que garantam consumos necessários e existentes hoje, e cujos recursos não estavam a ser repostos anualmente. O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) é, para além de urgente e imprescindível para a região, um enorme desafio a vários níveis, nomeadamente:

- pelo valor previsto o qual à data ultrapassa os 284 milhões de euros,
- pela complexidade técnica que cada projeto representa per si na sua execução,
- pelo seu potencial de alteração do próprio funcionamento da empresa, no que concerne a estratégia de gestão de origens e disponibilidade de recursos, p.e., com a captação de água no Pomarão, a qual terá uma capacidade nominal de 30Hm³/ano,
- pelo tratamento de água para consumo humano a partir de uma Estação de Dessalinização de Água do Mar, com uma capacidade instalada prevista de 16Hm³/ano numa 1ª fase, mas já preparada do ponto de vista da sua infraestrutura de obra civil para o aumento da produção até 24Hm³/ano,
- pela reutilização de água proveniente do tratamento de águas residuais, que se destinava à rejeição para o meio ambiente, e que garantirá também uma poupança de recursos até 8Hm³/ano na sua primeira fase.

É neste contexto, que o Conselho de Administração encara com entusiasmo e confiança as perspetivas futuras da Águas do Algarve, acreditando que a Empresa estará capacitada para enfrentar estes grandes desafios, mas também consciente da necessidade do envolvimento dos seus acionistas e das várias entidades da Tutela que permitirão prosseguir tais objetivos.

No que concerne ao desempenho financeiro da empresa, o resultado líquido do exercício 2024 elevou-se a 1,8 milhões de euros positivos, comparando-se este com 2,0 milhões de euros positivos em 2023.

Do ponto de vista da posição financeira, há a relevar que a dívida total de clientes diminuiu 4,9% (-1,8 milhões de euros).

Relativamente à dívida vencida total registou-se igualmente uma redução de 2,1% (-295,3 mil euros), sendo que relativamente à dívida vencida em contencioso não se verificaram alterações de 2022 para 2024.

Por outro lado, a Águas do Algarve, reduziu o seu nível de endividamento em 2024 face a 2023 no montante de 3,8 milhões de euros.

Ainda e relativamente aos Ativos da empresa o triénio 2022-2024 foi marcado por uma intensificação do volume de investimentos na região, com um total de 57,7 milhões de euros, significando isto um aumento de 32,3 milhões de euros face ao triénio anterior.

Tendo sido esta tendência de crescimento verificada no último triénio positiva, para o próximo triénio de 2025-2027 está planeado um aumento sem precedente do investimento: na ordem dos 137,3 milhões de euros para 2025, 190,9 milhões de euros em 2026 e 62,8 milhões de euros em 2027. Este aumento é maioritariamente por efeito de medidas que visam o fortalecimento da resiliência do sistema, indo gerar um aumento de 51,5% nos ativos da empresa.

Finalmente, uma palavra de apreço aos acionistas, aos meus colegas de equipa de gestão, aos órgãos de fiscalização e demais entidades públicas e privadas e, especialmente, a todos os trabalhadores da Águas do Algarve os quais, não obstante todas as dificuldades, souberam, e saberão, responder com determinação e responsabilidade aos novos desafios que lhes foram, e lhes continuarão a ser, colocados no exercício da missão de serviço público prestado pela Águas do Algarve.

Maria Isabel Fernandes da Silva Soares
(Presidente do Conselho de Administração)

A- A Empresa

I. Quem somos

A Águas do Algarve, S.A. constituída pelo Decreto-Lei n.º 168/2000, de 5 de agosto encontra-se numa fase de alteração do seu caminho Empresarial, tendo sido assinado um novo Contrato de Concessão (CC), no dia 24/07/2019, para o período 2019-2048. Atendendo ao ponto I da Clausula 1.ª do CC, o Concedente atribuiu à Águas do Algarve, S.A. nos termos desse contrato e do Decreto-Lei n.º 93/2019, de 15 de julho, a concessão da exploração e da gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Algarve (adiante abreviado por Sistema), criado pelo artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 93/2019, de 15 de julho, que consubstancia um serviço público a exercer em regime de exclusivo.

I.1. Missão, Visão e Valores

Missão

A Águas do Algarve, S.A., tem como missão, garantir o abastecimento de água para consumo humano e o tratamento de águas residuais de acordo com os mais elevados padrões de qualidade e fiabilidade, num quadro de sustentabilidade económica, social e ambiental, assumindo o compromisso de:

- Respeitar as normas mais exigentes do sector, apostando sempre numa perspetiva de melhoria contínua dos padrões de qualidade inerentes aos seus processos;
- Minimizar os consumos de recursos naturais e transformados, permitindo a aplicação de tarifas equilibradas;
- Adequar os recursos técnicos e humanos necessários ao desenvolvimento da sua atividade e compromissos assumidos e;
- Contribuir para a melhoria da saúde pública e do ambiente da região em que se insere, adotando políticas e práticas cada vez mais responsáveis.

Visão

Ser reconhecida como referência Empresarial no setor, pela qualidade do serviço que presta, pela competência profissional e pelos valores que pratica.

Valores

A Águas do Algarve, S.A. tal como o grupo AdP tem como valores centrais:

- Espírito de Servir;
- Excelência;
- Integridade;
- Responsabilidade;
- Rigor.

E rege-se pelos seguintes Princípios:

- Respeito e proteção dos direitos humanos;
- Respeito pelos direitos dos trabalhadores;
- Luta contra a corrupção;
- Erradicação de todas as formas de exploração;
- Erradicação de todas as práticas discriminatórias;

- Responsabilidade na defesa e proteção do meio ambiente;
- Contribuição para o desenvolvimento sustentável.

1.2. Descrição, atividade e presença

O Sistema abrange geograficamente os 16 municípios da região do Algarve, nomeadamente: Albufeira, Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Olhão, Monchique, Portimão, São Brás de Alportel, Silves, Tavira, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António.

Este Sistema é dos investimentos mais importantes dos últimos anos no Algarve, do ponto de vista do desenvolvimento sustentável, da diversidade e complexidade técnica bem como da dimensão e extensão do investimento na Região. A totalidade dos investimentos efetuados pela Águas do Algarve, S.A. até ao final de 2024 é de 727,0 milhões de euros (não incluindo o valor da integração das barragens de Odeleite e Beliche e os valores relativos aos Ativos sob Direito de Uso).

Sistema de Abastecimento de Água



O Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Algarve (SMAASA) tem a concessão para a captação, tratamento e adução de água, em alta, para a garantia do abastecimento público de água à região do Algarve., assegurando elevados níveis de qualidade, mediante a implementação de tecnologias avançadas de tratamento e com um rigoroso controlo e monitorização dos processos.

A eficiência e resiliência do SMAASA é fundamental para o Algarve e um fator decisivo para o dinamismo socioeconómico, sendo que a garantia de elevados padrões de qualidade da água para o abastecimento público, constitui um critério diferenciador para o dinamismo socioeconómico da região, nomeadamente para a indústria do turismo, sector industrial e serviços.

Nas duas últimas décadas a AdA tem tido especial foco na melhoria da adaptação do Sistema Multimunicipal à escassez hídrica. Nesse sentido, têm vindo a ser realizados investimentos significativos, quer ao nível estrutural, quer ao nível da implementação de novas estratégias de gestão. Desde a construção de infraestruturas que permitiram a utilização de novas origens de água, a soluções para maximizar a capacidade de redundância e flexibilidade de gestão do nosso Sistema Multimunicipal.

A implementação deste conjunto de Medidas Estruturais e Estratégias de Gestão conferem atualmente ao Sistema Multimunicipal, uma melhor capacidade de Gestão do Risco, e uma maior Robustez e Resiliência do abastecimento público de água à região do Algarve, melhorando a nossa capacidade de resposta a eventuais situações de contingência e emergência, e num contexto de elevada eficiência hídrica.

Este é um trabalho permanente, e atualmente a AdA encontra-se numa nova etapa de forte implementação de novas soluções, com vários projetos e investimentos em curso.

A implementação das atividades associadas ao Programa Ambiental das Origens de Água, é também uma das missões da GOA. Na estruturação deste Programa Ambiental, foi entendimento da AdA que as ações a desenvolver seriam tanto mais eficazes quanto maior fosse o seu impacto positivo na biodiversidade, o seu potencial científico, educacional e interpretativo e a sustentabilidade socioeconómica, isto é, medidas cujos efeitos perdurem no médio e longo prazo.

Neste contexto a Conservação do Lince Ibérico tem tido especial relevância, dado que a principal origem de água do Algarve se localiza numa região histórica de presença desta espécie. Devem também destacar-se os projetos associados à requalificação de galerias ripícolas, e à valorização e preservação de ecossistemas ribeirinhos na Região do Algarve, nomeadamente na Bacia do Arade.

Nestes programas ambientais está em curso o Projeto Falanges, com foco na preservação de três espécies de peixes endémicas do Sudoeste de Portugal, todas com estatuto de conservação: a Boga-do-Sudoeste (*Iberochondrostoma almaca*), o Escalo-do-Arade (*Squalius aradensis*); e o Barbo do Sul (*Barbus sclateri*). Este é um relevante projeto de conservação, com ações ex situ, com vista à investigação, manejo e proteção destas três espécies de Ciprinídeos, e posteriores ações de repovoamento, in situ, no seu local de origem, a Bacia do Arade. Prevê também a inclusão de atividades de monitorização ecológica, de ictiofauna e vegetação ripícola, avaliando a qualidade de refúgios térmicos adequados à salvaguarda das populações endémicas de peixes, como forma de garantir a conservação de espécies vulneráveis e ameaçadas e o aumento da sua resiliência e a preservação dos ecossistemas ribeirinhos face aos efeitos gerados pelas alterações climáticas.

O Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Algarve – Sistema de Abastecimento de Água é composto atualmente pelas infraestruturas constantes do quadro seguinte:

Infraestruturas do Sistema de Abastecimento de Água	Quantidade
Estações de Tratamento de Água (ETA)	4
Estações elevatórias	39
Pontos de Entrega	81
Reservatórios	19
Barragens	3
Adutor [km]	529

Quadro 1- Infraestruturas do Sistema de Abastecimento de Água para Consumo Humano

Relativamente ao número de Estações Elevatórias, deverá ser referido que ao contrário do definido nos indicadores da ERSAR para Avaliação da Qualidade dos Serviços de Águas e Resíduos, nomeadamente o dAA32ab, foram contabilizados todos os grupos elevatórios que apesar de se encontrarem no mesmo edifício bombeiam para destinos diferentes.

Salienta-se que o comprimento de adutora reportado tem em conta as adutoras de água bruta que passaram para gestão direta desta Sociedade.

Sistema de Saneamento de Águas Residuais



O Sistema de Saneamento de Águas Residuais (SSAR) permite recolher, tratar e devolver ao meio ambiente as águas residuais tratadas nas ETAR que integram a concessão.

As condições de funcionamento das infraestruturas que integram o SSAR são da maior importância para o Algarve, na medida em que tal contribui para as exigências ambientais e de tratamento das águas residuais, para a qualidade dos meios recetores, nomeadamente as zonas húmidas e as águas balneares, essencial às atividades económicas da região, bem como para a produção e fornecimento de Água para Reutilização (ApR).

Este sistema, em termos de desenvolvimento de projetos e obras, teve início em 2003 e, atualmente, estão em exploração as infraestruturas constantes do seguinte quadro.

Quadro 2 – Infraestruturas do Sistema de Saneamento de Águas Residuais

Infraestruturas do Sistema de Saneamento de Águas Residuais	Quantidade
ETAR	79
Estações elevatórias	194
Coletor Gravítico [km]	272.2
Conduta Elevatória [km]	208.8
Reutilização [km]	18.6

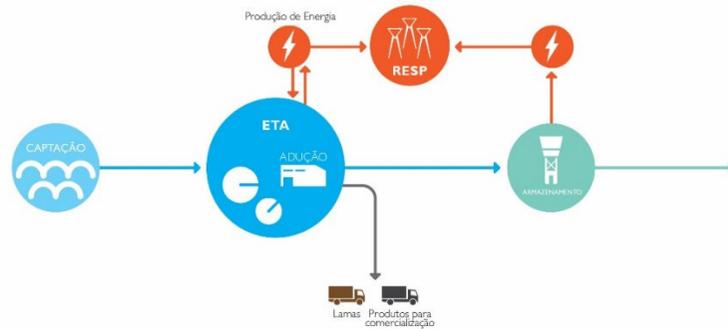
No ano de 2024 entraram em serviço duas estações elevatórias de águas residuais, nomeadamente a EEAR de Palazim a 2024/06/13 e a EEAR do Rogil a 2024/07/01, sendo que com a entrada em funcionamento desta última EEAR foi desativada a ETAR do Rogil.

No ano de 2022, foi integrada no sistema de saneamento a ETAR do Autódromo, no entanto não entrou em funcionamento, estando atualmente a AdA, S.A. a preparar um procedimento pré-contratual para a adjudicação de empreitada de reabilitação que permitirá a colocação em serviço desta instalação.

Tratando-se de património da Águas do Algarve, S.A. a mesma encontra-se contabilizada no Quadro acima.

I.3. Cadeia de Valor

OPERAÇÃO ÁGUA



Captação
Recolha de água, superficial ou subterrânea, no meio hídrico. Pode incluir a atividade de elevação.



ETA - Estação de Tratamento de Água
Tratamento
Correção das características físicas, químicas e bacteriológicas da água, de forma a torná-la adequada para o consumo humano.

Adução
Transporte de água em alta, podendo incluir as atividades de elevação e de armazenamento.

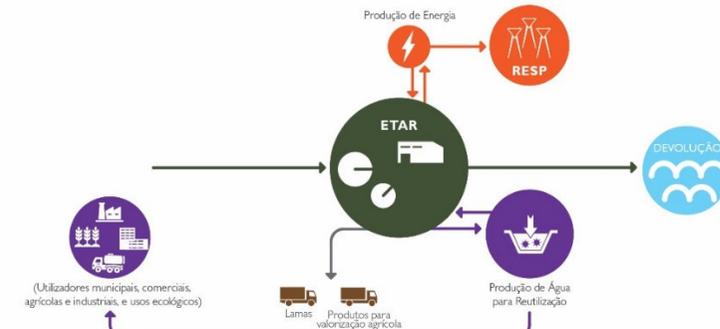


Produção de energia
Produção de energia elétrica de fontes hídrica e fotovoltaica.



Armazenamento
Armazenamento de água de forma a assegurar a continuidade de funcionamento da(s) rede(s) de abastecimento.

OPERAÇÃO SANEAMENTO



Transporte
Transporte das águas residuais desde o ponto de recolha até às unidades de tratamento de águas residuais. Pode incluir a atividade de elevação.



ETAR - Estação de Tratamento de Águas Residuais
Tratamento e Valorização
Correção das características físicas, químicas e biológicas tendo em consideração o destino final da água residual tratada. Valorização de subprodutos dos processos de tratamento.

Produção de água para reutilização
Produção de água para reutilização para usos internos e usos externos compatíveis. Pode incluir a atividade de armazenamento e elevação.



Produção de energia
Produção de energia elétrica de fonte renovável (fotovoltaica).



Devolução
Devolução ao meio hídrico das águas tratadas que não são reutilizadas.

ALTA

BAIXA

ALTA

1.4. As nossas pessoas

De modo a assegurar o desempenho cabal da sua missão, que se centra em áreas marcadamente de serviço público, a Águas do Algarve, S.A. necessita de quadros muito qualificados, o que torna mais exigente a política de recursos humanos da Empresa, que tem de estar orientada para a valorização dos colaboradores e para a sua motivação através de níveis cada vez mais elevados de satisfação.

Caracterização dos recursos humanos da Águas do Algarve, S.A.

No exercício da sua missão, a Águas do Algarve, S.A. tem optado, ao longo dos anos, por utilizar recursos internos para as tarefas de operação ligadas ao tratamento e abastecimento de água, e utilizar recursos externos e internos, desde 2018, para as tarefas de operação de recolha e tratamento de águas residuais, bem como para as tarefas de manutenção dos equipamentos, quer sejam de água, quer de saneamento.

Tendo consciência que o setor de atividade em que a Águas do Algarve, S.A. se insere, e o território onde atua, acarretam exigências muito fortes quanto à qualidade do produto fornecido (água para consumo humano) e qualidade dos serviços prestados (tratamento de águas residuais) numa região (Algarve) basilar para a economia nacional, está implementada a opção de dotar a Empresa de um departamento laboratorial de excelência, com recursos materiais e humanos próprios, altamente especializados, capazes de controlar todos os processos ligados ao ciclo completo da água, levando a que a Águas do Algarve, S.A. tenha sido pioneira em Portugal na obtenção da certificação, segundo normas internacionais, do produto Água por si abastecida.

Como resultado desta estratégia, no final do ano, os trabalhadores da Águas do Algarve, S.A. repartem-se pelas seguintes áreas:

Colaboradores por áreas (excluindo órgãos sociais)	2024	2023	2022
Abastecimento	72	71	71
Saneamento	33	29	31
Laboratórios	36	35	35
Estrutura	61	60	60
Cedidos + Licenças sem retribuição	0	0	0
Total	202	195	197

Quadro 3 - Colaboradores por área (excluindo órgãos sociais)



Gráfico 1 - Colaboradores por área (%)

Em 31 de dezembro de 2024 o número total de colaboradores na situação de efetividade situou-se em 198 acrescido de 4 colaboradores em situação de contrato a termo no âmbito da RCM26-A de 2024, que aprovou as medidas de mitigação dos efeitos da situação de seca verificada no Algarve.

De acordo com a aprovação do PAO 2024 a empresa tinha 6 processos de recrutamento em curso (2 para os Sistemas de Informação, 2 para a Direção de Operações Água, 1 para a Direção de Exploração Saneamento - ApR, 1 para a Direção de Gestão de Ativos - PRR) sendo expectativa da empresa que estes 6 processos de recrutamento estejam concretizados até ao final o 1º semestre deste ano de 2025.

A estrutura etária dos colaboradores da Empresa tem a idade média de 46 anos e é dominada pela faixa etária dos 45 aos 49 anos.

Colaboradores por níveis etários	2024	2023	2022
Entre 18 e 24 anos	6	1	1
Entre 25 e 29 anos	12	10	10
Entre 30 e 34 anos	10	11	11
Entre 35 e 39 anos	14	15	21
Entre 40 e 44 anos	43	4	44
Entre 45 e 49 anos	64	98	57
Entre 50 e 54 anos	26	26	24
Entre 55 e 59 anos	15	18	14
Mais de 59 anos	12	12	15
Total	202	195	197

Quadro 4 - Colaboradores por níveis etários



Gráfico 2 - Colaboradores por níveis etários (%)

Em 2024 a distribuição dos colaboradores, ao nível dos géneros, revela uma repartição predominante do sexo masculino:

Colaboradores por género (excluindo órgãos sociais)	2024	2023	2022
Homens	122	116	119
Mulheres	80	79	78

Total

202

195

197

Quadro 5 - Colaboradores por género (excluindo órgãos sociais)



Gráfico 3 - Colaboradores por género (%)

Em 2024 a Empresa continuou a evidenciar um nível elevado de qualificação dos seus colaboradores, sendo o peso dos colaboradores com grau de ensino superior de cerca de 62%.

Grau académico dos colaboradores	2024	2023	2022
Ensino Básico ou inferior	23	25	28
Ensino Secundário	54	50	49
Ensino Superior (a)	125	120	120
Total	202	195	197

Quadro 6 – Habilitações literárias dos Colaboradores (excluindo órgãos sociais)



Gráfico 4 - Grau académico dos colaboradores (%)

O quadro seguinte resume os indicadores de tempo de 2024:

Tempo de trabalho dos colaboradores (excluindo órgãos sociais)	2024	2023	2022
Potencial de horas de trabalho (1)	400.240	380.832	329.848
Horas efetivas trabalhadas (sem HS) (2)	366.460	328.598	328.270
Horas não trabalhadas (sem férias) (3)=(1)-(2)	13.350	18.300	12.966
Horas de trabalho suplementar (HS)	2.383	2.006	1.579
Taxa de Absentismo	3,64%	4,81%	3,93%

Quadro 7 - Tempo de trabalho dos colaboradores (excluindo órgãos sociais)

Motivos do absentismo (excluindo órgãos sociais)	2024	2023	2022
Acidentes de trabalho	879	1.203	200
Doença	10.284	8.558	4.654
Suspensão disciplinar	-	-	0
Assistência a familiares	1.593	1.184	1.346
Maternidade/paternidade	1.981	3.246	4.160
Outras causas	6.325	4.110	2.607
Total	21.062	18.300	12.966

Quadro 8 - Motivos do absentismo (excluindo órgãos sociais)

Constata-se que, no ano de 2024, o nível de absentismo diminuiu, essencialmente, em resultado das horas relacionadas com acidentes de trabalho e maternidade/paternidade.

Formação profissional

A qualificação dos recursos humanos constitui uma das prioridades da Águas do Algarve, S.A., por se considerar que a melhoria dos níveis de qualificação se revela de importância estratégica para sustentar um novo modelo de desenvolvimento, baseado na inovação e no conhecimento.

Em 2024 foi dada maior incidência às formações técnicas, bem como, a formação de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas e cursos de Cibersegurança.

A formação proporcionada em 2024 vem detalhada no quadro abaixo:

Número de horas de formação (excluindo órgãos sociais)	2024	
	Horas	%
Internas	629	14%
Externas	3.863	86%
Total	4.492	

Quadro 9 - Número de horas de formação (excluindo órgãos sociais)

Seguro de saúde e seguro de vida

A 31 de dezembro de 2024, todos os colaboradores da Empresa estavam abrangidos por um seguro de saúde, extensível aos respetivos cônjuges não separados de pessoas e bens ou equiparados (pessoas em união de facto com o trabalhador) e filhos ou equiparados enteados ou adotados). Os filhos, enteados ou adotados serão excluídos da apólice na data da renovação desta ocorrida imediatamente após completarem 25 anos de idade, exceto se, cumulativamente, permanecerem no agregado familiar do trabalhador, forem portadores de deficiência, ou doença crónica, que confira grau de incapacidade permanente, e não auferirem remuneração. Nestes casos a exclusão da apólice ocorre na data da renovação desta ocorrida imediatamente após completarem 30 anos de idade.

A Empresa proporciona ainda a todos os colaboradores um seguro de vida.

Segurança no trabalho

A promoção de um ambiente de trabalho seguro e saudável para todos os que, direta ou indiretamente, consigo trabalham é uma prioridade da Águas do Algarve, S.A. que continua empenhada na melhoria das condições de trabalho e na prevenção de acidentes, em 2024 destaca-se as seguintes ações:

- ❖ Acompanhamento da medicina no trabalho: No âmbito da medicina no trabalho o médico esteve presente nas instalações da Empresa para acompanhamento dos trabalhadores, cerca de 12h/mês, tendo sido realizadas 24 visitas;
- ❖ Baixo índice de sinistralidade: foram registados 10 (dez) acidentes em 2024, que originaram 228 dias de baixa. Embora os acidentes tenham aumentado ligeiramente face a 2023 onde foram registados 8 acidentes, os dias de baixa mantiveram um valor similar, pelo que se tratou de acidentes menos graves e/ou que requeriam um menor número de dias de baixa.
- ❖ Formação: foram realizadas diversas ações de formação no âmbito da SST (37 ações de formação), mais 18 ações que em 2023, com especial relevância para as ações sobre trabalhos em altura, produtos químicos perigosos, agentes biológicos, num total de 584 horas de formação em SST. Estas ações ministradas em diversas instalações da Empresa contaram com a participação de cerca de 88 formandos da AdA (abrangendo 59 trabalhadores). Foram ainda realizados 9 simulacros instalações diferentes, valor bastante superior aos 2 simulacros de 2023.

1.5. Os nossos stakeholders

A Águas do Algarve, S.A. está consciente das suas responsabilidades enquanto entidade prestadora de um serviço de interesse público que interage com vários parceiros, os quais, direta ou indiretamente constituem partes interessadas no desempenho da sua atividade.



Deveres especiais de prestação de informação

A Águas do Algarve, S.A. cumpre todas as obrigações legais, estatutárias e contratuais em matéria de divulgação de informação, de acordo com o princípio da transparência e assegurando o cumprimento dos deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de *stakeholders*.

1.6. Estrutura acionista, Estrutura Organizacional e Órgãos Sociais

Estrutura acionista

A Águas do Algarve, S.A. é uma sociedade anónima de capitais públicos, com um capital social integralmente realizado de 29.825.000 euros. No final de 2023 o capital da sociedade estava repartido com a seguinte distribuição:

Acionistas	Ações			
	Quantidade	Valor	Classe	%
Águas de Portugal, SGPS, SA	3.247.447	16.237.235	A + B	54,44%
Município de Albufeira	289.270	1.446.350	A + B	4,85%
Município de Alcoutim	17.236	86.180	A	0,29%
Município de Aljezur	34.046	170.230	A	0,57%
Município de Castro Marim	32.787	163.935	A	0,55%
Município de Faro	409.788	2.048.940	A + B	6,87%
Município de Lagoa	187.813	939.065	A + B	3,15%
Município de Lagos	202.726	1.013.630	A + B	3,40%
Município de Loulé	338.797	1.693.985	A	5,68%
Município de Monchique	25.718	128.590	A	0,43%
Município de Olhão	230.791	1.153.955	A	3,87%
Município de Portimão	369.206	1.846.030	A + B	6,19%
Município de São Brás de Alportel	49.607	248.035	A + B	0,83%
Município de Silves	222.439	1.112.195	A + B	3,73%
Município de Tavira	135.680	678.400	A	2,27%
Município de Vila do Bispo	53.605	268.025	A + B	0,90%
Município de Vila Real de Santo António	118.044	590.220	A	1,98%
Totais	5.965.000	29.825.000		100,00%

Quadro 9 - Estrutura Acionista AdA

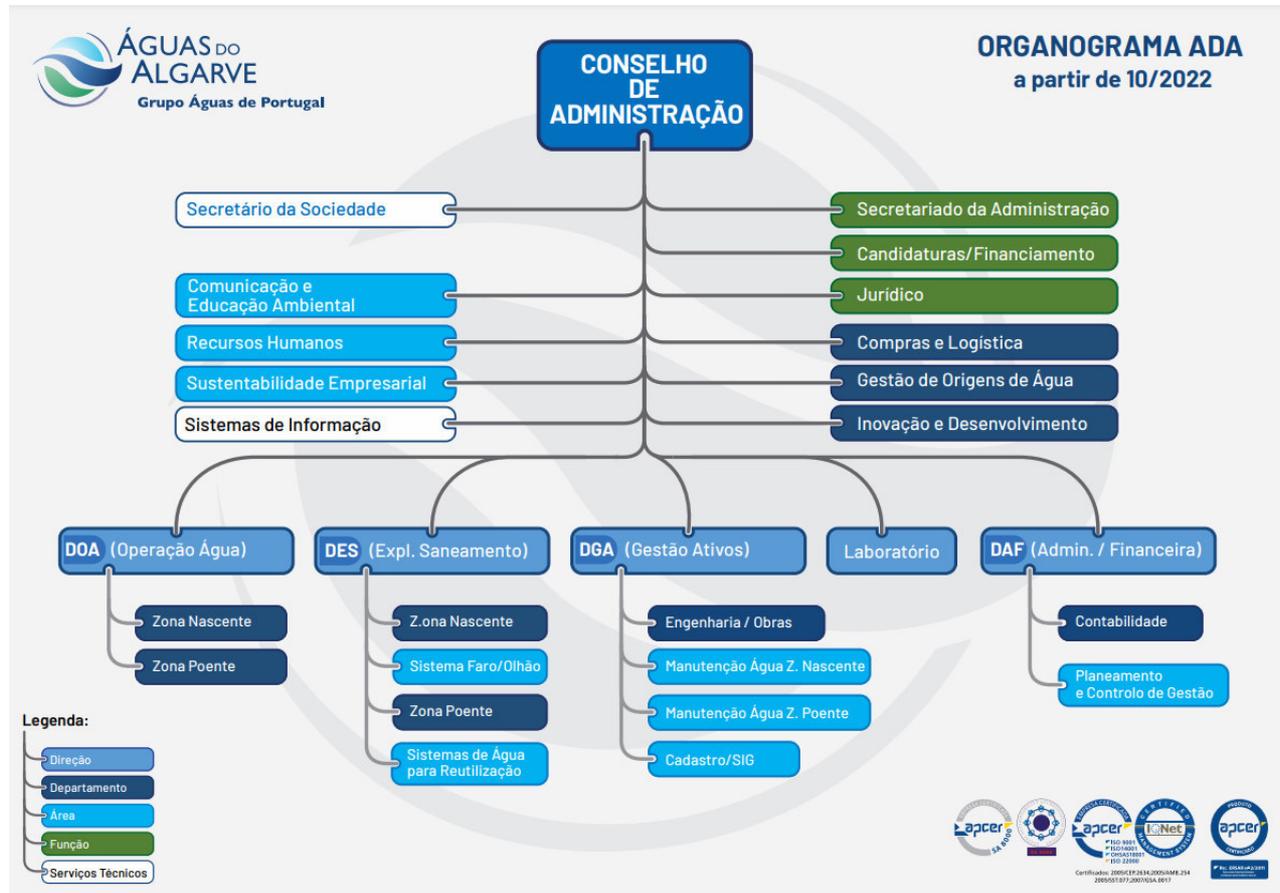
Em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 448.º do código das sociedades comerciais, informa-se que na data do encerramento do exercício social o acionista Águas de Portugal, SGPS, S.A. detinha uma participação igual ou superior a 10%, mais precisamente 3.247.447 ações com o valor nominal de 5,00€ (cinco euros), correspondentes a 54,44% do capital social da Águas do Algarve, S.A.

Nos termos do artigo 66.º do código das sociedades comerciais, cumpre informar que no exercício de 2023:

- A sociedade não tem ações próprias;
- Não se registaram quaisquer negócios entre a sociedade e os seus administradores.

Estrutura organizacional

A Águas do Algarve, S.A. está organizada em cinco direções, nove departamentos, nove áreas funcionais e de suporte e dois serviços técnico.



Para o desempenho das suas atividades, a Águas do Algarve, S.A. conta atualmente com um conjunto de unidades orgânicas, operacionais e de estrutura, para apoio à gestão e exploração de ambas as áreas de negócio da Empresa, abastecimento de água e saneamento de águas residuais. Descrevem-se, de seguida as principais características:

Direção de Operação Água – DOA

Assegura o fornecimento, a cada um dos utilizadores, da água necessária à satisfação das suas necessidades em termos de quantidade, qualidade, segurança da água, constância e pressão, até aos volumes máximos diários que o sistema esteja, em cada momento, em condições de fornecer, tendo em atenção o dimensionamento do sistema e as necessidades dos respetivos utilizadores. Coordena o sistema de segurança alimentar, avaliando e controlando continuamente os riscos para a saúde pública, com origem no consumo de água, implementando medidas de prevenção e monitorização eficazes.

Direção de Exploração Saneamento - DES

Assegura o serviço de recolha, tratamento e rejeição de efluentes canalizados pelos utilizadores, cujo destino seja o sistema, bem como o tratamento, elevação e adução de Água par Reutilização (ApR) de forma regular, contínua e eficiente, em proteção da saúde pública, do bem-estar das populações, da acessibilidade ao serviço, da proteção do ambiente e da satisfação das necessidades dos utilizadores de ApR, contribuindo para o desenvolvimento regional e o ordenamento do território, bem como para alcançar as metas previstas nos planos e programas nacionais e as obrigações decorrentes das

normas da União Europeia, nos termos da legislação em vigor, contratos com os utilizadores e contrato de concessão. Participa ativamente em estudos e projetos que visem a melhoria dos processos do ponto de vista técnico, económico, social e ambiental, designadamente a nível do controlo de processo e valorização de subprodutos da sua atividade, como sejam as lamas de depuração e a ApR.

Direção de Gestão de Ativos – DGA

Assegura a conceção e construção de todos os órgãos necessários à captação, tratamento e adução de água para abastecimento e à recolha, tratamento e rejeição de efluentes, incluindo a instalação de condutas e a conceção e construção de estações elevatórias e de tratamento, a respetiva reparação e renovação de acordo com as exigências técnicas e com os parâmetros sanitários exigíveis, cumprindo a legislação aplicável. Responsável por manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, os bens e meios afetos à concessão, efetuando para tanto a manutenção preventiva, as reparações, renovações e adaptações necessárias ao bom desempenho do serviço público.

Função Candidaturas/Financiamentos:

Compete à Função Candidaturas e Financiamentos a responsabilidade pela instrução, acompanhamento e coordenação administrativa e financeira do conjunto de projetos co-financiados desenvolvidos pela AdA, ao abrigo de diversos programas, seja na área de investimentos (PRR e POSEUR), seja na área de Cooperação transfronteiriça, SIFIDE, Inovação e Desenvolvimento, ou outros.

É uma função transversal, desenvolvida com autonomia, e em cooperação com as várias áreas funcionais da empresa.

Reporta diretamente à Administração sendo o ponto de contacto entre a AdA e as entidades financiadoras externas, nacionais e comunitárias.

Direção Administrativa e Financeira – DAF

A Direção estrutura-se em três áreas de atividade: uma área de Contabilidade e Tesouraria, uma de Planeamento e Controlo de Gestão, e uma de Gestão de Frota.

A Direção assegura a gestão financeira e contabilística da Empresa, de acordo com a estratégia da Administração e autonomia delegada, de forma a contribuir para o cumprimento dos objetivos da Águas do Algarve, S.A. e a sua otimização financeira. Garante o cumprimento das obrigações fiscais da Empresa. É responsável por assegurar a prestação da correta informação de gestão aos órgãos decisores para a adequada tomada de decisão, assim como por propor a implementação de medidas corretivas. Elabora o orçamento anual e o respetivo controlo orçamental mensal. Garante ainda a atualização do Estudo de Viabilidade Económico-Financeira da Empresa. Contribui, em colaboração com as restantes áreas da Empresa, na preparação e prestação de toda a informação necessária de modo a promover e controlar o cumprimento das obrigações perante o concedente e das obrigações perante os acionistas e entidades oficiais.

É responsável pela elaboração e controlo do Plano Anual de Compras da Empresa em articulação com o Departamento de Compras e Logística.

A Gestão de Frota tem a responsabilidade de garantir uma Gestão eficiente e eficaz do parque de viaturas da AdA.

Departamento de Compras e Logística - DCL

É responsável pelo “Processo de Compras”, e todas as atividades/tarefas que lhe são inerentes, com respeito pela atual legislação que regula todo o processo de compras públicas – Código dos Contratos Públicos – por transposição, para o normativo nacional, das diretivas comunitárias 2014/23/UE – relativa à adjudicação de contratos de concessão, 2014/24/UE – relativa aos contratos públicos, 2014/25/UE – relativa aos contratos público celebrados pelas entidades que operam nos setores da água, da energia, dos transportes e dos serviços postais e posteriores alterações e retificações.

Gestão das Origens de Água – GOA

Departamento que assegura, com os poderes delegados pela Administração, a gestão e exploração direta das infraestruturas das Origens de Água do SMAASA, entre elas três Grandes Barragens de Classe I do Regulamento de Segurança de Barragens, a barragem de Odelouca (localizada no concelho de Monchique/Silves), a de Odeleite e a de Beliche (no concelho de Castro Marim) e os seus Sistemas Primários de Captação e Adução, localizados quer em Concelhos da região do Barlavento quer do Sotavento Algarvio.

A GOA coordena e garante o controlo e fiabilidade dos processos e atividades de Segurança de Barragens, Captação de Água, e sua Adução às Estações de Tratamento de Água, contribuindo para a garantia da produção de água para abastecimento público, na quantidade e qualidade definida. Em consonância com as orientações provenientes da Administração da AdA, apoia na articulação com as várias entidades com competências no território, na área da gestão de recursos hídricos, nas questões associadas à melhoria de eficiência hídrica e salvaguarda de disponibilidades de água, e sua qualidade, para a captação pelo SMAASA.

Estes Sistemas Primários integram várias Estações Elevatórias de Água, dezenas de quilómetros de condutas de grandes diâmetros (2,5m) e seus órgãos de manobra; várias dezenas de câmaras de ventosas e descargas de fundo; diversos túneis; reservatórios; Câmaras de Válvulas Principais e seus equipamentos.

Assegura ainda a gestão de cerca de 20 captações subterrâneas do Sistema do Barlavento, dispersas por vários subsistemas/aquíferos desta região do Algarve (e por diversos Concelhos), estando prevista a integração de mais de uma dezena de novas captações, nos próximos anos.

Laboratório – LAB

O Laboratório apoia a operação dos Sistemas Multimunicipais de Abastecimento de Água e de Saneamento de águas residuais, maioritariamente na área de planeamento e execução de planos de monitorização da qualidade da água. Assegura o escrupuloso cumprimento dos planos legais aplicáveis às águas para consumo humano, através da definição, implementação e acompanhamento do Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), no Abastecimento, dos Planos de Autocontrolo de Águas Residuais (PAAR), para cumprimento dos parâmetros de descarga no saneamento de águas residuais, dos planos para cumprimento dos Contratos de Concessão (PAQA), para utilização dos recursos hídricos, nas licenças de captação de águas subterrâneas e superficiais (PAQA), nas licenças de produção de Água para Reutilização (ApR), bem como dos Planos Operacionais (PCO) das Origens, Abastecimento e Saneamento. Garante ainda a execução das colheitas e análises decorrentes do Plano de Segurança da Água (PSA/ ISO 22000).

No âmbito do desempenho da atividade analítica (colheita de amostras e ensaios), e tal como exigido legalmente, o Laboratório assegura ainda todos os requisitos da norma de acreditação ISO/IEC 17025, bem como os requisitos legais e regulamentares aplicáveis ao setor, baseado em princípios de confiança, imparcialidade e independência, confidencialidade e objetividade.

Para prossecução das atividades que lhe são inerentes, o Laboratório da AdA encontra-se reconhecido pela ERSAR como um laboratório APTO para o controlo da qualidade da água destinada ao consumo humano, sendo também acreditado pelo Instituto Português de Acreditação (IPAC), que lhe confere não só o reconhecimento nacional por parte desta entidade, como também o reconhecimento internacional, por parte das autoridades dos países membros da União Europeia e EFTA, para a execução das atividades específicas de avaliação da conformidade de águas naturais, para consumo humano e efluentes (águas residuais e ApR), de acordo com os requisitos normativos e legais em vigor.

Sustentabilidade Empresarial – SE

Promove e coordena as atividades relativas ao acompanhamento e melhoria contínua do Sistema de Responsabilidade Empresarial de acordo com a estratégia definida pela Administração, assegurando o cumprimento dos requisitos das normas de referência (ISO 9001, ISO 14001, ISO 45001 e SA8000), dos requisitos legais e dos compromissos assumidos pela Administração, contribuindo para a otimização dos processos e a melhoria da qualidade do serviço prestado.

Assegura e organiza as atividades inerentes aos Serviços Internos de Segurança no Trabalho de forma a prevenir os riscos profissionais e promover a segurança e a saúde dos trabalhadores.

Compila e reporta dados para entidades oficiais, nomeadamente: Concedente, APA, INE, ERSAR, AdP, ACT, quando designado para o efeito.

Recursos Humanos - RH

É a unidade orgânica responsável pelo tratamento dos processos de recrutamento e seleção de pessoal, avaliação de desempenho dos funcionários, formação, processamento de vencimentos, tratamento de seguros de pessoas, organização dos horários de trabalho e cumprimento das obrigações legais relacionadas com as questões laborais.

Comunicação e Educação Ambiental - CEA

O Gabinete de Comunicação e Educação Ambiental da Águas do Algarve tem como missão fortalecer a ligação entre a Empresa e os seus principais stakeholders, assegurando uma comunicação estratégica alinhada com a sua visão e objetivos.

Através da definição de estratégias integradas, tanto internas como externas, e da utilização de múltiplas plataformas, online e offline, promove-se uma comunicação eficaz e diferenciadora, sempre ancorada na história e identidade da marca.

O trabalho desta área passa por potenciar relações sólidas com os nossos acionistas, parceiros de negócio, clientes, fornecedores, consumidores, órgãos de comunicação social e o público em geral.

Para além disso, assumimos um papel fundamental no reforço da notoriedade da Empresa, consolidando a sua reputação e garantindo um relacionamento transparente e próximo com a comunidade servida.

O Gabinete de Comunicação e Educação Ambiental acompanha e participa ativamente em iniciativas dentro e fora da região, promovendo a sensibilização para a importância da água e da sustentabilidade, e reforçando o compromisso da Empresa com a gestão responsável deste recurso essencial.

Apoio Jurídico

Trata-se de uma função de apoio jurídico à Administração e à Empresa com as atribuições e competências de estudar e elaborar pareceres/interpretações da Lei, normativos e regulamentos, e executa atividades que visem o cumprimento de obrigações legais pela Empresa. Assessora nos processos de concurso e sua avaliação. Colabora na resolução de disputas e litígios e patrocínio da Empresa em ações judiciais, quer na qualidade de demandante ou demandada.

Secretário da Sociedade

O Secretário da Sociedade presta apoio especializado aos órgãos sociais, de acordo com o Artigo 446-B do Código das Sociedades Comerciais, apoiando sobretudo o Conselho de Administração e a Comissão Executiva no exercício dos respetivos deveres, assegurando a conformidade com a legislação aplicável, com os Estatutos e com os regulamentos internos.

Secretariado de Administração – SEC

Unidade orgânica responsável por:

- Gerir e priorizar a agenda e compromissos dos membros da Comissão Executiva;
- Convocar reuniões internas e externas de acordo com a orientação da Administração;
- Articular entre a Administração e serviços técnicos de modo a cumprirem-se as deliberações das reuniões de Comissão Executiva e Conselho de Administração;
- Organizar os dossiers de apoio às reuniões da Administração;
- Conferir os dados da documentação a assinar pela Administração;
- Receção e triagem, digitalização, classificação e despacho da correspondência geral da Empresa;
- Expedição da correspondência;
- Organização e gestão do arquivo da Administração.

Investigação e Desenvolvimento (I&D)

Identifica oportunidades de colaboração com entidades públicas e privadas no domínio de Inovação, Desenvolvimento e Investigação (IDI), analisa essas oportunidades e avalia a probabilidade da sua realização, em contato estreito com os vários setores da empresa. Estuda as fontes potenciais de financiamento e cofinanciamento de projetos de IDI, supervisiona a elaboração das respetivas candidaturas e promove e coordena os projetos e estudos relacionados com IDI. Faz a recolha, compilação e análise da informação sobre a atividade de IDI, contribuindo para a elaboração dos relatórios de gestão. Participa em projetos de intervenção e em planos estratégicos do SMAASA, bem como em grupos de trabalho especializados da Holding AdP, em sintonia com o rumo estabelecido no Quadro Estratégico de Compromisso do Grupo Águas de Portugal.

Sistemas de Informação (SI)

Área da Empresa responsável pela gestão e manutenção, da infraestrutura de comunicações e dados e pelos sistemas de informação de suporte à atividade, da mesma forma assegura a operacionalidade e adequação de equipamentos informáticos e de comunicações, bem como dos respetivos sistemas e aplicações, às necessidades operacionais.

Desenvolve e acompanha os procedimentos necessários para suprir as necessidades da empresa de hardware e software, sendo, também, responsável, em primeira instância, pela promoção e aplicação de mecanismos de segurança, confidencialidade e integridade da informação armazenada, processada e transportada nos sistemas de processamento e redes de comunicação utilizados.

Esta área desempenha um papel fundamental na recolha, armazenamento, processamento e distribuição eficiente de dados e informações dentro da empresa.

As principais responsabilidades e atividades associadas à área de Sistemas de Informação da AdA são:

- ✓ Desenvolvimento de Sistemas:
 - Projeto, desenvolvimento e implementação de sistemas de informação que atendam às necessidades específicas da empresa.
 - Programação e desenvolvimento de software personalizado.
 - Integração de sistemas para garantir a interoperabilidade entre diferentes plataformas e aplicativos.
- ✓ Gestão de Bases de Dados:
 - Administração e manutenção de bases de dados que armazenam informações cruciais para a organização.
 - Implementação de políticas de segurança para proteger a integridade e confidencialidade dos dados.
- ✓ Suporte Técnico:
 - Fornecimento de suporte técnico para utilizadores internos, resolvendo problemas relacionados com hardware, software e redes.
 - Formação de funcionários para garantir o uso eficiente dos sistemas e respetivos aplicativos.
- ✓ Gestão de Redes:
 - Administração e manutenção da infraestrutura de rede da empresa.
 - Implementação de medidas de segurança para proteger a rede contra ameaças cibernéticas.
- ✓ Segurança da Informação:
 - Implementação de políticas e práticas de segurança para proteger a informação confidencial da empresa.
 - Monitorização de ameaças e vulnerabilidades para garantir a integridade e a segurança dos dados.
- ✓ Gestão de Projetos de TI:
 - Coordenação e supervisão de projetos relacionados com a tecnologia da informação.
- ✓ Inovação Tecnológica:
- ✓ Avaliação contínua de novas tecnologias e tendências para garantir que a empresa esteja atualizada e competitiva no mercado.

ÓRGÃOS SOCIAIS – 2024

Mesa da Assembleia-Geral

Mandato 2021-2023, iniciado em 15 de março de 2021:

Dr. Rogério Conceição Bacalhau Coelho, Presidente da Câmara Municipal de Faro (*Presidente*)

Dr. Paulo Manuel Marques Fernandes (*Vice-Presidente*) – *Renunciou em 03.01.2024*

Dra. Ana Cristina Rebelo Pereira (*Secretária*)

Conselho de Administração

Mandato 2021-2023, iniciado em 15 de março de 2021:

Eng.º António Paulo Jacinto Eusébio (*Presidente Executivo*) *renunciou em 31 de agosto de 2024*

Dr.ª Maria Isabel Fernandes da Silva Soares (*Vice-Presidente; a exercer as funções de Presidente-Executiva desde o dia 1 de setembro de 2024*)

Dr. Hugo Miguel Guerreiro Nunes (*Vogal Executivo*)

Eng.º Silvério António da Silva Gonçalves Guerreiro (*Vogal Executivo*) *início em 01 de outubro de 2024*

Dr.ª Ana Paula Fernandes Martins, Presidente da Câmara Municipal de Tavira (*Vogal não executivo*)

Dr. José Carlos Martins Rolo, Presidente da Câmara Municipal de Albufeira (*Vogal não executivo*)

Conselho Fiscal

Mandato 2023-2025, iniciado em 03 de novembro de 2023:

Dr. Luis António Alves da Encarnação, Presidente da Câmara Municipal de Lagoa (*Presidente*)

Dr.ª Sandra Maria Simões Filipe de Ávila Valério (*Vogal efetivo*)

Dr. Renato de Oliveira Neves (*Vogal efetivo*) – *renunciou em 23 de dezembro de 2023*

Dr. António Jorge Morgado (*Vogal suplente*) – *foi nomeado como membro efetivo em 11 de janeiro de 2024.*

Revisor Oficial de Contas

Mandato 2023-2025, iniciado em 25 de março de 2024, exercícios de 2024 e 2025:

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A., NIF 501 776 311, inscrita na OROC com o n.º 43 e na CMVM com n.º 20161389, representada por:

Ana Alexandra Dornelas Pinheiro, ROC n.º 1496, com inscrição na CMVM n.º 20161106;

ROC Suplente: João Carlos Henriques Gomes Ferreira, ROC n.º 1129, com inscrição na CMVM n.º 20160741.

Comissão de Vencimentos

Mandato 2021-2023, iniciado em 15 de março de 2021:

Dr.^a Carla da Conceição Afonso Correia (Presidente);

Dr.^a Rosa Cristina Gonçalves Palma Presidente da Câmara Municipal de Silves (Vogal Efetivo);

AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A..

1.7. O propósito e os compromissos de Integridade e de Sustentabilidade.

AS NOSSAS AMBIÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

As nossas atividades têm impactos relevantes na saúde e bem-estar das pessoas, na qualidade ambiental e no desenvolvimento económico da região onde operamos, o que nos confere uma responsabilidade acrescida àquela que assumimos na prestação de serviços públicos essenciais.

As alterações climáticas, o esgotamento de recursos e a degradação dos ecossistemas e poluição ambiental são desafios significativos, que enfrentamos com um compromisso reforçado para com o ambiente e a sociedade e ao nível da governance.

Compromisso de Integridade

Destacamos o Compromisso de Integridade, subscrito pela Águas do Algarve, S.A. em dezembro de 2021, representando um comprometimento com a implementação do modelo de integridade consubstanciado na Política de Integridade e de todos os instrumentos que lhe estão associados para assegurar continuamente a capacitação interna que favoreça uma cultura de integridade.

O referencial ético é coadjuvado por normas de conduta e por um conjunto de outras políticas e procedimentos internos que garantem a conformidade com os diferentes instrumentos que regulam a nossa atividade e atuação, nomeadamente: Código de Ética e de Conduta; Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas; Regulamento de Denúncias Voluntárias de Irregularidades; Manual de Contratação Pública do Regime Geral; Manual de Compras.

A governação da ética organizacional está cometida a dois órgãos com atribuições distintas e complementares: Conselho de Ética, um órgão consultivo com estatuto de independência, que visa promover os mais elevados padrões éticos no Grupo Águas de Portugal, ao nível da cultura, da conduta e dos comportamentos; a Comissão de Ética, um órgão executivo com estatuto de independência, que visa promover a análise de denúncias, questões e dilemas éticos reportados através dos canais de comunicação, confidenciais e seguros, constituídos para o efeito, particularmente no que ao reporte de irregularidades diz respeito.

A Águas do Algarve, S.A. dispõe de uma **Linha de Integridade**, sendo este um canal específico de comunicação, dirigido à Comissão de Ética do Grupo Águas de Portugal, cuja função principal é receber das partes interessadas, internas ou externas, todas as comunicações relativas a questões éticas, que possam colocar em causa a integridade do grupo como um todo ou de uma das suas empresas. A linha de integridade agrega todas as comunicações que possam, de alguma forma, violar os princípios e a essência da Política de Integridade.

Compromisso de Sustentabilidade

O Compromisso de Sustentabilidade do Grupo Águas de Portugal fixa as suas ambições de forma a garantir os princípios de eficiência, inovação e qualidade de serviço, no quadro de responsabilidade empresarial, ambiental e social estabelecido.

As ambições de sustentabilidade estão alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas e focam-se no propósito do nosso trabalho, na ação pelo clima, na economia circular, na valorização dos territórios, na inovação com impacto, na cooperação para uma gestão sustentável da água a nível internacional e na educação para a sustentabilidade.

As nossas Ambições

As Ambições de Sustentabilidade do Grupo Águas de Portugal e da Águas do Algarve, S.A. relevam o trabalho com propósito, a ação climática, a economia circular da água, a valorização dos territórios, a inovação com impacto, a cooperação internacional para a gestão da água e a educação para a sustentabilidade.



Promovemos um ambiente de trabalho que valoriza o desenvolvimento profissional e pessoal dos colaboradores, a igualdade de oportunidades, a diversidade e inclusão, bem como a segurança, saúde no trabalho e o equilíbrio entre vida profissional e pessoal. Em termos de ação climática, focamo-nos na neutralidade e autossustentabilidade energética, na redução de emissões de gases com efeito de estufa e na resiliência dos sistemas face às alterações climáticas.

A aposta na economia circular da água visa a gestão eficiente do ciclo urbano da água, conservando recursos hídricos e minimizando desperdícios. A valorização dos territórios assenta na prestação de um serviço público de excelência, fortalecendo a relação com comunidades, protegendo a biodiversidade e promovendo a saúde pública. Paralelamente, a inovação é incentivada através de projetos de IDI, transformação digital e desenvolvimento de soluções sustentáveis.

Na dimensão internacional participamos em projetos do Grupo Águas de Portugal ao nível da cooperação para a gestão sustentável da água, partilhando conhecimentos e apoiando programas em países em desenvolvimento. A educação para a sustentabilidade é uma das nossas ambições, que prosseguimos visando sensibilizar para o valor da água no contexto do desenvolvimento sustentável.

As nossas Ambições e Objetivos

Ambições	Objetivos
 <p>Valorizar a relação com os/as colaboradores/as, encorajando a evolução profissional e pessoal.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Investir no desenvolvimento profissional e pessoal dos/as colaboradores/as - Garantir a igualdade de oportunidades e promover a diversidade e a inclusão - Garantir a segurança e saúde no trabalho - Promover o equilíbrio entre a vida profissional, familiar e pessoal - Garantir uma comunicação interna transversal e eficaz
 <p>Reduzir as emissões de GEE, mitigar os nossos impactos, adaptar as operações às alterações climáticas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir a neutralidade e autossustentabilidade energética - Reduzir as emissões de GEE - Promover a mobilidade sustentável do Grupo - Promover a resiliência dos sistemas e garantir a disponibilidade, a qualidade e a segurança do serviço e do produto
 <p>Gerir o ciclo urbano da água em equilíbrio com a natureza, garantindo a transição para a economia circular.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Conservar as massas de água - Minimizar os resíduos produzidos e valorizá-los enquanto subprodutos
 <p>Prestar um serviço público de excelência, com impacto direto na melhoria da qualidade de vida da população.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Elevar a relação de proximidade e diálogo com os clientes e parceiros municipais - Contribuir para o desenvolvimento de uma economia responsável - Investir na relação e na partilha de valores na cadeia de fornecimento - Fazer parte integrante da comunidade onde nos inserimos - Proteger e restaurar a biodiversidade e os ecossistemas - Água como fator essencial da proteção crescente da saúde pública
 <p>Impulsionar uma inovação aberta, colaborativa e que gere valor para o Grupo AdP e suas empresas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver projetos de IDI alinhados com as áreas estratégicas de inovação e as necessidades das empresas do Grupo AdP - Desenvolver e lançar produtos, serviços e processos inovadores - Desenvolver uma inovação aberta e assente numa rede multipolar de competências - Promover a transformação digital do Grupo AdP

 <p>6 GARANTIR ÁGUA E SANEAMENTO ALÉM FRONTEIRAS</p> <p>Cooperar internacionalmente para a promoção da gestão sustentável da água.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Partilhar o conhecimento através de projetos de capacitação e apoio técnico - Promover a entretajuda em atividades e programas relacionados com a água, saneamento e clima em países em desenvolvimento - Operar numa geografia de referência
 <p>7 EDUCAR PARA A SUSTENTABILIDADE</p> <p>Ser um ator de referência em matéria de educação para o desenvolvimento sustentável.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Promover a educação para o desenvolvimento sustentável - Promover o uso racional da água e a promoção do consumo da água da torneira - Promover o uso sustentável da rede de saneamento - Promover a utilização de ApR - Promover a economia circular e a neutralidade energética - Promover a inovação

Para um maior detalhe deverá ser consultado o Relatório de Sustentabilidade do Grupo AdP em [Relatórios de Sustentabilidade \(adp.pt\)](#)

1.8. Carteira de Participações e Sucursais

A Empresa não possui participações nem detém sucursais.

I.9. Síntese de Indicadores

Síntese de Dados / Indicadores		2024	2023	Varição (em valor)	Varição (em %)
Capital Social	€	29 825 000	29 825 000	0	0,00%
Capital Próprio	€	36 085 065	34 257 666	1 827 399	5,33%
Ativos Tangíveis e Intangíveis Brutos	€	780 908 403	762 214 213	18 694 190	2,45%
Ativo Líquido Total	€	548 564 096	551 948 914	-3 384 818	-0,61%
Volume de Negócios (excluindo serviços de construção)	€	62 609 498	63 185 886	-576 388	-0,91%
Resultados Antes de Impostos	€	7 957 534	2 444 528	5 513 006	225,52%
Resultado Líquido do Exercício	€	1 827 399	2 038 013	-210 613	-10,33%
Rendibilidade dos Capitais Próprios	%	5,06%	5,95%	-0,88%	-14,88%
Rendibilidade do Ativo	%	0,33%	0,37%	-0,04%	-9,78%
Autonomia Financeira -corrigida subs. Investimento	%	44,53%	42,94%	1,60%	3,72%
Endividamento Líquido : EBITDA	rácio	7,41	7,49	-0,08	-1,09%
EBITDA	€ (**)	20 794 797	21 605 037	-810 239	-3,75%
EBITDA : Serviço da Dívida	rácio	0,20	0,18	0,01	7,69%
Cash-cost	€/m3	0,00	0,36	-0,36	-100,00%
Margem EBITDA	%	33,21%	34,19%	-0,98%	-2,86%
ROCE- Indicador AdP	% (***)	7,99%	4,20%	3,79%	90,16%
Colaboradores em 31 Dezembro, excluindo órgãos sociais	nº (***)	202	195	7	3,59%
Área Geográfica Abrangida	Km2	4 995	4 995	0	0,00%
População Residente na Área Abrangida	nº	453 839	453 839	0	0,00%
Investimento/Empreitadas do Ano	€	18 694 190	18 470 243	223 946	1,21%
ABASTECIMENTO:					
Municípios	nº	16	16	0	0,00%
População Servida	nº	408 849	408 849	0	0,00%
Acessibilidade física ao serviço	% (*)	99,00%	99,00%	0,00%	0,00%
Volume de Água Vendida	m3	68 584 374	73 825 716	-5 241 342	-7,10%
Tarifa	€/m3	0,5046	0,4885	0,0161	3,30%
Pontos de Entrega	nº	81	81	0	0,00%
Estações Tratamento Água em Exploração	nº	4	4	0	0,00%
Rede Adutora	Km	529	529	0	0,00%
SANEAMENTO:					
Municípios	nº	16	16	0	0,00%
População Servida	nº	384 666	384 666	0	0,00%
Acessibilidade física ao serviço	% (*)	98,00%	98,00%	0,00%	0,00%
Efluente Equivalente Faturado	m3	42 059 641	40 855 875	1 203 766	2,95%
Rendimentos tarifários	€ (***)	28 001 316	27 106 792	894 524	3,30%
Estações Tratamento Água Residual em Exploração (nº)	nº	79	80	-1	-1,25%
Rede de Coletores	Km	481	483	-2	-0,35%

* Com o contrato de concessão em vigor a partir de 24 de julho de 2019

** Exceto imposto selo operações financeiras e imparidades e subsídios ao investimento

*** Não incorpora os volumes faturados às empresas de limpa fossas

**** ROCE: Return on Capital Equity, de acordo com a terminologia anglo-saxónica.

***** De acordo com a aprovação do PAO 2024 a empresa tinha 6 processos de recrutamento em curso (2 para os Sistemas de Informação, 2 para a Direção de Operações Água, 1 para a Direção de Exploração Saneamento - ApR, 1 para a Direção de Gestão de Ativos - PRR) sendo expectativa da empresa que estes 6 processos de recrutamento estejam concretizados até ao final o 1º semestre deste ano de 2025.

Quadro 10 - Síntese de Indicadores

2. Reconhecimento / Prémios / Certificações

A Águas do Algarve, S.A. possui as seguintes certificações:

- Recomendação ERSAR n.º2/2011 - Certificação do Produto "água para consumo humano" variante: sistemas de abastecimento público em alta*;
- NP EN ISO 9001:2015 - Sistemas de Gestão da Qualidade;
- NP EN ISO 14001:2015 - Sistemas de Gestão Ambiental;
- NP ISO 45001:2019 - Sistemas de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho;

- SA8000:2014 - Sistemas de Gestão da Responsabilidade Social;
- NP EN ISO 22000:2018 - Sistemas de Gestão da Segurança Alimentar;
- ISO 17025 - Acreditação de Laboratórios.

*Em outubro de 2023 a AdA suspendeu a certificação do produto água para consumo humano, de acordo com a Recomendação ERSAR n.º2/2011 - Certificação do Produto "água para consumo humano" variante: sistemas de abastecimento público em alta, decorrente da entrada em vigor do Decreto-lei n.º 69/2023 de 21 de agosto sobre a qualidade da água para consumo humano, aguardando-se a respetiva revisão pela ERSAR.



3. Destaques do ano / Principais acontecimentos

Todo o esforço que foi realizado nas várias áreas da Empresa, desde as operacionais às de gestão e apoio à gestão completaram mais um ano de grande profissionalismo e dedicação. Muito do trabalho realizado e dos objetivos atingidos em 2024 terão impactos assinaláveis na qualidade do serviço que a AdA presta e continuará a prestar à comunidade no Algarve.

Os resultados líquidos totalizaram 1,83 milhões de euros, resultado inferior em 210,6 mil euros a 2023 e superior em 164,6 mil euros em relação a 2022.

Unidades: euros

Resultados	2024	2023	2022	2021
Resultado Líquido da atividade (antes DRG)	(2 952 963)	1 024 570	4 965 969	7 766 081
DRG líquido do ano	4 780 362	1 013 443	(3 302 904)	(6 683 003)
DRG líquido do ano anterior				(717 314)
Resultado Líquido da atividade (após DRG)	1 827 399	2 038 013	1 663 065	365 764

Quadro 11 - Resultado Líquido

B- O Negócio

I. Linhas Estratégicas

I.1. Introdução

Os objetivos do Grupo AdP, designadamente da Empresa Águas do Algarve, S.A. são determinados pelas políticas governamentais para o setor, através de orientações vertidas nos planos estratégicos aplicáveis às suas áreas de atuação, de orientações gerais emanadas através de despacho ministerial e por orientações específicas dos acionistas. Nos termos do regime jurídico do sector Empresarial do Estado e do Estatuto do Gestor Público, o Estado, enquanto acionista por via indireta, define as orientações estratégicas.

Por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da sociedade, em 28 de junho de 2021, foram aprovadas as seguintes orientações estratégicas, objetivos e indicadores de gestão e respetivas metas quantificáveis para o mandato 2021-2023.

I.2. Orientações Estratégicas para o Mandato 2021 - 2024

I.2.1. Missão

A Águas do Algarve, S.A. enquanto Empresa responsável pela exploração e gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Algarve, tem por missão garantir o abastecimento de água para consumo humano e o tratamento de águas residuais de acordo com os mais elevados padrões de qualidade e fiabilidade, num quadro de sustentabilidade económica, social e ambiental.

A preservação da água enquanto recurso estratégico essencial à vida e a equidade no acesso aos serviços básicos associados, a par da promoção do bem-estar, através da melhoria da qualidade de vida das pessoas e do equilíbrio ambiental, representam os valores fundamentais assumidos pelas Empresas que integram o Grupo Águas de Portugal, designadamente pela Águas do Algarve, SA.

A atividade prosseguida pela Empresa enquanto instrumento Empresarial do Estado para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais no domínio do ambiente, respeita o enquadramento fixado nos termos do Artigo 24.º do Decreto n.º 133/2013, de 3 de outubro, que estabelece o Regime Jurídico do Sector Público Empresarial, e as orientações emanadas através de despachos ministeriais e deliberações dos acionistas, as quais devem ser vertidas nos planos estratégicos das Empresas.

Assim, compete ao Ministério das Finanças, através da Direção Geral do Tesouro e Finanças, a definição de orientações tendo em vista a elaboração dos respetivos planos de atividade e orçamento anuais, bem como o controlo da evolução dos níveis e condições de endividamento, nos termos definidos no Artigo 29.º do Decreto n.º 133/2013, de 3 de outubro.

Conforme também resulta do referido Regime, compete ao Ministério do Ambiente e da Ação Climática, enquanto tutela setorial, designadamente:

- a. Definir e comunicar a política sectorial a prosseguir, com base na qual as Empresas do grupo AdP, designadamente a Águas do Algarve, S.A., desenvolvem a sua atividade;
- b. Emitir as orientações específicas de cariz sectorial aplicáveis a cada Empresa;
- c. Definir os objetivos a alcançar pelas Empresas do grupo AdP, designadamente pela Águas do Algarve, S.A. no exercício da respetiva atividade operacional;
- d. Definir o nível de serviço público a prestar pelas Empresas do grupo AdP, e promover as diligências necessárias para a respetiva contratualização.

1.2.2. Deveres e Responsabilidades da Administração

O exercício das funções do Conselho de Administração da Águas do Algarve, S.A. terá em conta o previsto na legislação em vigor, designadamente no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua atual redação o qual, prevê:

- a. Cumprir os objetivos fixados em Assembleia Geral, constantes dos contratos de gestão;
- b. Assegurar a concretização das orientações definidas nos termos da lei, no contrato de gestão e a realização da estratégia da Empresa;
- c. Acompanhar, verificar e controlar a evolução das atividades e dos negócios da Empresa em todas as suas componentes;
- d. Avaliar e gerir os riscos inerentes à atividade da Empresa;
- e. Assegurar a suficiência, a veracidade e a fiabilidade das informações relativas à Empresa, bem como a sua confidencialidade;
- f. Guardar sigilo profissional sobre os factos e documentos cujo conhecimento resulte do exercício das suas funções e não divulgar ou utilizar, seja qual for a finalidade, em proveito próprio ou alheio, diretamente ou por interposta pessoa, o conhecimento que advenha de tais factos ou documentos;
- g. Assegurar o tratamento equitativo dos acionistas.

No exercício das suas funções, os membros do Conselho de Administração devem ainda promover iniciativas e a elaboração de propostas de ações que se revelem apropriadas para o desenvolvimento do setor, designadamente com incidência no Grupo AdP.

Os gestores públicos que integram o Conselho de Administração da Águas do Algarve, S.A. estão ainda sujeitos ao disposto no Estatuto do Gestor Público, ao cumprimento das boas práticas de governação societária e de gestão Empresarial, nomeadamente em matéria de transparência, prevenção da corrupção, padrões de ética e conduta, responsabilidade social, política de recursos humanos, promoção da igualdade, prevenção de conflitos de interesse e respeito pela concorrência e agentes do mercado.

1.2.3. Orientações Estratégicas Gerais

Sem prejuízo da respetiva autonomia de gestão, o Conselho de Administração da Águas do Algarve, S.A. deverá:

- (1) Assegurar o cumprimento da missão da Empresa e o exercício da sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade Empresarial, otimização permanente dos seus níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado, respeito por elevados padrões de qualidade e segurança;

- (2) Ser socialmente responsável, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
- (3) Desenvolver ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos;
- (4) Promover o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a respetiva comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
- (5) Adotar metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e o grau de satisfação dos clientes;
- (6) Concretizar políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e satisfação dos colaboradores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão;
- (7) Desenvolver iniciativas tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional;
- (8) Implementar políticas de inovação científica e de tecnologia consistentes, promovendo e estimulando novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens de mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;
- (9) Adotar sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito.

1.2.4. Orientações Estratégicas Específicas

O Conselho de Administração deverá assegurar um modelo de governo e organizativo apropriado para que a Empresa execute uma agenda de medidas que inclua as que adiante se enunciam.

- (1) Reforço da capacidade de resposta aos grandes desafios ambientais, nomeadamente:
 - (a) Aumento da eficiência na utilização de recursos primários, resiliência e segurança dos sistemas;
 - (b) Evolução para uma economia circular e neutra de carbono, em especial quanto à reutilização de águas residuais, valorização de lamas e neutralidade energética;
 - (c) Aprofundamento da relação com as comunidades e o território na diversificação das origens, na flexibilidade dos serviços e no cumprimento dos valores limite para descarga dos efluentes nas redes.
- (2) Contributo para a consolidação e sustentabilidade do setor em linha com o plano estratégico setorial, em especial:
 - (a) Contribuir para a coesão territorial e equidade no acesso aos serviços, com reforço da preocupação na sustentabilidade económica e ambiental das atividades;
 - (b) Proporcionar modelos alternativos para a atuação articulada com os sistemas municipais;
 - (c) Facilitar a integração de sistemas de drenagem de águas pluviais;
 - (d) Potenciar a integração dos empreendimentos hidráulicos.
- (3) Sensibilização para a globalidade dos custos incorridos na prestação do serviço, de entre os quais se destacam os custos ambientais, tendo em vista:
 - (a) O maior reconhecimento por parte dos intervenientes no setor de todos os custos efetivamente incorridos no sentido de assegurar a valorização não só do recurso água, mas sobretudo dos serviços essenciais que lhes são prestados por um conjunto de entidades;
 - (b) A adoção de um comportamento responsável e de consumos mais racionais por parte dos utilizadores municipais, das atividades económicas e dos consumidores individuais;

- (c) No caso de alguns utilizadores não domésticos, a redução da carga poluente drenada para as instalações de tratamento de águas residuais urbanas, obrigando a investimentos adicionais para assegurar a qualidade mínima da água residual que é rejeitada de modo a não impactar nos meios recetores.
- (4) Promoção do desenvolvimento regional, compatibilizando-o com a elevação da eficiência e a sua natureza Empresarial, designadamente:
 - (a) Na integração em comités funcionais com vista à incorporação de experiências vivenciadas junto às realidades territoriais;
 - (b) Na dinamização de redes de competências em ambiente descentralizado e colaborativo;
 - (c) Nas políticas de contratação de bens e serviços que, sem prejuízo da racionalidade económica, promovam o desenvolvimento das atividades económicas regionais.
- (5) Elevar os níveis de eficiência e consistência, potenciando a natureza Empresarial e a capacidade técnica, em especial:
 - (a) Quanto à atração, retenção, desenvolvimento e sucessão dos quadros, alinhando-o com os desafios do setor e padrões da regulação;
 - (b) No reforço da aposta no digital, incluindo a segurança cibernética, prosseguindo objetivos de resiliência, eficiência e ligação às comunidades.
- (6) Assegurar as boas práticas na gestão de ativos, tendo como referência a norma ISSO 55001, conciliando um esforço de otimização com os desafios de preservação e resposta aos grandes desafios ambientais, através da:
 - (a) Definição da política de gestão de infraestruturas;
 - (b) Consolidação dos sistemas de informação e avaliação;
 - (c) Integração com práticas de gestão de risco e de resposta às alterações climáticas;
 - (d) Integração consistente e coerente nos exercícios de planeamento económico e financeiro.
- (7) Capitalizar as competências e capacidades disponíveis na internacionalização do grupo AdP em projetos de interesse nacional, potenciando colaborações, através de AdP Internacional, de longo prazo, de valor acrescentado e com risco financeiro delimitado, para além da cooperação com entidades de referência internacional.

I.3. Objetivos e Indicadores de Desempenho anuais para a Águas do Algarve, S.A. para o mandato 2021-2024

	Indicador	Cálculo	Escala	AdA
Financeiros	Eficiência de Gestão	$PRC = [(GV+FSE+GP)/VN]$ Variação face ao PAO proposto	1. var < +0,10pp 2. -0,10pp <= var <= +0,10pp 3. var < -0,10 pp	13,3%
	Dívida Comercial de devedores municipais	$DCDMA = [\text{Saldo da dívida vencida de municípios (Ano N)}] / [\text{Saldo da dívida vencida de municípios (Ano N-1)}] * 100$	1. DCDMA > 105% 2. 95% <= DCDMA <= 105% 3. DCDMA < 95%	13,3%
	Limite ao endividamento	$\text{Endividamento} = [\text{Stock Dívida (Ano N)} / \text{Stock Dívida (Ano N-1)}] - 1 * 100$	1: X > 2% 2: 1,5% <= X <= 2% 3: X < 1,50% * investimentos materialmente relevantes são excluídos do cálculo, a percentagem adotada	13,3%
	Respeito Prazos de Pagamento	Variação do PMP face ano anterior	<u>Quando PMP <= 60 dias e cumpre com o estipulado na RCM 34/2008:</u> 1: Incumprir: quando PMP aumenta mais de 1 dia face ao ano anterior; 2: Cumprir: quando PMP aumenta 1 dia; 3: Exceder: quando PMP <= 60 dias. <u>Quando PMP > 60 dias ou incumprir com a RCM 34/2008:</u> 1: Incumprir: PMP > -15% face ao ano anterior; 2: Cumprir: -25% <= PMP <= -15%, face ao ano anterior; 3: Exceder: face ao ano anterior. PMP < -25%.	13,3%
	Rentabilidade	Variação do RL face ao PAO	1. Var < -5% 2. -5% <= Var <= 5% 3. Var > 5% *excluindo o efeito DRG	13,3%

	Indicador	Calculo	Escala	AdA
Ambientais e de Serviço	Plano de Manutenção	Cumprimento do Plano de Manutenção preventiva	1. Nº Ações executadas face ao previsto < 80,00% 2. Nº Ações executadas face ao previsto >= 80,00%; < 90,00% 3. Nº Ações executadas face ao previsto >= 90,00%	13,3%
	Qualidade da Água Fornecida	AQA = QA (Ano N)	1. AQA < 97,00% 2. 97,00% <= AQA < 99,00% 3. AQA > 99,00% *sem deterioração face ao ano anterior	10,0%
	Qualidade das Águas Residuais	AQAR = QAR (Ano N)	1. AQAR < 90,00% 2. 90,00% <= AQAR <= 95,00% 3. AQAR > 95,00% *sem deterioração face ao ano anterior	10,0%

Sem prejuízo da aferição da prossecução das orientações estratégicas determinadas, a avaliação a realizar pelos titulares da função acionista terá por referência os objetivos e indicadores de desempenho anuais para o período do mandato - e a fórmula de cálculo do respetivo grau de concretização – enunciados no quadro do ponto B-4.6. deste relatório.

A avaliação é realizada em função do grau de concretização dos objetivos, conforme quadro seguinte, e far-se-á pelo arredondamento a uma casa decimal do somatório do atingimento de cada indicador determinado nos termos descritos no quadro de Indicadores e Metas do ponto B-4.6. deste relatório.

Grau de Concretização	Avaliação Global
GC < 1,8	Objetivos não Cumpridos
1,8 ≤ GC < 2,5	Objetivos Cumpridos
GC ≥ 2,5	Objetivos Superados

Em 2024, o Conselho de Administração atuou em conformidade com as determinações legais vigentes e com as orientações de atuação que lhe foram transmitidas pelos titulares da função acionista, pelo Concedente e pela Tutela Setorial e Financeira.

2. Enquadramento

2.1. A Envolvente

Contexto macroeconómico¹

A evolução recente da economia mundial tem sido caracterizada por diferenças significativas de crescimento entre regiões e setores. O dinamismo da economia americana e das economias emergentes (excluindo a China) contrasta com a desaceleração das grandes economias europeias e o abrandamento na China. O dinamismo dos serviços continua a apoiar a atividade, em contraste com o enfraquecimento da indústria. A dinâmica da economia mundial permanece frágil, com riscos significativos de uma escalada dos conflitos geopolíticos ou do protecionismo.

Global

O crescimento global para o ano 2024 estima-se em 3,2% e é esperado um crescimento de 3,3% para 2025 e 2026.

A desinflação continua, mas existem sinais de que o processo está estagnado em alguns países e que em alguns casos, a inflação mantém-se elevada. A inflação global deverá cair para 4,2% em 2025 e 3,5% em 2026, convergindo para a meta definida de forma mais acelerada nas economias avançadas do que nas economias emergentes.

Zona do Euro

A atividade na área do euro deverá acelerar gradualmente, beneficiando da redução das taxas de juro, da recuperação do poder de compra das famílias e da robustez do mercado de trabalho. No terceiro trimestre de 2024, o PIB da área do euro registou um aumento de 0,4% em cadeia, acima do esperado, traduzindo em larga medida o ligeiro crescimento da atividade na Alemanha e o maior crescimento da economia francesa associado ao impacto dos Jogos Olímpicos. Nos primeiros três trimestres de 2024, a Alemanha e a Itália apresentaram um desempenho económico bastante aquém do observado na média da área do euro, em contraste com o dinamismo da economia espanhola. As projeções para a atividade na área do euro foram ligeiramente revistas em baixa face a outubro, apontando para crescimentos de 0,7% em 2024, 1,1% em 2025, 1,4% em 2026 e 1,3% em 2027.

As projeções apontam para que a inflação na área do euro se reduza de 2,4% em 2024 para 2,1% em 2025, estabilizando em torno de 2,0% nos anos seguintes. Espera-se uma diminuição do preço do petróleo, particularmente em 2025, num contexto de abrandamento da procura na China.

As taxas de juro de curto prazo deverão continuar a diminuir, de forma mais rápida e em maior magnitude do que as projeções de outubro. Os futuros da Euribor a 3 meses indicam uma descida de 1,4 pp em 2025, para 2,1%, com uma relativa estabilização nos anos seguintes.

Portugal

De acordo com as previsões do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Banco de Portugal, os principais indicadores económicos para 2024 são os seguintes:

	Estimativa 2024	Ano 2023
Taxa crescimento Produto Interno Bruto	1,7%	2,5%
Taxa crescimento Consumo Privado	3,0%	2,0%
Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor	2,6%	5,3%
Taxa de desemprego	6,4%	6,5%

¹ Fontes: FMI World Economic Outlook; European Commission Economic Outlook; Boletim Económico do Banco Portugal; Projeções Macroeconómicas do Banco Central Europeu; Eurostat e INE.

Euribor 6 meses (fim do ano)	2,562%	3,861%
Taxa de juro OT 10 Anos (média do ano)	2,96%	3,24%

A economia portuguesa deverá crescer 1,7% em 2024, projetando-se em 2,2% para 2025 e 2026, reduzindo para 1,7% em 2027. A inflação manterá uma trajetória descendente, com a variação anual do IHPC a reduzir-se de 5,3% em 2023 para 2,6% em 2024 e 2,1% em 2025, estabilizando em 2,0% em 2026–2027.

O maior dinamismo da atividade nos próximos dois anos reflete um enquadramento mais favorável, com a melhoria das condições financeiras, a aceleração esperada da procura externa e a maior entrada de fundos da União Europeia. No entanto, o enquadramento externo está sujeito a riscos significativos em baixa de natureza económica e geopolítica.

O mercado de trabalho mantém-se robusto, com aumentos de emprego e de salários reais, a par de um desemprego baixo.

A orientação expansionista e pró-cíclica da política orçamental contribui igualmente para o maior dinamismo da atividade. Em 2027, a desaceleração do PIB decorre, em larga medida, do impacto do fim da execução do Plano de Recuperação e Resiliência.

A taxa de juro implícita na dívida pública portuguesa aumenta gradualmente, de 2% em 2023 para 2,6% em 2027. Esta evolução reflete a substituição de dívida emitida no passado a taxas de juro inferiores às das atuais emissões, bem como o aumento das necessidades de financiamento líquidas por via da deterioração da situação orçamental.

As projeções orçamentais apontam para o retorno a uma situação deficitária, embora o rácio da dívida pública mantenha uma trajetória descendente. Estima-se que o excedente em 2024 possa atingir 0,6% do PIB, acima dos 0,4% previstos no Orçamento do Estado para 2025 (OE 2025). A atual projeção aponta para um saldo de -0,1% do PIB em 2025, inferior aos 0,3% estimados no OE 2025.

2.2. O Sector

O setor²

A água constitui um elemento transversal no contexto atual de crise. Este facto é ainda mais evidente quando se associa a crise a uma dimensão de sustentabilidade, quer climática, quer de recursos quer de biodiversidade.

Constituindo-se com um bem cada vez mais escasso, a tendência é no sentido dum agravamento dessa escassez nas próximas décadas.

Para além do crescimento e aumento da população mundial, assiste-se à progressiva e cada vez mais acentuada diminuição das disponibilidades hídricas. Muitas vezes associada aos efeitos das alterações climáticas. Facilmente perceptíveis até pela alteração dos padrões de precipitação à escala mundial.

Efetivamente, à medida que os impactos das alterações climáticas aumentam e as populações crescem, há uma necessidade urgente, dentro e entre países, de criar compromissos e verdadeira união em torno da proteção e conservação deste recurso precioso.

A saúde pública e a prosperidade das comunidades, os seus sistemas alimentares e energéticos, a produtividade económica e a integridade ambiental, dependem de um ciclo da água doce que funcione bem e seja gerido de forma equitativa garantindo qualidade e acesso a todos.

É, neste contexto e simultaneamente desafio(s) que urge garantir para além da necessidade básica de acesso a água potável absolutamente essencial para o desenvolvimento socioeconómico, a conservação de ecossistemas sustentáveis (equilibrados e saudáveis).

² <http://www.worldbank.org>; <http://oecdoobserver.org>; <https://iwa-network.org/>; <https://unric.org/pt/>

Resulta assim, que a água e os serviços e atividades que lhe estão inerentes, designadamente o abastecimento e o saneamento, se mantêm cada mais no centro do desenvolvimento sustentável, e subjacentes a vários dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

No caso dos serviços mencionados, existe ainda a necessidade de assegurar a resiliência nos sistemas, de forma que se consiga resistir a eventos cada vez mais comuns e extremos, de origem climática ou não climática.

Ao longo das últimas décadas, tem-se vindo a assistir a novas tendências na gestão da água, impulsionadas pelos avanços tecnológicos que visam responder aos desafios referidos. Efetivamente, estão hoje nas agendas das estratégias para o setor: o recurso a novos tipos de origens de água, como a dessalinização ou a água residual tratada; a operação dos sistemas com recursos a fontes de energia renovável, de forma a mitigar as emissões de gases com efeito estufa e, conseqüentemente, a desacelerar as alterações climáticas; ou o incentivo à inovação para uma melhor gestão dos sistemas de águas; e a materialização do paradigma da Economia Circular da Água, mantendo os recursos em circulação o maior tempo possível, e valorizando os subprodutos.

Não obstante, subsistem ainda alguns factos indelmentáveis:

- Três em cada dez pessoas não têm acesso a água potável;
- Mais de 2 mil milhões vivem em países com um elevado nível de “stress” hídrico;
- Cerca de 4 mil milhões de pessoas passam por uma grave escassez de água potável durante, pelo menos, um mês do ano;
- Mais de 3 mil milhões de pessoas em todo o mundo dependem da água que atravessa as fronteiras nacionais. No entanto, apenas 24 países têm acordos de cooperação para toda a água partilhada.³
- apenas um quarto da população nos países considerados pobres tem acesso a serviços de saneamento adequados.

e, do ponto de vista empresarial, em zonas mais desenvolvidas constata-se que:

- apesar de existir acessibilidade, existem ainda serviços de gestão de água caracterizados por fraca performance do ponto de vista de eficiência e resiliência;
- subsiste uma capacidade de financiamento das operações desadequada, resultando em baixos níveis de investimento ;
- as empresas do setor da água não cobrem os seus custos de operação, sendo escassas as que conseguem fazer face ao serviço da dívida.

Todos estes desafios são acompanhados e por vezes exacerbados pelas incertezas das políticas económicas adotadas nas várias geografias do mundo e pelo surgimento de crises internacionais, de que a guerra na Ucrânia ou no médio oriente são exemplos.

Como já mencionado, continua a ser com este diagnóstico que o World Bank Water Global Practise, através do Plano Estratégico e na prossecução da meta do ODS6, baseado na sustentabilidade dos recursos hídricos, na acessibilidade e na resiliência dos sistemas, assumiu medidas que passam por:

- a transformação de acordos políticos em regras vinculativas;
- o garante da distribuição dos serviços de água e saneamento de forma equitativa;
- o exercício de normas internacionais do trabalho elaboradas pelos governos pelos empregadores e pelos trabalhadores;
- o estabelecimento de instrumentos de soft-law (resoluções, comentários gerais, princípios, diretrizes e códigos de conduta) que possam influenciar o desenvolvimento do direito internacional e incentivar as organizações não-governamentais (ONG) a promover a participação ativa do público nestas matérias – já que se verifica que se tornam cada vez mais influentes na formulação de políticas.

³ <https://www.sgambiente.gov.pt/agua-para-a-paz-tema-do-dia-mundial-da-agua-2024/>

Paralelamente, também o Relatório Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos 2024, intitulado "Água para a Prosperidade e a Paz"⁴, emanado aquando da celebração do Dia Mundial da Água, destacou a importância da água como elemento central para o desenvolvimento sustentável e a estabilidade global.

Crise Geopolítica e Energética⁵

Existem, atualmente, um conjunto de conflitos que impactam e agravam, de forma muito acentuada, toda a geografia do globo. A situação é preocupante, continuando a significar e evidenciar, um quadro de crise geopolítica e energética, em termos globais.

Por um lado, mantém-se o conflito na Europa oriental (conflito Ucrânia / Rússia), que perturba e condiciona o mercado mundial da energia. A este conflito juntou-se a guerra Israel-Hamas em outubro de 2023 agravando a crise energética pelo aumento do preço do petróleo, do gás natural, do preço dos transportes e atrasos nas encomendas.

Por outro lado, verificam-se outros conflitos que, direta ou indiretamente, impactaram a geopolítica europeia e a crise energética durante o ano de 2024: Tensões no Mar do Sul da China (impacto global, incluindo nas rotas comerciais marítimas que afetam o fornecimento de energia e bens para a Europa); crise no Sahel (afeta a segurança de fornecimentos energéticos, como o urânio, essencial para a energia nuclear em países europeus); conflito na Síria (influencia as dinâmicas de gás natural no Mediterrâneo oriental, uma área estratégica para a Europa); Tensões em Arménia e Azerbaijão (Nagorno-Karabakh) (afetam rotas de energia, já que o Azerbaijão é um exportador importante de gás natural para a Europa, sobretudo no contexto da diversificação em relação à Rússia e disputas no Ártico (com o degelo, a região torna-se um campo de disputa entre grandes potências como Rússia, EUA, Noruega e Canadá, o que afeta a exploração de novos recursos energéticos, incluindo gás e petróleo).

Em maio de 2022, como resposta ao conflito Ucrânia/Rússia, a Comissão Europeia aprovou o Plano REPowerEU Europeia que estabelece uma série de medidas para reduzir com celeridade a dependência dos combustíveis fósseis russos e avançar rapidamente com a transição ecológica, aumentando simultaneamente a resiliência do sistema energético à escala da EU. Em paralelo visa: a poupança energética; a produção de energia limpa e a diversificação do nosso aprovisionamento energético, assentando em medidas financeiras e jurídicas que permitirão criar novas infraestruturas e o novo sistema energético de que a Europa necessita.

No contexto deste plano europeu foram estabelecidas várias medidas de diversificação, poupança e aceleração das metas de energia limpa, entre as quais novos planos nacionais no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) com período de execução até 2026 para apoiar investimentos e reformas no valor de 300 mil milhões de euros e o estímulo à descarbonização industrial dado por projetos antecipados no valor de 3 mil milhões de euros no âmbito do Fundo de Inovação (conforme RCM nº 136/2022).

Em 2022, também como resposta à crise geopolítica, foi publicado o Plano de Poupança de Energia 2022-2023 em Diário da República. Pela sua importância a vigência do Plano de Poupança de Energia foi prorrogada até 31 de março de 2024.⁶

O Plano de Poupança de Energia 2022-2023 surgiu como resposta à crise geopolítica que se faz sentir atualmente na Europa, com graves consequências para o setor da energia, sendo um dos instrumentos que responde ao repto da União Europeia com vista à redução voluntária de 15 % do consumo energético. No caso de Portugal, existem derrogações que permitem reduzir a percentagem de redução obrigatória para 7%.

⁴ <https://unesdoc.unesco.org>

⁵ https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal/repowereu-affordable-secure-and-sustainable-energy-europe_pt

Entre as medidas previstas no Plano destacam-se as seguintes: reduzir o consumo de energia relacionado com iluminação interior e exterior; reduzir o consumo energético na climatização de espaços; promover práticas de gestão dos recursos humanos que permitam a redução dos consumos energéticos (teletrabalho); promoção local de eletricidade a partir de fontes de energia renovável; capacitar os técnicos da Administração Pública para a implementação, dinamização e monitorização de medidas para a eficiência de recursos.

No 15º Relatório de progresso do Plano de Poupança de Energia, Portugal superou em 159,6% a meta de eficiência energética estabelecida para 2023. No que diz respeito à eficiência hídrica, o relatório indica que o consumo de água nos centros comerciais diminuiu 2,2%. No caso das entidades gestoras (EG) de serviços de água, o consumo de energia médio por volume de água faturada reduziu-se em 3,4%.

Em simultâneo, procedeu-se à revisão do Plano Nacional de Energia e Clima 2021-2023 (PNEC) que foi aprovada em outubro de 2024⁷. Uma das alterações efetuadas foi o aumento da meta nacional para a redução de emissões de gases com efeito de estufa para 55% até 2030, em relação aos níveis de 2005. Este plano traçou também, uma meta de 51% para a quota de energias renováveis no consumo final bruto de energia até 2030, acima da meta anterior de 47%.

O Plano Nacional Energia e Clima 2021-2030 (PNEC 2030) estabelece objetivos para a transição energética, incluindo a redução da dependência energética do exterior e o aumento da produção doméstica de energia a partir de fontes renováveis.

Estas iniciativas refletem o compromisso de Portugal em continuar a implementar medidas para mitigar a crise energética, alinhando-se com as diretrizes europeias e promovendo a sustentabilidade energética a longo prazo.

O abastecimento de água e o saneamento em Portugal⁸

Em Portugal, o setor caracteriza-se pela existência de um grande número de intervenientes: ao nível da administração, a entidade reguladora e as entidades da Administração Central, e na gestão dos sistemas incluem-se os Municípios, as associações de municípios, as empresas municipais e intermunicipais, as empresas públicas (nomeadamente as concessionárias), as empresas privadas concessionárias e as empresas privadas prestadoras de serviços de gestão.

Os modelos de gestão e de organização dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais encontram-se previstos em diplomas legais que consagram os regimes jurídicos da gestão e exploração dos sistemas de base municipal, multimunicipal e de parceria entre o Estado e as autarquias locais.

O grau de maturidade do setor garante a cada vez maior disponibilidade destes serviços em todo o território, acompanhada da melhoria da qualidade a preços acessíveis para as populações.

O setor das águas é de capital-intensivo e com períodos longos de recuperação do investimento. O elevado investimento necessário numa fase inicial, apenas permite o respetivo retorno, através da suavização das tarifas praticadas, ao longo do período de vida útil das infraestruturas. Para além da fase inicial de investimento na infraestruturização dos sistemas, mantém-se a necessidade de realização de níveis muito relevantes de investimento e neste sentido a manutenção de longos períodos de recuperação dos mesmos.

A resolução 23/2024 aprovou o Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030).

O PENSAARP 2030⁹ estabelece o quadro de desenvolvimento do setor dos serviços de águas (abastecimento de água e saneamento de águas residuais), atualizando o PENSAAR 2020 e introduzindo uma nova componente: a gestão de águas

⁷ Cf. Resolução do Conselho de Ministros n.º 149/2024 de 30 de outubro

⁸ Fonte: <http://www.ersar.pt/pt>; <https://www.apambiente.pt>; Diário da República, 1.ª série

⁹ Comunicado do Conselho de Ministros de 14 de dezembro que aprovou a resolução 23/2024 publicada em DR a 5 de fevereiro de 2024 já alterada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2024 de 22 de agosto de 2024.

pluviais. Partindo da avaliação da situação atual do setor e tendo presentes, designadamente, os desafios emergentes das alterações climáticas, o PENSAARP 2030 identifica as grandes prioridades estratégicas de investimento e financiamento dos serviços de águas para a presente década.

Em julho de 2024¹⁰ foi criado um grupo de trabalho que define as linhas de ação da estratégia "Água que Une" - um plano multissetorial que visa assegurar a disponibilidade de água para todos os usos essenciais e promover a sustentabilidade ambiental e social.

Este Grupo de Trabalho tem como objetivo elaborar uma estratégia de desenvolvimento de um quadro de planeamento da água que articule todos os instrumentos de gestão em vigor, promova a sustentabilidade das massas de água, assegure a garantia do abastecimento de água, salvaguardando o bem-estar da população e a viabilidade dos setores económicos, orientada pelo seguinte quadro sequencial de prioridades:

- a) Aumento da eficiência hídrica e promoção do uso racional da água;
- b) Redução das perdas de água nos sistemas de abastecimento público, agrícola, turística, industrial;
- c) Promoção da utilização de água residual tratada;
- d) Otimização da exploração das infraestruturas existentes, através da promoção da multifuncionalidade do seu uso e do reforço da resiliência e redundância dos sistemas hidráulicos;
- e) Aumento da capacidade de armazenamento das infraestruturas existentes;
- f) Criação de novas infraestruturas e origens de água, onde se incluem infraestruturas de armazenamento, regularização e captação de água, unidades de dessalinização e, em último recurso, a interligação entre bacias hidrográficas.

A estratégia estabelece orientações para a elaboração do Plano Nacional da Água (PNA 2035) e para um novo plano de armazenamento e de distribuição eficiente de água para a agricultura, designado como Plano REGA.

O Grupo AdP em 2024

O Grupo AdP constitui-se como instrumento empresarial para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais nestes domínios do setor do ambiente, visando promover a universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade do setor e a proteção dos valores ambientais.

Neste contexto, trabalha em estreita colaboração com os Municípios, não só nas vertentes de clientes e, em alguns casos, co-acionistas, como também na construção de soluções de agregação de operações em baixa aplicando o seu know-how, no sentido promover soluções mais eficientes e com preços mais justos de abastecimento de água e saneamento às populações.

As alterações climáticas estão destacadas no conjunto de desafios endereçados no âmbito do Quadro Estratégico de Compromisso do Grupo AdP, considerando ambos os planos da ação climática, nomeadamente: i) na adaptação, com destaque para a resiliência dos sistemas, a economia circular e eficiência hídrica, a reciclagem da água e a valorização de outros subprodutos de elevado valor ecológico e a sensibilização para o valor da água e para o seu uso eficiente e ii) na mitigação, visando atingir a neutralidade energética em 2030 e promover a descarbonização do ciclo da água, através de programas envolvendo todas as empresas e atividades do Grupo e integrando a redução dos consumos energéticos, o forte aumento da produção própria de energia 100% renovável e a redução das emissões de gases com efeito de estufa.

¹⁰ Despacho n.º 7821/2024 de 16 de julho de 2024

Na Agenda de Inovação do Grupo AdP, e em linha com as ambições de sustentabilidade, encontram-se identificadas as áreas estratégicas de inovação: neutralidade energética e carbónica, eficiência e resiliência de operações e sistemas, economia circular, digitalização, simbiose com a comunidade e conhecimento.

O Grupo AdP continua a desenvolver, um conjunto de iniciativas com vista a garantir a resiliência dos sistemas, em complemento com o desenvolvimento de planos de adaptação às alterações climáticas nas empresas, de que a task force das empresas de abastecimento de água do Grupo, foi um exemplo no passado recente em contextos de situações de contingência ou de seca meteorológica e hidrológica verificadas.

Outro exemplo recente, foi a prossecução dado ao esforço de definição de regras e medidas adicionais de combate à seca, de que é exemplo o Plano de Eficiência Hídrica do Algarve que se enquadra também no âmbito do PRR.

No âmbito desta área geográfica, a 8 de fevereiro de 2024 foi aprovada uma resolução que reconhece a "situação de alerta na região do Algarve, por motivo de seca" e aprova um "*quadro de medidas de resposta imediata, de carácter temporário*" para redução de consumos e racionalização da utilização dos recursos, com o objetivo de "*ultrapassar as necessidades essenciais da época do Verão e terminar o ano de 2024 com reservas para 2025*".

Ainda no mês de fevereiro foi assim lançado o concurso público para a conceção, construção e exploração da Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve que visa garantir a resiliência do abastecimento de água, designadamente em períodos de seca prolongada, através de um acréscimo das disponibilidades hídricas na região.

Complementarmente, foi mantida e reforçada a campanha de sensibilização para a redução dos consumos de água de âmbito nacional, mas com especial incidência nos territórios mais críticos, tanto a norte como a sul do país

Na dimensão da economia circular, a continuação da estratégia de circularidade do Grupo AdP, que se pretende vir a congregar as várias dimensões da economia circular em que o Grupo está envolvido e deseja expandir a sua área de atuação. Salienta-se nesta dimensão a estratégia de Água para Reutilização (ApR), o plano de ação para a integração de materiais reciclados em novas obras do Grupo AdP, as ações ao nível da valorização de biogás e as ações ao nível dos ecoureagentes.

No quadro da promoção da sustentabilidade ambiental e económica das suas operações de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais a gestão da energia constituiu uma das prioridades estratégicas do Grupo AdP, destacando-se o Programa de Neutralidade Energética ZERO, cuja concretização deverá permitir ao Grupo posicionar-se como dos primeiros, de dimensão internacional, a atingir a neutralidade energética em todas as suas atividades nacionais e internacionais a nível mundial.

No plano internacional, em 2024, o Grupo AdP deu continuidade a diversos trabalhos de parceria e cooperação, designadamente com o Banco Mundial, com a qual protocolou o alargamento das atividades de parceria, nomeadamente ao nível da "Utilities of the Future".

2.3. A Regulação

Enquadramento regulatório

Em 2024, as entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP prestaram serviços no setor das águas, através das atividades de abastecimento público de água e do saneamento de águas residuais, os quais podem incluir, para além dos efluentes domésticos, efluentes industriais ou pluviais.

O setor onde estas entidades atuam é regulado e está sujeito à intervenção da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) nos termos definidos na Lei n.º 10/2014, de 6 de março, no que diz respeito à regulação económica, regulação da qualidade de serviço, da interface com o utilizador, exercendo ainda a ERSAR a atribuição de autoridade competente para a coordenação e a fiscalização do regime da qualidade da água para consumo humano.

Para além da ERSAR, as entidades gestoras estão ainda sujeitas à intervenção da Agência Portuguesa do Ambiente, no que diz respeito à regulação ambiental.

Os serviços prestados assentam nos princípios da defesa do interesse público, do caráter integrado dos sistemas, da eficiência produtiva, que pressupõe a adequada recuperação dos gastos associados à provisão dos serviços, e da prevalência da gestão empresarial, alinhados com as políticas públicas e os planos estratégicos setoriais nacionais.

No decorrer de 2024, as entidades gestoras que integram o Grupo AdP atuaram de acordo com vários modelos de gestão (concessionada ou delegada) e nos segmentos alta (EPAL; sistemas multimunicipais (SMM), AdSA e parceria Estado-Autarquias) e baixa (EPAL, AdSA e parceria Estado-Autarquias) da cadeia de valor do setor das águas.

Regulação económica

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP estão sujeitas à regulação económica por parte da ERSAR e regem-se igualmente pelo disposto nos respetivos diplomas constituintes e estatutários, bem como de acordo com os respetivos contratos de concessão, de parceria e de gestão. Estes contratos dispõem quanto às obrigações mínimas do serviço público, ao plano de investimentos, às regras de cálculo do tarifário e à remuneração contratual.

A Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, trouxe alterações aos estatutos da ERSAR em matéria tarifária. Com efeito, o referido diploma, devolveu o poder de aprovação das tarifas e rendimentos tarifários, quando aplicáveis, ao Concedente, no caso dos sistemas de titularidade estatal (EPAL, SMM e AdSA) geridos por entidades de capital exclusiva ou maioritariamente públicos.

A intervenção da ERSAR para os sistemas de titularidade municipal (parceria Estado-Autarquias), consiste na verificação da conformidade dos tarifários com as disposições contratuais e na conformidade com o regulamento tarifário, quando este existir. Para todas as entidades supervisiona os demais aspetos económicos e financeiros.

Para 2023, nos SMM, a ERSAR definiu cenários de eficiência produtiva e aprovou o valor dos desvios de recuperação de gastos (DRG) que as entidades gestoras dos sistemas multimunicipais puderam registar nas respetivas contas do exercício.

No decorrer de 2023, o Grupo AdP manteve a sua representação nos dois órgãos de consulta específicos (Conselho Consultivo e Conselho Tarifário) constituídos nos termos da Lei n.º 10/2014, de 6 de março.

Adicionalmente, em 2023, o Grupo AdP manteve a sua participação no âmbito das consultas públicas e ao setor promovidas pela ERSAR, bem como em diversos trabalhos desenvolvidos por esta entidade com impactos materiais no desenvolvimento das atividades e na definição das tarifas e cenários de eficiência operacional e financeira. Destacam-se, a este propósito a participação na consulta ao setor relativa à proposta de Recomendação sobre gestão de perdas aparentes em sistemas de abastecimento de água, o Projeto de Regulamento da qualidade de serviço prestado ao utilizador final e a proposta de Recomendação sobre gestão de fossas sépticas no âmbito de soluções particulares de saneamento de águas residuais domésticas.

Realizaram-se trabalhos conducentes à revisão tarifária dos SMM, conforme estabelecido no Decreto-lei n.º 87-C/2022, de 29 de dezembro.

AdA – atividade em “alta”

A Águas do Algarve, S.A. é um sistema multimunicipal, e exerce, através de contrato de concessão celebrado com o Estado, as atividades de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais em “alta”.

As tarifas e os rendimentos tarifários em “alta” praticadas são avaliadas pela ERSAR sendo calculadas com base nos encargos eficientes aceites por esta entidade.

Para a Águas do Algarve, S.A. as tarifas e os rendimentos tarifários encontram-se estabelecidos para o primeiro período tarifário no decreto-lei de constituição e respetivo contrato de concessão. Neste período, a ERSAR valida a atualização das tarifas e dos rendimentos tarifários com base na taxa de inflação (IHPC).

Nos termos do contrato de concessão, são considerados encargos a recuperar por via tarifária os gastos operacionais eficientes, incluindo as amortizações de investimento líquidas de subsídios, os gastos financeiros, líquidos de rendimentos financeiros, os impostos sobre o rendimento e a remuneração acionista. São ainda considerados encargos tarifário a quota-parte de recuperação dos desvios de recuperação de gastos (DRG), quando aplicável.

Durante o ano de 2024, as tarifas e os rendimentos tarifários aplicadas na faturação pela Águas do Algarve, S.A., foram objeto de análise e de emissão de parecer por parte da ERSAR, mas aguardamos aprovação do Concedente.

O contrato de concessão determina que a rendibilidade dos capitais próprios, a recuperar por via tarifária, resulte da remuneração do capital social e da reserva legal a uma taxa equivalente às OT (obrigações do tesouro) a dez anos acrescida de uma margem de 3%, e da remuneração acionista em dívida, a uma taxa equivalente às OT a dez anos.

Em 2024, a taxa de juro média diária das obrigações do tesouro a 10 anos cifrou-se em 2,96%.

O diploma constituinte da Águas do Algarve, S.A., estabelece a metodologia de registo e de recuperação dos DRG. Com a publicação do Decreto-lei n.º 16/2021 de 24 de fevereiro, ficou estabelecido que os DRG podem ser gerados até ao termo do terceiro período quinquenal da concessão, e que estes saldos (ativos ou passivos) devem ser recuperados até ao termo do prazo da concessão.

Por via do contrato de concessão, a ERSAR detém o poder de aprovar o valor de DRG a registar nas contas anuais da Águas do Algarve, S.A., tendo por base um cenário de eficiência produtiva estabelecido de acordo com critérios previamente definidos. Este facto confere à ERSAR o poder de estabelecer os gastos que podem ser recuperados por via tarifária, podendo estes ser distintos dos efetivamente incorridos.

Em 31 de dezembro de 2023 estavam registados nas contas cerca de 30,4 milhões de EUR de DRG de natureza superavitária, decorrentes do histórico da atividade da Águas do Algarve, S.A..

Regulação da qualidade do serviço

A Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) é a responsável por regular a atividade da Águas do Algarve, S.A. em matéria de qualidade de serviço.

Esta regulação é efetuada anualmente através de um conjunto de indicadores, cujos resultados são publicados no Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP), no site da ERSAR em <https://www.ersar.pt/pt>.

Os indicadores que compõem o sistema de avaliação da qualidade do serviço prestado pelas entidades gestoras, encontram-se distribuídos por três grupos:

1. Adequação do serviço ao utilizador;
2. Sustentabilidade da gestão do serviço;
3. Sustentabilidade ambiental.

A informação individual da avaliação da qualidade do serviço realizada pela ERSAR é disponibilizada anualmente no sítio da internet da Águas do Algarve, S.A. em: <https://www.aguasdoalgarve.pt/content/avaliacao-da-qualidade-do-servico-prestado-aos-utilizadores>

A Águas do Algarve, S.A. está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço.

A intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço resulta de uma avaliação que é aferida anualmente através de um conjunto de indicadores e em que os resultados desta avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

Em fevereiro de 2025, o volume I do RASARP com os resultados do sistema de avaliação da qualidade do serviço prestado pelas entidades gestoras, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2024, não havia sido ainda disponibilizado pela ERSAR.

A informação individual da avaliação da qualidade do serviço realizada pela ERSAR é disponibilizada no sítio da internet da Águas do Algarve, S.A, disponível em <https://www.aguasdoalgarve.pt/content/avaliacao-da-qualidade-do-servico-prestado-aos-utilizadores>.

Regulação da qualidade da água para consumo humano

A Águas do Algarve, S.A., que presta um serviço público de abastecimento de água, está incumbida, essencialmente, de garantir, sob a fiscalização das entidades competentes, o controlo da qualidade da água para consumo humano, de acordo com os parâmetros legais e regulamentares aplicáveis.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 69/2023, de 21 de agosto, a Águas do Algarve, S.A. deve elaborar anualmente o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), e submeter para aprovação da ERSAR, cabendo a esta entidade coordenar e a fiscalizar a respetiva implementação.

No cumprimento da legislação, a Águas do Algarve, S.A. realiza a avaliação e gestão do risco do sistema de abastecimento, implementa os planos de monitorização operacional (PCO) e o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA). As situações de incumprimento dos valores paramétricos (VP) são comunicadas às entidades competentes, sendo levadas a cabo as medidas de investigação adequadas e sendo adotadas as medidas de correção legalmente previstas, sempre que aplicável.

Em setembro de 2024, foi divulgado o volume 2 do Relatório Anual do sector (RASARP 2024 - com data de referência 26 de setembro de 2024), relativo aos resultados da qualidade da água para consumo humano (PCQA 2023), tendo sido registado um resultado de 99.93% no indicador “Água segura”, para a Águas do Algarve, S.A., que se revelou superior à meta de 99% (objetivo de excelência) definido pela ERSAR.

Em dezembro de 2023 foi aprovado, pela ERSAR, o PCQA para o ano de 2024 da Águas do Algarve, S.A.. No âmbito do PCQA 2024, ao longo de 2024, foi dada continuidade à implementação das orientações emitidas pela ERSAR, tendo sido efetuadas 8584 análises (6831 das quais com valor paramétrico associado) e tendo sido registado 1 incumprimento ao valor paramétrico (VP), o que evidencia um excelente desempenho do SMAAA em termos da qualidade da água para consumo humano. O indicador “Água segura” relativo ao ano de 2024 será publicado no RASARP 2025, pela ERSAR, onde se obterá certamente, tal como em anos anteriores, um resultado acima da meta definida pela ERSAR para um objetivo de excelência (99%).

Regulação da interface com o utilizador

Como referido anteriormente, a Águas do Algarve, S.A. está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de regulação, podendo os utilizadores, caso tenham necessidade de pedir informações, ou efetuar reclamações recorrer ao sítio da internet: [ERSAR - Reclamações](#), ou ao livro físico existente na Sede de Águas do Algarve, S.A, ao contacto via correio eletrónico (geral.ada@adp.pt) ou telefónico (289 899 070).

Os pedidos de informação e as reclamações efetuadas pelos utilizadores dos serviços são analisados pela AdA e/ou pela entidade reguladora.

3. O Negócio

3.1. Introdução

A Águas do Algarve S.A. é uma sociedade de direito privado de capitais públicos onde a Águas de Portugal, SGPS, S.A., participa com a maioria do capital social, sendo o restante distribuído pelos municípios algarvios de acordo com o exposto na nota nº16 do anexo às demonstrações financeiras.

3.2. Água em Alta

Sistema multimunicipal de abastecimento de água do Algarve

O Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve (SMAAA), numa estratégia de gestão integrada e plurianual dos recursos hídricos, utiliza origens de água quer superficiais, quer subterrâneas, ajustando a sua estratégia de captação, numa avaliação contínua, em função das características dos anos hidrológicos, disponibilidades hídricas registadas nas origens; e da capacidade de redundância e flexibilidade na gestão do SMAAA (em termos de redundância de origens, capacidade de produção de água, transferência de água tratada entre subsistemas e gestão da distribuição).

A albufeira da barragem de Odelouca, destinada exclusivamente ao abastecimento público de água, é uma das principais origens de água superficial do Sistema, o qual recorre ainda às albufeiras do Aproveitamento Hidráulico de fins-múltiplos de Odeleite-Beliche e à água proveniente da albufeira da Bravura, também de fins-múltiplos.

As origens superficiais são complementadas com o recurso à captação de água subterrânea, através dos Sistemas de Captações Subterrâneas de Benaciate e de Vale da Vila, localizados no aquífero de Querença-Silves e dos Sistemas de Captações Subterrâneas de Almádena e Portelas, localizados no aquífero de Almádena-Odiáxere.



➤ Volumes captados, para assegurar as necessidades do Abastecimento Público ao Algarve, através do SMAASA

No Quadro 15, são apresentados os volumes totais captados pelo SAAAA, por origem de água, para assegurar as necessidades do Abastecimento Público ao Algarve, no ano 2024.

Volumen de Água Captados nas Origens de Água do SMAASA para o Abastecimento Público (m³)		
Origem de Água		Janeiro a dezembro 2024
Superficial	Albufeira da Bravura	1.672.290
	Albufeira do Funcho	7.674.800
	Albubeira de Odelouca	23.625.800
	Empreendimento Hidráulico de Odeleite-Beliche	26.590.757
Subterrânea	Aquífero de Almádena/Odeáxere	1.405.845
	Aquífero de Querença/Silves	8.875.490
Total Abastecimento Público		69.844.982

Quadro 12 - Volumes de Água Captados nas Origens de Água do SMAASA, para o Abastecimento Público, entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2024

Entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2024 foram captados nas diversas origens de água do SMAASA, cerca de 69,8 hm³ de água, com recurso a origens superficiais (59,5 hm³) e origens de água subterrâneas (10,3hm³).

Nos gráficos seguintes apresentam-se os volumes captados no triénio 2022-2024, considerando o volume mensal, volume acumulado e a proporção por tipo de origem:

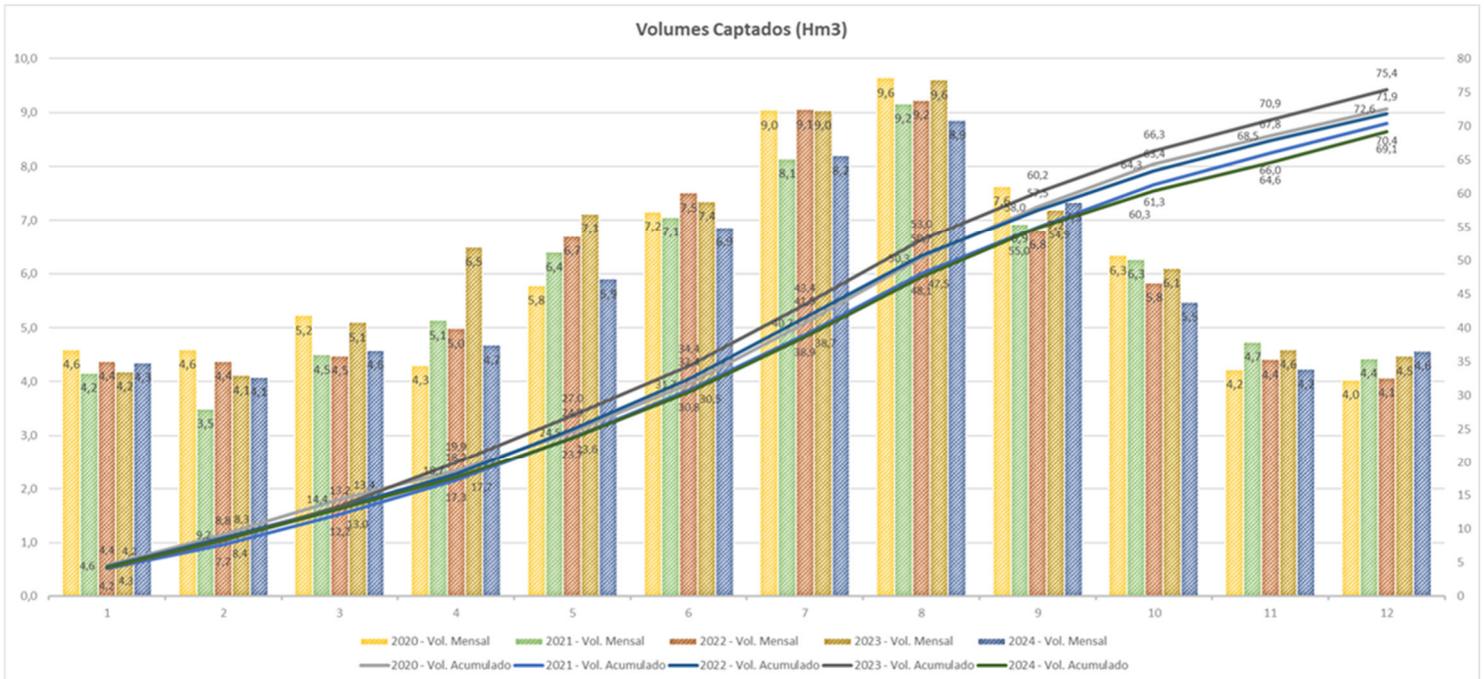


Gráfico 5 - Volumes Captados (Hm3)

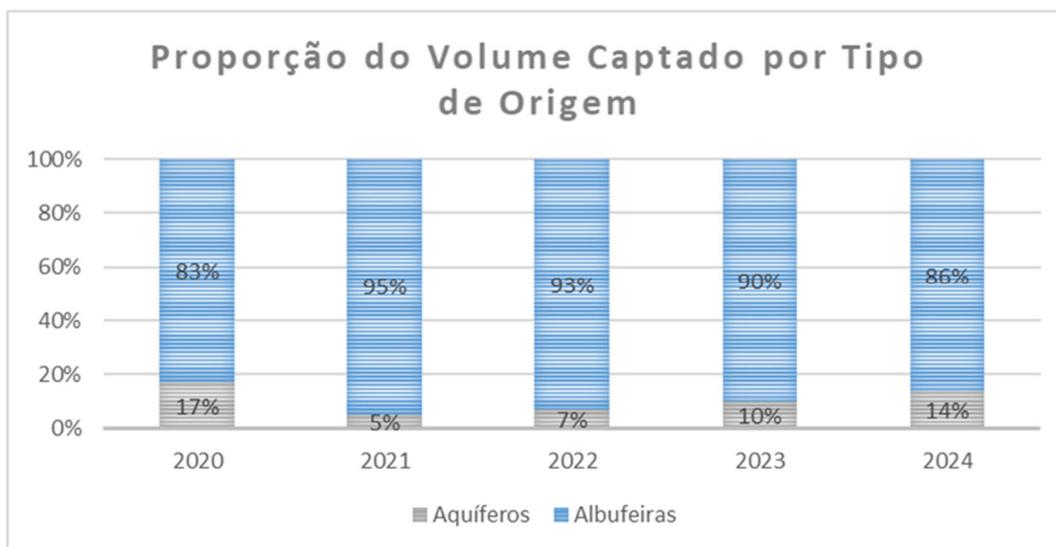


Gráfico 6 - Proporção do Volume Captado por Tipo de Origem

➤ Situação das Origens de Água Superficiais do SMAASA

Na região do Algarve a precipitação tem vindo a diminuir ao longo dos últimos anos, nomeadamente nas últimas duas décadas, observando-se uma irregular distribuição de precipitação ao longo dos meses do período húmido (outubro a abril), ocorrendo por vezes concentrada em um ou dois meses e nem sempre nos que eram tipicamente mais chuvosos (dezembro e janeiro), sendo essa irregularidade prejudicial para a economia e obrigando a uma adaptação dos ecossistemas. Nos últimos anos hidrológicos, e em termos de águas superficiais, o armazenamento total não tem atingido os 60% e a precipitação verificada não tem sido suficiente para gerar aflúências significativas, de modo a permitir recuperar o armazenamento de água nas albufeiras da região.

Na Tabela I são apresentados os volumes armazenados, entre 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2024, nas albufeiras que constituem origens de água superficial do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Algarve (SMAASA).

Data	BARRAGEM DE ODELOUCA				BARRAGEM DE ODELEITE				BARRAGEM DE BELICHE				BARRAGEM DE BRAVURA			
	hm ³	%	hm ³	%	hm ³	%	hm ³	%	hm ³	%	hm ³	%	hm ³	%	hm ³	%
dez/23	38,68	24,6%	9,74	7,6%	40,57	31,2%	19,37	17,8%	11,66	24,3%	6,55	15,3%	2,68	7,7%	0,11	0,3%
jan/24	45,39	28,88%	16,45	12,83%	50,64	38,95%	29,44	27,06%	15,45	32,18%	10,34	24,10%	3,30	9,47%	0,73	2,27%
fev/24	50,92	32,41%	21,98	17,15%	55,12	42,40%	33,92	31,18%	16,93	35,26%	11,82	27,55%	4,34	12,47%	1,78	5,51%
mar/24	64,94	41,33%	36,00	28,08%	61,34	47,18%	40,14	36,89%	18,73	39,02%	13,62	31,75%	6,87	19,72%	4,30	13,33%
abr/24	73,05	46,49%	44,11	34,41%	65,04	50,03%	43,84	40,29%	20,24	42,18%	15,13	35,29%	7,88	22,62%	5,31	16,47%
mai/24	71,75	45,66%	42,81	33,40%	60,86	46,81%	39,66	36,45%	18,83	39,24%	13,72	32,00%	7,76	22,28%	5,19	16,10%
jun/24	67,77	43,13%	38,83	30,29%	55,79	42,92%	34,59	31,80%	17,13	35,69%	12,02	28,03%	7,27	20,88%	4,71	14,59%
jul/24	62,93	40,05%	33,99	26,51%	49,92	38,40%	28,72	26,40%	15,17	31,61%	10,06	23,46%	6,60	18,95%	4,03	12,50%
ago/24	57,64	36,68%	28,70	22,38%	44,12	33,94%	22,92	21,07%	12,90	26,86%	7,79	18,15%	5,80	16,66%	3,24	10,03%
set/24	53,41	33,99%	24,47	19,09%	39,48	30,37%	18,28	16,81%	11,29	23,53%	6,18	14,41%	4,96	14,24%	2,39	7,42%
out/24	50,50	32,14%	21,56	16,82%	37,48	28,83%	16,28	14,96%	10,63	22,15%	5,52	12,87%	4,38	12,59%	1,82	5,64%
nov/24	48,28	30,72%	19,34	15,09%	60,50	46,54%	39,30	36,13%	18,74	39,05%	13,63	31,79%	4,40	12,63%	1,83	5,68%
dez/24	47,39	30,16%	18,45	14,39%	59,84	46,03%	38,64	35,52%	18,49	38,52%	13,38	31,20%	4,39	12,61%	1,83	5,66%

Os volumes armazenados nas albufeiras a 31 de dezembro de 2024 (e tendo em consideração os consumos médios dos diversos sectores, caudais reservados e ecológicos, e perdas por evaporação), não permitiam **garantir a segurança hídrica**

para o abastecimento público urbano, dado que não asseguravam uma reserva de volume útil que garantisse um ano das necessidades de captação deste uso.

No gráfico seguinte apresenta-se uma análise plurianual ao somatório das capacidades úteis das barragens acima mencionadas:

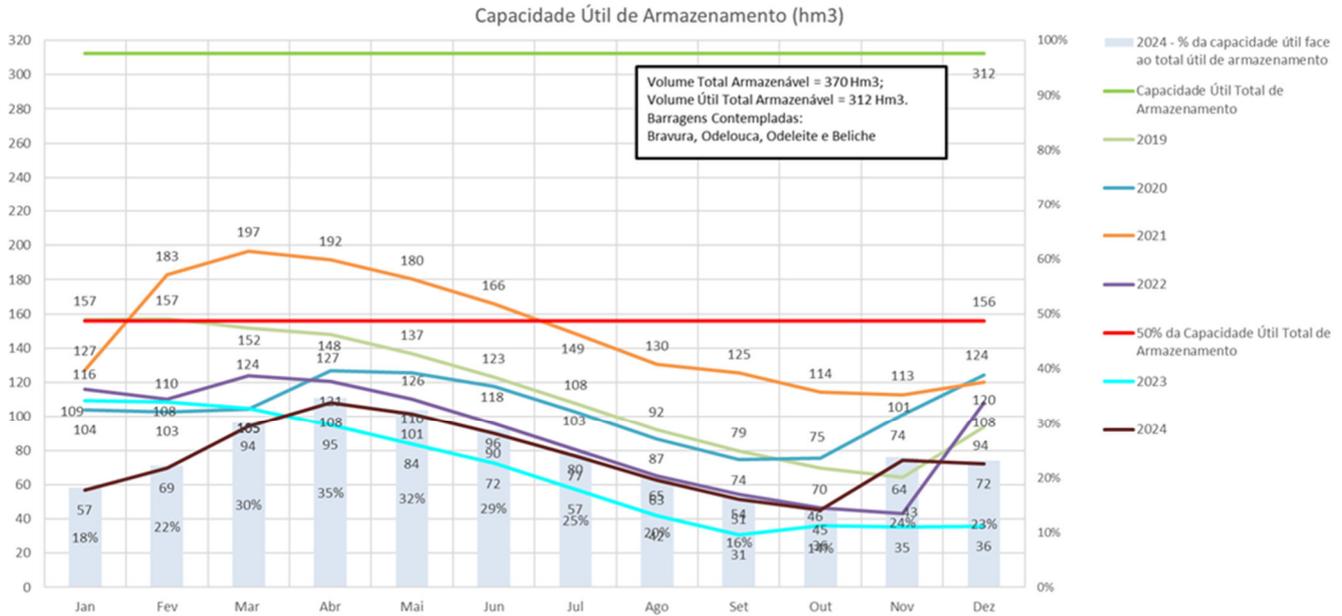


Gráfico 7 - Capacidade Útil de Armazenamento (Hm3)

A Agência Portuguesa do Ambiente (APA I. P.), enquanto Autoridade Nacional da Água, declarou, em 5 de dezembro de 2023, a situação de alerta em caso de seca, declaração esta que foi reafirmada por deliberação do seu conselho diretivo, de 25 de janeiro de 2024, e, em coordenação com as entidades competentes e os principais utilizadores, deu início a medidas de informação e atuação adequadas, além de promover o uso eficiente da água e a implementação de medidas imperativas em situações de seca.

Foi promulgada em Diário da República a Resolução do Conselho de Ministros n.º 26-A/2024, de 20 de fevereiro - que reconhece a situação de alerta na região do Algarve por motivo de seca e aprova um quadro de medidas de resposta, e em 21 de junho de 2024, foi promulgada em Diário da República a Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2024, que manteve o reconhecimento da situação de alerta na região do Algarve por motivo de seca e aprovou também um quadro de medidas de resposta e restrições ao consumo dos diversos sectores utilizadores.

De facto o ano hidrológico, de 2023-2024, não permitiu um melhoria significativa dos volumes armazenados, com a agravante da situação de baixa disponibilidade hídrica ser generalizada a todas as albufeiras que constituem origens da água do Sistema de Abastecimento de Água em Alta (SAAA) do Algarve gerido pela Águas do Algarve, S.A. (AdA), pelo que a gestão da situação de escassez hídrica em 2024, foi um enorme desafio para AdA.

Neste sentido, e face às baixas disponibilidades de água registadas nas albufeiras no final de abril de 2024 (final do período húmido), manifestou-se essencial adotar estratégias que permitissem uma gestão muito criteriosa destas disponibilidades hídricas, naturalmente articulada entre os diferentes utilizadores, assim como efetuar um reforço das medidas extraordinárias previstas, para fazer face à escassez de água, e assegurar a garantia do abastecimento público de água à região do Algarve no ano de 2025.

Foi essencial implementar ações urgentes na vertente de redução de consumos e de aumento na eficiência hídrica, em todos os setores utilizadores dos recursos hídricos, devidamente articuladas entre os mesmos e as autoridades sectoriais.

É neste contexto, que se a Águas do Algarve elaborou e apresentou o Plano de Ação para a Situação de Emergência do Abastecimento de Água ao Algarve em 2024 da Águas do Algarve (AdA) – Grupo Águas de Portugal. Este plano contém medidas diretamente da responsabilidade da Águas do Algarve e também a recomendação de medidas a serem acionadas por outros *stakeholders*.

Paralelamente, a AdA operacionalizou, implementou e construiu novas soluções e medidas extraordinárias, para garantia da segurança hídrica para o abastecimento público durante o ano 2024.

➤ **Medidas no âmbito da Gestão da Situação de Escassez Hídrica, pelo SMAASA**

O que fizemos? (antecedentes)

Importa salientar que, no que refere à garantia de segurança hídrica para o abastecimento público, o trabalho de adaptação aos contextos de escassez hídrica não começou agora, apesar da Águas do Algarve ter presentemente medidas estruturais muito significativas em curso, como é a construção da Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve e a Estação de Captação de Água no rio Guadiana, junto a Pomarão (que não constitui um transvase, pois a água é captada e encaminhada para a albufeira de Odeleite, que pertence também à bacia do Guadiana).

De facto, nas duas últimas décadas a Águas do Algarve, manteve sempre o empenho na adaptação do Sistema de Abastecimento Público ao Algarve à escassez hídrica. Realizaram-se investimentos muito significativos, em dois eixos principais.

Ao nível estrutural, com a construção de infraestruturas que permitiram a constituição e utilização de novas origens de água para o abastecimento público, e de soluções para maximizar a capacidade de redundância e fiabilidade do Sistema Multimunicipal. E ao nível da implementação de novas estratégias de gestão do Sistema e suas origens de água, com a especialização de equipas técnicas.

Das medidas concluídas ao longo dos anos, há algumas que se destacam pela sua relevância, e que importa salientar, tais como:

- ✓ a construção da maior barragem e albufeira do Algarve, Odelouca, que assegurou uma nova e importante origem de água para o abastecimento público da região;
- ✓ a construção e reabilitação de 3 relevantes Sistemas redundantes de Captações Subterrâneas (mais de 20 captações), que possibilitam uma gestão integrada de água superficial e subterrânea e conferem redundância de origens;
- ✓ a construção de 2 estações elevatórias de água tratada, reversíveis, que ligam os sistemas de Barlavento e Sotavento aumentando a sua flexibilidade e melhorando o equilíbrio na gestão territorial das disponibilidades de água face às necessidades de consumo;
- ✓ a ampliação da capacidade de produção da ETA de Alcantarilha, para responder à forte pressão dos consumos no Barlavento Algarvio;
- ✓ a construção de novos reservatórios de água;
- ✓ e a Instalação e construção de 2 Sistemas de Captação de Volumes Mortos (para situações de emergência) nas albufeiras de Odeleite e Bravura, entre outros investimentos.

Apesar das dificuldades e desafios dos últimos 20 anos, o investimento no aumento da resiliência deste Sistema tem permitido assegurar que, desde 2005, não haja falhas no abastecimento público de água no Algarve, na área da Concessão do SAAA. No entanto, isto resulta de um trabalho constante, que importa reforçar e continuar a realizar.

O que estamos a fazer?

No entanto, a adaptação é um trabalho constante e, o ano 2024 constituiu um marco importante na concretização de um conjunto de projetos da maior relevância para a garantia, no que refere ao abastecimento público, de segurança hídrica para a próxima década. Dos investimentos em curso no ano 2024, devem destacar-se os seguintes:

- a Construção de uma Estação de Tratamento de Água por Dessalinização.
- a Construção da Estação de Captação de Água do Guadiana – Pomarão.
- o Reforço da interligação dos subsistemas de abastecimento do Barlavento e do Sotavento;
- a Instalação e construção do Sistema de Captação de Volume Morto da albufeira Odelouca, entre outros investimentos.
- a Reabilitação/Integração no SMAASA de antigas Captações Públicas Estratégicas de água subterrânea (fase 2);
- e o Aumento da Produção e Fornecimento de Água para Reutilização (ApR), para usos não potáveis, contributo importante para a redução da pressão sobre os recursos hídricos da região.

Deve, no entanto, reforçar-se que, o aumento da resiliência da região aos contextos de escassez hídrica, apenas será alcançado através da ação articulada e integrada de todos os setores utilizadores.

O volume total de água faturada aos utilizadores do Sistema de Abastecimento de Água em Alta, em 2024, foi de 68 584 374 m³, representando um caudal médio diário de 187 389 002 m³, sendo inferior em 7 % em relação ao caudal médio diário de 2023.

O Gráfico 8 apresenta a evolução global dos volumes de água faturada aos Utilizadores Municipais no ano de 2024 face ao ano 2023.

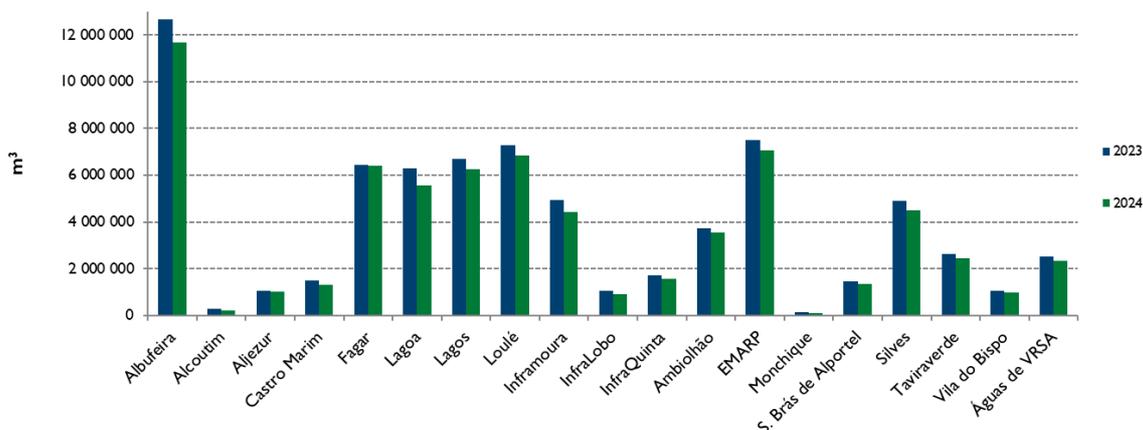


Gráfico 8 - Evolução anual do volume de água fornecida aos Utilizadores Municipais nos anos de 2024 e 2023 (m³)

Mantém-se a forte sazonalidade no Sistema de Abastecimento de Água em Alta, com um fator de ponta em 2024, de 1,54 registado no mês de julho.

O Gráfico 9 apresenta a distribuição dos volumes de água faturados por Utilizador Municipal verificados no ano 2024.

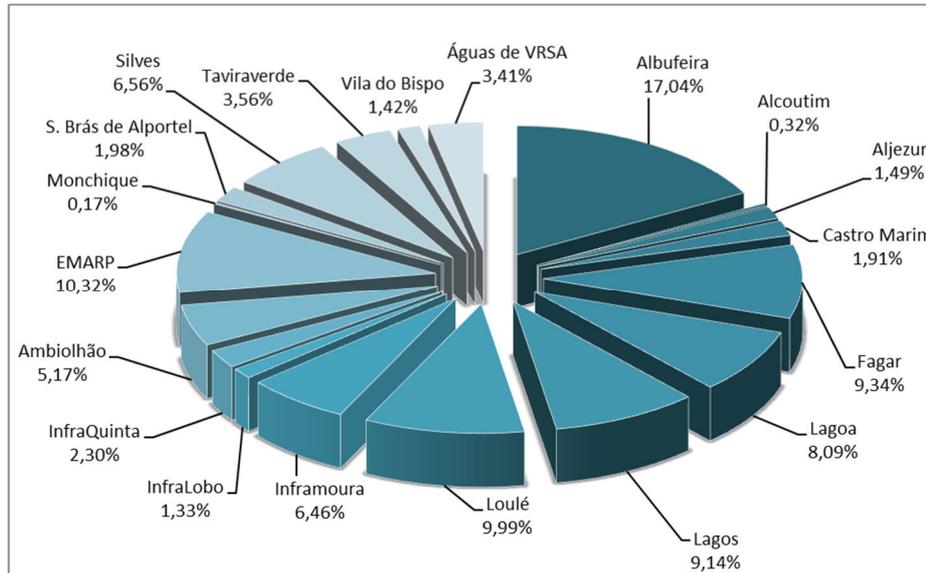


Gráfico 9 - Distribuição dos volumes de água faturados por Utilizador Municipal verificados no ano 2024.

O Município com maior percentagem de água faturada foi o de Loulé, incluindo as Empresas concessionárias em baixa InfraQuinta, InfraLobo e InfraMoura, representando cerca de 20,1% da água faturada no Sistema de Abastecimento de Água em Alta.

O Utilizador Municipal com maior volume faturado foi Albufeira, representando 17,0% da água faturada no Sistema de Abastecimento de Água em Alta. O Utilizador Municipal com menor volume de água faturada foi Monchique, representando apenas 0,17% da água fornecida.

A Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 80/2024 de 21 de junho, que alterou e substituiu a RCM n.º de 26-AA/2024 de 20 de fevereiro, manteve o reconhecimento da situação de alerta na região do Algarve por motivo de seca em 2024, conforme declarado pela Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. (APA, I. P.), em 5 de dezembro de 2023. A referida RCM, determinou que o volume mensal de água para consumo humano que a Águas do Algarve, S. A. (AdA, S. A.), enquanto concessionária do sistema multimunicipal de abastecimento de água e saneamento do Algarve, poderia fornecer a cada utilizador municipal ficou limitado ao valor correspondente a 90 % do volume registado no ano de 2023, exceto no caso das entidades gestoras dos municípios de Olhão, Lagoa e São Brás de Alportel, as quais evidenciaram, em 2023, reduções no volume de água consumido face ao ano de 2022, pelo que o período de referência a considerar nestes casos é a média dos consumos de 2022/2023.

O volume global de redução pela Águas do Algarve em 2024 foi de 5 591 786 m³, ou seja, de 8%, em relação ao período de referência (estabelecido na Resolução de Conselho de Ministro n.º 80/2024).

A AdA, S.A. cumpriu com o valor correspondente a 90 % do volume de água registado no período de referência, a seis Entidades Gestoras em Baixa, nomeadamente com uma redução do volume de água fornecido de 19% a Alcoutim, 14% a Lagoa, 13% a InfraLobo, 12% a Castro Marim, 11% a São Brás de Alportel e 11% a InfraMoura. As Entidades Gestoras do Algarve deram resposta no sentido do cumprimento da RCM, tendo alcançado uma redução global de 8% do volume de água fornecido face ao período de referência e de 7% face ao período homólogo.

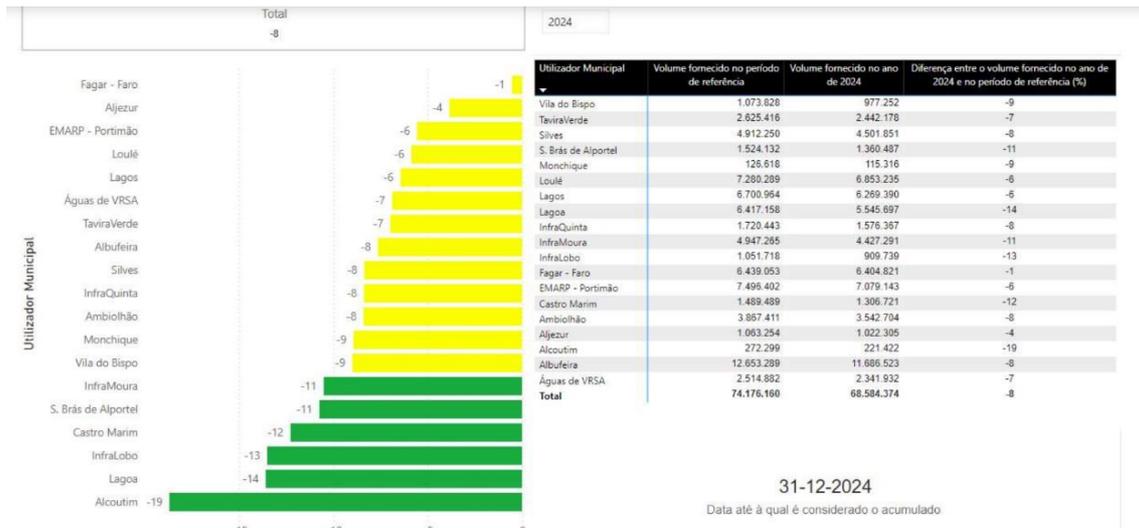


Gráfico 10 - Evolução do volume de água fornecido por Entidade Gestora face ao período de referência (RCM)

O volume de água não faturada no ano 2024 foi de 1 260 608 m³, representando 1,80 % do total de água captada para tratamento. Atendendo ao indicador da ERSAR referente à Água Não Faturada, expresso pela «Percentagem de água entrada no sistema que não é faturada», nos anos 2023 e 2024 obteve-se resultados de 2,0% e 1,8%, respetivamente, o que é considerado como Qualidade de Serviço Boa (Guia técnico 27, de 31/01/2024 - 4.ª geração do sistema de avaliação da qualidade dos serviços de águas e resíduos prestados aos utilizadores), como pode ser verificado no gráfico 11.

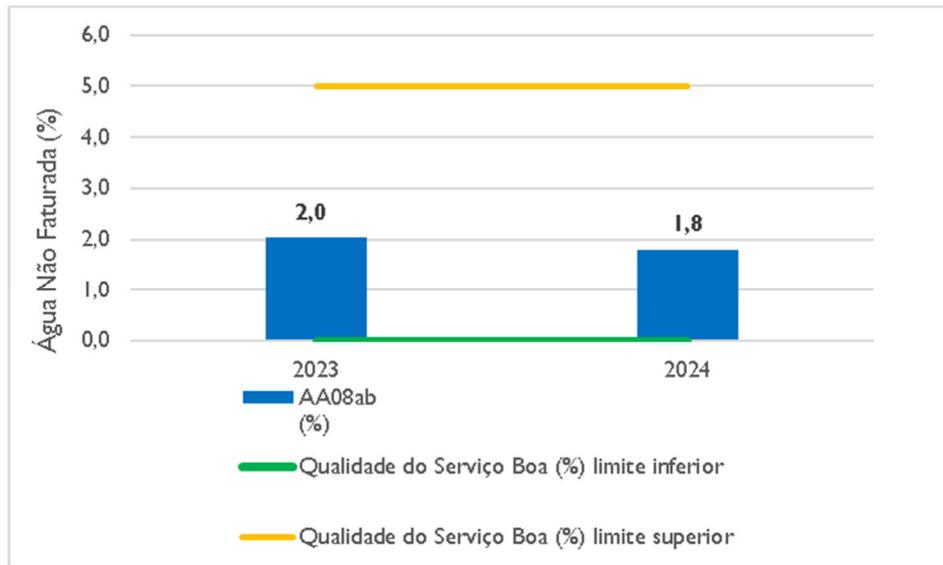


Gráfico 11 - Evolução do indicador Água Não faturada (%) nos anos 2023 e 2024.

No que respeita ao indicador da ERSAR referente às Perdas Reais de água, expresso pelo «volume de perdas reais por unidade de comprimento de conduta», no ano 2024 obteve-se resultados de 2,9 e 2,4 m³/km/dia respetivamente, o que é considerado como Qualidade de Serviço Boa (Guia técnico 27, de 31/01/2024 - 4.ª geração do sistema de avaliação da qualidade dos serviços de águas e resíduos prestados aos utilizadores), como pode ser verificado no gráfico 12.

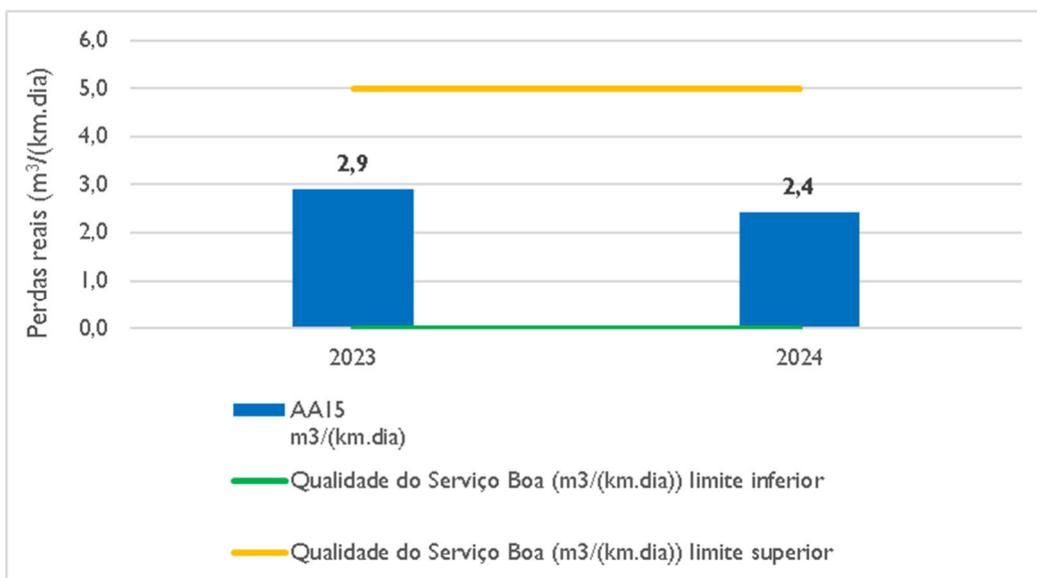


Gráfico 12 - Evolução do indicador Água Perdas Reais (m³/(km.dia)) nos anos 2023 e 2024

O volume total de água tratada no ano de 2024 foi de 68 285 798 m³ e representou um decréscimo de 7,2% face ao ano anterior.

Através da Interligação Reversível, foram transferidos 2 662 089 m³ de água no sentido Poente – Nascente m³ e 2 062 466 m³ no sentido Nascente – Poente, representando neste sentido um decréscimo de volumes transferidos de 50% face ao ano anterior.

Manteve-se o Plano de Contingência do Sistema de Abastecimento de Água em Alta, ativado em 28 de abril de 2022, nomeadamente o Cenário I, com limitação de utilização da ETA de Fontainhas, atendendo à manutenção do estado de escassez hídrica a Barlavento no Algarve, tendo sido dada continuidade à implementação de medidas nomeadamente a captação de água nos furos municipais LF6 e LF8, com início em maio de 2024, com um volume fornecido diretamente para a adução após desinfecção, de 457 747 m³, mantendo a captação no furo LF2 aumentando cerca de 24 % face ao ano anterior, representando um volume total de 618 116 m³, e manteve-se a captação de água subterrânea no furo JK8, tendo-se fornecido um total de 787 730 m³, diretamente para adução após desinfecção, representando um acréscimo de 2% face ao ano anterior.

Qualidade da água fornecida para consumo humano

A qualidade da água tratada e fornecida aos Utilizadores servidos pelo Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água em Alta, no ano 2024, pode considerar-se excelente, com uma conformidade que se estima em 99.99% no indicador “Água segura”, a publicar posteriormente no RASARP 2025, pela ERSAR, com base nas 8584 análises efetuadas no âmbito do PCQA - das quais 6831 análises possuem valor paramétrico associado, a apenas 1 incumprimento aos limites da qualidade da água (valor paramétrico) fornecida, em alta, ao Algarve.

Produção e destino final de lamas do tratamento de água

Nas Estações de Tratamento de Água (ETA) do Sistema de Abastecimento de Água em Alta em 2024 foram produzidas 4 882 toneladas de lamas desidratadas e enviadas 5 364 toneladas de lamas para valorização no Complexo Industrial da Cimpor, em Loulé, representando, em relação ao ano anterior, uma redução de 25% na produção de lamas e um decréscimo de 8% nas lamas encaminhadas para valorização, como pode ser verificado no gráfico 13.

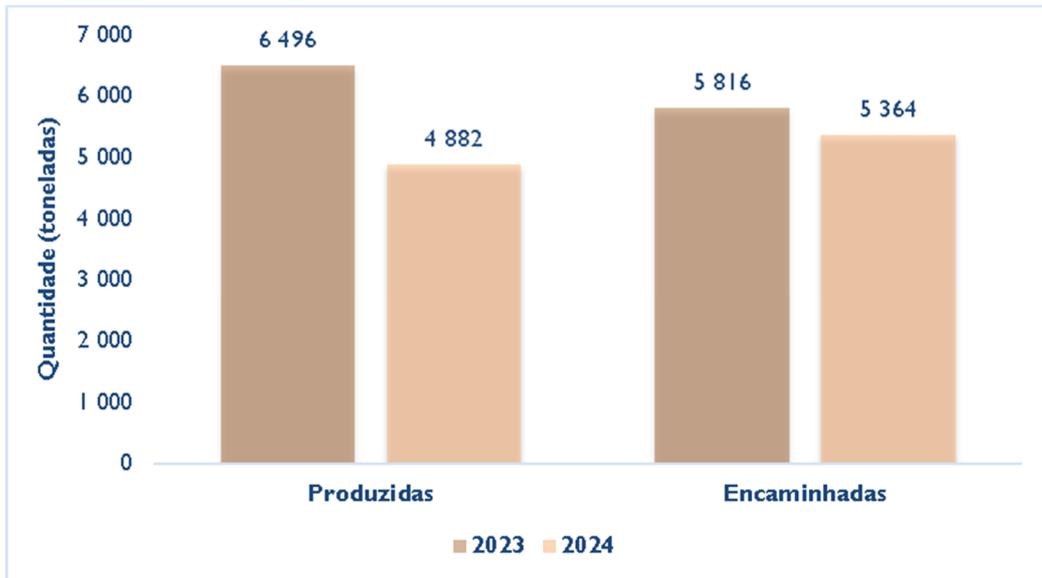


Gráfico 13 - Evolução da quantidade de lamas de clarificação da água produzidas e encaminhadas a destino final nos anos 2023 e 2024.

3.3. Saneamento em Alta

Sistema multimunicipal de saneamento do Algarve

Principais características das instalações

Em 2024, até ao mês de julho, foram exploradas as mesmas infraestruturas do ano transato. Após essa data, com a desativação da ETAR do Rogil, cujas águas residuais passaram a ser encaminhadas para tratamento na ETAR de Aljezur, e com o acréscimo de duas EE e os respetivos sistemas intercetores associados, passou-se a explorar 78 ETAR, 194 EE e 499 km de intercetores.

Infraestruturas (2020-2024)

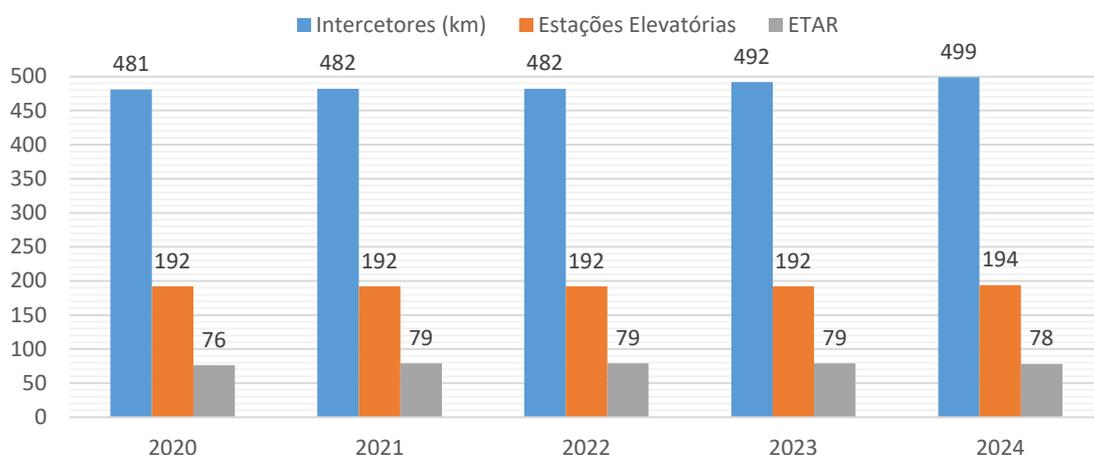


Gráfico 8 - Infraestruturas (2020-2024)

Foram ainda exploradas infraestruturas no âmbito da reutilização de águas residuais tratadas, nos subsistemas de tratamento das ETAR de Albufeira Poente, Boavista, Quinta do Lago e de Vila Real de Santo António. A reutilização de água tratada teve a seguinte distribuição, num volume total de cerca de 1% do total de água residual tratada:

- Utilização interna, e.g., lavagens, preparação de reagentes, rega, 678 052 m³
- ApR para suporte de ecossistemas, 2 832 450 m³
- ApR rega de campos de golfe, de jardins e de parques temáticos, 1 225 962 m³

Volume de água residual tratada

Em 2024, o volume de água residual tratada foi de 42.059.835 m³, o que representa um aumento de 3 % face ao ano anterior. Na figura seguinte estão representados os volumes anuais (m³), de 2020 a 2024.



Gráfico 9 - Volume Tratado 2020-2024 (m³)

A distribuição de 2021 a 2024, por Município, é a que se apresenta de seguida:

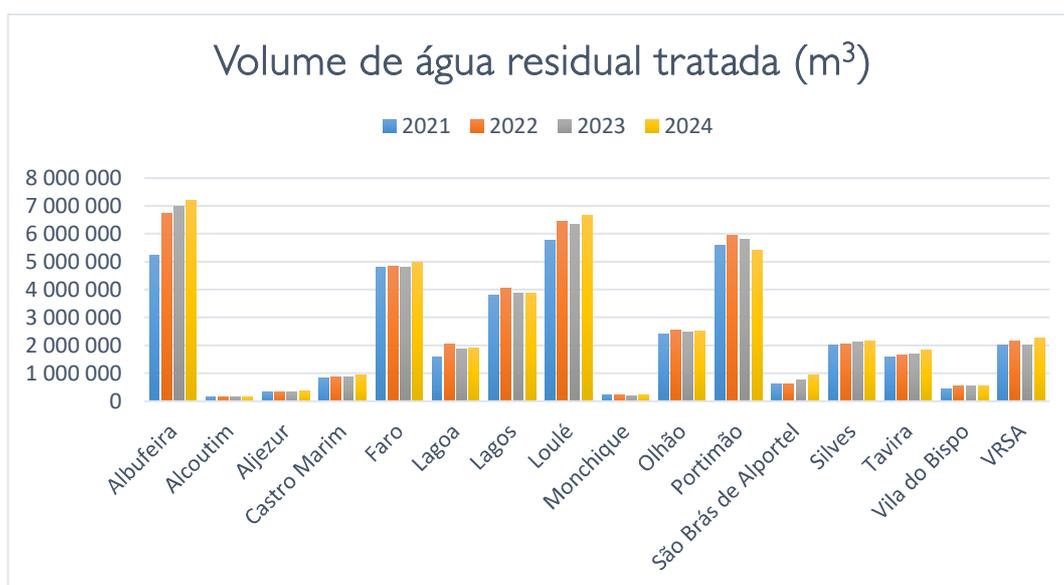


Gráfico 10 - Volume de água residual tratada (m³)

Apresenta-se, na figura seguinte, a proporção de cada Município no volume de água residual tratada em 2024 (%).

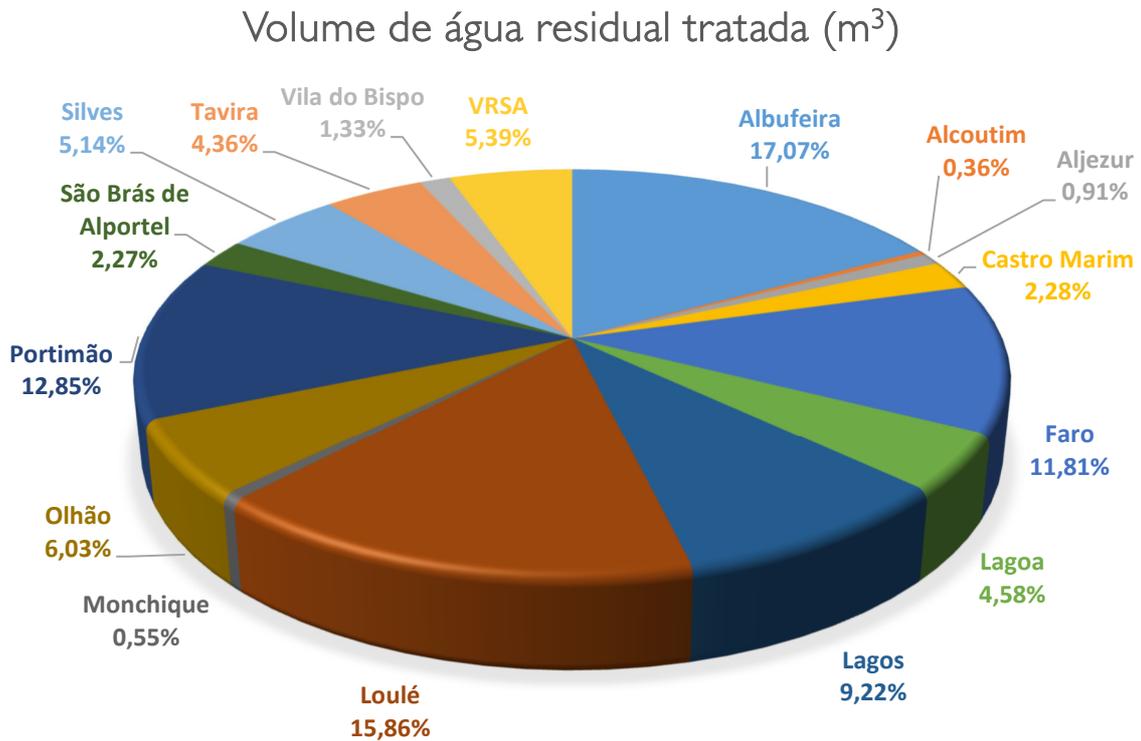


Gráfico 11 - Volume de água residual tratada (%)

Dados de exploração

Volume de água residual tratada com desinfeção

No que respeita à desinfeção para garantia da qualidade microbiológica, 96% do volume de efluente foi tratado em ETARs com sistema de desinfeção por radiação Ultra Violeta, sistema de cloragem associado e/ou em lagoas de maturação.

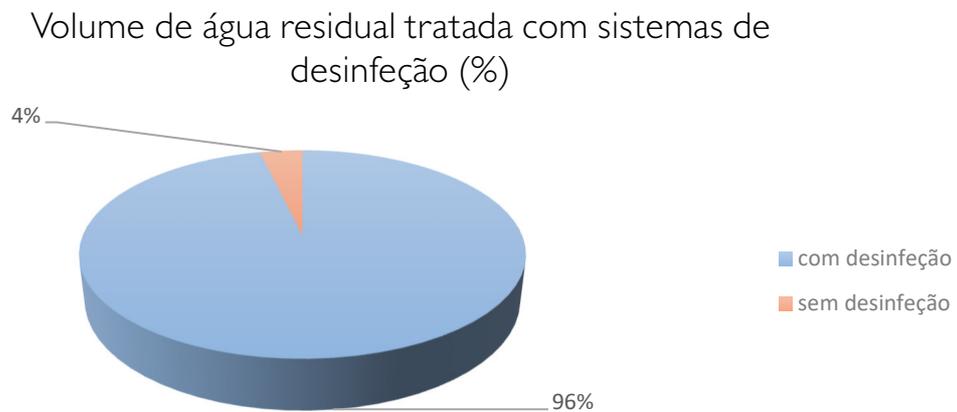
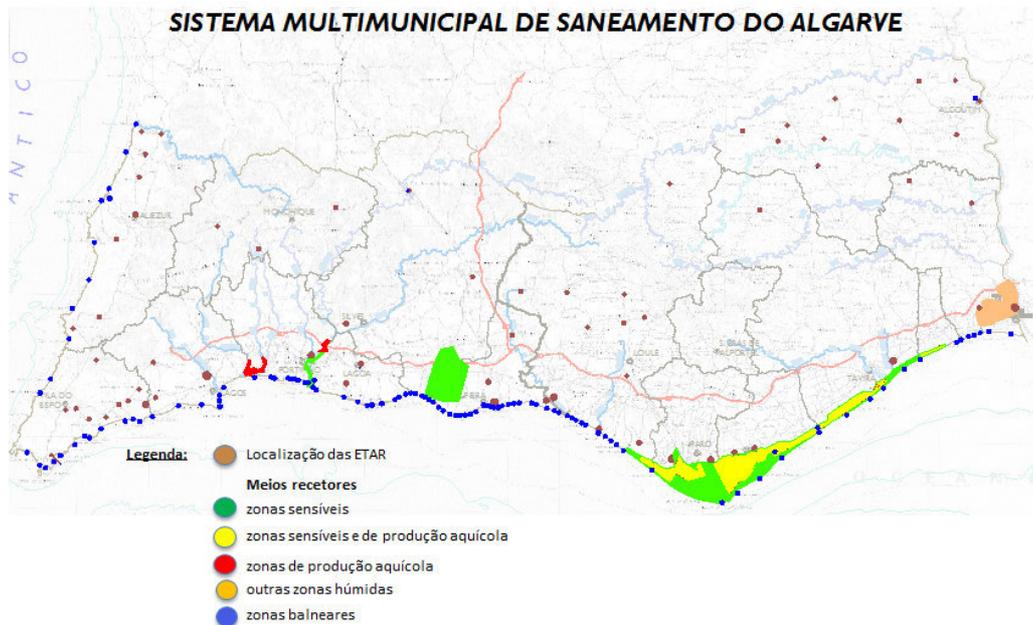


Gráfico 12 - Percentagem de volume de água residual tratada com desinfeção microbiológica

Localização das ETAR e dos meios recetores

A localização das ETAR e dos meios recetores mais vulneráveis em zonas sensíveis, zonas húmidas, zonas de produção aquícola e zonas balneares, são apresentadas na figura seguinte.



No que se refere à capacidade de tratamento instalada no SSAR, 96% dessa capacidade localiza-se junto a zonas sensíveis, balneares ou com produção aquícola.

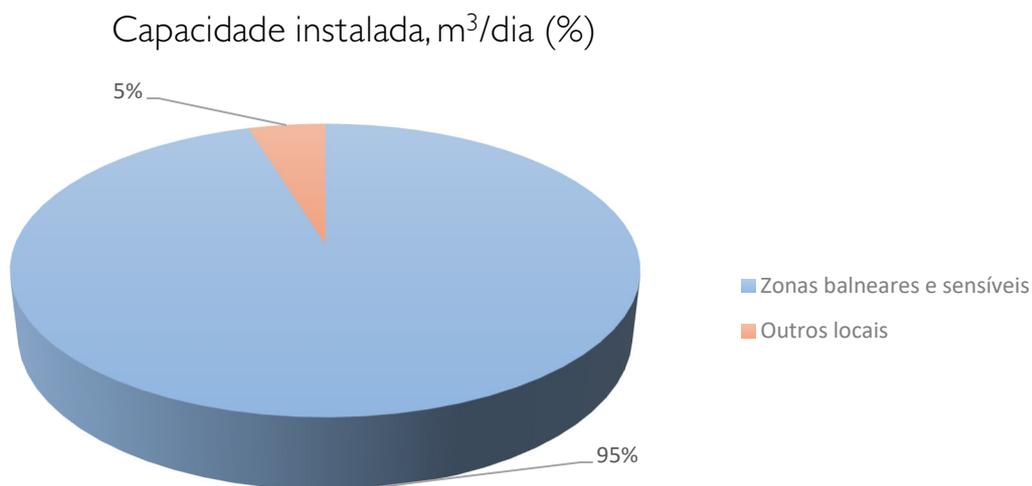


Gráfico 13 - Capacidade instalada m3/dia em percentagem

Cumprimento dos parâmetros de descarga

Em 2024 efetuaram-se 11 657 determinações para controlo dos efluentes nas ETAR e nos respetivos meios recetores, no âmbito do estipulado nas licenças de descarga.

O cumprimento dos parâmetros de descarga é apresentado na figura seguinte (2014-2024).

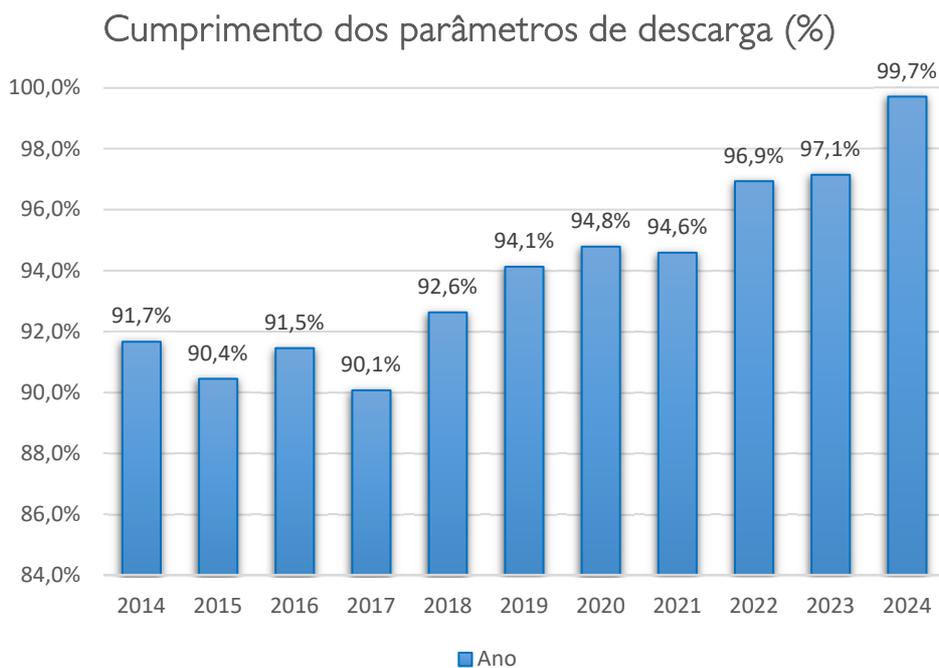


Gráfico 14 - Cumprimento dos parâmetros de descarga (%)

Verifica-se o aumento do desempenho do indicador em 2024, comparativamente com 2023.

Sistemas de desodorização no SMSA

Nas figuras seguintes apresentam-se as ETAR (em função da capacidade instalada em habitante-equivalente) e EE com sistemas de desodorização.

Sistema de Desodorização em ETAR - capacidade instalada (%)

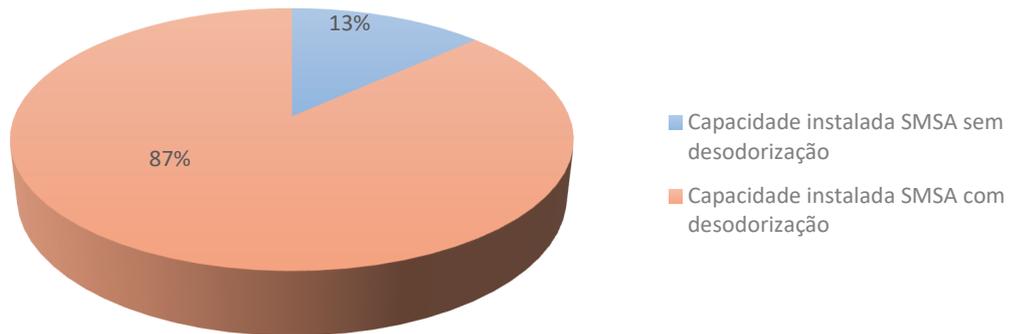


Gráfico 15 - Capacidade instalada de desodorização em ETAR (%)

Verifica-se que, no que respeita à capacidade instalada em habitantes-equivalente, 87 % das ETAR têm sistemas de desodorização.

Sistema de Desodorização em EE (%)

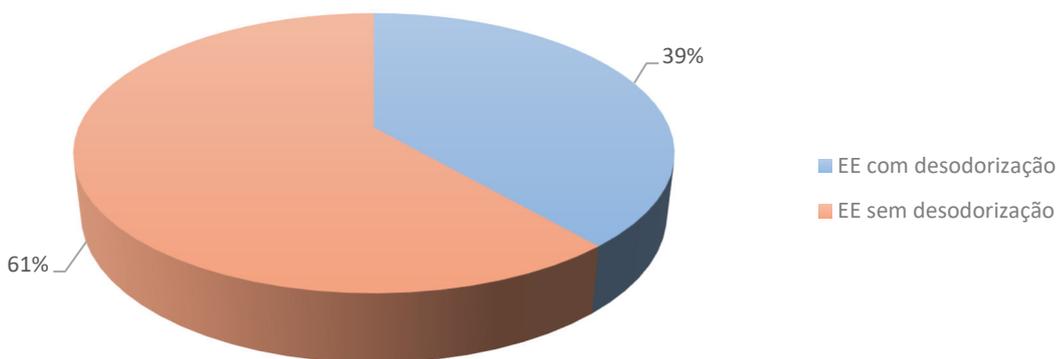


Gráfico 16 - Sistema de desodorização em EE (%)

Relativamente às Estações Elevatórias, 75 têm sistemas de desodorização (39 % do total).

Lamas

Em 2024, à semelhança de anos anteriores, a totalidade das lamas foi enviada para valorização (R12 e R13) em instalações de operador licenciado, tendo sido produzidas 50 899 toneladas de lamas, o que representa um aumento de 1,4 %, quando comparado com o valor de 2023 (50 216 toneladas).

Produção de biogás

A ETAR de Lagos é a única instalação com produção e aproveitamento energético do biogás, tendo produzido 232 761 m³ de biogás e 311 771 kW de energia.

3.4. Outros negócios

A Empresa obtém rendimentos complementares resultantes da venda de energia da produção por painéis solares, da prestação de serviços de análises do laboratório, da venda de Lixiviados, limpa-fossas e da renda de cabodutos e da venda de água para reutilização (ApR) da ETAR de Vila Real de Santo António.

4. Sustentabilidade

4.1. Gestão do Risco

A **Águas do Algarve, S.A.** e em particular, o seu Conselho de Administração, dedicam especial atenção às temáticas do controlo interno, da gestão do risco, da corrupção e infrações conexas, da transparência da informação e da fiabilidade do relato financeiro e não financeiro.

Tratando-se de preocupações transversais ao grupo AdP, no qual a **Águas do Algarve, S.A.** se inclui, e por forma a possibilitar o cumprimento das obrigações legais decorrentes do Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC) e a existência de uma sistematização e adequada visibilidade do Controlo Interno (CI) existente nas empresas, **em 2024 foi concluída a FASE 2 do projeto de implementação do Sistema de Controlo Interno (SCI) do Grupo**, assente na metodologia internacionalmente aceite do COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*). A escolha deste modelo assenta na sua flexibilidade, adaptabilidade à estrutura e atividades de negócio das empresas, abrangência, e fiabilidade na resposta que confere aos desafios internos ou externos existentes.

Este modelo possibilita uma correlação direta entre os **objetivos que a organização define**, ao nível das **categorias** (Operação, Reporte e Conformidade), e as **componentes do CI** (Ambiente de Controlo, Avaliação de Risco, Atividades de Controlo, Informação e Comunicação e Monitorização de Atividades), representativas da estrutura funcional da empresa, essenciais para a sua concretização.



- **AMBIENTE DE CONTROLO**

Deve refletir a importância do CI e estabelecer a disciplina e estrutura dos restantes elementos SCI. Contempla um conjunto de regras, processos e estruturas que fornecem a base para a realização do CI na organização e define o espírito da organização, influenciando a consciência que os trabalhadores têm para o risco. É a base de todas as restantes componentes do SCI.

- **AVALIAÇÃO DE RISCO**

Visa identificar, avaliar, acompanhar e controlar todos os riscos que possam influenciar a estratégia e os objetivos definidos pela empresa, assegurar o seu cumprimento e que são tomadas as ações necessárias para responder adequadamente a desvios não desejados.

O risco é definido como a possibilidade de um evento ocorrer e afetar (positiva ou negativamente) a realização dos objetivos definidos pela organização.

Envolve um processo dinâmico e interativo para identificar e analisar os riscos que afetam a realização dos objetivos da organização, servindo de base ao entendimento de como os mesmos deverão ser geridos.

Devem ser definidos objetivos aos diferentes níveis da organização, de forma consistente e por categorias, para as operações, reporte e conformidade, **com clareza suficiente para que seja possível identificar e analisar os riscos desses objetivos.**

- **ATIVIDADES DE CONTROLO**

Correspondem às atividades recorrentes desenhadas para impedir ou reduzir o impacto adverso dos riscos nos processos de negócio da empresa. Atividades de controlo são ações estabelecidas por políticas e procedimentos que ajudam a assegurar que as diretivas da Administração, para mitigar os riscos na concretização dos objetivos, são realizadas.

As atividades de controlo **são realizadas a todos os níveis da organização** e em várias etapas dos processos de negócio e sobre o ambiente tecnológico. Podem ser de **natureza preventiva ou detetiva** e podem abranger uma série de atividades manuais e automáticas, como autorizações e aprovações, verificações, reconciliações e análises de desempenho do negócio.

A segregação de funções é tipicamente incorporada na seleção e desenvolvimento de atividades de controlo. **Quando a segregação de funções não é possível, a gestão deve desenvolver e implementar atividades de controlo alternativas.**

- **INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

Componente **instituída para garantir a captação, tratamento e troca de dados relevantes**, abrangentes e consistentes, num prazo e de uma forma que **permitam o desempenho eficaz e tempestivo da gestão e controlo da atividade e dos riscos da empresa**.

A **informação** é necessária para a organização exercer as suas responsabilidades de CI em apoio à realização dos seus objetivos. A gestão obtém ou gera e usa informação relevante e de qualidade de fontes internas e externas, para apoiar o funcionamento do CI.

A **comunicação** é o processo contínuo que permite compreender as responsabilidades do CI e a sua importância para o atingimento dos objetivos. Pode ocorrer tanto interna como externamente e fornece à organização as informações necessárias para a execução dos controlos diariamente. A **comunicação interna** é o meio pelo qual a informação é disseminada em toda a empresa, fluindo em todos os sentidos e em toda a organização. Esta permite que todos os trabalhadores recebam uma mensagem clara da gestão de que as responsabilidades de controlo devem ser levadas a sério. A **comunicação externa** tem uma dupla finalidade: permite a entrada de informações externas relevantes e fornece informações a terceiros em resposta a requisitos e expectativas.

- **MONITORIZAÇÃO DE ATIVIDADES**

É **executado** com vista a **assegurar a adequação e a eficácia do próprio SCI ao longo do tempo**, que garanta, nomeadamente, a **identificação tempestiva de eventuais deficiências ou de oportunidades de melhorias**.

Avaliações contínuas, pontuais/independentes ou uma combinação de ambas são usadas para determinar se cada uma das cinco componentes do CI, incluindo os controlos que efetivam os princípios dentro de cada componente, está presente e a funcionar.

As avaliações contínuas, incorporadas nos processos de negócio, nos diferentes níveis da organização, fornecem informações oportunas.

As avaliações pontuais/independentes, realizadas periodicamente, irão variar em âmbito e frequência, dependendo da avaliação do risco, da eficácia das avaliações contínuas e de outras considerações de gestão.

Os resultados são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos pelos reguladores, órgãos normativos reconhecidos ou pela Administração e pelo Conselho de Administração e as deficiências são comunicadas, em tempo útil, à gestão e à Administração, conforme apropriado, sendo que as mais relevantes são comunicadas também ao Conselho de Administração.

No âmbito da atividade de controlo interno, será dada continuidade à revisão conjunta com a AdP SGPS, das MRC dos processos já mapeados, de modo a identificar eventuais incoerências ou situações não identificadas, consolidar a informação sistematizada, promover a melhoria dos conteúdos e assegurar a sua aderência com a realidade dos processos mapeados.

Continua a ser efetuada a avaliação das métricas de avaliação do SCI que possibilita, aferir sobre o cumprimento das mesmas, nas várias componentes do CI e obter uma visão global sobre a preocupação da empresa com a temática do CI.

Uma vez concluída a implementação do SCI, a avaliação das métricas estabelecidas, conjugada com os resultados da eficácia no funcionamento dos controlos chave, decorrentes das auditorias a realizar anualmente, possibilitarão a recolha de informação que permitirá identificar se as componentes do controlo interno se encontram a operar de forma integrada, para proporcionar um nível de segurança razoável quanto à sua eficácia à Administração da **Águas do Algarve, S.A.**

No decurso de 2024 foi iniciada a sensibilização sobre o CI, e pretende-se a realização de formação específica sobre a temática, conforme previsto nas métricas do SCI, visando assegurar uma monitorização permanente dos controlos implementados, designadamente dos responsáveis dos processos de negócio.

A existência de um SCI conjugado com um Modelo de Gestão de Risco funcional, permitirão ao Conselho de Administração da **Águas do Algarve, S.A.**, um maior enfoque da sua monitorização e análise nos riscos críticos identificados, inerentes à sua atividade e que resultam da operação diária desenvolvida.

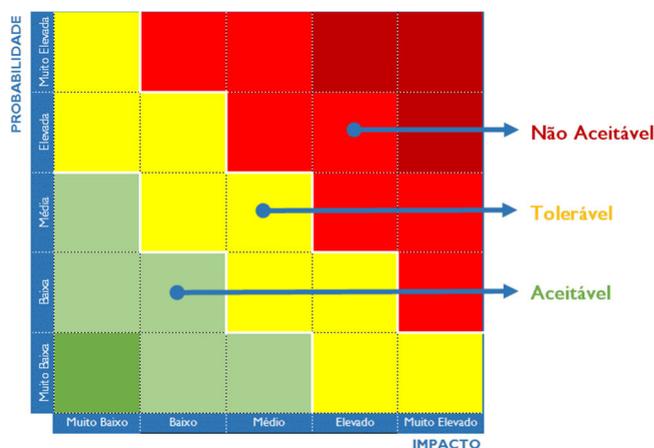
Com efeito, a existência de um Modelo de Gestão do Risco Empresarial possibilita uma avaliação integrada do risco na empresa e um amadurecimento da sua cultura de risco, permitindo i) criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, ii) obter o alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na empresa, iii) assegurar a redução do risco de perda dos seus investimentos e ativos, e iv) garantir maior fiabilidade das demonstrações financeiras e a conformidade com as leis e regulamentação.

A adequabilidade do SCI encontra-se alinhada com o modelo de gestão do risco, sendo ajustada sempre que, através da avaliação de risco, sejam identificados riscos enquadráveis num patamar considerado não aceitável, ou detetadas insuficiências ou falhas na análise dos controlos que lhe está subjacente.

Visando uma melhoria contínua e adaptação às melhores práticas internacionais, uma maior efetividade e continuidade no processo de avaliação e uma atualização face às alterações verificadas na realidade envolvente do grupo AdP, encontra-se em desenvolvimento a revisão do Modelo de Gestão do Risco Empresarial existente. Esta alteração, engloba todas as suas vertentes, desde a matriz de riscos em vigor no Grupo, já revista e aprovada em 2023, passando pela metodologia utilizada na avaliação, assente numa análise quantitativa baseada em indicadores, ou pela implementação de um modelo de governo da gestão de risco. Encontrando-se alinhada com a metodologia COSO, apresenta os riscos organizados segundo uma estrutura de classes e categorias, a qual se observa abaixo:

CLASSES	GOVERNANÇA, RELAÇÃO COM STAKEHOLDERS E CAPITAL HUMANO	SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA	QUALIDADE DE SERVIÇO
CATEGORIAS	Relação com Stakeholders	Contexto externo, regulatório e legal	Qualidade
	Modelo de Governo	Ciclo Comercial	Resiliência dos Sistemas
	Capital Humano	Financeiros	Resiliência das Operações
			Eficiência, circularidade e inovação

A avaliação dos riscos é presentemente realizada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do SCI instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável, em conformidade com a seguinte matriz:



A avaliação dos riscos na perspetiva do impacto contempla as seguintes dimensões de análise:

- Financeira;
- Reputacional;
- Legal ou regulamentar; e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

A área de Gestão do Risco da Direção de Auditoria Interna e Controlo de Risco (AICR) da AdP SGPS tem por missão, acompanhar a empresa na identificação dos riscos inerentes ao negócio, na caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto, na realização da avaliação interna do nível de risco a que a empresa está sujeita, e no acompanhamento das medidas de mitigação definidas.

Reportando diretamente ao Conselho de Administração da AdP SGPS, a AICR e respetivas áreas de intervenção têm reforçada a sua independência perante as Administrações das empresas auditadas, estando dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

No âmbito do processo de Gestão do Risco Empresarial, os riscos são tratados e monitorizados pela **Águas do Algarve, S.A.**, sendo periodicamente apreciados pela AdP SGPS, na qualidade de acionista maioritário. Em alguns riscos, a monitorização e tratamento é complementado por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

Sempre que a avaliação de um risco se enquadre num patamar tolerável ou não aceitável, são elaborados, aprovados e adotados Planos de Tratamento do Risco (PTR) como medida de mitigação, nos quais se identificam as ações corretivas a desenvolver, a estratégia de tratamento que estas consubstanciam (evitar, aceitar, reduzir ou partilhar o risco), a periodicidade de tratamento associada e os responsáveis por cada uma das referidas ações.

De igual modo, do exercício de avaliação de risco, resulta a identificação de potenciais oportunidades de valor para a empresa, materializadas nos Planos de Implementação de Oportunidades (PIO) que, à imagem dos PTR, apresentam igualmente ações a desenvolver, prazos de implementação e responsáveis pelas referidas ações.

No âmbito do **projeto de revisão do modelo de Gestão de Risco**, atrás indicado, será dada continuidade ao mesmo através do desenvolvimento das seguintes fases/atividades:

- ✓ A revisão e/ou atualização da metodologia de avaliação do risco existente no grupo AdP
- ✓ A revisão do Manual de Gestão do Risco Empresarial
- ✓ A integração do Modelo de Gestão do Risco Empresarial com o Modelo de Controlo Interno
- ✓ A identificação em empresa piloto, dos indicadores de risco e *Key Risk Indicators* a utilizar na avaliação futura dos riscos, de modo a tornar a avaliação contínua e mais objetiva
- ✓ A transposição do trabalho realizado na empresa piloto para as restantes empresas do Grupo AdP.

Apresentam-se abaixo alguns dos principais riscos a que a **Águas do Algarve, S.A.** se encontra exposto, de acordo com a avaliação do risco efetuada em 2024:

- **[R.1.3.3] – Saúde e Segurança (Safety)** - Risco de consequências para integridade física, vida ou doença profissional devido a acidentes de trabalho de colaboradores, bem como consequências para a integridade física de subcontratados ou visitantes;
- **[R.3.4.2] – Autonomia Energética** - Risco de inadequada gestão do consumo energético e de inadequada execução do programa de neutralidade energética;
- **[R.3.4.4] – Água para reutilização** - Risco de não aproveitamento total do potencial de produção e fornecimento de água para reutilização.

4.2. Atividade Operacional

4.2.1. Laboratório

A atividade, e complexidade, do trabalho do Laboratório tem vindo a crescer de forma sistemática ao longo dos últimos anos, assegurando-se desta forma a monitorização da qualidade da água no SMAAA, e respetivas origens, do SMSA, e correspondentes meios recetores, como detalhado a seguir.

Controlo da qualidade da água para consumo humano e respetivas origens

O controlo da qualidade da água destinada ao consumo humano é efetuado de modo a cumprir não só a legislação nacional aplicável, como também as orientações da Organização Mundial de Saúde e as especificações do Regulador ERSAR.

A monitorização da qualidade da água para consumo humano, da empresa Águas do Algarve, abrange o controlo legal e operacional e incide sobre as etapas de tratamento das 4 ETA e sobre todos os pontos do sistema de adução do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve (SMAAA).

De acordo com o definido nos Contratos de Concessão, para utilização dos recursos hídricos, e nas licenças de captação de águas subterrâneas e superficiais (no âmbito da Diretiva Quadro da Água), é também responsabilidade da AdA a monitorização da qualidade das águas de origem superficial, nas albufeiras de Odelouca e Sistema de Odeleite / Beliche e nos sistemas de captação de águas subterrâneas de Vale da Vila e Benaciate.

Adicionalmente, e no âmbito da Gestão da Situação de Escassez Hídrica, que se fez sentir durante o ano de 2024, no Algarve, e de forma a acompanhar o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), manteve-se a monitorização da qualidade das águas de origem subterrânea na captação JK8 (Lagos), tendo-se ainda efetuado, ao abrigo da Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 109/2024, de 22 de agosto a monitorização nas captações LF2, LF6 e LF8 (Portelas/Lagos) e FD3, FD5, FD6 e AC2 (Paderne/Alagoas). Ainda no âmbito do PRR, e no que respeita às águas de origem, manteve-se a avaliação da qualidade da água no rio Guadiana (localidade do Pomarão), de forma sistemática, tendo-se igualmente mantido monitorização da qualidade da água nas albufeiras da Bravura e do Funcho, por terem sido origens do SMAAA, em 2024.

A monitorização necessária para garantir a qualidade da água captada, produzida e distribuída, pela AdA é efetuado pelo Laboratório, que assegura o planeamento e realização de todas as colheitas e análises incluídas nos diversos planos. Para o controlo da qualidade da água do SMAAA, e respetivas origens, o Laboratório da AdA utilizou uma rede de amostragem com cerca de 350 pontos de colheita, tendo processado, em 2024, um total de cerca de 124.100 análises nas áreas técnicas de físico-química (FQ), microbiologia (MB) e biologia (BIO), em águas superficiais, subterrâneas e para consumo humano. Das análises realizadas no SMAAA, e respetivas origens, apenas 26% foram contratadas a laboratórios externos.

De salientar o acréscimo significativo de trabalho registado na realização de colheitas e ensaios, em novas origens de água, bem como a prontidão do laboratório na adequação dos métodos de ensaio decorrente das alterações da matriz analítica, e da composição das amostras, em particular na realização de análises não planeadas e com necessidade de resultados imediatos, para apoio às atividades de exploração.

Controlo da qualidade de águas residuais

O controlo da qualidade das águas residuais do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve (SMSA) é efetuado de forma a garantir o cumprimento dos valores exigidos nas Licenças de Utilização dos Recursos Hídricos – Rejeição de Águas Residuais, de todas as Estações de Tratamento de Água Residual (ETAR) da AdA, e respetivos meios recetores.

A monitorização da qualidade das águas residuais incide sobre o controlo legal e operacional das ETAR que constituem o SMSA. Deste modo, em 2024, o Laboratório da AdA foi responsável pelas colheitas e análises de âmbito legal das ETAR das 4 zonas do SMSA e também dos planos de controlo operacional da ETAR de Faro-Olhão, em exploração direta da AdA.

Para monitorização da qualidade das águas residuais, e meios recetores, o Laboratório da AdA utilizou uma rede de amostragem de cerca de 300 pontos de colheita, situados em ETAR (90%), e meios hídricos recetores (cerca de 10%), do SMSA.

O controlo da qualidade da água do Sistema, ao longo de 2024, implicou a realização de cerca de 25.400 análises, nas áreas técnicas de físico-química (FQ), microbiologia (MB) e biologia (BIO), das quais cerca de 9% foram contratadas a laboratórios externos.

Controlo da qualidade das águas para reutilização (ApR)

O controlo da qualidade das Águas para Reutilização (ApR) é efetuado de forma a garantir o cumprimento dos valores exigidos nas Licenças de Produção de Água para Reutilização, de algumas Estações de Tratamento de Água Residual (ETAR) da AdA.

A monitorização da qualidade das ApR, a cargo do Laboratório, incidiu essencialmente sobre o controlo legal previsto nas Licenças de Produção de Água para Reutilização.

Atividade complementar – venda de análises para clientes externos

A Direção Laboratório da AdA encontra-se, desde 2012, habilitada para o exercício da atividade complementar de “realização de análises laboratoriais para clientes externos”, na sequência de uma autorização do Concedente e da ERSAR.

Ao abrigo desta autorização, o Laboratório da AdA tem vindo a prestar serviços de análises para clientes externos, nomeadamente para a Empresa Águas Públicas do Alentejo, S.A (AgdA), do Grupo AdP.

Com esta atividade o Laboratório gera anualmente proveitos conforme descrito no ponto “34- Saldos e transações com partes relacionadas” do presente Relatório.

Qualidade da água – redes internas da AdA

É também responsabilidade do Laboratório a monitorização da qualidade da água consumida internamente nas diversas instalações da AdA (água para consumo humano), através de uma rede que incluiu 96 pontos de colheita e no âmbito da qual se realizaram cerca de 3.200 análises, ao longo do ano 2024.

Métodos implementados no Laboratório da AdA

Com o objetivo de garantir a monitorização e controlo da qualidade da água, o Laboratório da AdA tem atualmente implementados cerca de 460 ensaios/determinações analíticas, que executa regularmente na análise dos diversos tipos de águas e subprodutos de tratamento.

Acreditação do Laboratório - norma NP EN ISO/IEC 17025

De modo a satisfazer as exigências regulamentares, e legais, aplicáveis ao setor Águas, o Laboratório da AdA encontra-se acreditado pelo IPAC, desde 2006, pela norma *NP EN ISO/IEC 17025 - Requisitos gerais de competência para laboratórios de ensaio e calibração*, com o certificado IPAC n.º L0400.

O Laboratório da AdA mantém um total de cerca de 280 ensaios/determinações analíticas acreditadas - nas áreas técnicas de físico-química, microbiologia e biologia - para os produtos águas naturais, águas de consumo, águas residuais, balneares e piscinas. Adicionalmente, mantém a acreditação de colheita de amostras para os diversos parâmetros analisados nas águas para consumo humano e naturais (superficiais e subterrâneas).

Tal como em anos anteriores, e de forma a garantir uma resposta contínua às exigências de controlo de qualidade da água, o Laboratório tem vindo a adequar a acreditação de parâmetros às normas e Legislação em vigor, e aos pedidos dos diversos clientes, tendo por base as novas exigências de monitorização de qualidade das águas, bem como a alteração da matriz e da qualidade das águas de origem.

Controlo de qualidade externo do Laboratório

O Laboratório participa anualmente em ensaios de intercomparação laboratorial (EIL), considerados como a principal ferramenta de controlo de qualidade externo de análises. Este tipo de ensaios permite comparar os desempenhos entre Laboratórios, a nível mundial, e assim garantir, e evidenciar, a qualidade técnica das análises efetuadas no Laboratório da AdA. Para além de dar cumprimento a um dos requisitos da norma de acreditação (ISO 17025), os resultados destas participações permitem também validar as metodologias dos ensaios acreditados, bem como os técnicos que as executam, calcular as incertezas das medições e evidenciar a fiabilidade dos resultados. À semelhança dos anos anteriores, o Laboratório da AdA manteve, durante o ano de 2024, um desempenho muito bom nas várias participações em EIL's.

Colaborações, Protocolos e Projetos

O Laboratório da AdA integra, desde 2006, a Equipa da ISO 22000 / Plano de Segurança de Água (PSA) da AdA, assumindo a co-coordenação da referida Equipa (ESA).

No que respeita a participações em Comissões Técnica (CT), o Laboratório da AdA manteve a sua colaboração com os vários grupos de trabalho promovidos pela RELACRE – Associação Portuguesa dos Laboratórios Acreditados, com o objetivo de estudar e debater os problemas específicos dos laboratórios, nomeadamente os relacionados com a gestão, a qualidade dos resultados e a elaboração de guias e documentos técnicos de trabalho.

Em 2024 o Laboratório da AdA manteve a sua participação na *Comissão Técnica CT72 - Qualidade da Água*, coordenada pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) na sua qualidade de Organismo de Normalização Setorial (ONS/DGA), em coordenação com o Instituto Português para a Qualidade (IPQ) enquanto Organismo Nacional de Normalização. O trabalho desta Comissão tem como âmbito a normalização da qualidade da água, incluindo a definição de termos, amostragem de águas, medição e reporte de características da água. A nível internacional a CT72 acompanha os trabalhos do Comité Técnico CEN/TC 230 "Water Analysis" do Comité Europeu de Normalização e do Comité Técnico ISO/TC 147 "Water quality" da Organização Internacional de Normalização.

O Laboratório integra adicionalmente, desde 2024, a Comissão Técnica, coordenada pela ERSAR, no âmbito da revisão da Recomendação ERSAR n.º 02/2011, relativa à "Especificação técnica para a certificação do produto água para consumo humano".

À semelhança do efetuado em anos anteriores, manteve-se durante o ano de 2024 uma estreita colaboração com instituições de ensino, nomeadamente Universidades e Escolas, através da qual se realizaram estágios curriculares de licenciatura e mestrado, e planeados estágios para 2025.

O Laboratório participou ainda em projetos de I&D da AdA identificados no ponto B.4.6 deste Relatório.

Instalações Laboratoriais

Tendo as Unidades Laboratoriais de Alcantarilha e Tavira sido dimensionadas, no final da década de 90, apenas para o controlo de qualidade da água das duas principais estações de tratamento, e não tendo sido feita nenhuma remodelação significativa desde então, verifica-se uma necessidade premente de dotar o Laboratório de um espaço adicional e adequado para garantir a realização das atividades. Refere-se em particular a atividade essencial de avaliação da conformidade de águas naturais, para consumo humano e efluentes (águas residuais), de acordo com as atuais necessidades da AdA, de modo a assegurar o cumprimento dos requisitos normativos em vigor, nomeadamente a monitorização e o controlo analítico das águas captadas, produzidas e distribuídas, bem como das águas residuais rejeitadas e das águas para reutilização (ApR), da AdA, em condições de segurança e com fiabilidade.

4.2.2. Manutenção

4.2.2.1. Manutenção no Abastecimento de Água

Na área de negócio – abastecimento de água para consumo humano, no ano de 2024 os Serviços de Manutenção da área água, afeto à Direção de Gestão de Ativos, deram continuidade ao trabalho desenvolvido nos anos anteriores, dentro dos objetivos traçados para este serviço, de acordo com a legislação em vigor e com as normas internas da Empresa, de modo a consolidar as certificações em qualidade, ambiente, segurança, responsabilidade social e segurança alimentar, no âmbito de construção, exploração e gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água do Algarve e certificação do produto água para consumo humano em alta.

Os trabalhos de manutenção são executados através de uma Prestação de Serviços Geral de Manutenção (atualmente da empresa BE WATER, S.A., resultante de concurso público).

De janeiro a agosto de 2024, os serviços de manutenção foram assegurados através de Contratos por Ajuste Direto com a empresa BE WATER, S.A., enquanto se aguardava pela aprovação do Tribunal de Contas do novo Contrato, resultante do Concurso Público lançado durante o ano de 2023. Recebidos os devidos pareceres positivos, a 14 de agosto entrou em vigor a nova Prestação de Serviços de Manutenção, mantendo-se a empresa – BE WATER, S.A., vencedora do referido Concurso Público.

No ano de 2024 realizaram-se 16.736 intervenções de manutenção, abrangendo 3 barragens, 19 furos de captação, 4 ETA's, 33 estações elevatórias, 72 pontos de entrega, e 529 km de adutores, com um total de 14.020 equipamentos ativos.

A área de negócio água, a Águas do Algarve, S.A. conseguiu em 2024 um cumprimento do plano de manutenção preventiva em 92%.

De salientar o esforço efetuado no sentido de manter toda a instrumentação analítica (316 equipamentos) em perfeito funcionamento e dentro dos critérios de aceitação estabelecidos, de modo a dar cumprimento aos requisitos da Segurança Alimentar e da Certificação do Produto. Para tal foram realizadas nestes equipamentos 6.521 intervenções Preventivas e 193 intervenções Corretivas, que originaram 24.384 ensaios comparativos com Equipamento Padrão.

Nos gráficos seguintes, apresenta-se a distribuição do número de horas gastas por tipos de trabalho realizados e o número de ordens de trabalho por grau de urgência.

Mão-de-Obra (Horas x Homem – HH’s) utilizada, distribuída por “Tipo de Trabalho”

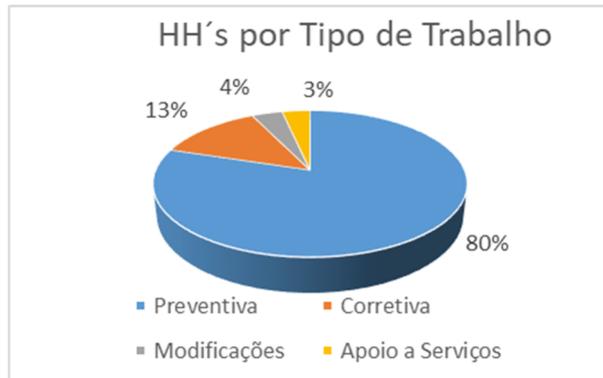


Gráfico 17 - HH's por Tipo de Trabalho

Tipo de Trabalho	HH's
Preventiva	66 100
Corretiva	10 717
Modificações	3 112
Apoio a Serviços	2 844
Total	82 773

Quadro 13 - Tipo de Trabalho (HH's)

N.º de Ordens de Trabalho (OT's), distribuída por “Grau de Urgência”

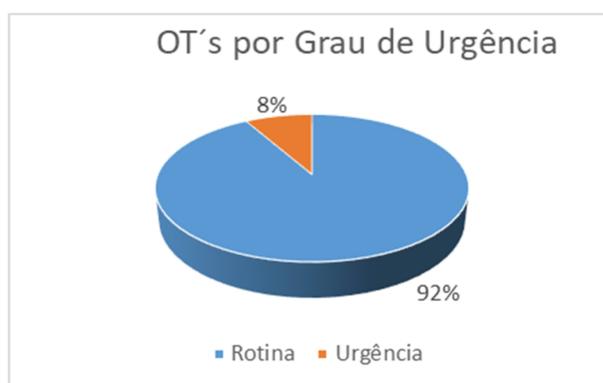


Gráfico 18 – OT's por Grau de Urgência

Urgentes
Grau 1 – execução em 24H
Grau 2 – execução em 48H
Rotina
Restantes Graus de Urgência

Grau de Urgência	OT's
Rotina	15 355
Urgência	1 381
Total	16 736

Quadro 14 – Grau de Urgência (OT's)

Cumprimento do Plano Preventivo



Plano Preventivo	Intervenções
N.º Intervenções Previstas	13 921
N.º Intervenções Realizadas	12 834
% de Execução	92%

Quadro 15 - Plano Preventivo

Relativamente aos anos anterior, continuou-se a verificar uma estabilização dos valores percentuais da mão-de-obra utilizada em manutenção preventiva e corretiva (80% em preventiva e 13% em corretiva) embora, em relação a 2023, com uma diminuição de 1% nos trabalhos preventivos e um aumento de 2% e trabalhos corretivos. Este ligeiro aumento da manutenção corretiva (e consequente redução da Preventiva) reflete, em parte, algumas dificuldades de gestão que se fizeram sentir em 2024, com Prestações de Serviços com vários contratos curtos por Ajuste Direto e consequente dificuldade de fixação de mão-se-obra especializada e o aumento das necessidades corretivas em instalações com muitos anos de serviço.

Mesmo com as fragilidades referidas anteriormente, conseguem-se manter indicadores de gestão estabilizados nos últimos 10 anos, reflete a estabilidade e robustez dos processos implementados na gestão de manutenção e na atempada renovação.

Como já referido anteriormente, em 2024, na área de negócio água, conseguiu-se um cumprimento do plano de manutenção preventiva em 92%, mantendo o valor do ano anterior e a médias dos últimos anos.

O número de intervenções urgentes (com prazo de reparação imediato ou até 48 horas) teve uma redução de 1% em relação a 2023, fixando-se em 2024 nos 8%.

Relativamente à rede de adução de água em alta, no ano de 2024 ocorreram 4 roturas em condutas (foram 5 em 2023), tendo sido reparadas atempadamente, sem que tenham ocorrido faltas de água nos municípios por interrupção de abastecimento.

Atendendo à idade das infraestruturas, na maioria com mais de 25 anos, é espectável que comecem a surgir necessidades de substituição de equipamentos, quer por avaria quer por perda de rendimento, com muitos equipamentos a entrarem claramente em fim de vida.

Estando atentos a esta situação, os serviços de manutenção em conjunto com os outros serviços integrados na Direção de Gestão de Ativos têm vindo a identificar essas necessidades e a implementar a atempada substituição de equipamentos em fim de vida, prevendo em orçamento esses investimentos e a sua calendarização.

Nesse sentido, durante o ano de 2024, a Direção de Gestão de Ativos contratou uma empreitada para a área de construção civil e estruturas, ganha pela empresa METALCÁRIO, S.A. que, embora gerida diretamente pelo

Departamento de Engenharia, trabalha em estreita cooperação com os Serviços de Manutenção, na identificação das necessidades e no acompanhamento de trabalhos.



Tratada da ETA de Tavira

Substituição
de Comporta
em Cisterna
de Água



Reparação de rotura em conduta FFD DN250
no ramal para Monchique



Manutenção de Grupo Eletrobomba na Estação Elevatória
para S. Brás de Alportel

4.2.2.1. Manutenção no Saneamento

Manutenção Saneamento

No âmbito de todas as instalações de saneamento que integram o SSAR, no ano de 2024, apresenta-se nos diagramas seguintes a informação mais relevante, no que se refere à atividade de manutenção:

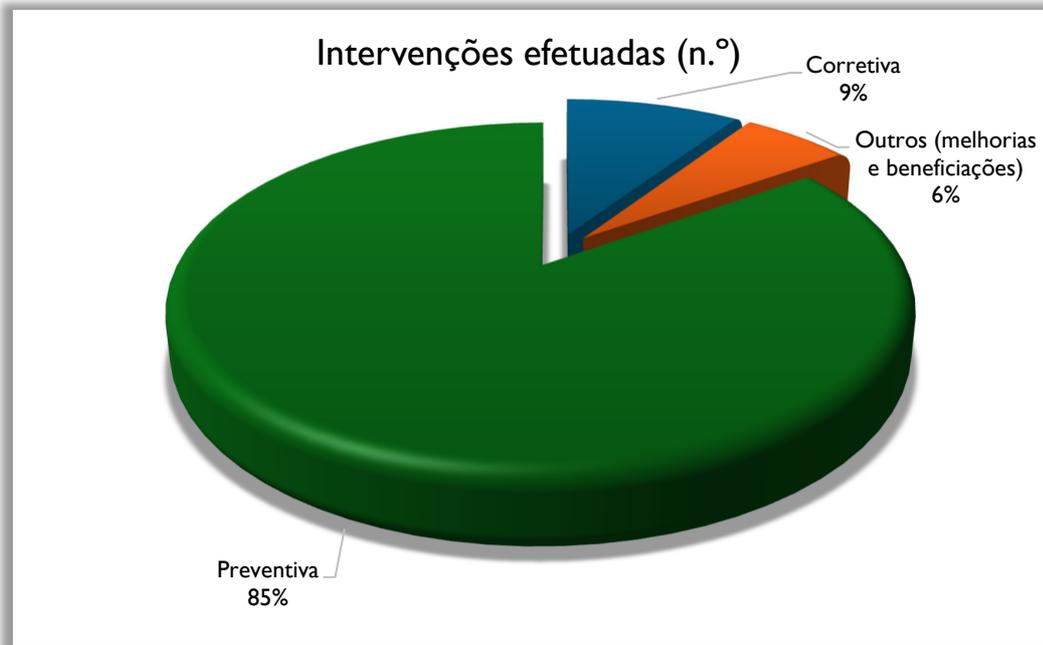


Gráfico 19 - Intervenções Efetuadas (%)

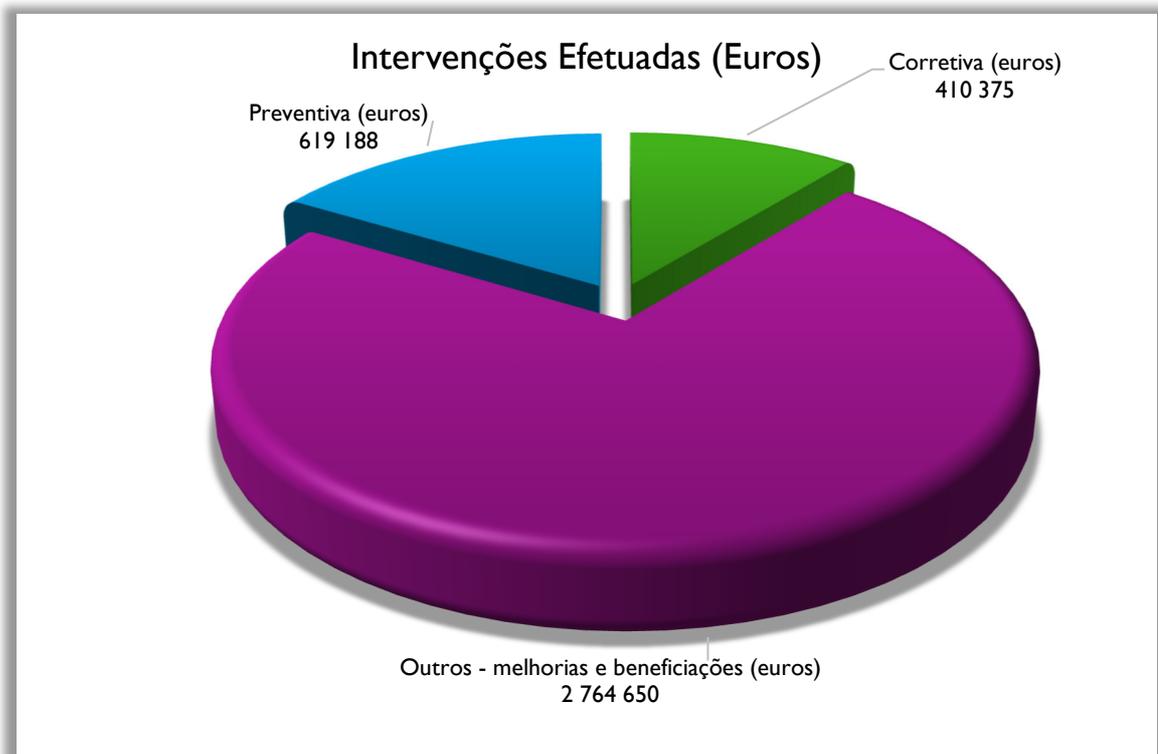


Gráfico 20 - Intervenções Efetuadas (EUR)

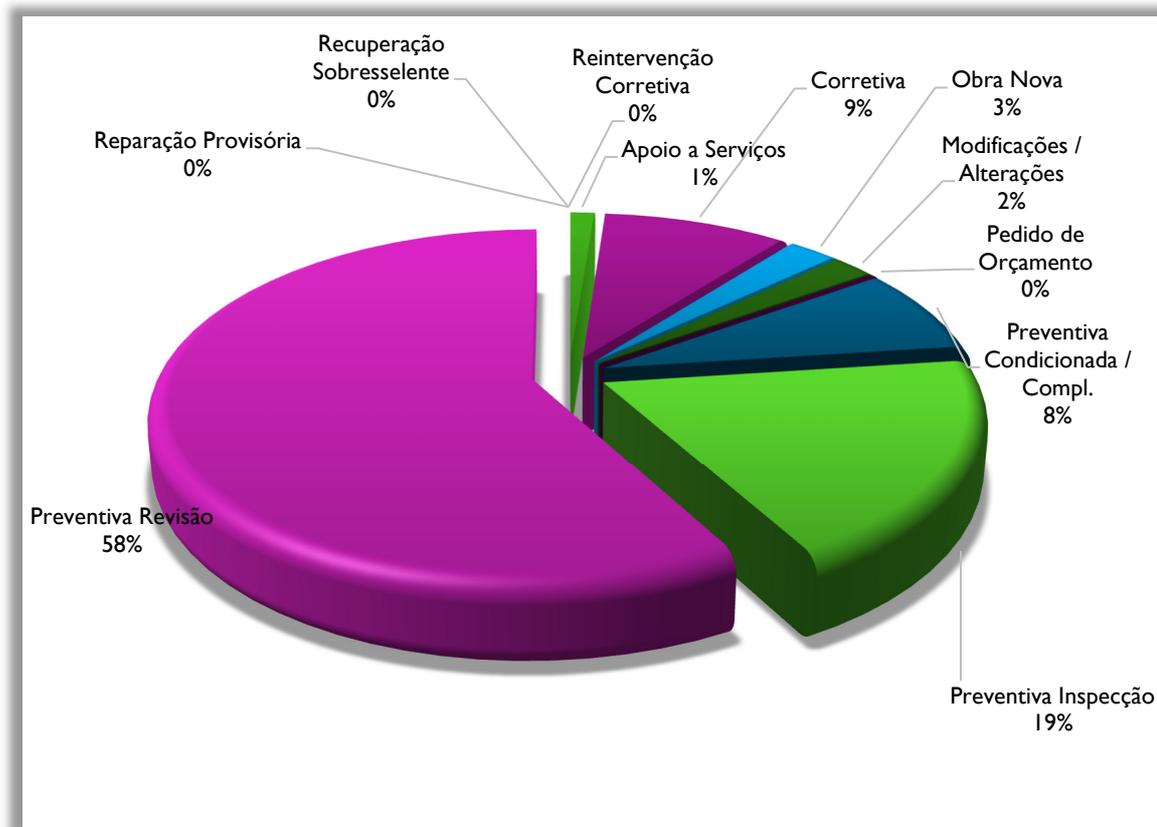


Gráfico 21 - Tipo de Intervenção

Agrupamento por Tipo de Equipamentos instalados nos Subsistemas de Saneamento da AdA:

Tipo de equipamentos	N.º
Ferramentas Elétricas e Máquinas-Ferramenta	45
Grupos Geradores	167
Redes Água, AR, etc.	489
Grades Mecânicas	492
Equipamentos Elevação de cargas (Pontes Rolantes, Gruas, etc.)	588
Atuomação & Comunicações (Supervisão, Telegestão, Automatos, PC, etc.)	1021
Segurança (Extintores, Pontos Ancoragem, etc.)	1303
Outros, etc.	1321
Bombas, Geradores, Grades, etc.	1623
Instrumentação (Analisadores, Medidores Caudal, Nível, etc.)	1635
Equipamentos elevação líquidos (Bombas Centrífugas, Bombas Doseadoras, Motobombas, etc.)	1937
Eléctricos (Quadros Potência/Comando, Variadores, Postos Transformação, etc.)	3390
Mecânicos Hidráulicos (Válvulas, filtros, etc.)	5268
Orgãos ETAR/EE, Condutas, Caixas Visita, etc.)	6725

Quadro 16 - Tipo de equipamentos instalados

4.2.3. Investimento

A componente de investimentos tem-se revelado de elevada importância na continuidade do bom nível de serviço prestado à região do Algarve e na concretização dos compromissos assumidos para o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Algarve.

Por outro lado, registando-se um decréscimo dos valores de precipitação registados na Região do Algarve, torna-se fundamental tomar medidas que visem mitigar a escassez hídrica e assegurar a resiliência necessária aos efeitos das alterações climáticas.

Assim foram definidas um conjunto de medidas no âmbito do Plano de Regional de Eficiência Hídrica do Algarve (PREHA), as quais visam a mitigação da escassez e a resiliência aos episódios de seca promovendo a manutenção da disponibilidade de água e a qualidade de serviço.

Assim, desde o ano de 2021, foi contemplado no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) um conjunto de investimentos que cabem à Águas do Algarve, S.A. executar e têm como objetivo, em primeira linha, privilegiar a adoção de medidas do lado da procura através do recurso à utilização de origens alternativas, como sejam as águas residuais tratadas e, em segunda linha, de medidas que permitam superar os períodos de seca prolongada, promovendo o aumento das disponibilidades hídricas da região, recorrendo à otimização da exploração das infraestruturas existentes (de adução em alta e de armazenamento) e ao reforço das origens de água.

Estes investimentos traduzem-se na materialização das seguintes submedidas:

- a) Submedida SM4 – Promover a utilização de Água Residual Tratada (ApR), através da identificação de potenciais utilizadores desta origem de água não potável, sobretudo em atividades económicas ligadas ao turismo e agricultura e espaços públicos. Para as áreas com maior potencial será desenvolvida a afinação do tratamento das estações de tratamento de águas residuais para um nível de qualidade compatível e serão construídas infraestruturas de elevação, armazenamento e distribuição de modo a permitir a substituição de outras origens de água potável ou o uso de captações próprias, no cumprimento do regime jurídico que regulamenta a produção de ApR, bem como a sua utilização, por forma a promover a sua correta utilização e a evitar efeitos nocivos para a saúde e para o ambiente, seguindo as orientações da proposta do Regulamento Europeu sobre esta matéria.
- b) SM5 – Aumentar a capacidade disponível e resiliência das albufeiras/sistemas de adução em alta existentes e reforçar com novas origens de água, nomeadamente reforçando a ligação entre os sistemas de abastecimento de água do Sotavento/Barlavento Algarvio, reforçando as aflúncias à albufeira de Odeleite e otimizando a exploração da sua capacidade de armazenamento, nomeadamente, permitindo a exploração de parte do seu volume morto. Prevê-se, designadamente, o reforço das aflúncias à albufeira de Odeleite através de uma captação no rio Guadiana;
- c) SM6 – Promover a dessalinização de água do mar, através de uma instalação de dessalinização que complemente as outras medidas de reforço da oferta e que permita modularidade e a possibilidade de incrementos adicionais de disponibilidade de água, para mitigação de riscos futuros. Esta infraestrutura prevê a instalação de um sistema de produção de energia fotovoltaica de modo a assegurar a mitigação das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da produção de água por esta via.

É expectativa da Administração que as obras associadas ao PRR (Dessalinizadora e Pomarão) obtenham financiamento a 100%, via PRR ou outras fontes de financiamento a fundo perdido, tendo submetido o estudo de viabilidade económica e financeira associado ao processo de revisão do atual contrato de concessão respeitando este mesmo pressuposto.

Saliente-se que no ano de 2024 os investimentos em ativos tangíveis e intangíveis atingiram o valor de 18,69 milhões de euros, correspondente a uma realização física de 53,40% face ao orçamento inicialmente previsto para o ano, tendo contribuído positivamente o desenvolvimento das empreitadas “Sistemas de Resiliência à seca (Sistemas de bombagem de Volumes Mortos das albufeiras: Odelouca)”, “Fases de Reforço de Adução a Loulé - Fase III”, “Reabilitação da ETAR de Lagos”, “Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução ApR – ETAR de Boavista” e “Reparações e Melhorias em Infraestruturas de Saneamento do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Algarve – 2º contrato”.

Por outro lado, durante o ano de 2024 a realização associada ao desenvolvimento de projetos e assessorias relacionados aos investimentos de Conceção-Construção e Exploração do Sistema de Dessalinização na Região do Algarve e Conceção-Construção e Exploração do Sistema de Dessalinização na Região do Algarve atingiu o valor de 1,14 milhões de euros.

Investimento no Sistema de Abastecimento de Água

Durante o ano de 2024, com o objetivo de serem cumpridos os objetivos traçados para o Sistema de Abastecimento de Água, foi realizado um investimento total de cerca de 12,32 milhões de euros, em que contribuiu a execução física das seguintes empreitadas:

- a. Sistemas de Resiliência à seca (Sistemas de bombagem de Volumes Mortos das albufeiras: Odelouca);
- b. Fases de Reforço de Adução a Loulé - Fase III.



Figura 1 - Fases de Reforço de Adução a Loulé - Fase III – Escavação de vala para instalação de conduta.

Investimento no Sistema de Saneamento de Águas Residuais

No ano de 2024, relativamente ao Sistema de Saneamento, foi executado um investimento de cerca de 3,70 milhões de euros, acrescendo-se 2,10 milhões de euros no ApR, em que contribuiu a execução física das seguintes empreitadas:

- a. Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução ApR – ETAR de Boavista (PRR);
- b. Reabilitação da ETAR de Lagos;
- c. Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução ApR – ETAR de Vilamoura (PRR);
- d. Reparações e Melhorias em Infraestruturas de Saneamento do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Algarve – 2º contrato;
- e. E Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução ApR – ETAR de Quinta do Lago (PRR);
- f. Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução ApR – ETAR de Albufeira Poente (PRR).



Figura 2 - Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução ApR – ETAR de Vilamoura (PRR) – trabalhos de movimentação de terras.

No que diz respeito à elaboração de Estudos e Projetos, no ano em análise, deu-se continuidade ao trabalho desenvolvido pelas empresas da especialidade contratadas para o efeito, com especial enfoque nos estudos e projetos contemplados no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) dando-se como exemplo o desenvolvimento dos projetos referentes a:

- a) Aquisição de Serviços para a Elaboração do Projeto do Reforço do Abastecimento de Água ao Algarve – Solução da Tomada de Água no Pomarão;
- b) Aquisição de Serviços relativa ao Processo de Avaliação de Impacte Ambiental, Estudo de Impacte Ambiental, Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução do “Reforço do Abastecimento de Água ao Algarve – “Solução da Tomada de Água no Pomarão”;
- c) Aquisição de Estudos e Consultoria para a Implementação da Dessalinização na Região do Algarve;
- d) Aquisição de Serviços relativa ao Procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental, Estudo de Impacte Ambiental e todos os trabalhos complementares do projeto da Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve;
- e) Aquisição de Serviços para a Elaboração do Projeto de Execução de Reforço da Interligação Barlavento/Sotavento (RIBS) Chão das Donas;
- f) Aquisição de Serviços para a Elaboração do Projeto de Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução de ApR – ETAR de Albufeira Poente;
- g) Aquisição de Serviços para a Elaboração do Projeto de Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução de ApR – ETAR de Almargem;
- h) Aquisição de Serviços para a Elaboração do Projeto de Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução de ApR – ETAR da Boavista;
- i) Aquisição de Serviços para a Elaboração do Projeto de Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução de ApR – ETAR de Vilamoura;
- j) Aquisição de Serviços para a Elaboração do Projeto de Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução de ApR – ETAR de Quinta do Lago;
- k) Aquisição de serviços para a elaboração do projeto de execução do Reforço de Adução ao Concelho de Alcoutim.

Perspetivas de investimento para 2025

O ano de 2025 continuará a ser um ano muito importante para a Águas do Algarve, S.A. estando previsto um total de investimento em empreitadas de cerca de 137,33 milhões de euros.

As obras mais importantes a realizar, em 2025, são:

Sistema de Abastecimento de Água

- Implementação da Dessalinização na Região do Algarve;
- Reforço do abastecimento de água ao Algarve - Solução de tomada de água no Pomarão;
- Reforço da interligação do sistema de abastecimento em alta do Barlavento/ Sotavento Algarvio - Chão da Dona e ETA de Fontainhas;
- Reforço da interligação do sistema de abastecimento em alta do Sotavento/Barlavento Algarvio – 1.ª Fase;
- Fases de Reforço de Adução a Loulé – Fase III;
- Ligação de furos municipais ao SMAAA;
- Conceção-construção das “Captações subterrâneas públicas estratégicas para aumento da resiliência do SMAAA (Tavira)”;
- Conceção-construção das “Captações subterrâneas públicas estratégicas para aumento da resiliência do SMAAA (Lagoa, Silves)”;
- Substituição de Variadores de velocidade em grupos eletrobomba da EE I Beliche do AHOB;
- Reparações e Melhorias em Infraestruturas de Abastecimento de Água do SMAASA – 1º contrato;
- Programa Neutralidade ZERO – Medidas de Eficiência Energética – Reforço da Capacidade de Produção de Ozono na ETA de Tavira;
- Implementações das medidas de combate à Seca 2024-2026;
- Reparações e Melhorias em Infraestruturas de Origens do SMAASA – 1º contrato (início);
- Reforço/Melhorias do Sistema de Aviso e Alerta da Barragem de Odelouca (SAABO) (início).
- Reforço/Melhorias do Sistema de Aviso e Alerta da Barragem de Odelouca (SAABO).



Figura 3 - Conceção-Construção e Exploração do Sistema de Dessalinização na Região do Algarve – Estação de Dessalinização (EDAM) – Anteprojecto.

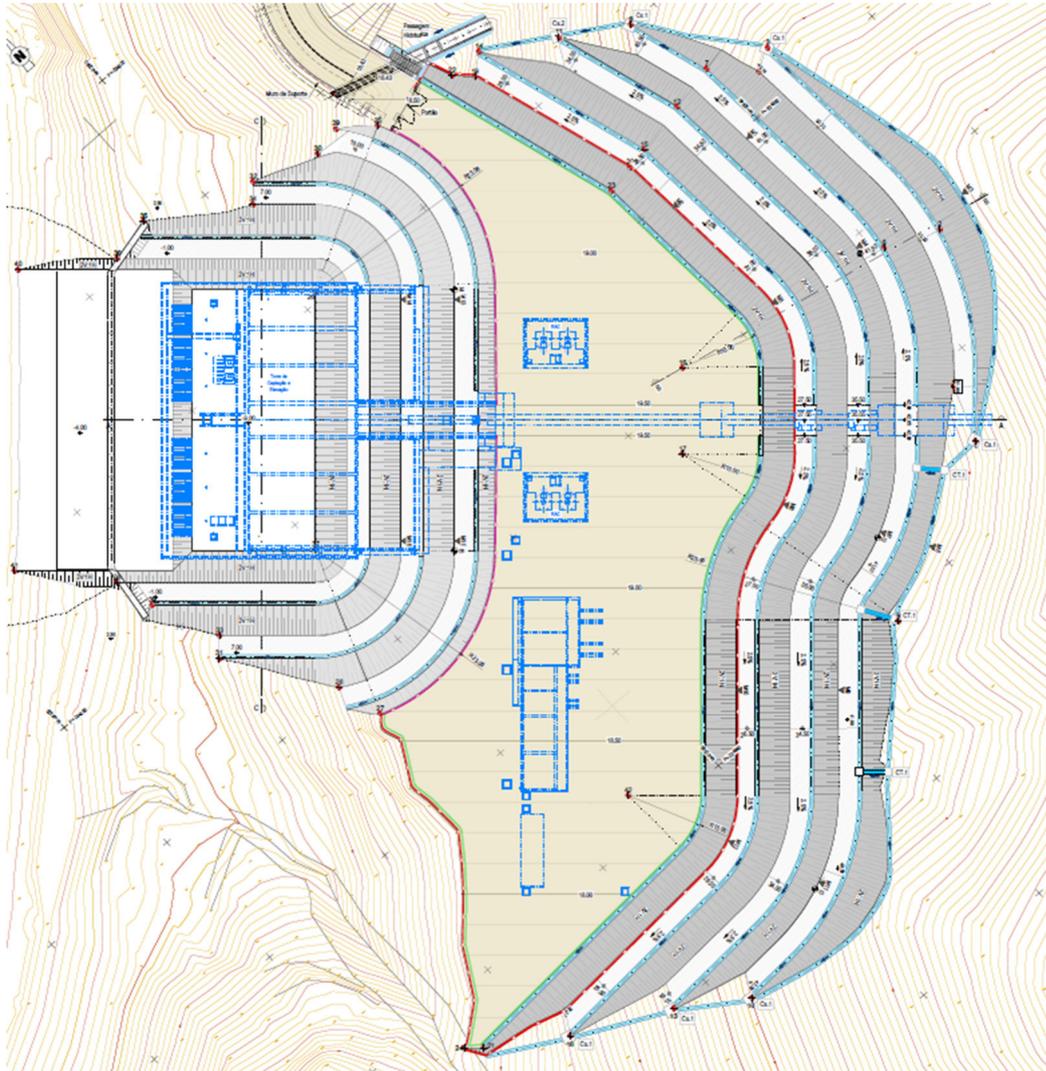


Figura 4 - Reforço do abastecimento de água ao Algarve - Solução de tomada de água no Pomarão – Estação Elevatória – Projeto de Execução.

Sistema de Saneamento de Águas Residuais

- Conceção-construção da Remodelação da ETAR de Paderne e Sistema Elevatório do Purgatório;
- Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução ApR – ETAR de Albufeira Poente (PRR);
- Conceção-construção da Ampliação da ETAR de Querença (Quinta da Ombria);
- Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução de ApR – ETAR de Vilamoura (PRR);
- Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução de ApR – ETAR de Almargem;
- Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução de ApR – ETAR da Quinta do Lago (PRR);
- Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução de ApR – ETAR da Boavista (PRR);
- Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução ApR – ETAR de Vale do Lobo;
- Reparações e Melhorias em Infraestruturas de Saneamento do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Algarve – 2º contrato (continuação).

Programa Zero – Eficiência Energética

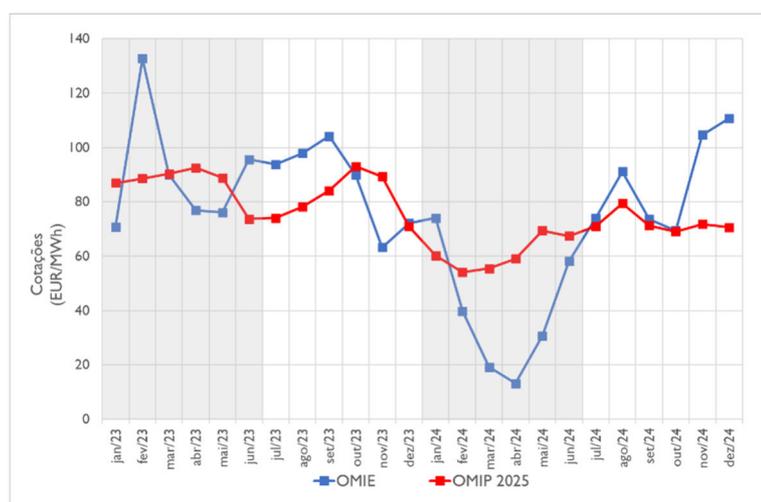
- Programa ZERO - Melhorias de Eficiência Energética nas Infraestruturas do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Algarve (2021-2025) – (início).

4.2.4. Gestão de Energia

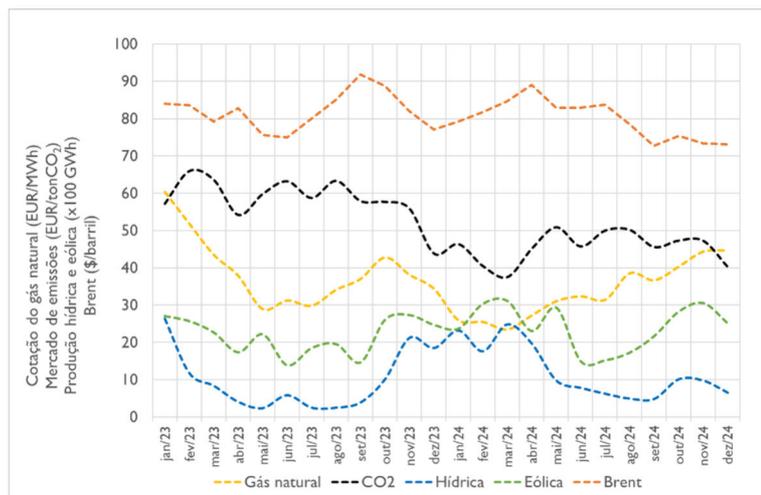
A energia no Grupo AdP

O preço da energia elétrica em Portugal

No ano de 2024 verificou-se uma forte variação nos preços dos mercados elétricos: no OMIE (mercado diário de eletricidade), no 1º semestre, existiu uma queda acentuada dos preços devido ao aumento das quotas de mercado, principalmente, pela maior contribuição das energias renováveis e uma recuperação dos valores com o decorrer do 2º semestre; o OMIP (mercado de futuros de eletricidade), no 1º semestre, desceu notoriamente, estabilizando com o decorrer do ano, tal como pode ser confirmado pela observação da seguinte figura.



Em 2024 a cotação média da eletricidade em Portugal no mercado grossista ibérico (OMIE) foi de 63,25 €/MWh (tendo sido de 88,27 €/MWh em 2023, incluindo o mecanismo de ajuste ibérico). Já a cotação média em 2024 do futuro de energia ibérico para fornecimento em 2025 foi de 66,69 €/MWh, diminuindo (-20,9%) face ao ano de 2023.



Analisando as componentes que mais influenciam o preço da energia, destaca-se a descida do preço médio do gás natural face a 2023 (-14,4%); de notar que apesar da descida do preço médio do gás natural, em 2024, o mesmo apresentou uma tendência de aumento ao longo do ano. A cotação mensal média do CO₂ desceu face ao ano anterior (-21,9%). A produção hídrica foi significativamente superior (+23,5%), assim como a produção eólica em 2024 (+12,3%). Quanto ao preço do petróleo, o Brent apresentou um preço médio em 2024 de 79,9 \$/barril, valor inferior face a 2023 (82,03 \$/barril).

Nos mercados diários europeus e em 2024, as cotações de energia elétrica reduziram-se significativamente face ao ano anterior, resultado de um ano com maior estabilidade nos mercados, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

Varição da cotação média da energia elétrica (mercado diário)	2024 (EUR/MWh)	2023 (EUR/MWh)	2024/ 2023 (%)
Portugal	63,25	88,27	-28,4%
Alemanha	78,55	94,92	-17,2%
França	57,90	96,60	-40,1%

Os preços da energia elétrica no mercado de futuros (OMIP), para fornecimento em 2025, reduziram-se face ao ano anterior, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

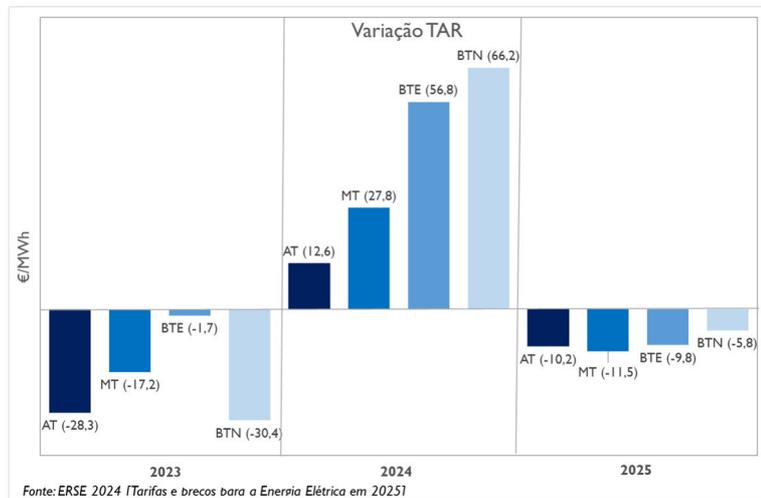
Varição da cotação média da energia elétrica (mercado de futuros)	2024 (EUR/MWh)	2023 (EUR/MWh)	2024/ 2023 (%)
Portugal	103,92	176,28	-41,0%
Alemanha	137,32	298,65	-54,0%
França	162,38	368,00	-55,9%

No ano de 2024, o consumo nacional foi de 51,365 TWh, superior em +1,3% face ao registado em 2023.

No preço da eletricidade para os consumidores (no caso as empresas do Grupo AdP) tem impacto relevante as Tarifas de Acesso a Redes (TAR), fixadas pela ERSE, na qualidade de entidade reguladora, onde, a par dos custos de operação das redes a cargo dos respetivos operadores, são incluídos os Custos de Interesse Económico Geral (também designado por CIEG), nomeadamente, a recuperação do défice tarifário, o pagamento das tarifas renováveis nas energias renováveis e as convergências tarifárias regionais. Em 2024 foi criado um novo termo tarifário, designado como financiamento da tarifa social, que veio a encarecer o preço de energia em cerca de 2,9 EUR/MWh.

Como sempre se tem referido, o quadro regulatório nacional conduz a uma relação inversa entre a TAR e o custo da energia. A atual diminuição do custo da energia induz um aumento dos CIEG, e consequente aumento da TAR.

Em 2025 as TAR vão descer em todos os níveis de tensão, conforme ilustrado na figura seguinte, que pode induzir que é expectável um aumento do preço da energia elétrica e/ ou uma redução dos CIEG.



Em 2024, verificou-se uma retoma gradual da estabilidade dos mercados elétricos, apesar de algumas flutuações ao longo do ano, tornando a contratação mais complexa. Devido à necessidade de novos contratos de fornecimento de energia em 2024 e em todos os níveis de tensão, a estratégia adotada pelo Grupo consubstanciou-se em 2 eixos:

- em AT, MT e BTE lançamento de dois concursos, um apenas para o fornecimento no 1º semestre, reduzindo a exposição neste período de grande incerteza nos preços de energia e de grande volatilidade dos mercados, e outro para o 2º semestre, já de 12 meses (estendendo-se até jun/2025), porque o mercado ganhou estabilidade ao longo de 2024;
- em BTN, permanência no regime das tarifas transitórias ou reguladas, através da celebração de contratos com o comercializador de último recurso – SU ELETRICIDADE – sem fidelização, isto é, até que os mercados estejam perfeitamente estabilizados e voltem a ganhar a atratividade anterior.

A estratégia seguida em AT, MT e BTE mostrou-se acertada, porque a opção por um único contrato anual de fornecimento teria impedido a redução do custo de energia verificada no 2º semestre (o preço médio de energia de mercado desceu de 95,75 €/MWh no 1º semestre para 78,55 €/MWh no 2º semestre).

Em 2025 e tendo em conta os resultados do contrato de fornecimento de energia contratualizado para o 1º semestre de 2025 (AT, MT e BTE), das TAR e dos preços publicados para o mercado regulado (em BTN) publicados pela ERSE, prevê-se que a fatura elétrica do Grupo diminua cerca de 7,8 milhões de euros face a 2024, fixando-se em torno dos 82,8 milhões de euros para um consumo da RESP de 749 GWh (-0,2% face a 2024).

O consumo de energia elétrica no Grupo AdP

Sendo o consumo de energia elétrica indissociável da atividade das empresas do Grupo Águas de Portugal, representa uma parcela substancial nos custos das entidades gestoras de abastecimento de água e/ ou de saneamento de águas residuais, com um peso muito significativo no FSE e com uma repercussão direta nas tarifas praticadas nos serviços de água e saneamento e/ ou no equilíbrio económico e financeiro das concessões e parcerias constituídas.

Com base nos dados de consumo (em apuramento e estimados em 5 de fevereiro 2024) os consumos elétricos do Grupo AdP aumentaram em 2024 (+1,3% do que em 2023) cifrando-se em 782,08 GWh; em relação aos caudais os dados mais atuais apontam para um aumento de 0,1% do caudal em abastecimento de água e de 8,5% em água residual.

Destes, 751,03 GWh foram consumidos a partir da rede elétrica (RESP), que corresponde a +1,2% do que em 2023 e 31,05 GWh a partir de autoconsumo gerado a partir de fontes endógenas e renováveis (+4,0% do que em 2023). Este valor de 751,03 GWh resulta do fornecimento dos comercializadores de 748,64 GWh e 2,39 GWh fornecidos no âmbito da participação no projeto piloto de Reserva de Regulação desenvolvido pela REN e onde participam 6 infraestruturas de 5 empresas do Grupo AdP, projeto esse onde a participação das empresas do Grupo AdP foi interrompida por força de novas exigências técnicas que, não podem no momento atual, ser adotadas pelas nossas empresas.

Os dados de 2024 apontam para uma produção de 38,28 GWh/ano (-2,5% face a 2023), o autoconsumo foi de 31,05 GWh (+4,0% do que em 2023) e a energia vendida à RESP totalizou 7,22 GWh (-23,0% do que em 2023).

Em termos gerais, o saldo com a RESP¹¹ do Grupo AdP em 2024 foi de 751,03 GWh, o que representa uma variação de +1,2% do que em 2023, onde o saldo foi de 742,01 GWh. A autossuficiência energética do Grupo AdP desceu para 4,9% do seu consumo total de energia.

Em termos nacionais e relativamente a 2024, o Grupo AdP é um dos maiores consumidores de energia do país (representando 1,5% do consumo total de energia elétrica a partir da RESP), e o maior em termos de pontos de ligação à rede.

A fatura com a energia elétrica, com todos os encargos, (em apuramento e estimada a 05 de fevereiro 2024) deverá atingir em 2024 cerca de 92,7 milhões de euros, que corresponde a cerca de -7,84 milhões de euros face aos gastos registados no ano anterior (-7,8%).

Uma nota para o consumo de energia da mobilidade elétrica. Em 2024, os 179 veículos 100% elétricos e os 15 veículos plug-in, que integravam a frota de serviço do Grupo AdP, a 31 de dezembro de 2024, percorreram mais de 3,0 milhões de km, estimando-se ter sido evitado o consumo de mais de 258 mil litros de combustíveis de origem fóssil, o que representa uma redução de 928 barris de petróleo. Em termos de energia primária, a redução foi de -61,0% (-135,3 tep), e o consumo elétrico foi de 402 MWh.

Em termos de emissões de CO₂, a redução alcançada face aos veículos com motor térmico foi de -615 toneladas (-89,6%).

No ano de 2024 a frota automóvel de motor térmico em utilização no Grupo AdP (1.363 veículos) consumiu cerca de 3,3 milhões de litros de combustíveis¹² (gasóleo e gasolina) o que representa uma variação de -11,5% face a 2023 – ano em que foram consumidos 3,75 milhões de litros - e uma variação de +11,1% face a 2022, (onde se consumiram 2,99 milhões de litros de combustível), o que representa em termos médios de consumo diário 9.095 l/dia em 2024 (em 2023 o consumo médio diário foi de 10.282 l/dia e em 2022 de 8.190 l/dia).

O consumo de combustíveis em 2024 correspondeu a um gasto total da ordem de 4,1 milhões de euros (sem IVA incluído) que representa uma variação de -11,1% face a 2023 (4,6 milhões de euros, sem IVA incluído) e de +5,2% face a 2022 (3,9 milhões de euros, sem IVA incluído).

No Grupo AdP, o preço médio de aquisição de combustíveis manteve-se praticamente igual ao ano anterior: +0,3% no gasóleo e de +1,5% na gasolina.

Apesar da relevância da frota elétrica do Grupo AdP em utilização, importa referir que a mesma será reforçada ao longo dos próximos anos, em linha com o disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/2022, de 22 de dezembro, que determina um apoio do Fundo Ambiental, no montante global de 7,52 milhões de euros, ao processo de renovação e descarbonização da frota automóvel das empresas do Grupo AdP - processo integrado no Programa de Neutralidade Energética - com vista à implementação de uma Frota Verde, visando que a mesma seja integralmente constituída por veículos não poluentes, incluindo veículos de emissões nulas.

Apesar do aumento do consumo de energia por via do uso de viaturas elétricas estar dependente do aumento do seu número, o seu efeito será sempre mais relevante na redução das emissões de gases com efeito de estufa e na redução do consumo de combustíveis de origem fóssil do que no aumento do consumo de energia elétrica.

¹¹ Os consumos de BTN referentes a nov/24 e dez/24 ainda não estão disponíveis, tendo sido utilizados os consumos dos meses homólogos de 2023.

¹² Os valores de consumo de combustíveis de 2024 no SAP, em certas empresas, ainda se encontram incompletos.

A estratégia do Grupo AdP

O Grupo AdP - Águas de Portugal é o maior consumidor público de energia elétrica. Deste modo, percebe-se a significativa dimensão - económica, social e ambiental - que a energia elétrica assume no desenvolvimento da sua normal atividade, sem desconsiderar o significativo impacto que os riscos associados à volatilidade e tendências do mercado energético europeu e mundial induzem ou podem induzir no equilíbrio dos seus negócios.

Pelos fatores e ajustamentos a que o mercado está sujeito e que o condicionam – efeitos dos preços de outras energias e dos preços de CO₂ nos mercados, bem como das alterações legislativas, nacionais e comunitárias - e sobre os quais não é possível estimar o seu efeito no preço da energia elétrica nos mercados, a que se soma a experiência adquirida no Grupo AdP pelo acompanhamento continuado dos mercados, a estratégia mais sustentável deverá passar necessariamente pela implementação de medidas e ações que induzam a:

- Redução dos consumos, em resultado da implementação de medidas de gestão operacional, estruturais e outras, promovendo a eficiência energética das infraestruturas,
- Redução dos gastos, melhorando ainda mais o processo de compra, otimizando níveis de tensão, reduzindo potências contratadas, eliminando energia reativa, ajustando o perfil de consumo de energia da rede em função dos períodos tarifários e ciclos de funcionamento, por via de uma gestão eficiente da energia,
- Aumento da produção própria de energia para autoconsumo, por via do aproveitamento do potencial endógeno (em particular potenciando a produção de biogás e a correspondente cogeração e tirando partido de quedas piezométricas existentes para instalação de microhídricas) e de fontes renováveis (solar fotovoltaico e eólico), potenciando uma redução do consumo de energia da rede e, por consequência, diminuindo a dependência dos mercados, e
- Constituição da Comunidade de Energia Renovável do Grupo AdP (CER), com vista a potenciar o consumo da energia 100% renovável produzida, em detrimento da sua venda à rede elétrica nacional.

Não podem deixar de ser tidos em consideração numa estratégia os compromissos internacionais que Portugal assumiu, em particular o de atingir a neutralidade carbónica até 2050, enquanto contributo para as metas globais e europeias assumidas no Acordo de Paris.

Esses compromissos obrigaram o país a definir objetivos exigentes para o país no âmbito de diferentes políticas públicas, as quais estão plasmados nos documentos seguintes:

- O Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050), e
- O Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030).

E naturalmente, o Grupo AdP - enquanto grupo público da área do ambiente - está obrigado a desenvolver políticas que contribuam decisivamente para o cumprimento das obrigações que Portugal se comprometeu a nível internacional, em particular ao nível da neutralidade energética e carbónica. Sendo o maior consumidor público de energia elétrica, entende-se a dimensão que uma estratégia bem delineada e exequível terá para as metas e objetivos nacionais.

Apesar dos esforços na redução dos consumos de energia elétrica, sem a realização de um programa com fortes e decisivos investimentos nas áreas da eficiência energética e da produção de energia renovável, o Grupo AdP não conseguiria superar os valores de autossuficiência energética registados entre 2020 e 2024 (em torno dos 5%).

Desta forma, o Grupo AdP tem em curso o desenvolvimento do Programa ZERO, que assenta na redução de consumos de energia nas infraestruturas de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de outras instalações não operacionais e no forte aumento da produção própria de energia 100% renovável (prevendo um *mix* integrado de produção), principalmente para autoconsumo, com o objetivo de atingir a neutralidade energética até 2030, sendo o primeiro grupo mundial do setor da água a implementar um projeto que vise a neutralidade e a autossustentabilidade energética.

O investimento previsto no Programa ZERO do Grupo AdP é de 363 milhões de euros, respeitando não só à implementação de medidas de eficiência energética e produção de energia renovável, mas envolvendo também investimentos na digitalização orientada para a gestão integrada dos consumos. Em 2024, o investimento acumulado apurado em novembro de 2024, no âmbito do Programa ZERO, totalizava 9,6 milhões de euros.

Considerando o impacto do Programa de Neutralidade Energética do Grupo AdP nas metas fixadas pelos diversos instrumentos nacionais aprovados, os investimentos relativos ao Programa ZERO, foram autorizados pelo Despacho n.º 77/SEAENE/2022, de 9 de novembro, do Secretário de Estado Adjunto do Ambiente e da Energia.

Em 2018, O Grupo AdP assinou a carta de compromisso “Business Ambition for 1.5°C”, iniciativa da United Nations Global Compact, comprometendo-se a evitar que as emissões de GEE em 2030 ultrapassem metade das emissões verificadas em 2010. Adicionalmente, o Quadro Estratégico de Compromisso e o Compromisso de Sustentabilidade vieram reforçar o esforço do Grupo em reduzir as emissões de GEE. De modo a responder a este desafio, o Grupo AdP tem em curso o Programa NEUTRO, com o objetivo de quantificar e reduzir as suas emissões de GEE.

Um dos objetivos do Programa NEUTRO é o desenvolvimento de uma ferramenta que oriente e suporte a elaboração periódica de um inventário que constitua a base física dos inventários anuais de Gases com Efeito de Estufa (GEE) do Grupo AdP e das suas empresas. O inventário de GEE é a ferramenta utilizada para tal contabilização, através de metodologias normalizadas.

Na elaboração do inventário do Grupo AdP foi utilizado o GHG Protocol. Esta ferramenta fornece um conjunto de orientações e requisitos, que permitem às empresas/organizações (de modo uniforme) medir e calcular as suas emissões de GEE, dividindo-as em três âmbitos:

- Âmbito 1 – emissões de GEE diretas decorrentes de operações que pertencem ou são controladas pela empresa;
- Âmbito 2 – emissões de GEE provenientes do consumo de energia utilizada nas atividades da empresa;
- Âmbito 3 – emissões de GEE indiretas (não contabilizadas no âmbito 2) que ocorrem na cadeia de valor, quer a montante, como a jusante, divididas em 15 categorias.

Em 2023 concluiu-se o desenvolvimento da ferramenta que calcula a pegada carbónica do Grupo AdP e das suas empresas e elaboraram-se os inventários de emissões do Grupo AdP de 2019 e de 2022. Já em 2024, concluiu-se o inventário relativo a 2023, apresentando os seguintes valores:

- Em 2022 as emissões específicas de âmbito 1 e 2 foram de 0,16 kg CO₂e/m³ água faturada e 0,44 kg CO₂e/m³ água residual faturada;
- Em 2023 as emissões específicas de âmbito 1 e 2 foram de 0,13 kg CO₂e/m³ água faturada e 0,41 kg CO₂e/m³ água residual faturada;

Em 2025 está em curso o inventário de 2024 e o plano com um conjunto de medidas, por empresa, com vista à redução das emissões ao longo dos próximos anos e em linha com o objetivo de redução que vier a ser acolhido no Grupo AdP, e que consubstanciará o Programa NEUTRO do Grupo.

Na área da mobilidade elétrica, as viaturas elétricas que constam do parque automóvel da AdA, são 14 viaturas ligeiras de passageiros e 4 viaturas ligeiras de mercadorias encontram-se ao serviço de todos os setores da Empresa.

No ano de 2024 estas viaturas percorreram 290.393 km, dos quais as viaturas ligeiras de passageiros percorreram 215.360 km e as viaturas de ligeiras de mercadorias 75.033 km. A utilização das viaturas elétricas implicou um consumo de energia elétrica de 29.082 kWh o qual corresponde à emissão de 13,7 toneladas de CO₂ para a atmosfera. Comparando com um cenário de 19 viaturas de características equivalentes, mas com motor térmico convencional, se essas mesmas tivessem sido mantidas ao serviço, e considerando a mesma quantidade de quilómetros (290.393), seriam responsáveis pela emissão de 62,7 toneladas de CO₂ para a atmosfera. A substituição das viaturas permitiu assim evitar uma emissão de 49 toneladas de CO₂ para a atmosfera.

Mobilidade Elétrica 2024									
Tipologia	Viaturas		Cenário com Viaturas Convencionais		Cenário atual se fosse com Viaturas Elétricas		Variação nas Emissões de CO2		
	N.º de Viaturas	Kms Percorridos	Combustível (em litros)	Emissões de CO2 (ton.)	Energia (kwh)	Emissões CO2 (ton.)	em ton CO2	em %	
Ligeiras de Passageiros	42	843 002	39 273	105,9	128 350	61,9	-44,0	-41,5%	
Ligeiras de Mercadorias	23	425 164	26 427	71,3	70 946	31,5	-39,8	-55,8%	
SOMA	65	1 268 166	65 700	177,2	199 295	93,4	-83,8	-47,3%	

Quadro 17 - Mobilidade Elétrica 2024

Na área da certificação da frota, em 2024 a AdA manteve a certificação de toda a frota automóvel de viaturas de serviço da AdA. Trata-se de um sistema de etiquetagem energética da frota (SEEF) que tem por objetivo a promoção da mobilidade sustentável, a melhoria do desempenho energético e ambiental das frotas nacionais e, a redução do consumo de combustível e custos associados ao sector dos transportes.



O Algarve, como região do país com mais horas de sol, tem vindo a investir gradualmente na construção de centrais fotovoltaicas, sendo a Águas do Algarve, S.A. (AdA), atualmente detentora de 55 instalações equipadas com unidades de microprodução fotovoltaica, com um potência total instalada de 220 kWp, 3 instalações equipadas com unidades de miniprodução fotovoltaica, sendo 2 delas em parceria com a AdP Energias e 1 delas, cujo investimento esteve a cargo da Galp e, atualmente, a exploração e manutenção, também, com uma potência total instalada de 326 kWp. A produção elétrica resultante das unidades atrás referidas, é para venda à rede elétrica de serviço público (RESP).

Para além das unidades atrás referidas, a AdA dispõe ainda de 7 centrais fotovoltaicas para autoconsumo (UPAC), com uma potência total instalada de 2,1 MWp, e 1 instalação de produção de biogás, através de cogeração, também para autoconsumo, com uma potência instalada de 200 kW.

Em termos futuros, no âmbito do Programa ZERO, prevê-se um investimento estimado de 44,9 M€, entre 2021 e 2030, na instalação de centrais de produção de energia verde, ou seja, proveniente de fontes de energia renováveis, com especial enfoque para a eólica, hídrica e reforço do solar, assim como para implementação de medidas de eficiência energética.

Cód. ERSAR	DESCRIÇÃO	PAO no Ano 2024	Projeção para o Ano 2025	Projeção para o Ano 2026	Projeção para posterior a 2026	SOMA
		em €	em €	em €	em €	em €
353	Programa ZERO - Melhorias de Eficiência Energética nas Infraestruturas do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Algarve (2021-2025)	265.058	748.548	2.476.363	0	3.489.969
354	Programa ZERO - Ação Solar III (solo) (2021-2025)-Fase I	2.168.800	220.000	240.000	20.000	2.648.800
355	Programa ZERO - Ação Solar III (flutuante) (2021-2025)	0	454.313	5.465.537	1.000.000	6.919.850
356	Programa ZERO - Ação Solar IV (solo) - FASE I (2021-2025)	0	276.440	2.899.572	0	3.176.012
357	Programa ZERO - Ação Solar IV (solo) - FASE II (2026-2030)	0	0	77.605	7.389.156	7.466.761
358	Programa ZERO - Ação Solar IV (flutuante) (2026-2030)	0	0	0	6.558.250	6.558.250
359	Programa ZERO - Construção Parque Eólico - FASE I (2021-2025)	0	411.090	2.183.600	2.462.920	5.057.610
360	Programa ZERO - Construção Parque Eólico - FASE II (2026-2030)	0	0	3.246.000	4.314.000	7.560.000
361	Programa ZERO - Instalação de Centrais Hídricas nas Infraestruturas de Água do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Algarve (2021-2025)	295.917	2.773.083	0	0	3.069.000
362	Programa ZERO - Instalação de Centrais Hídricas nas Infraestruturas de Saneamento do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Algarve (2021-2025)	0	177.164	0	0	177.164
363	Programa ZERO - Instalação de Central Hídrica na Barragem de Odelouca (2021-2025)	0	13.050	37.450	0	50.500
373	Programa ZERO - Melhorias de Eficiência Energética nas Infraestruturas do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Algarve (2021-2025) - Lote I	246.010	0	0	0	246.010
380	Programa Zero da Solar Solo -EDAM - PRR	0	0	4.073.650	0	4.073.650
394	Programa Zero da Solar Solo -EDAM - Substituição - PRR	0	0	0	4.073.650	4.073.650
396	Programa Zero Hídrica Pomarão - PRR	0	0	1.254.025	1.081.500	2.335.525
436	Programa Zero Eólico 1 (2027) - PRR	0	0	5.150	2.157.850	2.163.000
437	Programa Zero Eólico 2 (2030) - PRR	0	0	0	2.163.000	2.163.000
438	Programa Zero Eólico 3 (2032) - PRR	0	0	0	2.163.000	2.163.000
439	Programa Zero Hídrica Pomarão - Substituição - PRR	0	0	0	2.335.525	2.335.525
440	Programa Zero Solar Flutuante (2030) - PRR	0	7.210	5.554.790	0	5.562.000
441	Programa Zero ApR Solar - Deslocalizado (2029)	0	0	0	1.442.000	1.442.000
442	Programa Zero ApR Solar - Deslocalizado (2057)	0	0	0	108.150	108.150
443	Programa Zero Eólico 4 (2033) - PRR	0	0	0	2.163.000	2.163.000
446	Programa Zero Eólico 1 (2050) - Substituição - PRR	0	0	0	2.163.000	2.163.000
447	Programa Zero Eólico 2 (2056) - Substituição - PRR	0	0	0	2.163.000	2.163.000
448	Programa Zero Eólico 3 (2057) - Substituição - PRR	0	0	0	2.163.000	2.163.000
449	Programa Zero Eólico 4 (2049)-Substituição - PRR	0	0	0	2.163.000	2.163.000
450	Programa Zero Solar Flutuante (2050)-Substituição - PRR	0	0	0	5.562.000	5.562.000
451	Programa ZERO - Melhorias de Eficiência Energética nas Infraestruturas do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Algarve (substituição)	0	0	0	3.735.666	3.735.666
452	Programa ZERO - Ação Solar III (solo) (substituição)	0	0	0	3.811.496	3.811.496
453	Programa ZERO - Ação Solar III (flutuante) (substituição)	0	0	0	6.919.850	6.919.850
454	Programa ZERO - Ação Solar IV (solo) - (substituição)	0	0	0	10.078.373	10.078.373
455	Programa ZERO - Ação Solar IV (flutuante) (substituição)	0	0	0	6.223.500	6.223.500
456	Programa ZERO - Construção Parque Eólico - FASE I (substituição)	0	0	0	5.057.610	5.057.610
457	Programa ZERO - Construção Parque Eólico - FASE II (substituição)	0	0	0	7.560.000	7.560.000
458	Programa ZERO - Instalação de Centrais Hídricas nas Infraestruturas de Água do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Algarve (substituição)	0	0	0	3.069.000	3.069.000
459	Programa ZERO - Instalação de Centrais Hídricas nas Infraestruturas de Saneamento do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Algarve (substituição)	0	0	0	177.164	177.164
460	Programa ZERO - Instalação de Central Hídrica na Barragem de Odelouca (substituição)	0	0	0	50.500	50.500
463	Programa ZERO - Ação Solar III (solo) (2021-2025) - Fase 2	1.163	1.161.533	0	0	1.162.696
digit	Programa Zero - Outros trabalhos - digitalização	661.262	661.262	661.262	5.951.356	7.935.142
Est	Programa Zero - Estudos, projetos e gestão Neutralidade	238.063	238.063	238.063	1.666.442	2.380.632
	Total dos Investimentos	3.876.273	7.141.757	28.413.067	107.946.958	147.378.054

Quadro 18 - Investimentos no âmbito do Programa ZERO

Recentemente, para que seja possível à AdA e, consequentemente, ao Grupo AdP, manter os objetivos relativos à Neutralidade Energética, houve a necessidade de ajuste do Programa ZERO, considerando os novos investimentos associados ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), reforçando-o com mais algumas medidas, destacando-se a

instalação de uma central fotovoltaica para autoconsumo, associada à futura Dessalinizadora, com uma potência instalada prevista de 3,86 MWP.

Em 2024, o consumo de energia da AdA, proveniente da Rede Elétrica de Serviço Público (RESP), diminuiu face ao ano de 2023, em cerca de 3,6 %, cifrando-se em 75,5 GWh.

Por outro lado, em 2024, a AdA aumentou a produção de energia proveniente de fontes de energia renováveis em 28,6 % face ao ano anterior. Dos 3,5 GWh de energia total produzida, 2,8 GWh foram provenientes das centrais fotovoltaicas para autoconsumo, e da instalação de produção de biogás através da cogeração, e 0,7 GWh foram referentes às mini e microproduções, tendo-se registado um aumento considerável face ao ano de 2023, resultado do funcionamento em pleno das centrais fotovoltaicas das ETAR de Albufeira Poente, Boavista e Ferreiras, assim como da entrada em funcionamento da instalação de produção de biogás da ETAR de Lagos, no final do mês de maio de 2024, e da entrada em funcionamento da central fotovoltaica da ETAR de Vale Faro, em outubro de 2024.

No decorrer do ano de 2023 a AdA obteve a certificação na norma ISO 50001, para as seguintes instalações: EEI Beliche, ETA Alcantarilha, ETAR Companheira, ETAR Faro/Olhão, ETAR Vilamoura, ETAR Vale Faro, ETA Tavira, EE3 Sto Estevão, E.E. de Farrobo e ETAR Albufeira Poente.

No entanto, o trabalho que foi possível realizar até à presente data, não foi suficiente para dar resposta a todas as não conformidades identificadas, tendo a AdA solicitado à Entidade certificadora, a suspensão desta certificação, até que seja possível robustecer o Sistema e dotá-lo das condições necessárias para voltar a solicitar nova auditoria, e consequente, retoma do processo.

4.2.5. Compras e Logística

As funções e competências do Departamento de Compras e Logística, baseiam-se essencialmente na execução de todas as tarefas inerentes ao Processo de Compras e Logística que diariamente são desenvolvidas no intuito de dar resposta às necessidades das várias Áreas Requisitantes, tendo em linha de conta todo o processo de “Procurement” implementado na AdA, nomeadamente através da condução das ações necessárias à contratação, utilizando as ferramentas colocadas à sua disposição, tais como a plataforma eletrónica de contratação pública acinGov, SAP e iPortalDoc, na estrita observância dos preceitos regulados pela atual legislação de contratação pública, o que se traduz nas seguintes tarefas/funções:

- a) Garantir que os procedimentos de aquisição a realizar se encontram enquadrados dentro do regime de contratação em vigor e nas regras refletidas nas Instruções de Trabalho (IT´s) aprovadas pela AdA;
- b) Efetuar a tramitação dos procedimentos pré-contratuais na respetiva plataforma eletrónica, ou através de correio eletrónico, de acordo com as regras fixadas nas IT´s;
- c) Validar e processar a informação de origem na Área Requisitante, via requisição de compra SAP, elaborando e emitindo os respetivos Contratos Básicos e proceder ao envio da nota de encomenda às Áreas Requisitantes, que promovem ao seu envio ao adjudicatário;
- d) Zelar pelo bom funcionamento do fluxo de compra SAP, identificando e reportando em plataforma própria (PACO) as anomalias que coloquem em risco o processo de contratação pública por incumprimento da legislação aplicável, ou por forma a fomentar uma melhoria contínua do próprio fluxo;
- e) Promover as ações necessárias, no intuito de fornecer uma resposta adequada aos pedidos de apoio dos utilizadores SAP, no que diz respeito à criação de requisições de compra, liberação de contratos e utilização das ferramentas de pesquisa dos diversos documentos;
- f) Propor soluções à medida para a redução dos procedimentos de baixo valor, como é o caso dos Ajustes Diretos Regime Simplificado (ADRS) por forma a conseguir sinergias e alcançar benefícios económico-financeiros para a Empresa.

Por se considerar uma boa prática, potenciada pelos princípios da qualidade, seguindo o exigido pela norma ISO 9001, o DCL produziu em 2016, no momento da sua criação, um conjunto de documentos de suporte à contratação pública, nomeadamente o Processo de Compras da Águas do Algarve, S.A., um conjunto de instruções de trabalho, fluxogramas que tinham o intuito de definir a evolução de todos o processo de compra consoante o tipo de procedimento escolhido e respetivas minutas padronizadas.

A acrescentar, a Águas do Algarve, S.A., implementou o Manual de Contratação Pública da AdP SGPS, bem como outros regulamentos e demais orientações internas, com vista a uma maior eficiência e eficácia do processo de compras.

4.2.5.1 Valores contratualizados durante o ano de 2024.

Durante o ano de 2024 foram desenvolvidos pelo DCL um conjunto de processos aquisitivos que se traduziram num valor global de contratações de aproximadamente 203 M€ (duzentos e três milhões euros), correspondendo a um número total de Contratos Básicos SAP de 1389.

Do universo de procedimentos pré-contratuais conduzidos pelo DCL há a destacar os que conduziram à celebração dos seguintes contratos:

- a) Concessão-Construção e Exploração do Sistema de Dessalinização na Região do Algarve, no valor de 107.922.830,00€+IVA;
- b) Empreitada de Reforço da interligação Barlavento/Sotavento 1ª Fase, no valor de 13.463.279,01€+IVA;
- c) Empreitada de Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução de ApR da ETAR de Vilamoura, no valor de 9.994.844,75€+IVA.
- d) Aquisição de Serviços de Manutenção do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve, no valor de 8.455.556,40€+IVA.
- e) Empreitada de Fases de Reforço de Adução a Loulé - Fase 3., no valor de 4.638.748,92€+IVA;
- f) Empreitada de Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução de ApR da ETAR de Albufeira Poente, no valor de 4.098.500,00€+IVA.
- g)

4.2.5.1.1 Por tipo de procedimento pré-contratual

4.2.5.1.2 Número de procedimentos por tipo de procedimento pré-contratual

Tipo de Procedimento	Valor dos Contratos (€)
Ajuste Direto-Critério Material	1 717 786,55 €
Ajuste Direto-Regime Geral	248 686,52 €
Ajuste Direto Simplificado	644 220,06 €
Concurso Público	180 470 662,57 €
Consulta Prévia	1 057 770,65 €
Contratação Excluída	9 892 664,72 €
Setor Especial	9 379 873,04 €
Total Geral	203 411 664,11 €
Tipo de Procedimento	Nº de Procedimentos
Ajuste Direto-Critério Material	11
Ajuste Direto-Regime Geral	17
Ajuste Direto Simplificado	483
Concurso Público	71
Consulta Prévia	30
Contratação Excluída	140
Setor Especial	637
Total Geral	1389

4.2.6. Medidas de eficiência em termos de sustentabilidade

O ano de 2024 foi para a Águas do Algarve mais um ano de continuidade no desenvolvimento da estratégia, em alinhamento com a Estratégia Corporativa, nomeadamente os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, tendo focalizado a sua atenção na:

- **Eficiência no Uso da Água** – Aumento de reutilização de água residual tratada especialmente em termos externos com os novos projetos de APR;
- **Projetos de I&D** - Execução de projetos de Investigação, Desenvolvimento e Inovação que visam desenvolver, testar e aplicar soluções nos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais com o objetivo de aumentar a resiliência e a eficiência dos sistemas, melhorar o controlo e a respetiva capacidade previsional, reduzir os consumos energéticos e a pegada de carbono e potenciar a recuperação, produção e valorização de subprodutos decorrentes dos processos de tratamento, num quadro de sustentabilidade, em simbiose com a comunidade;
- **Eficiência Energética** – Continuação do investimento na redução da dependência energética do exterior, com a utilização de fontes de energia renováveis. Adequação de condições de funcionamento e de consumos energéticos de alguns equipamentos com vista à redução dos respetivos consumos;
- **Gestão de Resíduos** - Continuação da redução da geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reutilização;
- **Responsabilidade Social** – Como forma de promover o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal, a AdA proporciona a flexibilização do trabalho permitindo a realização de teletrabalho.
- **Segurança e Saúde no Trabalho** – A aposta na formação e sensibilização dos trabalhadores e na melhoria dos espaços de trabalho continua a dar os seus frutos, mantendo baixos os índices de sinistralidade.

4.2.7. Comunicação e Educação Ambiental

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL EM 2024: UM ANO MARCADO PELA SECA E PELO REFORÇO DA SENSIBILIZAÇÃO

No decorrer de 2024, a Águas do Algarve reforçou o seu compromisso com a comunicação institucional, reconhecendo-a como um pilar estratégico essencial para a consolidação da sua identidade e reputação. Num ano marcado pela persistência da seca e pelos desafios crescentes associados à escassez de água, a empresa intensificou os seus esforços de comunicação, assumindo um papel ativo na sensibilização da população e na promoção de boas práticas de utilização eficiente deste recurso vital.

Comunicação Interna: Transparência e Envolvimento

Internamente, a Águas do Algarve continua a apostar numa cultura de comunicação aberta, promovendo o alinhamento entre as equipas e reforçando o sentimento de pertença. O investimento contínuo em plataformas como a Intranet e em materiais de divulgação internos tem sido fundamental para garantir que todos os colaboradores estejam informados sobre a atividade da empresa, os desafios enfrentados e as soluções implementadas.

A realização de eventos institucionais, como os encontros internos na celebração do aniversário da empresa, reuniões estratégicas e celebrações de marcos importantes, contribuiu para fortalecer a ligação entre os colaboradores e incentivar um ambiente de trabalho transparente e colaborativo. Num contexto de desafios como a seca, uma equipa bem informada e motivada torna-se um elemento-chave para a resiliência e inovação da empresa.

Comunicação Externa: Sensibilizar, Educar e Mobilizar

Externamente, a Águas do Algarve consolidou a sua presença junto dos seus stakeholders, incluindo parceiros, clientes, fornecedores, entidades públicas, órgãos de comunicação social e a comunidade em geral. O ano de 2024 foi marcado por um investimento significativo em campanhas de sensibilização, visando alertar para a importância do uso eficiente da água e a necessidade de adaptação a um cenário de escassez prolongada.

Através de uma estratégia de comunicação proativa e multicanal, a empresa apostou em campanhas institucionais de grande impacto, recorrendo a meios digitais, imprensa, televisão, rádio e redes sociais para ampliar a mensagem e alcançar diferentes públicos. Além disso, foram promovidas ações de proximidade, como sessões de esclarecimento, workshops e parcerias estratégicas com entidades locais, reforçando a posição da Águas do Algarve como um agente de mudança e inovação no setor.

Diante dos desafios impostos pelas alterações climáticas e pela crescente pressão sobre os recursos hídricos, a Águas do Algarve manteve-se firme no seu compromisso de informar, sensibilizar e mobilizar a sociedade, garantindo que a comunicação continue a ser um instrumento essencial para a sustentabilidade da região.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: FORMAR CONSCIÊNCIAS PARA UM FUTURO SUSTENTÁVEL

A Águas do Algarve reconhece que a Educação Ambiental é um pilar essencial para a construção de um futuro mais sustentável. Num ano marcado pela persistência da seca e pela necessidade urgente de uma gestão mais eficiente dos recursos hídricos, intensificámos os nossos esforços para promover a consciencialização ambiental e incentivar mudanças de comportamento na sociedade.

Investimos significativamente em programas educativos inovadores, com especial enfoque nas gerações mais jovens, criando experiências envolventes que despertam o interesse e a responsabilidade ambiental desde cedo. Através de workshops interativos, palestras e iniciativas práticas, levamos às escolas e comunidades conhecimento essencial sobre o ciclo da água, a importância da sua preservação e os desafios que enfrentamos devido às alterações climáticas.

Mas a abordagem não se limitou aos mais novos. A inclusão geracional é uma parte fundamental da nossa estratégia, pois acreditamos que a Educação Ambiental deve abranger todas as idades. Assim, desenvolvemos eventos comunitários, formações para adultos e ações intergeracionais, promovendo um diálogo construtivo entre diferentes gerações. Esta partilha de conhecimento e experiências reforça a necessidade de um esforço conjunto para preservar os nossos recursos hídricos e o meio ambiente como um todo.

Num cenário de seca crescente, sensibilizar a população para a valorização da água e para a adoção de práticas mais sustentáveis não é apenas uma missão — é uma necessidade urgente. Cada ação conta, e cada indivíduo tem um papel essencial na preservação deste recurso vital. Juntos, estamos a construir uma cultura de responsabilidade ambiental que transcende gerações, garantindo um futuro mais sustentável para todos.

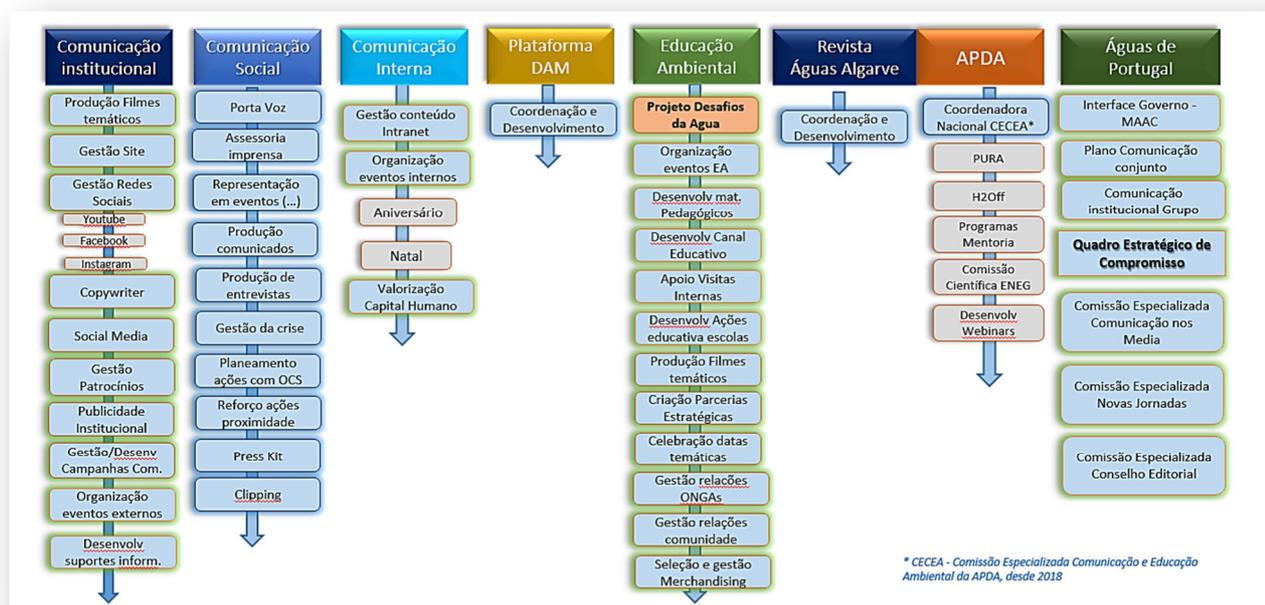


Figura 2 - Organograma simplificado do Gabinete Comunicação e Educação Ambiental

❖ Revista Águas do Algarve: Transparência, Inovação e Compromisso

No âmbito do nosso compromisso contínuo com a transparência e prestação de contas, destacamos, neste relatório anual, a consolidação do projeto editorial Revista Águas do Algarve

Com 2 edições lançadas ao longo do ano de 2024, as mesmas encontram-se disponíveis online na página da Águas do Algarve e no site <https://issuu.com/aguasdoalgarvesa>



❖ **Campanha de Sensibilização para a Poupança de Água**

Em resposta ao agravamento da seca e à crescente pressão sobre os recursos hídricos, a Águas do Algarve desenvolveu e implementou, ao longo de 2024, uma campanha de sensibilização de grande impacto, incentivando a adoção de hábitos mais sustentáveis no uso da água.

Com uma abordagem multicanal, a campanha foi amplamente divulgada através de televisão, rádio, redes sociais, imprensa, publicidade exterior e ações de proximidade. Apostando numa comunicação clara e envolvente, foram criados conteúdos informativos e apelativos, demonstrando a urgência de uma gestão mais eficiente da água e sensibilizando a população para pequenas mudanças diárias que fazem a diferença.

A campanha incluiu ainda parcerias com entidades públicas, privadas e organizações da sociedade civil, reforçando a mensagem junto de diferentes públicos, desde cidadãos comuns a setores económicos estratégicos. Foram realizadas ações educativas em escolas, workshops comunitários e eventos de sensibilização, promovendo um envolvimento direto com a comunidade.

O impacto da iniciativa refletiu-se no aumento da consciencialização sobre o problema da escassez de água e na adoção de comportamentos mais responsáveis, consolidando o compromisso da Águas do Algarve com a sustentabilidade e a gestão eficiente dos recursos hídricos da região.

Esta campanha conta com o apoio do Fundo Ambiental.



Principais ações enquadradas na Campanha:

e)	Implementação da Campanha de Informação e Sensibilização Pública "Água é Vida"
1	Serviços de Design
2	Produções de vídeos de sensibilização (Vídeos gerais H2O Kids - Gotas de Sabedoria)
3	Campanha de Meios <u>Regional</u> (Rádio, Imprensa, Digital)
4	Campanha de Meios <u>Nacionais</u> - <u>ações no Algarve</u> (Encarte Correio da Manhã ao fim-de-semana)
5	Infomail CTT em todas as caixas postais da Região (278 938 domicílios) - 3 envios 2024; 1 envios 2025
6	Parcerias - Campanhas sensibilização Cultura/Escolas (VATE /visitas a escolas; IPSS/Clubes desportivos) - <u>protocolos</u>
7	Ativações eventos da Região
	Marcha Corrida/Liga Portuguesa Contra o cancro
	Proteção dos Oceanos - Empresa E- Redes do Grupo EDP
	27 Aniversário BIBAL - Água, um recurso a preservar
	Feira da Serra S. Bras de Alportel
	Fatacil
	Festival F
	H2O Sustainability Faro
	Mercadinho de Natal
8	Campanha na rede Multibanco <u>Regional</u> - ATM
9	Publicidade exterior de grande formato OUTDOORS
10	Publicidade em autocarros urbanos e interurbanos na região
11	Publicidade com meios aéreos nas praias
12	Produções gráficas para ativações
13	Impressão de materiais informativos para distribuição alargada
14	Produção de merchandising
15	Produções parceiros;
16	Outros
	16.1 Bebedouros
	16,2Fotografia e Vídeo
	16,2Fotografia e Vídeo

H2Okids- Gotas de sabedoria

A Águas do Algarve, com o apoio do Fundo Ambiental, desenvolveu o projeto H2Okids – Gotas de Sabedoria, uma iniciativa inovadora que aposta na educação ambiental como ferramenta essencial para a preservação da água e do ambiente. O H2Okids – Gotas de Sabedoria é apenas um dos muitos projetos educativos promovidos pela Águas do Algarve na região. A empresa mantém o seu compromisso de sensibilizar a população para a sustentabilidade e a resiliência hídrica, através de diversas iniciativas que envolvem escolas, famílias e comunidades locais.

No dia 16 de Novembro, a Águas do Algarve realizou a sessão pública de apresentação do Projeto no Auditório da ESGHT da Universidade do Algarve.

Com três episódios já lançados, este projeto tem levado mensagens de sensibilização a crianças e famílias, destacando a importância da água e promovendo práticas sustentáveis no dia a dia. Com um total de 20 episódios, lançados quinzenalmente, o H2Okids não só informa, mas também envolve as novas gerações na construção de um futuro mais responsável e consciente.



❖ Concurso "A Água e o Mar Para Mim"

Após o grande sucesso que constituiu a 1ª edição do Concurso de Artes Visuais da Águas do Algarve "A Água e o Mar para Mim", fez todo o sentido dar continuidade a este projeto de responsabilidade social de grande impacto junto da comunidade algarvia.

Neste concurso a Águas do Algarve desafia os utentes das Instituições Particulares de Solidariedade Social do Algarve a refletir sobre o a Água e o Mar e a desenvolver uma peça artística dedicada à Água e ao Mar a partir de um guarda-chuva à escolha pelas instituições ou distribuído pela Águas do Algarve. Através deste guarda-chuva foram trabalhados temas como o Mar, a Água, Saneamento, a Sustentabilidade Ambiental e o trabalho da Águas do Algarve de forma artística e criativa. Os premiados desta segunda edição foram:

1º Lugar – ACASO - CACI (Centro de Atividades para a Capacitação e Inclusão) - Olhão

2º NECI - N.E.C.I. - Núcleo Especializado para o Cidadão Includo – Lagos

3º Lugar – APPC - Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral de Faro



❖ Exposições Concurso "A Água e o Mar Para Mim

Devido não apenas à beleza de cada um dos trabalhos apresentados, mas acima de tudo o vislumbre de trabalhos que são autênticas obras de arte, desenvolvidos por pessoas com deficiência e/ou idosos, tem sido motivo para a os municípios tenham aderido em massa, à realização de Exposições de com estes trabalhos, resultados de 2 Edições.

Destacam-se as principais exposições havidas

- Teatro das Figuras - Faro
- IPDJ – Faro
- Conservatório Regional do Algarve – Faro
- Centro Comercial Tavira Plaza - Tavira
- Mercado Local de Castro Marim
- Biblioteca Lídia Jorge - Albufeira
- Algarve Design Meeting – Fábrica da Cerveja - Faro
- AguarTE – Silves, Tavira
- São Brás de Alportel
- Vila do Bispo
- Almancil
- Mercado Municipal de Faro
- Pavilhão da Água - Faro



❖ A Educação Ambiental vai à escola

No ano de 2024 foram desenvolvidas 119 Atividades, com o envolvimento de todos os 16 Municípios da região.

Foram efetuados cerca de 16 000 Contactos diretos, com pessoas de todas as faixas etárias .



❖ Eventos da Região

As feiras são oportunidades únicas de estabelecer contacto direto com a comunidade local e com a população não só algarvia como de várias pessoas de vários pontos do país. Nestas feiras são estabelecidas dinâmicas que permitiam testar os conhecimentos da população em geral sobre a água e oferecidos alguns pequenos brindes.

A Águas do Algarve sempre que possível marca presença nestes eventos, destacando-se a maior Feira da Região – FATACIL.



Acresce, contudo, muitos outros eventos, Dia da Criança – Alameda em Faro com 2000 crianças aproximadamente, Dia da Criança – Vila do Bispo - Festival de Observação de Aves, Festival de Perceves, Concerto da Água – Conservatório, Conferência Estudantil para as Alterações Climáticas – Neves Júnior, Menina estás à janela, ERVAA Jovem, Semana da Ria Formosa, ... entre vários outros.

❖ Minutos Verdes

No âmbito da sensibilização da população em geral, para as questões da sustentabilidade, foram desenvolvidos 4 Minutos Verdes, com a Quercus, sobre os temas Galardão Praias Qualidade Ouro no Algarve.

Este ano os temas dos Minutos verdes foram os seguintes:

- 1 - Água para reutilização
- 2 - Campanha de sensibilização para o uso eficiente da água
- 3 - Saneamento / reforço da mensagem "sanita não é caixote"

❖ **Águas do Algarve e Quercus, juntos em prol da excelência das praias da região algarvia**

O galardão “Praia com Qualidade de Ouro” distingue anualmente a qualidade da água balnear das praias de portuguesas. O projeto “Praias Qualidade de Ouro” resulta de uma Parceria entre a Quercus e as entidades que nos respetivos municípios asseguram o tratamento do saneamento de águas residuais, um processo determinante do ponto de vista ambiental, com influência direta na qualidade das águas balneares, no caso algarvio a Águas do Algarve. Como exemplo algarvio, foi distinguida Praia de Faro pela excelência das suas águas balneares. No evento, estiveram presentes o Presidente da Câmara Municipal de Faro, Rogério Bacalhau, representante da Quercus Marcos Bartilloti, o Presidente do Conselho de Administração da Águas do Algarve, António Eusébio, e a Administração Regional da Hidrográfica.



❖ **A Águas do Algarve promoveu no dia 22 de Outubro a Cerimónia de Assinatura do Auto do Contrato Misto para a Conção, Construção e Exploração do Sistema de Dessalinização na Região do Algarve**

O projeto, adjudicado pela Águas do Algarve em linha com o Plano Regional de Eficiência Hídrica e as metas ambientais nacionais e europeias, pretende dar resposta à escassez hídrica do Algarve, através do reforço do abastecimento da região.

O presente Contrato representa um investimento de 107.922.830,00 EUR (Cento e sete milhões, novecentos e vinte e dois mil, oitocentos e trinta euros), integrado no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), o qual incluiu esta solução através do Investimento RE-C09.i01.04, designado por “Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve – SM6 – Promover a dessalinização do mar” e enquadrado na sua Componente C09, com um valor de comparticipação de 54.000.000,00 EUR (cinquenta e quatro milhões de euros).



❖ Inauguração da ETAR de Lagos

A Águas do Algarve realizou ontem a cerimónia de inauguração da Remodelação da ETAR de Lagos, presidida pela Ministra do Ambiente e Energia, Maria da Graça Carvalho no dia 05 de Junho. Com um investimento da ordem dos 17 M€, e com financiamento pelo POSEUR (aprovado em overbooking) no montante aproximado de 10 M€, a ETAR tem uma capacidade de atendimento de 138.000 hab. Eq.



À semelhança de outros investimentos realizados pela Águas do Algarve, SA, para benefício do ambiente e garantia da qualidade do tratamento dos efluentes produzidos na Região, também esta intervenção na Remodelação da ETAR de

Lagos contou com o apoio financeiro dos Fundos Europeus, através do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (POSEUR).

❖ Águas do Algarve assina Contrato de Fornecimento de ApR – Água para Reutilização

No âmbito dos investimentos em curso no Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais do Algarve, relativos à reutilização de água tratada, designada por ApR, teve lugar no dia 20 de maio, nas instalações da empresa municipal Infraquinta – Empresa de Infraestruturas da Quinta do Lago, E.M., a assinatura do Contrato de Fornecimento de ApR entre a Águas do Algarve, S.A., enquanto produtor de ApR, e os diversos utilizadores atuais e futuros deste subsistema. Para além da Infraquinta o contrato de fornecimento de ApR foi assinado com as seguintes empresas: Sociedade do Golfe da Quinta do Lagos, S.A.; Sociedade Hoteleira São Lourenço, S.A.; JJW Portugal, S.A. e Tributo Revelação Hotel, Unipessoal LDA.

Prevendo-se que praticamente todo o volume da ETAR da Quinta do Lago, cerca de 1,2 Mm³/ano, possa vir a ser reutilizado, as necessidades de ApR excedem assim a disponibilidade existente no período primavera/verão/outono. A ApR produzida no futuro subsistema de tratamento, elevação e adução da ETAR da Quinta do Lago terá qualidade de Classe B, sendo apta ao usos na rega de espaços verde e jardins públicos.



❖ Ciclo AcD “Aliança pela Água – Cooperação e conectividade” - Apresentação de comunicação no Workshop de Loulé

No âmbito do Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve (PREHA) e do Projeto “Eficiência Hídrica na Escola” decorreram durante diferentes fases o Ciclo de Ações de Curta Duração (AcD), “ALIANÇA PELA ÁGUA – COOPERAÇÃO E CONECTIVIDADE” num formato misto (presencial + online) aberto a toda a comunidade. Foram promovidas oito sessões: 6 presenciais, cada uma delas associada a um dos 6 CFAE do Algarve, em Lagos, Portimão, Albufeira, Loulé, Faro e Tavira; e 2 online, dedicadas à vertente artística e ao uso eficiente da água. De referir que apesar dos workshops se realizarem apenas em 6 concelhos, pretende-se divulgar na região as Boas Práticas de todos os municípios do Algarve, de modo a envolver, na medida do possível, a população local. Os eventos presenciais contaram com uma componente de informação sobre os Recursos Hídricos e as Boas Práticas de Eficiência, discriminada ao nível das sub-bacias hidrográficas e aquíferos locais, complementada com diferentes oradores convidados consoante a temática que se pretende destacar.

Os primeiros Workshops presenciais foram promovidos em 2023: Faro (18 out), Albufeira (22 nov) e em 2024: Lagos (17 jan), Tavira (24 jan) e Portimão (13 março).

O último Workshop presencial deste Ciclo AcD realizou-se em Loulé, no dia 22 de março, Dia Mundial da Água, com as intervenções do Presidente da Águas do Algarve António Eusébio, e Teresa Fernandes, Coordenadora da Área de Comunicação e Educação Ambiental da Empresa.



❖ 2ª Edição do Desafio da Água Chega ao Fim com Dia dos Guardiões da Água nas Quatro Águas em Tavira

Após um torneio regional que contou com mais de 220 participações de todo o Algarve e alguns pontos do resto do país, os melhores trabalhos foram selecionados para uma manhã de atividades e diversão que incluíram um espetáculo de magia, experiências hídricas e até um passeio de barco à vela e a motor.

As escolas vencedoras foram:

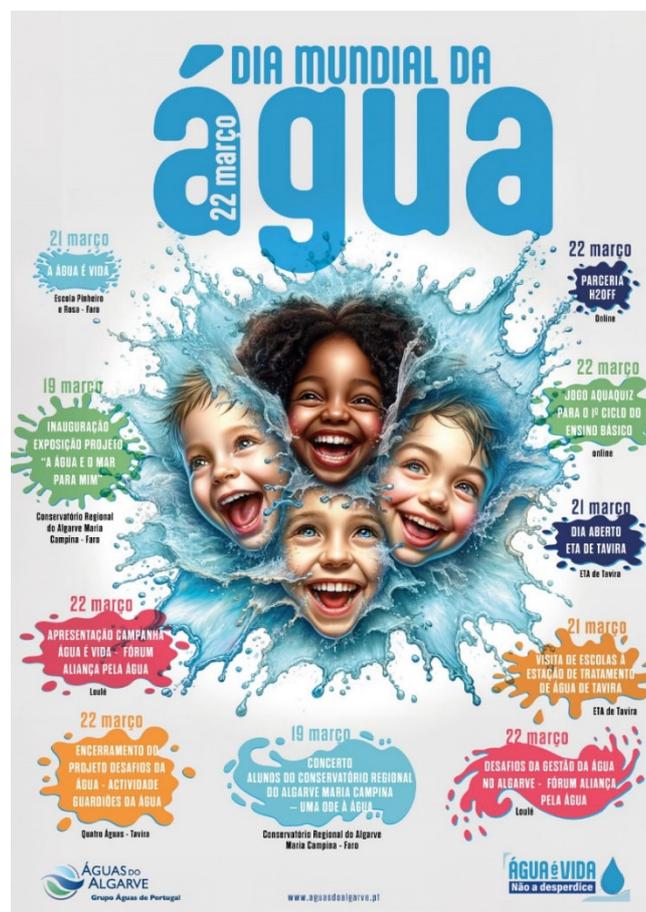
- A turma 4ºBFUS da Escola Básica 2,3 Dr. João Lúcio de Olhão que receberam um caderno de colorir com canetas de água para cada aluno da turma.
- A turma 5ºB da Escola Básica 2,3 Dr. Francisco Cabrita ganharam uma visita guiada à Barragem de Odelouca - O 4º ano do Jardim Escola João de Deus de Tavira ganhou um kit de materiais lúdico didáticos ligados à água, aos recursos hídricos e do projeto.
- A turma 5ºA da Escola Básica 2,3 D. João II de Alvor receberam uma coluna de som à prova de água.
- A turma 6ºH da Escola Básica 2,3 Dr. Francisco Cabrita ganharam uma visita guiada à Barragem de Odelouca.
- A Escola Básica 2,3 Infante D. Fernando de Cacela Velha recebeu um vale de 500€ em material escolar





❖ **Celebração do Dia mundial da Água - 22 de Março**

Com a problemática das alterações climáticas, e da escassez hídrica que assistimos na nossa região, neste dia, é crucial lembrar que a água é um recurso finito e que devemos usá-la de forma responsável e sustentável. É essencial adotar práticas de conservação nas nossas casas, empresas e na região, garantindo que as gerações futuras tenham acesso à água limpa e segura. Para além disto, é nosso dever e obrigação, unir-nos para proteger os ecossistemas aquáticos e combater a poluição da água. Cada um de nós tem um papel a desempenhar na preservação desse recurso essencial para a vida. Este ano, a Águas do Algarve teve a honra de mais uma vez se unir a diferentes entidades da região para celebrar o Dia Mundial da Água de uma forma verdadeiramente especial e envolvente. Foram desenvolvidos um conjunto significativo de eventos e atividades diferentes, que foram desde momentos musicais inspiradores até exposições educativas, palestras informativas, desafios interativos e passatempos emocionantes, havendo sempre algo para todos os gostos e idades. Além disso, abrimos orgulhosamente, as portas das nossas instalações para que todos possam conhecer de perto o nosso compromisso com a sustentabilidade e a conservação dos recursos hídricos.



Esta celebração é mais do que apenas uma oportunidade de entretenimento; é uma oportunidade de conscientização e ação. Ao unirmos forças com entidades da região, estamos demonstrando o nosso compromisso coletivo com a proteção e preservação da água, um recurso vital para a vida.

❖ H2off - Fomos parceiros

H2Off – A Hora da Água assenta numa ação simbólica que tem como propósito alertar para o valor inestimável e precioso da Água. Nesse sentido, o objetivo central do Movimento H2Off incide num propósito simples que reflete uma ação muito significativa: cada cidadão e cada cidadã, residentes em qualquer região do país, deverão suspender o consumo de água durante 60 minutos, às 22 horas, no dia 22 de março - Dia Mundial da Água.

A Águas do Algarve, apadrinha este Movimento desde a 1ª Edição.

Para além de não ter quaisquer custos associados, o objetivo desta parceria enquadra-se na partilha de informação, no que se refere à chamada de atenção em prol da defesa da água.

❖ A Águas do Algarve recebeu o reconhecimento da ERSAR pela Qualidade do Abastecimento Público efetuado na região

O Selo de Qualidade recebido pela Águas do Algarve refere-se ao Serviço de abastecimento público de água entre entidades! Destacamos ainda o Prémio de Excelência de Serviço de abastecimento público de água entre entidades

Na cerimónia havida, José Furtado, Presidente do Conselho de Administração da Águas de Portugal, partilhou o contributo dado pelo Grupo Águas de Portugal, em 30 anos de existência, para a qualidade e universalidade dos serviços essenciais de abastecimento de água e saneamento em Portugal, sublinhando a relevância da convergência que permitiu concretizar uma evolução positiva do setor, sublinhando a necessidade de promover a cooperação e alinhamento entre todos os stakeholders para responder aos desafios presentes.

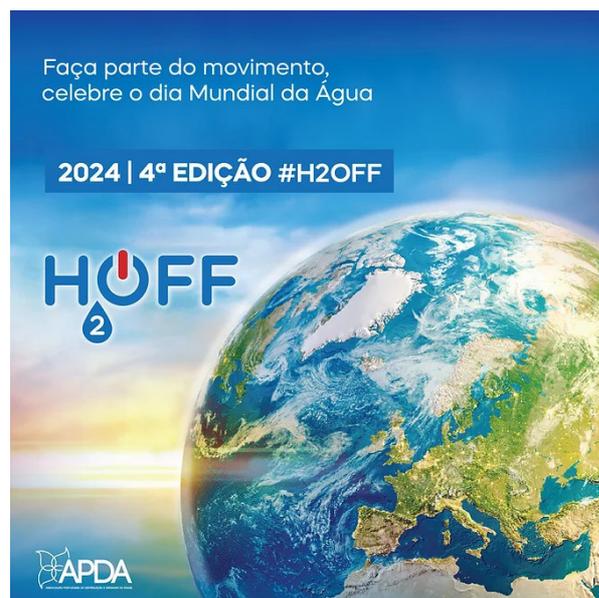


❖ Plano de Eficiência Hídrica do Algarve

Foi publicado no dia 16 de fevereiro em Diário da República o concurso para a conceção, construção e exploração do Sistema de Dessalinização de Água do Mar da região do Algarve, que terá como capacidade inicial de produção de 16 milhões de m³/ano de água, ficando a obra civil preparada para o aumento da capacidade para 24 milhões m³/ano. O preço base do concurso é de 90 milhões de euros e tem como prazo o final do ano de 2026. Este projeto estrutural para a região visa garantir a resiliência do abastecimento público à população do Algarve, designadamente em períodos de seca prolongada, através de um acréscimo das disponibilidades hídricas.

4.2.8. Serviço de Cadastro e Sistemas de Informação Geográfica

A Águas do Algarve (AdA), desde a sua existência, tem aumentado o seu portefólio de ativos, dependendo destes para garantir um serviço à população e caracterizando-se, conseqüentemente, como uma empresa ativo-intensiva. Desta forma, é exigida uma criteriosa gestão baseada, maioritariamente, nos dados disponíveis nos diferentes sistemas de informação, quer sejam dados operacionais, geográficos, de manutenção e/ou financeiros.



Dada a dimensão de dados gerados diariamente pelo sistema multimunicipal, é crucial uma boa gestão da informação, sendo que é um dos pilares essenciais da gestão de ativos, nomeadamente na fiabilidade que esses dados têm de possuir, associados aos ativos.

Neste sentido, todos os processos de recolha, sistematização, organização e de atualização da informação são fulcrais para o tratamento de dados e realização de sucessivas avaliações ao desempenho dos ativos por forma a justificar convenientemente a tomada de decisão sobre as intervenções a realizar ao longo do seu ciclo de vida.

Esta área durante o ano de 2024, manteve a sua posição no seio da Águas do Algarve, S.A. tornando-se essencial no apoio à decisão dos investimentos a levar a cabo pela Empresa, participando no planeamento, estudos e priorização desses investimentos dos quais se destacam pela sua importância para a região os Planos, de Recuperação e Resiliência (PRR) e de Neutralidade Energética – Programa Zero do Grupo AdP (PNE).

Sendo um dos pontos fulcrais afetos a esta área a partilha de informação, está prevista a atualização dos sistemas de portais WebSIG para o ano de 2025, sendo que se pretende com esta ação implementar portais com maior disponibilidade e diversificar esta solução, pelos conteúdos fundamentais e direcionados às necessidades dos utilizadores finais, permitindo ainda uma maior capacidade de gestão e administração pelo CADSIG da plataforma WebSIG, possibilitando assim a publicação mais célere de novos elementos necessários à tomada de decisão.

A gestão e a atualização do arquivo central da Empresa, continua a ter grande relevância, continuando o desenvolvimento dos trabalhos de digitalização dos processos de expropriação e de criação de base de dados para codificação, organização dos mesmos, pretendendo-se que futuramente permita ainda a consulta dos mesmos.

Ainda como atividade fulcral para o desenvolvimento da maioria das empreitadas em desenvolvimento pela Águas do Algarve, S.A. esta área tem a seu cargo a prestação de serviços de expropriação e servidão, essencial para a aquisição ou constituição de servidões administrativas e regularização de terrenos necessário a efetiva implementação das empreitadas referidas.

À semelhança dos anos anteriores, em 2024, efetuamos a recolha e validação dos valores de cada componente, referentes à Taxa de Recursos Hídricos (TRH), efetuando à posteriori, a previsão para o ano seguinte e apurando os valores unitários a cobrar por metro cúbico a cada área de negócio.

4.3. Financeira

Análise económica

O Volume de Negócios associado à atividade de exploração dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais da Empresa cifrou-se em cerca de 62,6 milhões de euros em 2024, representando uma diminuição de 0,9% face ao ano anterior. Esta redução resultou da combinação de vários fatores, nomeadamente:

- de uma diminuição dos volumes faturados na área de negócio do abastecimento, passando de 73,83 Mm³ para 68,58 Mm³ (-7,1%) em 2024;
- do acréscimo de 3,3% na tarifa praticada no abastecimento de água, nomeadamente, de 0,4885€/m³ para 0,5046€/m³ e nos rendimentos tarifários, de 27.106.792 de euros para 28.001.316 de euros.

Relativamente ao volume de efluente tratado em 2024, verificou-se um aumento de 1,20 Mm³, embora, não tivesse impacto no volume de negócio da Águas do Algarve, S.A. por força da adoção do método de faturação por via de rendimentos tarifários.

Abaixo o volume de negócios em euros:

Volume de negócios ⁽¹⁾	2024	2023	Variação (em Euros e %)	
Vendas	34.607.716	36.078.490	-1.470.773	-4,08%
Prestação de serviços	28.001.782	27.107.397	894.385	3,30%
Volume de negócios	62.609.498	63.185.886	-576.388	-0,91%

⁽¹⁾ O volume de negócio apresentado não inclui os Rendimentos dos Serviços de Construção e DRG

Quadro 19 - Volume de Negócios (€)

Relativamente aos rendimentos e gastos relacionados com a manutenção e exploração dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais é de evidenciar o seguinte:

- No caso do abastecimento de água, os serviços de operação são assegurados totalmente por recursos internos (da AdA) e os serviços de manutenção estão contratados externamente.
- No saneamento, todos os serviços de operação e manutenção foram contratados externamente exceto para o subsistema da ETAR de Faro/Olhão;

No que respeita ao *cash-cost*, o cálculo referente ao ano de 2024, e comparativo com 2023, é o que explicita de seguida:

Cash-Cost Líquido	2024	2023	Variação (em Euros e %)	
Gastos de Vendas (1)	2.198.418	2.413.166	-214.748	-8,90%
FSE	33.025.777	32.318.897	706.880	2,19%
Gastos com o Pessoal	7.134.096	6.704.031	430.065	6,42%
Outros gastos operacionais *	934.631	1.307.557	-372.927	-28,52%
soma 1	43.292.922	42.743.651	549.270	1,29%
Subsídios à exploração	508.635	137.445	371.190	270,06%
Outros rendimentos operacionais **	969.586	1.025.357	-55.771	-5,44%
soma 2	1.478.221	1.162.802	315.419	27,13%
Cash-Cost =soma 1 - soma 2	41.814.700	41.580.849	233.851	0,56%

* - exceto imposto selo operações financeiras e imparidades

** - exceto subsídios ao investimento

(1)- O Gasto das Vendas apresentado não inclui os Gastos dos Serviços de Construção

Quadro 20 - Cash-Cost Líquido

Como se constata, o cash-cost aumentou ligeiramente face a 2023 fruto da variação desfavorável dos gastos ocorridos principalmente na rubrica de "FSEs" e Gastos com Pessoal, verificando-se uma variação total das rubricas de gastos de 549,3 mil de euros ou seja apenas 1,3% face ao período homólogo do ano anterior. Verificou-se uma diminuição nos custos das mercadorias vendida e matérias consumidas devido à diminuição dos gastos com reagentes.

Assim, apresenta-se de seguida, o detalhe dos gastos mais significativos, os quais representam cerca de 93% dos gastos em FSE:

Rubrica	2024	2023	Variação (em Euros e %)	
Subcontratos	14 586 296	14 314 493	271 803	1,9%
Electricidade	4 773 612	5 657 579	-883 967	-15,6%
Rendas e alugueres	1 102 024	664 641	437 383	65,8%
Seguros (sem Pessoal)	513 409	527 232	-13 823	-2,6%
Conservação e reparação	3 511 854	3 664 042	-152 189	-4,2%
Trabalhos especializados	5 588 200	5 303 562	284 638	5,4%
Material de laboratório	501 911	441 721	60 190	13,6%
Outros FSE	2 448 470	1 745 626	702 844	40,3%
Total de FSEs	33 025 777	32 318 897	706 880	2,2%

Quadro 21 - Gastos com Fornecimento e Serviços Externos

Contando com o impacto das medidas implementadas para combate aos efeitos da situação de seca no Algarve, nomeadamente, uma diminuição de 5,3Mm³ nos volumes faturados em 2024 face ao ano anterior, em contraciclo encontra-se a variação das rubricas de FSE's com um aumento de 2,19%, ou seja, um aumento de 706,9 mil€, provocado pelo acentuado aumento dos preços sentidos desde final de 2022, início de 2023.

Os gastos com maior impacto para esta variação são:

- Rendas e Alugueres com um aumento de 437,4 mil€ (65,8%), maioritariamente motivada pelo registo da renda devida pela ocupação do espaço do domínio público da ETAR de VRSA em 2020 +295,2 mil€ e ainda o registo das licenças Microsoft em 2024 (em 2023 apenas havia uma especialização) que gerou uma variação de 57,1 mil€;
- Trabalhos Especializados com um aumento de 284,6 mil€ (5,4%);
- Subcontratos com um aumento de 271,8 mil€ (1,9%);
- E o conjunto de contas que integram a rubrica outros FSE's com um aumento de 702,8 mil€ (40,3%);
- Com sinal contrário e compensando de alguma forma os aumentos apresentados acima temos a rubrica de eletricidade que diminuiu 884,0 mil€ (15,6%), face a 2023.

A diferença entre o Volume de Negócios e o *Cash-Cost* representa o EBITDA gerado pela Empresa, cuja evolução se apresenta no quadro seguinte, evidenciando-se igualmente o peso do EBITDA no Volume de Negócios.

EBITDA	2024	2023	Variação (em Euros e %)	
Volume de negócios	62.609.498	63.185.886	-576.388	-0,9%
Cash-Cost Líquido	41.814.700	41.580.849	233.851	0,6%
EBITDA	20.794.797	21.605.037	-	810.239
EBITDA : VN	33,2%	34,2%		-2,9%

Quadro 22 - EBITDA

A componente financeira associada aos gastos com os recursos das entidades financiadoras da Empresa (bancos + empréstimos AdP) e com os proveitos decorrentes das aplicações financeiras e juros de mora imputáveis aos clientes evoluiu conforme quadro seguinte:

Resultados Financeiros	2024	2023	Varição (em Euros e %)	
Gastos financeiros (1) (2)	7.185.158	6.859.289	325.869	4,8%
Rendimentos financeiros (1)	1.284.221	1.173.648	110.573	9,4%
Resultados Financeiros	5.900.937	5.685.641	215.296	3,8%

(1) - exceto justo valor

(2) - inclui imposto selo operações financeiras

Quadro 23 - Resultados Financeiros

Os gastos financeiros aumentaram 4,8%, em contraciclo com o nível de endividamento da empresa que diminuiu 2,2%, de 2023 para 2024. Esta situação dá-se pelo facto de a empresa estar a amortizar mais empréstimos BEI com taxas de juros mais baixo, -13,0 M€ em 2024, e ao invés contrair empréstimos junto da AdP com um prazo mais curto e com taxa de juro superior, +9,1M€.

Os rendimentos financeiros de 2024, excluindo o efeito do justo valor, aumentaram 9,4% relativamente ao ano anterior, essencialmente devido aos juros de mora associados à dívida de VRSA excluída do ARD que representa uma variação favorável à empresa no valor de 71,8mil€. Conjuntamente os resultados financeiros melhoraram em 2024, i.e., com um aumento de 3,8%, o que equivale a 215,3 mil€.

Conjugando os valores do EBITDA com os Resultados Financeiros e IRC, conforme quadro seguinte, chegamos ao indicador Cash-Flow Líquido, que diminuiu em valor absoluto e no peso face ao Volume de Negócios.

Cash Flow Líquido	2024	2023	Varição (em Euros e %)		
EBITDA	20.794.797	21.605.037	-810.239	-3,8%	
Resultados financeiros	5.900.937	5.685.641	215.296	3,8%	
IRC	6.130.135	406.516	5.723.619	1408,0%	
Cash Flow Líquido	8.763.726	15.512.880	-	6.749.154	-43,5%
Cash Flow Líquido : VN	14,0%	24,6%			-43,0%

Quadro 24 - Cash-Flow Líquido

O valor do IRC apresenta uma variação de 5,7 milhões de € de 2023 para 2024 resulta do seguinte:

- A redução da taxa do imposto diferido de 2023 para 2024, sendo que o efeito é contrário ao do imposto corrente (penalizou os resultados),
- A alteração da metodologia de cálculo dos impostos diferidos, por solicitação dos revisores oficiais de contas, com a aplicação ao grupo ADP.

Pelo quadro acima podemos concluir que o denominado cash-flow líquido piorou face ao volume de negócios, passando de 24,6% em 2023 para 14,0% em 2024.

O quadro seguinte evidencia, em detalhe, a evolução das restantes rubricas de gastos e rendimentos associados ao investimento e justo valor, cujo agregado denominamos gastos de investimento.

Gastos e Rendimentos ligados ao investimento e justo valor	2024	2023	Varição (em Euros e %)	
Amortizações	22.119.784	22.944.455	-824.672	-3,6%
Provisões / Perdas por Imparidade	-4.786	1.522	-6.308	-414,5%
Gastos (justo valor)	93.679	208.097	-114.418	-55,0%
soma 1	22.208.676	23.154.074	-	945.397 -4,1%
Subsídios ao Investimento	7.731.343	8.120.606	-389.263	-4,8%
Rendimentos (justo valor)	39.777	39.702	74	0,2%
Margem (IFRIC12)	0	0	0	
soma 2	7.771.119	8.160.308	-	389.189 -4,8%
Gastos Inv= Soma 1 - Soma 2	14.437.557	14.993.766	-	556.209 -3,7%

Quadro 25 - Gastos de Investimento

Conjugando os valores do Cash-flow líquido com os deste último quadro (gastos de investimento), chegamos aos Resultados Líquidos da Empresa, cuja evolução se apresenta de seguida:

Cash Flow Líquido	2024	2023	Varição (em Euros e %)	
Cash-flow líquido	8.763.726	15.512.880	-6.749.154	-43,5%
Gastos Inv	14.437.557	14.993.766	-556.209	-3,7%
Resultados Líquidos	1.827.399	2.038.012	-210.613	-10,3%
Resultados líquidos / Capital Social	6,13%	6,83%	-	-0,71% -10,33%

Quadro 26 – Rendibilidade dos Capitais Próprios = Resultados Líquidos/Capital Social

Enquanto os resultados antes de impostos reduziram-se significativamente em 2020 e em 2021 face a 2019, os anos de 2022, 2023 e 2024 revelaram ser anos em contraciclo.

A rentabilidade dos capitais próprios durante esse período de 4,1% em 2019, 2,5% em 2020, de 1,2% em 2021, de 5,6% em 2022 e de 6,8% em 2023.

Em 2024 o DRG registado, em termos líquidos de impostos diferidos, ascendeu a cerca de 4,8 milhões de euros.

Situação financeira

Da análise económica efetuada acima resulta que a situação financeira da Empresa se tenha ressentido dos efeitos da situação de seca que afetou a região do Algarve:

- Em 2024 a Empresa registou um ligeiro aumento do seu passivo oneroso (+2,2% face a 2023),
- Melhorou o Prazo Médio de Pagamentos, passando **de 42 para 33 dias**. O valor de dívidas vencidas de clientes diminuiu em 2,1%.
- Em termos de Resultados o rácio EBITDA / Volume de Negócios piorou face ao ano anterior, maioritariamente impactado pela quebra na receita motivada pelos efeitos da situação de seca sentida no Algarve, passando de 34,2% em 2023 para 33,2% em 2024,
- e o Resultado Líquido da Atividade (sem o Desvio de Recuperação de Gastos) baixou 388,2%, o equivalente a uma descida de 4,0 M€.

No capítulo abaixo designado por "prazos médios de recebimento e pagamento" analisa-se o comportamento dos clientes e da Empresa face aos fornecedores.

Quanto aos investimentos, a nota 5 do anexo às contas evidencia o acréscimo de 18,7 milhões de euros em ativos tangíveis e intangíveis brutos.

O quadro seguinte dá-nos conta de como decorrem as candidaturas no âmbito do POSEUR:

<i>Código da Operação</i>	<i>Designação da Operação</i>	<i>Estado</i>	<i>Apoio Solicitado</i>	<i>Apoio Aprovado</i>	<i>Apoio Validado</i>	<i>Apoio Pago</i>	<i>Apoio a pagar (overbooking/reforço)</i>
POSEUR-03-2012-FC-000027	NOVA ETAR DA COMPANHEIRA	Em Execução	10 115 000,00 €	9 102 901,36 €	9 102 901,36 €	9 096 270,50 €	6 630,86
POSEUR-03-2012-FC-000026	Sistema Intercetor e Elevatório de Vila do Bispo e Sagres	Encerrada / Concluída	1 746 750,00 €	1 716 422,96 €	1 716 422,96 €	1 716 422,96 €	0,00
POSEUR-03-2012-FC-000025	Ligação de Algoz/Tunes ao Sistema de Águas Residuais de Albufeira, Lagoa e Silves	Encerrada / Concluída	1 710 360,00 €	1 507 421,87 €	1 507 421,87 €	1 507 421,87 €	0,00
POSEUR-03-2012-FC-000002	Ligação de Monchique Norte ao Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve	Encerrada / Concluída	637 645,00 €	554 666,83 €	554 666,83 €	554 666,83 €	0,00
POSEUR-03-2012-FC-000028	ETAR de Faro / Olhão e Sistema Elevatório de Olhão	Encerrada / Concluída	19 207 875,00 €	13 910 214,52 €	13 910 214,52 €	13 910 214,52 €	0,00
POSEUR-03-2012-FC-000835	Reforço da capacidade de tratamento da ETA de Alcantarilha	Encerrada / Concluída	2 649 700,00 €	3 458 851,93 €	3 458 851,93 €	3 458 851,93 €	0,00
POSEUR-03-2012-FC-001445	ApR DA ETAR DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO	Encerrada / Concluída	838 778,32 €	1 305 574,63 €	1 305 574,63 €	816 551,37 €	489 023,26
POSEUR-03-2012-FC-001563	Remodelação da ETAR de Lagos	Em Execução	10 740 936,28 €	10 595 124,01 €	10 595 124,01 €	0,00 €	10 595 124,01
POSEUR-03-2012-FC-001564	Nova Reserva do Barlavento	Encerrada / Concluída	2 051 097,76 €	2 063 652,47 €	2 063 652,47 €	0,00 €	2 063 652,47

Da tabela acima, as candidaturas referentes à Remodelação da ETAR de Lagos, e à Nova Reserva do Barlavento, foram aprovadas em Overbooking, pelo que apesar de já estarem integralmente executadas e validadas, ainda não foi recebido qualquer valor de comparticipação, aguardando-se pelo fecho do Programa Operacional, para que o saldo possa ser redirecionado para as Operações que se encontram nesta situação.

Relativamente às Candidaturas da ETAR da Companheira e ApR de Vila Real de Santo António, o montante que se encontra por receber, refere-se a majorações da taxa de comparticipação, valor aprovado como elegível condicionado, o que significa que é um montante para além do aprovado contratualmente, que apenas será pago se houver disponibilidade financeira no fecho do Programa Operacional.

No que respeita à AdA, todas as candidaturas apresentadas no âmbito do POSEUR se encontram encerradas.

Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)

A AdA tem em vigor um contrato estabelecido com a Estrutura de Missão Recuperar Portugal (EMRP), designado RE-C09-i01.04 “Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve: SM4 – Promover a utilização de Água Residual Tratada; SM5 – Aumentar a capacidade disponível e resiliência das albufeiras/sistemas de adução em alta existentes e reforçar com novas origens de água; SM6 – Promover a dessalinização de água do mar”, com um montante aprovado de 169.498.742,00€

Relativamente às 3 submedidas consideradas no Contrato, o montante total apresentado em Pedidos de Pagamento até ao final do ano 2024, foi de 7 404 056,29€ .

Dada a complexidade das medidas a implementar, a fase inicial das ações correspondeu à realização dos projetos, e contratação de serviços técnicos de apoio inerentes à concretização dos investimentos.

Fundo Ambiental

Face à situação de Seca que o Algarve tem vindo a atravessar, foi emitida a Resolução do Conselho de Ministros n.º 26-A /2024, que aprovou um montante global de €10.900.000,00, protocolados com o Fundo Ambiental, para a execução de um conjunto de intervenções consideradas determinantes para a minimização da situação de seca, e reforço da resiliência do SMAASA.

Nesse sentido, em 2024 foram estabelecidos três Protocolos entre a AdA e o Fundo Ambiental, para a concretização das seguintes Medidas:

1. Aproveitamento do Volume Morto da Barragem de Odelouca, no montante de €4.900.000,00
2. Medidas de apoio para intervenções em consequência de situações de seca no âmbito do uso eficiente da água e proteção dos recursos hídricos, no montante de €5.200.000,00
3. Ações de sensibilização e de planeamento para a gestão de seca e escassez, no montante de € 800.000,00

Foi contratualmente definido que o primeiro momento de Reporte da Execução Financeira dos presentes Protocolos ocorresse em novembro de 2024, com dados de execução relativos ao mês anterior.

Assim, a execução financeira reportada foi a seguinte:

<i>Protocolo</i>	<i>Montante contratado</i>	<i>Montante Reportado</i>
<i>Volume Morto da Barragem de Odelouca</i>	<i>4 900 000,00</i>	<i>3 378 140,37</i>
<i>Intervenções SECA (Captações Subterrâneas; Serviços; Equipamento; Pessoal; Rede Castro Marim)</i>	<i>5 200 000,00</i>	<i>445 678,62</i>
<i>Campanha de Sensibilização e Comunicação</i>	<i>800 000,00</i>	<i>288 163,78</i>
<i>TOTAL</i>	<i>10 900 000,00</i>	<i>4 111 982,77</i>

Prazos médios de recebimento e de pagamento

A Águas do Algarve, S.A. é prestadora dos serviços de abastecimento e de saneamento “em alta” para a região do Algarve. Como consequência, os Clientes são as Câmaras Municipais ou Empresas detidas exclusiva ou maioritariamente pelos Municípios, perfazendo atualmente 19 clientes.

Os quadros seguintes resumem a dívida (não corrente e corrente) dos clientes no final de 2024 e 2023 e os prazos médios de recebimento:

Créditos Municipais	2024	2023	Variação	
Dívida Vencida	13.888.914	14.184.217	-295.303	-2,1%
Dívida Não Vencida	21.587.116	23.123.509	-1.536.393	-6,6%
Totais	35.476.029	37.307.726	-	1.831.697

Quadro 27 - Dívida (Corrente e Não Corrente)

Os saldos acima correspondem a valores brutos das rubricas de clientes e ativos financeiros ao justo valor, portanto sem imparidades (2.718.640€ em 2024), e faturados, ou seja, sem Acréscimos de juros de mora não faturados a clientes (6.066.736€ em 2024).

PMR	2024	2023	Variação	
PMR (Dias)	50	53	-	2

Quadro 28 - Prazo Médio de Recebimento

Verifica-se no final de 2024 uma diminuição da dívida total de clientes, à semelhança de anos anteriores, embora impercetível no quadro da dívida total de clientes, a Empresa renovou o esforço em procurar resolver diferendos com clientes com vista à recuperação de créditos vencidos.

Em sequência do verificado no mandato anterior, foram efetuadas várias reuniões com os municípios cuja antiguidade do saldo era superior a 2 meses com o objetivo de se estabelecerem plataformas de entendimento para que os acordos existentes fossem respeitados e/ou se estabelecessem novos acordos. Os pontos mais relevantes são os seguintes:

Tavira Verde E.M.

O valor vencido, 3,32 milhões de euros, 3,23 dos quais correspondem a 4 Processos que se encontram no Supremo Tribunal a aguardar decisão e 86,6 mil euros correspondente a juros de mora;

VRSA, SGU E.M. / Município de Vila Real de Santo António

A 25 de maio 2021 foi celebrado um Acordo de Regularização de Dívida (ARD), para 16,8 M€. À data de fecho do ano de 2024 o cliente amortizou as respetivas prestações trimestrais consideradas no Plano de Pagamento do ARD.

A restante dívida (9,8 M€) poderá ser resolvida extrajudicialmente.

Águas de VRSA

No final do exercício, o cliente registava uma dívida vencida de 238,9 mil euros correspondendo às faturas AA e AR de outubro de 2024, entretanto liquidadas a 17 de janeiro de 2025. O Cliente tem registado valores vencidos nos fechos de cada mês, liquidando-os num prazo entre 60 e 90 dias.

FAGAR

Relativamente ao Acordo de Regularização de Dívida (ARD), celebrado em 2011 entre a Empresa e a FAGAR, a AdA mantém contabilisticamente um valor em aberto de 1,06 milhões de euros. Aquando da integração das infraestruturas de saneamento no património da AdA, S.A., haverá lugar à compensação de valores que resultarem da valorização final das infraestruturas, a qual irá ser ainda feita.

Os trabalhos referentes à formalização da transferência da propriedade de ativos e do cumprimento dos termos da adesão do Município de Faro aos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e saneamento estão em curso, tendo as entidades acordado a contratação de serviços jurídicos comuns para o efeito, que desejavelmente permitirá no curto prazo regularizar os processos em aberto entre a AdA e a FAGAR.

Ambiolhão

No final do exercício, o cliente registava uma dívida vencida de 298,6 mil euros correspondente às faturas AA e AR de outubro de 2024, entretanto liquidadas a 09 de janeiro 2024. O Cliente tem registado, a partir de abril 2023, valores vencidos nos fechos de cada mês, liquidando-os num prazo entre 60 e 90 dias.

Monchique

No final do exercício, o cliente registava uma dívida vencida de 27,3 mil euros correspondente às faturas AA e AR de setembro e outubro de 2024, entretanto liquidadas a 29 de janeiro e 03 de fevereiro de 2025, respetivamente. O Cliente tem registado, a partir de abril 2024, valores vencidos nos fechos de cada mês, liquidando-os num prazo entre 90 e 120 dias.

Inframoura

No final do exercício, o cliente registava uma dívida vencida de 164,7 mil euros correspondente à fatura AA de outubro de 2024, entretanto liquidada a 09 de janeiro 2025.

Relativamente aos **restantes clientes**, verifica-se, em termos gerais, o cumprimento do determinado no contrato de concessão, concretamente, às condições de crédito que este determina (60 dias).

De referir que o atraso no pagamento de faturas emitidas há mais de 60 dias, nem que seja por alguns dias como acima apresentado prejudica não só o rácio PMR mas também o indicador desempenho cuja administração da Águas do Algarve, S.A. é avaliada.

Para além dos valores contabilizados na conta de clientes, estão registados na rubrica de devedores por acréscimos de rendimentos, 6,1 milhões de euros referentes a juros de mora estimados para os atrasos na regularização de dívida, tais como a dívida de clientes em injunções/processos administrativos (ver nota 11).

No que respeita ao pagamento a fornecedores, os prazos contratualmente estabelecidos, em regra 30 dias, estão a ser antecipados. De notar que o saldo de fornecedores de imobilizado incorpora valores de integração de património municipal ainda não liquidados por razões de natureza administrativa, nomeadamente obtenção das autorizações do concedente para proceder à integração, bem como retenções de pagamento de faturas como garantia prevista em contrato, nos termos do Código da Contratação Pública.

	PMP	2024	2023	Varição	
PMP (dias)		33	42	-	9 -21,4%

Quadro 29 - Prazo Médio de Pagamento

O valor do PMP melhorou de 2024 para 2023, passando de 42 para 33 dias, respetivamente..

4.4. Investigação e desenvolvimento / Inovação

No ano de 2024 deu-se seguimento à execução dos projetos IDI que já estavam em curso no ano transato e foi celebrado um novo acordo de cooperação, apresentando-se seguidamente uma breve descrição dos mesmos.

➤ *WATER MINING*

Continuou-se com a execução projeto de I&D e inovação WATER- MINING – “*Next generation water-smart management systems: large scale demonstrations for a circular economy and society*”, que é coordenado pela Universidade Técnica de Delft (Países Baixos) e conta com a participação de 38 parceiros europeus dos setores científico – tecnológico e empresarial, público e privado, provenientes de 12 países. O projeto é financiado pela União Europeia ao abrigo do programa Europeu de inovação e investigação H2020, no tópico CE-SC5-04-2019 - *Building a water-smart economy and society, subtópicos Symbiosis between industry and water utilities e Large Scale applications with multiple water users at various relevant scales.*

No ano de 2024 conclui-se a avaliação da qualidade do biopolímero produzido a partir das lamas aeróbias granulares no protótipo instalado na ETAR de Faro/Olhão, tanto a nível dos parâmetros físico-químicos e microbiológicos como das propriedades reológicas. O biopolímero tem aplicabilidade em vários setores, designadamente a nível agrícola face às suas propriedades como bioestimulante do crescimento das plantas e à sua capacidade de absorção de água.

A terceira reunião participativa da Comunidade de Prática teve lugar dia 16 de maio, na ETAR de Faro/Olhão, tendo envolvido um número próximo de quinze participantes, em representação de treze entidades. A sessão foi igualmente transmitida pela via telemática de forma a ser acompanhada remotamente por outros parceiros do projeto. A reunião foi muito participativa, tendo-se apresentado os principais resultados do projeto. A discussão centrou-se nas limitações existentes para colocação deste tipo de bioprodutos no mercado (e.g., tecnológicas, ambientais, económicas, sociais, legais, políticas) e nas medidas passíveis de serem implementadas para ultrapassar esta barreira. Durante esta reunião procedeu-se igualmente à visita do protótipo de produção do biopolímero Kaumera, com participação das várias partes interessadas. O trabalho desenvolvido foi ainda analisado e discutido na reunião anual do projeto, que se realizou em setembro de 2024 em Delft, Países Baixos, juntamente com outros casos de estudo.

➤ *CIRCULamETA*

Foi celebrado o Acordo Específico de Cooperação de Caracterização de Lamas de ETA para aplicação na Economia Circular – CIRCULamETA - com entidades de I&D, nomeadamente com o Instituto Superior de Engenharia (ISE) da Universidade do Algarve (UAAlg) e o Instituto de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico para a Construção, Energia, Ambiente e Sustentabilidade (Itecons), com a ambição acelerar a economia circular da água através de uma gestão do ciclo da água em equilíbrio com a natureza, garantindo a transição para a economia circular e atendendo ao objetivo de valorizar os resíduos produzidos enquanto subprodutos. O projeto financiado pela empresa, teve início em setembro de 2024 e será concluído no primeiro semestre de 2025.

Anualmente cerca de 5 000 toneladas de lamas desidratadas do tratamento de água para consumo humano das suas Estações de Tratamento de Água (ETA), para valorização no Centro de Produção de Loulé (CPL) da Cimpor, incorporando a matéria-prima para produção de cimento, desde o ano de 2004 até à presente data.

O projeto prevê realizar ações no sentido de viabilizar soluções alternativas e/ou complementares à atual valorização das lamas de ETA, que garantam o encaminhamento da totalidade das lamas produzidas anualmente e armazenadas, e ponderando a sustentabilidade das opções privilegiando a valorização na região, através da incorporação noutras indústrias, através de estudos técnicos preliminares para avaliar a possibilidade da aplicação de lamas resultantes do tratamento de água para consumo humano na economia circular, nomeadamente na aplicação em compósitos cimentícios e aplicações geotécnicas.

➤ **DESAL4CROPS**

• A Águas do Algarve SA, participou como parceiro numa candidatura apresentada ao Programa SUDOE da Comissão Europeia, com o Projeto DESAL4CROPS na prioridade I - Preservar o capital natural e reforçar a adaptação às alterações climáticas no SUDOE e objetivo 5.2. Promover o acesso à água e a gestão sustentável da água, contribuindo com o conhecimento de novas tecnologias associadas à dessalinização, nomeadamente para a valorização da salmoura na agricultura e no uso de água dessalinizada, bem como a sua aceitação social.

➤ **POOLWISE**

• A Águas do Algarve SA, manifestou o seu reconhecimento pelo interesse do Projeto POOLWISE - *Salt Water Pool Optimization with Integrated Sustainable Elements*, apresentado pela Escola Superior de Engenharia da Universidade do Algarve e o Instituto de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico para a Construção, Energia, Ambiente e Sustentabilidade (Itecons), no âmbito do SIID – I&D Empresarial - Operações em Copromoção - Outros territórios. O projeto POOLWISE, pretende ser uma iniciativa inovadora para a redução do consumo de água potável, através do desenvolvimento de soluções sustentáveis na fase de construção e utilização de piscinas, com a adaptação e otimização de equipamentos, materiais e sistemas de gestão energética e hídrica para a utilização de água do mar. A empresa comprometeu-se a disponibilizar o seu *Know How*, suporte e colaboração ao projeto POOLWISE.

Outros projetos

- *Plano de Segurança da Água do Sistema de Abastecimento de Água em Alta* foi mantido em 2024.
- A UAlg tem vindo a realizar vários estudos para monitorização dos contaminantes de interesse emergente (e.g., fármacos), especificamente através do Projeto de Investigação "MicroFish/MicroWaste". Neste projeto, apoiado pela AdA, a UALG efetua a monitorização de compostos farmacêuticos no efluente líquido, à entrada e saída das ETAR de Faro/Olhão, Faro Noroeste e Vila Real de Santo António:

Publicações / Comunicações / Poster

- Resende F.C. da Silva M.M., Anibal J., Martins A. – *3.a. Case Study: Water Reuse in Citrous Farming – Carbon Emissions Reduction and Ecosystems Protection in Engineering, Water and Food Nexus*. WFEO. December 2024. ISBN 978-989-8152-28-2.
- Sancho R. - Dessalinizadora do Algarve in painel V – Dessalinização: Aproveitar um Recurso Amplo. 19.ª EXPO Conferência da Água. Novembro 2024.
- Pinto A., Lucas H., Gaspar L., Viriato M., Medeiros N., Antunes S. (079) - "*Dashboard* de monitorização das disponibilidades de água e dos volumes fornecidos pela Águas do Algarve" - 21.º ENaSB da APESB em Braga. Novembro 2024.
- SANCHO R., CORREIA P., COSTA L., PERES A., RAMOS P., LUCAS H. "Implementação da etapa de flotação na ETA de Alcantarilha" - XIV jornadas de Engenharia - "Valorizar o Passado, Preparar o Futuro", Santarém. Fevereiro 2024.
- Sancho R., "Planos de Segurança da Água – 2ª Geração" – 32 Revista #32 APDA- 1º trimestre 2024.

4.5. Eventos Posteriores ao Fecho

Nos termos do Contrato de Concessão em vigor submetemos à ERSAR no dia 28 de Fevereiro de 2025 o Relatório Desvio de Recuperação de Gastos de 2024. Pelo teor do cálculo das métricas que efetuámos, medindo-as face às que foram definidas pela ERSAR, e considerando os ajustamentos que a Empresa entende por necessárias, nomeadamente, desconsideração de aumentos de gastos operacionais relacionados com a inflação e o agravamento significativo das cadeias de suprimento mundiais, a Empresa propôs à ERSAR que não houvesse lugar a qualquer ajustamento à Remuneração Acionista de 2024.

Até à data a AdA ainda não recebeu da parte da ERSAR nem qualquer solicitação ou esclarecimento adicional, nem qualquer Projeto de Decisão.

A Empresa não registou qualquer ajustamento para gastos potencialmente não aceites pela ERSAR, por:

- (i) Ser entendimento da Administração de que o eventual ajustamento final ao DRG após contraditórios não deverá ser materialmente relevante nas demonstrações financeiras tendo em conta o histórico verificado; e
- (ii) Ser convicção da Administração de que o DRG relevado nas demonstrações financeiras é a melhor estimativa na presente data.

No dia 5 de Fevereiro de 2025 foi submetido à apreciação da Tutela um Estudo de Viabilidade Económica e Financeira no qual foi considerado o investimento projetado, incluindo o investimento denominado de PRR. Em consonância, foram também os pressupostos atualizados, ou seja, foram os caudais revistos, os gastos operacionais também revistos. À data de fecho deste Relatório & Contas a Águas do Algarve ainda recebeu qualquer solicitação ou notificação por parte da Tutela.

É expectativa da Administração que as obras associadas ao PRR obtenham um financiamento a 100% via subsídios PRR ou outras fontes de financiamento a fundo perdido, conforme se considerou na proposta de EVEF referida no parágrafo anterior.

Relativamente às tarifas de abastecimento de água, e dos rendimentos tarifários do saneamento, a Águas do Algarve faturou aos seus clientes durante o ano de 2024 os caudais fornecidos, e os rendimentos tarifários, ao preço de 2023, ou seja, sem atualização para 2024. No dia 20 de Dezembro de 2024 foi enviado um ofício à ERSAR a solicitar a ratificação do aumento das tarifas, de 2023 para 2024, através da aplicação ao preço de 2023 do IHPC (Índice Harmonizado de Preços do Consumidor) para 2024. Tendo a ERSAR já ratificado os cálculos que lhe foram apresentados nesse ofício, mantém-se ainda por receber a autorização da Tutela, de forma a que a empresa possa faturar aos clientes o equivalente ao aumento do preço de 2023 para 2024. Nas contas de 2024 foram acrescidos proveitos derivados deste aumento ainda não ratificado, os quais ascendem a 2,0 milhões de euros (1,1 milhões de euros AA, e 900 mil € de AR).

Não obstante este quadro incerto a Administração da Águas do Algarve entende que a solvabilidade da Empresa, bem como a continuação da sua atividade normal, não estão em causa.

Não existe mais nada de relevante a assinalar com relação a eventos subsequentes.

4.6. Cumprimento das Orientações Legais

ENQUADRAMENTO

As empresas deverão incluir nos seus R&C um capítulo autónomo (anexo I) dedicado ao Cumprimento das Orientações e Obrigações Legais, conforme estipulado nas Instruções sobre os processos de prestação de contas.

O presente documento respeita a ordem constante do ofício acima identificado e visa auxiliar as empresas na elaboração do referido anexo, designadamente através da disponibilização de textos. Os mesmos não dispensam a inclusão da restante informação, nomeadamente os quadros solicitados no anexo.

Reforça-se a necessidade da justificação dos eventuais incumprimentos ser efetuada no ponto a que respeita (*“Qualquer eventual não cumprimento dos aspetos legais ou das orientações transmitidas, deverá ser objeto de fundamentação rigorosa, com a indicação da data prevista para a regularização desse incumprimento, bem como com a explicitação de eventual Despacho/Diploma Legal que permita a exceção.”*). Paralelamente, no quadro do apêndice 2, na coluna da justificação, deve ser feita remissão ao respetivo ponto.

Chama-se a atenção para a necessidade de assegurar a consistência dos valores reais (históricos) agora a reportar com outros anterior e formalmente reportados (nomeadamente em sede de PAO ou de R&C anteriores).

Quando se verificarem discrepâncias dever-se-á apresentar o motivo e, se possível, demonstrar a reconciliação dos números (ex.: n.º trabalhadores: diferente critério no apuramento do número – especificar qual).

Ponto I - Objetivos de gestão (artigo 38º do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial) e Plano de Atividades e Orçamento

- a) Objetivos definidos pelo “acionista” para 2024, explicitando o grau de execução dos mesmos, assim como a justificação dos desvios e das medidas de correção aplicadas ou a aplicar.

Na Assembleia Geral Ordinária de Acionistas realizada em 28 de junho de 2021 foram aprovadas as Orientações Estratégicas e Objetivos e Indicadores de Gestão para o mandato em curso (2021-2023). Não tendo sido eleito em 2024, Conselho de Administração para um novo mandato, a 31 de dezembro de 2024 mantinha-se em funções o Conselho eleito para o mandato 2021-2023, pelo que não estão definidos objetivos para 2024.

Glosário

AA = Abastecimento de Água;

AR = Águas Residuais;

PRC = Plano de Redução de Custos;

PAO = Plano de Atividade e Orçamento; PMP = Prazo Médio de Pagamento;

RCM = Resolução de Conselho de Ministros;

PP = Ponto Percentual;

RL = Resultado Líquido;

DRG = Devio de Recuperação de Gastos;

AQA = Avaliação da Qualidade da Água;

AQAR = Avaliação da Qualidade da Água Residual;

Sem prejuízo do que antecede, tendo por referência os objetivos de gestão fixados para 2023, em 2024 o respetivo grau de cumprimento seria o seguinte:

	Indicador	Cálculo	Escala	AdA
Financeiros	Eficiência de Gestão	$PRC = [(GV+FSE+GP)/VN]$ Variação face ao PAO proposto	1. var < +0,10pp 2. -0,10pp <= var <= +0,10pp 3. var < -0,10 pp	10,0%
	Dívida Comercial de devedores municipais	$DCDMA = [\text{Saldo da dívida vencida de municípios (Ano N)}] / [\text{Saldo da dívida vencida de municípios (Ano N-1)}] * 100$	1. DCDMA > 105% 2. 95% <= DCDMA <= 105% 3. DCDMA < 95%	10,0%
	Limite ao endividamento	$\text{Endividamento} = [\text{Stock Dívida (Ano N)} / \text{Stock Dívida (Ano N-1)}] - 1 * 100$	1: X > 2% 2: 1,5% <= X <= 2% 3: X < 1,50% * investimentos materialmente relevantes são excluídos do cálculo, a percentagem adotada corresponde ao definido na legislação.	10,0%
	Respeito Prazos de Pagamento	Variação do PMP face ano anterior	Quando PMP <= 60 dias e cumpre com o estipulado na RCM 34/2008: 1: Incumpre: quando PMP aumenta mais de 1 dia face ao ano anterior; 2: Cumpre: quando PMP aumenta 1 dia; 3: Excede: quando PMP <= 60 dias. Quando PMP > 60 dias ou incumpre com a RCM 34/2008: 1: Incumpre: PMP > -15% face ao ano anterior; 2: Cumpre: -25% <= PMP <= -15%, face ao ano anterior; 3: Excede: face ao ano anterior, PMP < -25%.	10,0%
	Rentabilidade	Variação do RL face ao PAO	1. Var < -5% 2. -5% <= Var <= 5% 3. Var > 5% *excluindo o efeito DRG	10,0%

	Indicador	Calculo	Escala	AdA
Ambientais e de Serviço	Plano de Manutenção	Cumprimento do Plano de Manutenção preventiva	1. Nº Ações executadas face ao previsto < 80,00% 2. Nº Ações executadas face ao previsto >= 80,00%;<90,00% 3. Nº Ações executadas face ao previsto >=90,00%	10,0%
	Qualidade da Água Fornecida	AQA = QA (Ano N)	1. AQA <97,00% 2. 97,00% <= AQA <99,00% 3. AQA >=99,00% *sem deterioração face ao ano anterior	7,5%
	Qualidade das Águas Residuais	AQAR = QAR (Ano N)	1. AQAR <90,00% 2. 90,00% <= AQAR <=95,00% 3. AQAR > 95,00% *sem deterioração face ao ano anterior	7,5%
	Neutralidade Energética	Implementação do Plano de Neutralidade Energética	1. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção inferior a 75% face ao previsto no PAO 2. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 75% face ao previsto no PAO 3. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 90% face ao previsto no PAO	7,5%
	Plano de Lamas	Implementação do Plano de lamas	1. Lançamento, em cada ano, de concursos de empreitadas para reduzir produção de lamas em < 40% do previsto no PAO; 2. Lançamento, em cada ano, de concursos de empreitadas para reduzir produção de lamas em 40% do previsto no PAO; 3. Lançamento, em cada ano, de concursos de empreitadas para reduzir produção de lamas em 60% do previsto no PAO.	7,5%
	Plano de Eficiência Hídrica	Cumprimento do Plano de Implementação de Eficiência Hídrica no Algarve.	Cumprimento do plano de ação para as medidas de interligação Sotavento/Barlavento, Aproveitamento do volume morto - Beliche; Águas para Reutilização, Tomada de Água no Pomorão e Dessalinização, de acordo com a tabela em Anexo (?)	5,0%
	Efluentes Agroindustriais e agropecuários	Implementação de atividade acessória e complementar nos Sistemas em Alta de AR e Implementação da plataforma digital integrada para gestão de atividade de operador de ultimo recurso no território nacional	1. Entrega de pedido de autorização de atividade acessória e complementar após 31.03.2022 2. Entrega de pedido de autorização de atividade acessória e complementar até 31.03.2022 3. Entrega de pedido de autorização de atividade acessória e complementar até 31.12.2021 *após verificação dos intervalos de disponibilidade, acrescentando às ACA's existentes	5,0%

100,0%

Para 2024 não foram considerados os seguintes Indicadores:

- Neutralidade Energética
- Plano de Lamas
- Plano de Eficiência Hídrica
- Efluentes Agroindustriais e agropecuários

Tendo os respetivos ponderadores sido distribuídos proporcionalmente pelos restantes indicadores.

Sintetiza-se no quadro seguinte a avaliação do cumprimento dos indicadores estabelecidos:

Avaliação atual:

		2,6						
Indicador	Cálculo	AdA	Pontuação Final do Período					
Financeiros	Eficiência de Gestão	$PRC = \frac{[(GV+FSE+GP)/VN]}{\text{Variação face ao PAO proposto}}$	13,3%	PRC à data 2024 (%)	PRC Dez PAO 2024 (%)	PRC Dez para Cumprir (%)	Var 2024 - PAO à data (%)	Classificação
				65,06%	65,39%	65,49%	-0,33	3
	Dívida Comercial de devedores municipais	$DCDMA = \frac{[\text{Saldo da dívida vencida de municípios (Ano N)}]}{[\text{Saldo da dívida vencida de municípios (Ano N-1)}]} * 100$	13,3%	Dívida Vencida Cliente 2024 à Data (M€)	Dívida Vencida Cliente 2023 Dez (M€)	Dívida Vencida Cliente 2024 Dez para Cumprir (M€)	DCDMA (%)	Classificação
				14,95	15,24	16,00	98,1%	2
	Limite ao endividamento	$\text{Endividamento} = \frac{[\text{Stock Dívida (Ano N)}]}{[\text{Stock Dívida (Ano N-1)}]} - 1 * 100$	13,3%	Stock da Dívida 2024 à Data Ajustado (M€)	Stock da Dívida 2023 Dez (M€)	Stock da Dívida 2024 para cumprir (M€)	Endividamento (%)	Classificação
				166,0	176,1	179,6	-5,7%	3
Respeito Prazos de Pagamento	Variação do PMP face ano anterior	13,3%	PMP 2024 à Data (dias)	PMP 2023 Dez (dias)	PMP 2024 Dez para Cumprir (dias)	Var PMP (N/N-1) (dias ou %)	Classificação	
			33,00	42,00	36	-9,04	3	
Rentabilidade	Variação do RL face ao PAO	13,3%	RL sem DRG 2024 à Data (€)	RL sem DRG PAO 2024 Dez (€)	RL sem DRG 2024 Dez para Cumprir (€)	Var RL 2024 - PAO à Data sem Efeito do DRG (%)	Classificação	
			-2.952.963	96.734	91.897	-3152,7%	1	

	Indicador	Calculo	AdA	Pontuação Final do Período				
				Número de Ações Realizadas em 2024 à Data	Número de Ações Previstas em 2024 Dez	Número de Ações Realizadas em 2023 Dez para Cumprir	Execução do Plano de Manutenção (%)	Classificação
Ambientais e de Serviço	Plano de Manutenção	Cumprimento do Plano de Manutenção preventiva	13,3%					
				12834	13921	80% do número de ações previstas	92,2%	3
	Qualidade da Água Fornecida	AQA = QA (Ano N)	10,0%	Análises Realizadas (AR) ao abrigo do PCQA 2023	Qualidade da Água Fornecida N-1 (%)	Análises Conformes (AC) Segundo o PCQA 2023 Dez para Cumprir (%)	Qualidade da Água Fornecida (%)	Classificação
				8584	99,9%	AC=AR=100%	99,99%	3
	Qualidade das Águas Residuais	AQAR = QAR (Ano N)	10,0%	Análises Realizadas (AR) ao abrigo do Normativo de Descarga 2023	Qualidade das Águas Residuais N-1 (%)	Análises Conformes (AC) Segundo o Normativo de Descarga 2023 Dez para Cumprir (%)	Qualidade das Águas Residuais (%)	Classificação
				2212	98,3%	AC/AR>90%	99,7%	3

Modo de Avaliação		Avaliação dos Gestores	
1	Não Atingido	<1,8	Não Cumprido
2	Atingido	$1,8 \leq \text{Avaliação} < 2,5$	Cumprido
3	Superado	$\geq 2,5$	Superado

A avaliação dos gestores é feita pelo arredondamento a uma casa decimal do somatório da pontuação de cada indicador determinado nos termos do disposto acima.

A Empresa atingiu o objetivo global de 2024 com uma notação de 2,6, superado. Em 2023 a empresa tinha atingido uma nota de 1,9 o que corresponde também à classificação de cumprido.

b) Execução do plano de atividades e orçamento para 2024

Por outro lado, os princípios estabelecidos no Estatuto do Gestor Público quanto ao exercício das funções de administração nas Empresas do Setor Empresarial do Estado implicam que, de forma eficiente e empenhada, se cumpre a missão da Empresa como concessionária do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, “em alta”, para a região do Algarve.

A materialização dos objetivos que daí resultam é efetuada no plano de atividades e orçamento (PAO) que foi elaborado e posteriormente aprovado a 12 de junho 2024.

Em linhas gerais, o Plano de Atividades e Orçamento, incluindo o Plano de Investimentos, assentou no estabelecimento de um conjunto de objetivos para 2024, face ao ano de 2023, que de seguida se apresentam:

- i. A melhoria da eficiência operacional, traduzida numa redução do peso dos gastos operacionais no volume de negócios;
- ii. A contenção dos gastos com pessoal;
- iii. Que o crescimento do endividamento remunerado corrigido de aumentos de capital e líquido do financiamento de novos investimentos não excede os 2%;
- iv. Que novas atividades sejam sustentadas em análise de custo-benefício demonstrativas da racionalidade económica para a prossecução dos objetivos gerais da Empresa.

E ainda, em cumprimentos com as instruções da DGTF em matéria de prestação de contas apresentam-se os seguintes indicadores:

Indicadores	PAO 2024	2024	Varição		
Resultado Líquido	2.132.471	1.827.399	-	305.072	-14,3%
EBITDA	21.740.475	20.794.797	-	945.678	-4,3%
Resultado Operacional ⁽¹⁾ (EBIT)	8.864.649	13.858.471		4.993.822	56,3%
Volume de Negócio ⁽²⁾	64.463.876	62.609.498	-	1.854.378	-2,9%
Gastos Operacionais ⁽³⁾	42.423.612	42.358.291	-	65.321	-0,2%
Gastos Operacionais / Volume de Negócios	65,81%	67,65%			1,8%
Endividamento ⁽⁴⁾	178.207.750	172.207.750	-	6.000.000	-3,4%
Dívida Financeira Líquida ⁽⁵⁾ / EBITDA	8	8		0	1,0%
Disponibilidades ⁽⁶⁾	1.070.060	18.824.299		17.754.240	1659,2%
Imp. Indirectos - Imp. Selo Oper. Financeiras - Nacional ⁽⁷⁾	10.076	10.672		597	5,9%

1) Resultado operacional líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor.

2) Detalhar e quantificar nas observações sempre que outras parcelas, para além de vendas e serviços prestados, são consideradas no cálculo do Volume de Negócios.

3) CMVMC, FSE e Gastos com Pessoal

4) Passivo remunerado

5) Por dívida financeira líquida entende-se o valor do endividamento deduzido das disponibilidades.

6) Caixa conforme Balanço

7) Adicionar linhas com a identificação de mais indicadores, designadamente de atividade, atendendo à natureza da empresa/setor de atividade.

Quadro 30 - Indicadores de Gestão

c) Execução do Plano de Atividade e Orçamento 2024 na vertente Investimento e nível de Endividamento.

Plano de Investimento	PAO 2024	Executado 2024							Observações
		Total	Fontes de Financiamento					Outras	
			Autofinanciamento (Receitas Próprias)	Orçamento do Estado	Endividamento	Fundos Comunitários	PRR		
Valor total do investimento	47.850.661	18.694.190			18.694.190	0			
Investimentos previstos no PAO mas excedeu o montante aprovado	3.365.437	6.971.644	0	0	6.831.746	0	139.899	0	
219-Reforço de adução na zona da Penina	112.976	139.899			0		139.899		
287-Sistemas de Resiliência à seca (Sistemas de bombagem de Volumes Mortos das albufeiras)	945.500	3.810.729			3.810.729				
53c-Fases de Reforço de Adução a Loulé - Fases III	2.077.846	2.785.688			2.785.688				
341-Sistema Elevatório Água para o Túnel de Odelouca/Beliche	229.115	235.329			235.329				
Investimentos não previstos em PAO	0	1.257.037	0	0	1.257.037	0	0	0	
53A-Fases de Reforço de Adução a Loulé - Ligação ao Reservatório da Pedra da Água	0	33			33				
53b-Fases de Reforço de Adução a Loulé - Fases II	0	17.496			17.496				
114-Desativar a ETAR do Rogil e do Carrascalinho e respectivos emissários	0	46.076			46.076				
149-Alteração do Sistema de Desinfecção nas ETARs de Querença, Benafim e Ameixial (Removido 2018.06.12)	0	217			217				
230-Reforço de adução ao Concelho de Alcoutim	0	25.334			25.334				
276-Variadores Vel GP EBomba EEI Beliche	0	243			243				
336-Sistemas de Medição de Energia	0	33.596			33.596				
339-Estação Elevatória, desinfecção, adução e pontos de entrega: reutilização da água tratada na ETAR de VRSA	0	780			780				
340-Reparações e Melhorias em Infraestruturas do Sistema Multimunicipal de AA e SA	0	967.781			967.781				
342-Reabilitação da EEAR do Vau	0	775			775				
372-CE-Reab Furos LF2, LF6 e LF8 Portelas	0	106.476			106.476				
377-Reabilitação das Captações Albufeira	0	31.925			31.925				
466-Reab. Sanea Intrusão Salina Castro Marim	0	32			32				
467-Reab. Sanea Intrusão Salina Castro Marim	0	64.494			64.494				
Eólicas	0	-38.220			-38.220				

Pese embora a AdA tenha realizado 4,41 M€ de investimentos não previstos em orçamento, i.e., 3,09 M€ acima do previsto e 1,31 M€ em investimentos não previstos, no cômputo geral a empresa ficou abaixo do orçamentado em 9,44 M€. Por outro lado, inseridos no valor apresentado estão revisões de preços facturadas pelos fornecedores calculadas em consonância com os índices de atualização previstos nos cadernos de encargos e na própria legislação.

Ponto 2 - Gestão do Risco Financeiro

Descrição da evolução da taxa média anual de financiamento, incluindo juros efetivamente suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos associados, nos últimos 5 anos, acompanhada de uma análise da eficiência da política de financiamento, quando aplicável.

As atividades do Grupo AdP estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco financeiro que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração e da Tutela, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

Adotando uma posição conservadora, e tendo em atenção a natureza dos ativos, o Grupo tem optado por contratar financiamentos de muito longo prazo, tendo dado particular ênfase aos financiamentos obtidos junto ao BEI, entidade parceira especializada em financiamento de investimentos de prazos significativos. Adicionalmente a AdP SGPS tem financiamentos externos de longo prazo, através de três emissões particulares de obrigações em 2007 e uma emissão particular de obrigações em 2016, entre os 10 e os 20 anos

A política de gestão de risco de taxa de juro do Grupo está orientada para uma redução da exposição dos cash-flows da dívida às flutuações do mercado da taxa de juro, através da escolha da modalidade de taxa fixa nos empréstimos junto do BEI.

No financiamento do investimento, a cobertura do risco de taxa de juro é sustentada pela obtenção de empréstimos de longo prazo com uma forte opção pelo regime de taxa fixa, a qual é obtida de forma natural pela inclusão do seu valor no cálculo da tarifa final.

No financiamento de curto prazo, e tendo em atenção que este se destina essencialmente a financiar dívida de clientes, a cobertura de risco é sustentada nas taxas utilizadas no cálculo dos juros cobrados aos clientes.

A maioria das linhas de financiamento de longo prazo existentes no Grupo AdP foi negociada antes de 2008 em condições que, sendo favoráveis na altura, atualmente se apresentam como uma significativa mais-valia em matéria de serviço da dívida.

O risco de liquidez tem sido minimizado pelo ajuste do tipo de financiamento ao ativo que se pretende financiar, destinando-se o financiamento de longo prazo a suportar o investimento e a componente permanente do fundo de maneio e o financiamento de curto prazo às necessidades voláteis do fundo de maneio.

Em aplicações de curto prazo e/ou em linhas de financiamento não utilizadas, o Grupo mantém facilmente disponibilizáveis montantes que lhe permite fazer face a situações inesperadas sem causar impacto na sua atividade diária.

Relativamente ao risco de crédito associado ao fornecimento de serviços e produtos a crédito, este depende do tipo de clientes a que os produtos do grupo se destinam. Assim, relativamente aos clientes de retalho (baixa), sendo o produto disponibilizado um bem essencial, podemos considerar que o risco de cobrança é

reduzido. No caso do produto disponibilizado por grosso (alta) o risco assumido encontra-se relacionado com o “rating” dos clientes municipais, pelo que, considerando que estes são entidades públicas administrativas, o risco existente será mais associado com a dilação do prazo do que com a cobrabilidade deste. Tendo em atenção a questão da dilação do prazo, a AdP SGPS está a procurar solucionar a questão através da venda sem recurso a, ou através de, entidades financeiras.

Os excedentes financeiros decorrentes da atividade das empresas, são primeiramente utilizados para o financiamento das empresas do grupo numa lógica de gestão centralizada do grupo e o restante, juntamente com as aplicações contratuais decorrentes dos contratos de concessão são efetuadas junto à Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), sendo que o risco associado ao IGCP enquanto detentor dos excedentes do grupo é reduzido se atendermos que é o banco responsável pela gestão da tesouraria do Estado, acionista último do Grupo AdP.

- Risco de taxa de juro

O risco da taxa de juro do Grupo AdP advém, essencialmente, da contratação de empréstimos, quer de longo prazo quer de curto prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem o Grupo AdP ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem o Grupo ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A tabela abaixo apresenta a análise aproximada de sensibilidade dos encargos financeiros do Grupo AdP.

Análise de sensibilidade à variação de taxa de juro

Análise de Sensibilidade à Variação de Taxa de Juro	31/12/2024	Impacto Taxa	Impacto
		Média +1%	Taxa Média -1%
Juros (gastos) à taxa variável	2.982.945	725.436	-725.436
Juros (rendimentos) à taxa variável	1.244.444	302.642	-302.642
Totais	4.227.390	1.028.078	-1.028.078

Quadro 31 - Impacto Líquido à Variação da taxa de juro

Impacto da variação de taxa mensurada num prazo de doze meses.

- Risco de taxa de câmbio

A exposição ao risco de câmbio do Grupo AdP é residual. Este risco consubstancia-se em futuras transações comerciais, ativos e passivos reconhecidos, bem como investimentos líquidos em operações estrangeiras que não foram incorridas ou expressas na moeda funcional do Grupo AdP. A Tesouraria Central do Grupo AdP é responsável pela gestão da exposição líquida do Grupo AdP em cada divisa, contratando swaps centralmente, com vista a minimizar os riscos comerciais, ativos e passivos reconhecidos, quando tal seja aplicável. O Grupo AdP possui investimentos denominados em moeda estrangeira, cujos ativos líquidos estão expostos ao risco de taxa de câmbio pela conversão. A exposição cambial inerente aos ativos líquidos em moeda estrangeira é residual. Em 2024 e 2023 não foram contratados swaps cambiais nem financiamentos em moeda estrangeira.

- Risco do preço das matérias-primas (energia e combustíveis)

Os gastos anuais do Grupo Águas de Portugal em energia e combustíveis, representam aproximadamente 30% a 35% do total de fornecimentos e serviços externos. O Grupo através da AdP SGPS negocia e contratualiza centralmente a aquisição destas matérias-primas para todo o Grupo. No caso da eletricidade é fixado o preço para o horizonte do contrato.

- Risco de liquidez e de capital

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria do Grupo AdP pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. O Grupo efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais que permitem o acesso imediato a fundos. A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da Águas do Algarve por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, a pagar no futuro incluindo juros.

Os empréstimos BEI permitem contratualmente que o Grupo AdP escolha a tipologia de taxa de juro a aplicar: taxa de juro variável, taxa fixa pela maturidade do empréstimo ou taxa fixa revisível por um determinado período de tempo. Neste sentido, para efeitos de determinação dos juros futuros nos empréstimos BEI foram considerados os juros conhecidos e formalmente contratualizados, e para o período subsequente manteve-se a taxa de juro em vigor em 31 de dezembro de 2024.

Em 31 de dezembro de 2024 o capital em dívida relacionado com os empréstimos BEI apresenta a seguinte estratificação por anos de refixação/revisão de taxa:

Ano fim do período em vigor para a atual taxa de juro	Capital em dívida em 31.12.2024 (nota 19)	Valor do capital no ano de refixação de taxa
Ano 2024	112 443 492 €	
Ano 2025		13 054 920 €
Ano 2026		13 874 304 €
Ano 2027		14 417 724 €
Ano 2028		16 001 906 €
Ano 2029		16 409 810 €
Ano 2030		16 870 570 €
Ano 2031		7 523 164 €
Ano 2032		6 571 914 €
Ano 2033		5 136 600 €
Ano 2034		2 582 580 €
	SOMA	112 443 492 €

Para efeitos de determinação dos juros futuros a taxa variável (empréstimos acionistas e outros financiamentos) considerou-se (i) o cupão dos juros conhecidos a 31 de dezembro de 2024 e a liquidar subsequentemente; e (ii) para os cupões seguintes considerou-se o indexante Euribor em 31 de dezembro de 2024 acrescido do spread contratualmente formalizado.

À exceção da linha BEI designada por "BEI V", os empréstimos BEI encontram-se garantidos através de contratos de fiança celebrados entre a República Portuguesa e o BEI.

Em 31 de dezembro de 2024, o capital em dívida dos empréstimos BEI garantidos pela República Portuguesa ascende a 870.628 mil euros (112.443.492 euros na Empresa).

Para alguns empréstimos BEI garantidos pela República Portuguesa (capital em dívida em 31 de dezembro de 2024 no montante de 679.705 mil euros, dos quais 73.758.664 mil euros na Empresa), os contratos de

financiamento preveem que a última prestação de capital (entre setembro de 2025 e junho de 2029) seja liquidada em 11 prestações semestrais, ou seja, prorrogação do prazo de amortização por 5 anos, desde que exista extensão do prazo dos contratos de fiança.

O capital em dívida passível de ter liquidação diferida em 5 anos adicionais, ascende a 503.790 mil euros, dos quais 38.684.828 euros na Empresa.

Conforme previsto nos contratos de financiamento, em 11 de julho de 2024, a AdP SGPS solicitou à República Portuguesa a extensão dos contratos de fiança possibilitando deste modo a prorrogação do prazo de amortização por 5 anos, tendo reforçado esta solicitação em 3 de outubro de 2024. Em 27 de dezembro de 2024, a Agência de Gestão de Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E. (“IGCP”), emitiu parecer (i) favorável à extensão dos contratos de fiança relativos aos empréstimos denominados por BEI II – Tranche A e BEI II – Tranche B, em que a última prestação de capital em setembro de 2025 poderá ser liquidada em 11 prestações semestrais, e (ii) de não oposição à extensão dos contratos de fiança relativos aos restantes empréstimos.

O Grupo AdP apresenta a maturidade destes empréstimos considerando o diferimento da última prestação de capital.

Em setembro de 2017 o Grupo AdP celebrou um contrato de financiamento a 25 anos (linha “BEI V”), de 220 milhões de euros (tranche A) com o Banco Europeu de Investimento, ao abrigo de uma linha de crédito de 420 milhões de euros. Adicionalmente, em 31 de julho de 2019 o Grupo AdP formalizou os remanescentes 200 milhões de euros (tranche B) que podem ser utilizados por contrapartida da cessão sem recurso de acordos de regularização de dívida celebrados entre o Grupo AdP e os clientes municipais conforme previsto no Decreto-Lei nº 5/2019, de 14 de janeiro. Em 22 de novembro de 2022, foi celebrado um aditamento às duas tranches que permitiu a transferência de plafond no montante de 100.612 mil euros da tranche B para a tranche A. Em 31 de dezembro de 2024 a tranche A, encontra-se utilizada na totalidade em 320.612 mil euros e a tranche B encontra-se utilizada em 59.529 mil euros.

Tendo em conta o exposto, bem como os meios libertos de exploração recorrentes, a AdP não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades financeiras. Particularmente sobre os empréstimos bancários de curto prazo, a AdP dispõe de liquidez imediata para satisfazer a totalidade do serviço da dívida previsto para os 12 meses subsequentes.

Linhas de crédito de curto prazo contratualizadas

Risco de Liquidez (M€)	Valor do Plafond Disponível	Valor do Plafond Usado	Valor do Plafond não Usado
Descobertos Bancários (atribuíveis apenas à AdA, S.A.)	7	0	7
Empréstimos de Empresas do Grupo	0	0	0
Empréstimos Curto Prazo a Empresas do Grupo	0	0	0
Linhas de Crédito Líquidas Disponíveis Atribuíveis à AdP SGPS	45	45	0
Descobertos Bancários (Grupo AdP)	15	15	0

Quadro 32 - Risco de Liquidez

O objetivo da AdA em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da Demonstração da Posição Financeira, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O objetivo da gestão do risco do capital é

salvaguardar a continuidade das operações do Grupo, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política do Grupo é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da AdA (exceção feita aos empréstimos relacionados com o investimento), que por sua vez fará empréstimos às suas participadas. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência fiscal e redução do custo médio de capital.

O objetivo do Grupo AdP em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face do balanço, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O objetivo da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações do Grupo, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política do Grupo AdP é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP (exceção feita aos empréstimos relacionados com o investimento), que por sua vez fará empréstimos às suas subsidiárias. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência e redução do custo médio de capital.

em Milhões euros	2024	2023
Empréstimos não correntes (empréstimos	0,0	0,0
Empréstimos correntes (empréstimos		
obrigacionistas e de empresas do Grupo)	60,0	51,5
Disponibilidades	18,8	14,1
Endividamento líquido	41,2	37,4
Total do capital próprio	36,1	34,3
Capital	29,8	29,8
Endividamento líquido/total do capital	114,1%	109,1%

(*) apenas referentes a locações com entidades financeiras

O modelo de financiamento do Grupo AdP assenta fundamentalmente em três grandes categorias que permitem o equilíbrio da estrutura de capitais, o financiamento bancário, com particular incidência nos financiamentos contraídos junto do BEI e obrigacionistas, no capital próprio e, em subsídios ao investimento não reembolsáveis.

- **Risco de crédito**

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para o Grupo. O Grupo AdP está sujeito ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

- **Contraparte de exploração**

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de água e saneamento).

A composição da carteira de clientes do Grupo AdP tem 3 naturezas: (i) autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais; (ii) particulares, institucionais e empresas abastecidas pela rede de distribuição em baixa; e (iii) grandes clientes industriais na esfera do tratamento de águas residuais e abastecimento de água bruta.

i. **Autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais ("Municípios")**

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado diminuto ou próximo do risco soberano, observando-se historicamente que o não pagamento dos serviços prestados resulta essencialmente de divergências sobre as faturas traduzidas em processos judiciais. Nos termos da legislação e regulação em vigor, aplicável aos sistemas multimunicipais e parcerias, a alteração dos valores em dívida, por acordo voluntário ou extrajudicial entre as entidades gestoras e estas entidades ou por sentença judicial, releva para efeito do recálculo do Desvio de Recuperação de Gastos a recuperar nas tarifas ou rendimentos tarifários a cobrar na prestação de serviços futuros.

Não obstante o anterior, o processo administrativo associado à cobrança ou regularização por via de acordos e imputação ao desvio de recuperação de gastos é moroso, o que explica o valor elevado do montante de dívidas vencidas bem como os rendimentos financeiros.

O Conselho de Administração da AdP entende que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas prospetivas por imparidade (exceto em situações muito específicas e que resultam de acordos celebrados, traduzidos no cálculo do Desvio de Recuperação de Gastos).

ii. **Estado e Setor Público, Particulares, institucionais e empresas abastecidas pela rede de distribuição em baixa:**

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado médio (exceto no Estado e Setor Público em que é considerado risco baixo), na medida em que o abastecimento pela rede de distribuição em baixa permite o corte do abastecimento em caso de incumprimento no pagamento atempado das faturas pelos clientes. Não obstante, nos clientes abastecidos pela rede de distribuição em baixa existem dois segmentos a considerar: (i) abastecimento pela rede em baixa no âmbito de Parcerias, em que as perdas por risco de crédito nos clientes são compensadas pelo Desvio de Recuperação de Gastos; e (ii) outros abastecimentos pela rede em baixa, em que o incumprimento no pagamento atempado das faturas se traduz em perda patrimonial. Para este segundo segmento, são constituídas perdas esperadas por imparidade em função da perda esperada. Para a dívida resultante do abastecimento pela rede de distribuição em baixa, a perda esperada é determinada da seguinte forma: i) para faturas vencidas há mais de 6 meses é aplicada imparidade de 100% (prescrição legal de faturas vencidas há mais de 6 meses); ii) para as faturas emitidas e ainda não vencidas ou vencidas há menos de 6 meses é aplicada a percentagem de perda histórica verificada a qual é agravada por forma a incluir o efeito "forward looking".

iii. **Grandes Clientes Industriais e outras entidades:**

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado médio, na medida em que se trata de clientes do setor privado. Contudo, anualmente são avaliadas as perdas esperadas por imparidade por risco de crédito, numa base individual, tendo em consideração os seguintes fatores: i) o prazo médio de recebimento; ii) a condição financeira do cliente; e iii) a evolução macroeconómica.

Em 31 de dezembro de 2024 a antiguidade da dívida de clientes (exceto Municípios) e a respetiva imparidade tem o seguinte detalhe:

Segmento de negócio	Negócio "Alta"		
	Municípios	Outros	Total
Tipologia de clientes			
Risco	Baixo	Médio	
Exposição bruta	35 476 029 €		35 476 029 €
Imparidade	-2 718 640 €		-2 718 640 €
Total líquido de Imparidades	32 757 389 €		32 757 389 €

Saldo a 31.12.2024	Institucionais, empresas abastecidas pela rede de distribuição em alta			
	Exposição bruta	Imparidade	% Perda	Exposição líquida
Não vencida	21 587 116 €			21 587 116 €
Vencida até 180 dias	823 104 €			823 104 €
Vencida há mais de 180 dias	13 065 809 €	2 718 640 €	20,8%	10 347 169 €
TOTAL	35 476 029 €	2 718 640 €	7,7%	32 757 389 €

A conciliação de saldos com a nota I 0.3 às Demonstrações Financeiras é a seguinte:

CONCILIAÇÃO DE QUADROS	Saldo a 31.12.2024
Cientes	20 306 340 €
ARD Município VRSA	14 449 783 €
Acréscimo de faturação AA (atualização da tarifa)	-1 104 210 €
Acréscimo de faturação AR (atualização da tarifa)	-894 524 €
Total Líquido de Imparidades	32 757 389 €

Contraparte de depósitos

A seguinte tabela representa a exposição máxima da AdA ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2024 e 2023, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos na Demonstração da Posição Financeira, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face da Demonstração da Posição Financeira.

Ativos financeiros bancários (valores em Milhões de €)	2024	2023
Depósitos à ordem (Nota 12)	18,82	2,30
Depósitos prazo (Nota 12)	0,00	11,84
	18,82	14,14
Rating		
A	18,68	13,63
A-	0,11	0,00
A2	0,00	0,00
A3	0,00	0,00
B1	0,00	0,00
Ba2	0,00	0,00
Baa1	0,00	0,00
Baa2	0,00	0,00
BB	0,00	0,00
BBB	0,00	0,03
BBB+	0,02	0,47
não disponível	0,01	0,01
	18,82	14,14

Quadro 33 – Ativos Financeiros Bancários

Nota: notação de rating da Fitch obtida nos sites das instituições financeiras em janeiro de 2025.

(a) Em 31 de dezembro de 2023, inclui 2,29 milhões de euros depositados na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E.

O quadro seguinte ilustra a evolução da taxa média de financiamento da AdA, incluindo juros efetivamente suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos associados, nos últimos cinco anos.

Anos	2024	2023	2022	2021	2020
Encargos Financeiros (em Milhões de €)	7,2	6,9	5,7	6,4	7,9
Taxa Média de Financiamento (%) ⁽¹⁾	4,11%	3,90%	3,26%	3,53%	4,07%

⁽¹⁾ Líquido de Impostos Indiretos - Imposto

Selo sobre as Operações Financeiras

Quadro 34 - Evolução Taxa de Financiamento AdA

Apresenta-se no quadro abaixo a remuneração do financiamento, sob as várias componentes e igualmente as taxas médias anualizadas referentes aos juros suportados e encargos sob financiamento (all-in).

ANOS	2024	2023	2022
Endividamento	172.207.750	176.052.491	171.972.619
Remuneração do financiamento	7.185.158	6.859.289	5.665.908
Juros Suportados	6.280.531	5.774.310	4.526.986
Imposto Selo s/ Operações Financeiras	10.672	9.587	3.288
Diferenças de câmbio desfavoráveis de	0	0	0
Perdas em Instrumentos Financeiros (justo)	0	90	0
Outros Gastos e Perdas de Financiamento	941.778	1.124.515	1.138.923
TPPE - Ativos em Curso	-37.152	-39.625	0
Taxa média juros suportados	3,59%	3,28%	2,60%
Taxa média total de financiamento	4,11%	3,90%	3,26%

Quadro 35 - Remuneração do Financiamento

Risco de exploração

- Risco de catástrofe

As empresas do Grupo Águas de Portugal estão expostas a riscos de catástrofe e de fenómenos da natureza, que podem colocar em risco a operacionalidade das infraestruturas e a consequente perda de receita. Para fazer face a estes riscos as empresas do Grupo têm contratualizados seguros para a transferência destes riscos.

- Risco regulatório

Ponto 3 - Limite de crescimento do endividamento

Limite de crescimento do endividamento, nos termos definidos no n.º 1 do artigo 38.º da Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro (LOE 2024 – Lei do Orçamento do Estado para 2024) e no n.º 1 do artigo 135.º do Decreto-Lei n.º 17/2024, de 29 de janeiro (DLEO 2024 – Decreto-Lei de Execução do Orçamento do Estado para 2024).

A Águas do Algarve, S.A. tem vindo a reduzir o seu endividamento, conforme se detalha no quadro seguinte, cumprindo os termos definidos para 2019 na Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, apurados nos termos das orientações do ofício-circular de instruções para elaboração dos IPG-2019 e seguintes.

PASSIVO REMUNERADO	2024	2023	2022	2021	2020	Varição	
Financiamentos obtidos (correntes e não correntes)	172.207.750	176.052.491	171.972.619	175.791.741	185.596.610	-3.844.742	-2,18%
- dos quais concedidos pela DGTF	0	0	0	0	0		0,0%
Aumentos de Capital por dotação	0	0	0	0	0	0	0,0%
Aumentos de Capital por conversão de créditos	0	0	0	0	0	0	0,0%
Endividamento Ajustado	172.207.750	176.052.491	171.972.619	175.791.741	185.596.610	-3.844.742	-2,18%

Quadro 366 – Passivo Remunerado

em €	2024	2023
Financiamento remunerado (corrente e não corrente)	172.207.750	176.052.491
Capital Social	29.825.000	29.825.000
Novos Investimentos no ano (expressão material)	6.199.778	6.122.348
Varição do Endividamento	-5,71%	-1,19%

Quadro 377 - Mesa da Assembleia Geral

A variação do Endividamento deve ser considerada no sentido resultante da fórmula das IEPGs, na qual se descontam o valor dos investimentos considerados relevantes para cálculo do endividamento ajustado.

Ponto 4 - Prazo Médio de Pagamento (PMP) a fornecedores e "arrears"

De 2023 para 2024 verifica-se uma redução do prazo médio de pagamento, conforme quadro seguinte:

PMP	2024	2023	Varição	
PMP (dias)	33	42	-	9 -21,4%

Quadro 38– PMP

No termos do ponto 9 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008 de 22 de fevereiro, "os objetivos de prazos de pagamento a fornecedores e respetivo grau de cumprimento estabelecem-se com base no PMP do ano anterior e de acordo com a tabela seguinte:"

Grau de cumprimento do objectivo

	Superação	Cumprimento	Incumprimento
<i>PMP</i> do ano anterior inferior a 45	<i>PMP</i> < 30 d	30 d ≤ <i>PMP</i> < 40 d	<i>PMP</i> ≥ 40 d.
<i>PMP</i> do ano anterior superior ou igual a 45	Redução do <i>PMP</i> superior a 25 %.	Redução do <i>PMP</i> no intervalo (15 %; 25 %).	Aumento do <i>PMP</i> ou redução inferior a 15 %.

Deste modo, e face aos valores que tinham sido registados para o ano de 2023, verifica-se que em 2024 o indicador é cumprido.

Abaixo a divisão dos valores em dívida, por prazos de vencimento:

Valores em dívida (em €)	Dívidas não vencidas	Dívidas vencidas				
		[0 a 90 dias]]90 a 120 dias]]120 a 240 dias]]240 a 360 dias]	>360 dias
Aquisições de bens	3 018 203	201 959	11 631	9 775	11 390	24 851
Aquisições de capital	2 592 736	154 425	12 397	19 212	12 382	7 323
Total	5 610 939	356 384	24 028	28 987	23 772	32 175

Quadro 39 – Valores em Dívida por Antiguidade

A empresa não regista um agravamento das dívidas vencidas a fornecedores, e no caso concreto do enquadramento no **Artigo nº 40, nº I do Ofício n.º SAI_DGTF/2024/1477-DSPE de 05 de Julho**, não regista um agravamento das dívidas vencidas a fornecedores há mais de 90 dias.

Ponto 5 - Diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da última aprovação dos documentos de prestação de contas

Não foram emitidas recomendações pelos acionistas em sede de aprovação dos documentos de prestação de contas. Foi dado cumprimento integral às instruções recebidas no contexto do acompanhamento feito à gestão e atividade da empresa.

Ponto 6 - Remunerações

Apresentam-se de seguida os quadros com as remunerações dos Órgãos Sociais da Empresa

a) Órgãos Sociais

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2024 (€)			
				Bruta (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1) + (2) + (3)
2021-2023	Presidente	Rogério Conceição Bacalhau	575,00 €	- €	- €	- €	- €
2021-2023	Vice-Presidente	Paulo Manuel Marques Fernandes	470,00 €	- €	- €	- €	- €
2021-2023	Secretário	Ana Cristina Rebelo Pereira	375,00 €	- €	- €	- €	- €

Quadro 40 - Mesa da Assembleia Geral

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		Remuneração (€)	
			Forma ⁽¹⁾	Data	Entidade Pagadora	(O/D) ⁽²⁾
2021-2024	Presidente Executivo	António Paulo Jacinto Eusébio ⁽³⁾	AG	15/03/2021	Águas do Algarve, SA	AdA / AdA
2021-2024	Vice-Presidente Executivo	Maria Isabel Fernandes da Silva Soares ⁽³⁾	AG	15/03/2021	Águas do Algarve, SA	AdA / AdA
2021-2024	Vogal Executivo	Hugo Miguel Guerreiro Nunes	AG	15/03/2021	Águas do Algarve, SA	CMR Sul-CHUA / AdA
2024-2024	Vogal Executivo	Silvério	AG	01/10/2024	Águas do Algarve, SA	PJ DS / AdA
2021-2024	Vogal Executivo	Ana Paula Fernandes Martins	AG	15/03/2021	C.M. Tavira	C.M. Tavira
2021-2024	Vogal Executivo	José Carlos Martins Rolo	AG	15/03/2021	C.M. Albufeira	C.M. Albufeira

Número Estatutário Mínimo e Máximo - [3]/[9]

Legenda: ⁽¹⁾ Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime por Escrito (DUE) / Despacho (D)

⁽²⁾ O/D - Origem / Destino

⁽³⁾ À 30 de setembro 2024 o Eng.º António Paulo Jacinto Eusébio renunciou ao cargo de Presidente do Conselho de Administração da AdA tendo sido sucedido pela Dr.ª Maria Isabel Fernandes daSilva Soares nesse cargo e de forma interina.

Quadro 41 - Conselho de Administração

Sendo a Águas do Algarve, S.A. uma Empresa classificada de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, e sem prejuízo dos casos de opção pelo vencimento dos lugares de origem, as remunerações dos administradores são as que resultam da aplicação do disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro.

Membros do Órgão de Administração		Acumulação de Funções		
		Entidade	Função	Regime
2021-2024	Ana Paula Fernandes Martins	Câmara Municipal de Tavira	Presidente	Público
2021-2024	José Carlos Martins Rolo	Câmara Municipal de Albufeira	Presidente	Público

Quadro 42 - Membros do Órgão de Administração com Acumulação de Funções

Membro do Órgão de Administração	Estatuto de Gestor Público			
	Fixado (S/N)	Classificação (A/B/C)	Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento	Despesas de Representação
António Paulo Jacinto Eusébio	S	B	5.223,66 €	2.089,46 €
* Até 31/08/2024				
Maria Isabel Fernandes da Silva Soares	S	B	4.701,29 €	1.880,52 €
* Até 30/09/2024				
Maria Isabel Fernandes da Silva Soares	S	B	5.223,66 €	2.089,46 €
* CA N.º 14 de 30/09/2024				
Hugo Miguel Guerreiro Nunes	S	B	4.178,93 €	1.671,57 €
Silvério António Guerreiro				
* CA N.º 14 de 30/09/2024				

Quadro 43 - Membros do Órgão de Administração com Estatuto de Gestor Público

Membro do Órgão de Administração	Remuneração Anual 2024 (€)					
	Fixa (*)	Variável	Bruta (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4)=(1)-(2)+(3)
António Paulo Jacinto Eusébio	61.988,19	0	61.988,19	4.555,30	0	57.432,89
Maria Isabel Fernandes da Silva Soares	91.100,60	0	91.100,60	3.273,90	0	87.826,70
Hugo Miguel Guerreiro Nunes	78.563,86	0	78.563,86	3.928,00	0	74.635,86
Silvério António Guerreiro	18.596,23	0	18.596,23	986,7		17.609,53
Legenda: (*) Vencimento e despesas de representação (sem redução remuneratória)			250.248,88	12.743,90	0,00	237.504,98

Quadro 44 - Remuneração Anual 2024

Membro do Órgão de Administração	Benefícios Sociais (€)							
	Valor do Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Vida	Seguro de Saúde	Outros	
	Diário	Encargo anual da entidade	[Identificar]	Encargo anual da entidade	Encargo anual da entidade	Encargo anual da entidade	[Identificar]	Encargo anual da entidade
António Paulo Jacinto Eusébio	7,6	1.193,66	CGA	13.754,92	663,83	894,74	- - -	
Maria Isabel Fernandes da Silva Soares	7,6	1.839,66	Segurança Social	14.728,95	739,24	1933,55	- - -	
Hugo Miguel Guerreiro Nunes	7,6	1.809,26	Segurança Social	18.480,47	593,3	2630,06	- - -	
Silvério António Guerreiro	7,6	463,6	CGA	4.149,23			- - -	
		5.306,18						

Quadro 45 - Benefícios Sociais

Membro do CA	Encargos com Viaturas - 2024 (€)								
	Viatura Atribuída (S/N)	Celebração de Contrato (S/N)	Valor de Referência da Viatura (€)	Modalidade	Ano de Início	Ano de Fim	Valor da Renda Mensal (€)	Gasto Anual com Rendas (€)	Prestações Contratuais Remanescentes (n.º)
António Paulo Jacinto Eusébio ⁽²⁾	Sim	Sim	28.231,03	AOV	2018	2025	517,55	4.140,40	0
Maria Isabel Fernandes da Silva Soares ⁽¹⁾	Sim	Sim	28.231,03	AOV	2018	2025	502,45	1.507,35	4
Maria Isabel Fernandes da Silva Soares ⁽²⁾	Sim	Sim	25.251,47	AOV	2018	2024	313,77	2.823,93	0
Hugo Miguel Guerreiro Nunes	Sim	Sim	25.251,47	AOV	2018	2024	307,47	3.689,64	0
Silvério António Guerreiro ⁽¹⁾	Sim	Sim	25.251,47	AOV	2018	2024	313,77	941,31	0

⁽¹⁾ Desde de 01 de outubro de 2024

⁽²⁾ Até 31-08-2024

Quadro 46 - Encargos com Viaturas

Membro do CA	Gastos Anuais Associados com Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custos de Alojamento	Ajudas de Custo	Outras		Gasto Total com Viagens (€)
				Identificar	Valor	
António Paulo Jacinto Eusébio	0,00	93,00	0,00	Refeições	156,19	249,19
Maria Isabel Fernandes da Silva Soares	529,80	0,00	0,00	Refeições	206,85	736,65
Hugo Miguel Guerreiro Nunes	590,75	93,00	0,00	Refeições	245,53	929,28
Silvério António Guerreiro	0,00	93,00	0,00	Refeições	24,00	117,00

Quadro 47 - Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)

b) Conselho Fiscal

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado Mensal (€)	Nº de Mandatos
			Forma ⁽¹⁾	Data		
2023-2025	Presidente	Município de Lagoa, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Luis António Alves da Encarnação	DUE	03/11/2023	0,00	2
2023-2025	Vogal Efetivo	Sandra Simões Filipe Valério	DUE	03/11/2023	1.021,51	2
2023-2025	Vogal Suplente	António Jorge Morgado	DUE	03/11/2023	1.021,51	1

Número estatutário mínimo e máximo de membro - [4]/[4]

Legenda: Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime Escrita (DUE) / Despacho (D)

Quadro 48 - Composição Conselho Fiscal

(*) A 11/01/2024 o Dr. António Morgado foi nomeado como membro efetivo do Conselho Fiscal, completando assim a composição deste órgão.

Membro do Órgão de Fiscalização	Remuneração Anual 2024 (€)			
	Bruta (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4)=(1)-(2)+(3)
Município de Lagoa, representado pela Presidente	0,00	0,00	0,00	0,00
António Jorge Morgado	15.594,25	0,00	0,00	15.594,25
Sandra Simões Filipe Valério	15.357,58	768,60	0,00	14.588,98
	30.951,83	768,60	0,00	30.183,23

Quadro 49 - Remuneração anual do Conselho Fiscal

c) Revisor Oficial

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Identificação SROC / ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na entidade
		Nome	N.º Inscrição na OROC	N.º de Registo na CMVM	Forma ¹	Data	Contratada		
2024 - 2025	SROC	Deloitte & Associados, SROC S.A., representada por Ana Alexandra Dornelas Pinheiro	43	20161389	AG	25/03/2024	Sim	I	I.º ano de exercício
2024 - 2025	ROC Efetivo	Ana Alexandra Dornelas Pinheiro	1496	20161106	AG	25/03/2024	Sim	I	I.º ano de exercício
2024 - 2025	ROC Suplente	João Carlos Henriques Gomes Ferreira	1129	20160741	AG	25/03/2024	Sim	I	I.º ano de exercício

Legenda: (1) Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime por Escrito (DUE) / Despacho (D)

Nota: Mencionar o efetivo (SROC e ROC) e o suplente (SROC e ROC)

Quadro 50 - Composição Revisor Oficial de Contas

Nome	Remuneração Anual 2024 (€)
Deloitte & Associados, SROC S.A., representada por Ana Alexandra Dornelas Pinheiro	14.069

Quadro 51 - Remuneração Anual Revisor Oficial de Contas

Ponto 7 - Aplicação do disposto nos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei nº8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente:

- À não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da Empresa;

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente à utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa.

- Ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal;

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente ao reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

- Despesas com comunicações;

O valor anual das despesas com comunicações dos gestores da Águas do Algarve, S.A. é o que se apresenta no quadro seguinte:

Membro do CA	Gastos com Comunicações (€)	
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual
António Paulo Jacinto Eusébio	N/A	946,05
Maria Isabel Fernandes da Silva Soares	N/A	771,73
Hugo Miguel Guerreiro Nunes	N/A	780,49
Silvério António Guerreiro	N/A	19,84

Quadro 52 - Gastos com Comunicações

- Despesas com Combustível e Portagens em Viaturas de Serviço.

O quadro seguinte apresenta os gastos com combustível e portagens pelas viaturas dos gestores da Empresa:

Membro do CA	Plafond Mensal Combustíveis e Portagens	Gastos anuais associados a viaturas (€)			
		Combustível	Portagens	Total	Observações
António Paulo Jacinto Eusébio ⁽²⁾	486,43	1.041,87	701,90	1.743,77	
Maria Isabel Fernandes da Silva Soares ⁽¹⁾	486,43	1.605,93	269,36	1.875,29	
Maria Isabel Fernandes da Silva Soares ⁽²⁾	486,43	1.062,45	496,30	1.558,75	
Hugo Miguel Guerreiro Nunes	389,15	2.129,20	368,06	2.497,26	
Silvério António Guerreiro ⁽¹⁾	389,15	1.534,15	44,65	1.578,80	

⁽¹⁾ Desde de 01 de outubro de 2024

⁽²⁾ Até 31-08-2024

Quadro 53 - Gastos associados a Viaturas

Ponto 8 - Aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e do artigo 11.º do Estatuto do Gestor Público, que proíbe a realização de despesas não documentadas ou confidenciais

A Águas do Algarve, S.A dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, assim como ao disposto no artigo 11.º do EGP. Não existem despesas não documentadas ou confidenciais

Ponto 9 – Elaboração (de três em três anos) e divulgação de relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens conforme determina o n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março

A sociedade dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, procedendo à elaboração e divulgação interna e externa, através de publicação no site da sociedade, a cada três anos, do relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens na sociedade.

A informação relativa ao ano de 2024 é apresentada de seguida:

	2024	
	F	M
Diretor	2	3
Coordenador de Departamento	3	5
Responsável	5	3
Técnico Superior	59	33
Técnico	8	25
Técnico Operativo	3	53
Total por género	80	122

Quadro 54 - Número de pessoas por género

	2024	
	F	M
Diretor	5.264,32	4.617,31
Coordenador de Departamento	3.740,22	3.594,31
Responsável	3.194,35	3.319,25
Técnico Superior	1.705,30	1.894,20
Técnico	1.186,57	1.430,77
Técnico Operativo	1.002,00	1.203,89

Quadro 55 - Retribuição Total Média Mensal por Género

Ponto 10 - Elaboração e Divulgação do plano para a Igualdade (anual), conforme determina o artigo 7.º da Lei n.º 62/2017, de 01 de agosto, e indicação do cumprimento da obrigação de comunicação às Comissões competentes, nos termos conjugados do artigo 3.º e do n.º 3 do artigo 6.º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho

Adoção de planos de igualdade tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional (vide n.º 2 do artigo 50.º do RJSPE);

A Águas do Algarve, S.A., reconhece a importância e a mais-valia de uma participação equilibrada dos homens e das mulheres nas atividades profissionais bem como na vida familiar e pessoal, e pretende dar o seu contributo ativo para a implementação das melhores práticas de promoção da igualdade na sociedade.

De forma a solidificar o seu posicionamento a Águas de Portugal manteve o seu compromisso com Fórum Empresas para a Igualdade (IGEN) reforçando o compromisso de promoção da igualdade de género e de melhoria ao nível da sustentabilidade, da justiça organizacional e da satisfação dos seus colaboradores e das suas colaboradoras. Com esta adesão, a Águas de Portugal e as suas empresas subsidiárias comprometem-se a desenvolver ações de promoção de igualdade de género, assumindo compromissos de melhoria em dimensões que incorporam os princípios da igualdade e da não discriminação entre homens e mulheres no trabalho e no emprego, bem como na conciliação entre vida profissional, pessoal e familiar e proteção da parentalidade.

Assim, tendo por base o disposto no artigo 7.º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, e do artigo 3.º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho, que veio regulamentar a Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, as entidades do setor público empresarial têm de elaborar anualmente o Plano para a Igualdade de género, devendo publicá-lo no respetivo sítio na Internet e enviá-lo à Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) e para a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) até 15 de setembro do ano anterior a que diz respeito, nos termos conjugados do artigo 3.º e do n.º 3 do artigo 6.º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho.

Face à disponibilização pela CITE de um Portal para a Igualdade no Trabalho e nas Empresas, com o objetivo de facilitar a elaboração dos Planos anuais, servindo de guia e orientação com vista ao cumprimento dos requisitos e prazos em vigor, a Águas do Algarve, S.A., realizou, em 2024 um novo Autodiagnóstico de Igualdade de Género, que serviu de referência para a elaboração do Plano para a Igualdade de Género 2025, o qual foi submetido no sítio da internet (<https://planosigualdade.cite.gov.pt/>) e enviado à autoridade competente e que consta no referido despacho normativo, CITE.

O Plano para a Igualdade de Género para o ano de 2025 encontra-se publicitado no sítio de Internet da Águas do Algarve, S.A., podendo ser acedido através do seguinte link: [Plano de Igualdade de Género | Águas do Algarve \(aguasdoalgarve.pt\)](#).

O Grupo AdP tem implementada uma política sustentada da Igualdade de Género. Esta política específica é coadjuvada pela existência de um conjunto de outras políticas não discriminatórias, tais como, o Código de Conduta e Ética, o Acordo Coletivo de Trabalho e a certificação na norma de Responsabilidade Social SA8000, que consolidam a atuação da Empresa, aumentando a cultura corporativa e a coesão social.

A Política de Recursos Humanos do Grupo garante o respeito pela diversidade e igualdade de oportunidades, aumentando a cultura corporativa e coesão social no Grupo. O Compromisso de Sustentabilidade do Grupo AdP assume os Objetivos de “Garantir a igualdade de oportunidades e promover a diversidade e inclusão” e de “Promover o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal”. O Plano Estratégico de Sustentabilidade do Grupo AdP assume ainda os Compromissos de “Garantir a igualdade de oportunidades” e de “Promover o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal”.

A igualdade entre mulheres e homens significa a igual oportunidade de participação de homens e mulheres em todas as esferas da vida pública e privada. Está consagrada na Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 13º, e constitui um princípio fundamental do direito comunitário considerado no artigo 2º do Tratado da Comunidade Europeia.

Na sua dimensão laboral, este princípio traduz-se na:

- Igualdade de oportunidades no acesso ao trabalho, ao emprego, à formação profissional e à progressão na carreira;
- Participação equilibrada dos homens e das mulheres na vida profissional e na vida familiar, nomeadamente no que respeita à necessidade de ausência ao trabalho por licença de maternidade e/ou paternidade e para prestação de cuidados a pessoas dependentes.

Entendemos que a política de igualdade de género e de conciliação das obrigações profissionais e familiares é, não só um fator de desenvolvimento que permite eliminar e promover um melhor aproveitamento dos recursos humanos, mas também uma componente necessária à evolução das sociedades.

A Águas do Algarve, S.A., durante o ano de 2024 executou diversas medidas do seu Plano de igualdade de género anterior, tendo já elaborado e divulgou o Plano de igualdade de género 2025, em estrito cumprimento com o estabelecido na Lei n.º 62/2017 de 1 de agosto.

O Plano de igualdade de género 2025, está disponibilizado em: [Plano de Igualdade de Género | Águas do Algarve \(aguasdoalgarve.pt\)](#) e organizado pelas seguintes dimensões/subdimensões agregadoras:

- ✓ Estratégia, missão e valores da empresa;
- ✓ Igualdade no acesso ao emprego:
 - Prevenção de práticas discriminatórias;
 - Avaliação de desempenho;
- ✓ Conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional:
 - Teletrabalho
- ✓ Prevenção da prática de assédio no trabalho.
 - Prevenção de práticas discriminatórias

Estas dimensões compreendem objetivos e medidas de intervenção, às quais estão associados indicadores, estado de implementação, responsabilidade pela sua execução, prazo, custo e metas a alcançar.

Referência a medidas concretas no que respeita ao Princípio da Igualdade do Género, conforme estabelecido no n.º 1 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 23 de fevereiro;

O Grupo AdP divulga anualmente no seu R&C e no seu Relatório de Sustentabilidade Corporativo a informação relevante de Recursos Humanos desagregada por sexo (bem como nos relatórios individuais das Empresas). O Relatório de Sustentabilidade Corporativo é enviado aos principais *stakeholders* e é disponibilizado nos sítios da internet da Águas do Algarve e da Águas de Portugal ([Relatório de Sustentabilidade | Águas do Algarve](#) e [Relatórios de Sustentabilidade \(adp.pt\)](#)).

O Plano de igualdade de género referido na alínea anterior visa a implementação de um conjunto de medidas tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional. De entre os objetivos e medidas definidos, podemos exemplificar:

Objetivos	Medidas
Promover a conciliação da vida profissional com a vida familiar e pessoal dos trabalhadores e das trabalhadoras	Apoios aos trabalhadores/as, em espécie ou celebração de protocolos para benefício na aquisição de bens/serviços
Prevenir e combater o assédio no trabalho - Prevenir e combater a prática de outras ofensas à integridade física ou moral, liberdade, honra ou dignidade do trabalhador ou da trabalhadora	Conceção e lançamento de campanha de divulgação do código de boa conduta para a prevenção e combate ao assédio no trabalho a todos/as os/as trabalhadores/as, a ser apresentada no sítio eletrónico da empresa, na intranet, por correio eletrónico, e com fixação em locais internos de reconhecida visibilidade
Garantir o direito ao gozo das dispensas e faltas no âmbito da parentalidade pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras. Incentivar os trabalhadores homens ao uso partilhado das dispensas e faltas no âmbito da parentalidade.	Promover a equidade Homem/Mulher no gozo das licenças parentais através da divulgação de direitos e deveres na maternidade/parentalidade
Assegurar um processo de avaliação justo e objetivo para mulheres e para homens	Monitorização anual dos resultados da avaliação de desempenho e eventual revisão do procedimento, de modo a garantir que exclui qualquer discriminação (direta ou indireta)

Identificação das políticas de recursos humanos definidas pela entidade, as quais devem ser orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo do aumento da produtividade, tratando com respeito e integridade os seus trabalhadores e contribuindo ativamente para a sua valorização profissional (vide n.º I do artigo 50.º do RJSPE);

A Águas do Algarve, S.A. assume, no âmbito da política corporativa de gestão de recursos humanos da AdP, SGPS, o compromisso de promover ativamente o desenvolvimento pessoal e profissional dos seus recursos humanos, respeitando os seguintes princípios:

- Criar oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional;
- Promover comportamentos éticos e de respeito mútuo;
- Assegurar a saúde e segurança no trabalho;
- Respeitar as relações laborais;
- Acolher a diversidade;
- Fortalecer a motivação dos colaboradores;
- Promover o envolvimento e o compromisso com o Grupo AdP.

Nesse sentido, estão implementadas um conjunto de políticas corporativas que visam realizar o referido compromisso:

Formação Contínua

Corporizando a cultura de melhoria contínua inscrita na nossa estratégia, entendemos que é fundamental dotar os nossos recursos humanos com as competências necessárias, que lhes permitam realizar todo o seu potencial, contribuindo assim para o sucesso da Águas do Algarve, S.A.. Desta forma, a formação dos colaboradores é uma aposta forte da política de gestão de Recursos Humanos.

Os processos de planeamento, gestão e avaliação da formação, visam dar resposta às necessidades formativas identificadas e garantir a qualidade, eficácia e adequação das mesmas. São igualmente dinamizadas ações de formação de cariz transversal e estratégico, com vista a promover o desenvolvimento organizacional, assim como o reforço e consolidação de valores de partilha e de trabalho e desenvolvimento alinhado e conjunto.

Valorização Profissional

Um dos valores da Águas do Algarve, S.A. é o seu contributo para o desenvolvimento dos colaboradores através da aquisição de competências e aprendizagem ao longo da vida. Os colaboradores são incentivados a participar em programas de Pós-Graduação, Mestrado ou Doutoramento em domínios diretamente relacionados com a sua atividade e que contribuam inequivocamente para o aumento do seu capital intelectual.

A participação em Associações Profissionais ou de Classe que contribuam para a valorização profissional ou se mostrem adequadas ao prosseguimento dos fins da Empresa é igualmente incentivada e suportada.

Horário flexível

Tendo em vista o compromisso de promoção do equilíbrio entre vida pessoal e profissional dos colaboradores é disponibilizado o regime de horário de trabalho flexível que permite a gestão individual do horário de trabalho de cada trabalhador garantindo em simultâneo o cumprimento de todas as obrigações profissionais e de produtividade estabelecidas.

No cumprimento de medidas de eficiência energética do Grupo AdP, a Empresa implementou um sistema de trabalho remoto, para todos os colaboradores da Empresa, cujas funções o permitissem.

Seguros

A saúde e segurança dos colaboradores é muito valorizada pela Águas do Algarve, S.A.. Todos os colaboradores têm acesso a um conjunto de seguros que garantem apoio ao próprio e à família em caso de acidente ou doença e também nos casos de invalidez ou morte.

Nascer no Mundo AdP

No âmbito da promoção do envolvimento dos colaboradores com a Empresa e do equilíbrio entre vida pessoal e profissional, quando nasce um filho de um colaborador é oferecido um cabaz nascimento que pretende celebrar esse momento único que é o nascimento de uma nova vida no Mundo AdP.

Gestão do Desempenho

O Processo de Avaliação de Desempenho tem como objetivo gerir e desenvolver os contributos individuais, por forma a garantir o alinhamento dos desempenhos com a estratégia e os objetivos da Empresa e potenciar o aumento da produtividade. O Sistema de Avaliação de Desempenho prevê que a avaliação não seja um ato isolado mas antes, parte de um processo permanente e contínuo, que integra a observação, o acompanhamento, a avaliação e o desenvolvimento dos colaboradores.

Gestão de Carreiras

A mobilidade interna de colaboradores é uma prática que o Grupo AdP valoriza e estimula constituindo um fator importante na evolução profissional dos nossos recursos humanos.

O recrutamento interno de profissionais para alocar a projetos e/ou para suprir necessidades de *know-how* específico é um processo que acrescenta valor ao Grupo AdP e possibilita aos colaboradores e colaboradoras a exposição a novos contextos e desafios que potenciam a aquisição de aprendizagens e competências transversais. A Política Corporativa de Mobilidade Geográfica, implementada desde 2015, tem dado um contributo ativo para a dinamização de processos de mobilidade funcional ao garantir um conjunto de apoios aos colaboradores, em mobilidade, destinados a facilitar e apoiar a transição e a instalação no novo local de trabalho.

Ponto 11 - Elaboração e divulgação no respetivo sítio na internet do relatório anual sobre prevenção da corrupção (n.º 1 do artigo 46.º do RJSP e artigo 6.º do Regime Geral da Prevenção da Corrupção (RGPC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro) designadamente o Código de Conduta (artigo 7.º do RGPC), e do Plano de Prevenção de Riscos e Infrações Conexas (artigo 6.º do RGPC).

Dando cumprimento ao disposto no RGPC criado através do DL n.º 109-E/2021, as empresas do grupo AdP possuem Planos de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC), reconhecendo a relevância e o valor deste instrumento de gestão na prevenção e no combate à corrupção e infrações conexas, e a utilidade na identificação e avaliação do risco associado, sendo, por isso, uma importante ferramenta de controlo e gestão do seu risco interno.

No sentido de assegurar a transparência do exercício de gestão de risco, e em conformidade com o n.º 6 do artigo 6.º do RGPC, o PPRCIC da Águas do Algarve, S.A., encontra-se disponibilizado na internet em <https://www.aguasdoalgarve.pt/content/regulamentos>. Do Plano é igualmente dado conhecimento às Tutelas Setorial e Financeira, às respetivas entidades inspetivas e ao MENAC, sem prejuízo do respetivo carregamento no Sistema de Informação do Sector Empresarial Estado (SiSEE), da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF).

O Plano integra-se num conjunto de instrumentos mais abrangentes de prevenção e combate à corrupção, dentro do modelo de integridade adotado e tem como objetivo **a identificação das principais áreas e interlocutores de risco que potencialmente poderão ser sujeitos à ocorrência de atos de corrupção, bem**

como os principais riscos daí decorrentes, os controlos instituídos pela empresa visando a sua mitigação, probabilidade de ocorrência e a definição dos responsáveis pela implementação e gestão do Plano.

O PPRCIC pretende também reforçar a cultura da empresa e dos respetivos colaboradores no que respeita a comportamentos éticos e boas práticas no relacionamento comercial com clientes, fornecedores e demais entidades.

A elaboração e o acompanhamento do Plano têm uma natureza transversal e um carácter abrangente, alargando o âmbito da análise e avaliação do risco de corrupção a todas as competências por lei atribuídas às entidades públicas, envolvendo assim toda a estrutura organizativa interna e todas as áreas de negócio críticas, tal como identificado no n.º2 do artigo 6.º do RGPC.

O PPRCIC, adotado na Águas do Algarve, S.A., em 2011, foi revisto no decurso de 2025, aprovada pela sua Comissão Executiva em 15 de janeiro de 2025, por forma a adaptá-lo às obrigações decorrentes da nova legislação, bem como às recomendações emanadas pelo MENAC e ajustá-lo à evolução da realidade da empresa em matérias de corrupção e de infrações conexas.

Ponto 12 - Contratação Pública, indicando, designadamente:

- a) O modo como foram aplicadas as normas de contratação pública vigentes em 2024, sendo que, nas Empresas-mãe de grupos públicos, esse ponto deverá incluir todas as Empresas em que estas participem maioritariamente;
- b) Os procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços e se os mesmos são objeto de revisão periódica, com referência à última atualização;
- c) Os atos ou contratos celebrados com valor superior a 5 M€, independentemente da espécie do ato, ou contrato, em causa, e se os mesmos foram sujeitos a visto prévio do Tribunal de Contas, conforme determina o artigo 47º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC).

O Grupo AdP assegura através da AdP SGPS desde 1 de agosto de 2020, a centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços, por forma a contribuir para a captação de sinergias nos processos de compras das empresas, bem como para a disseminação das melhores práticas.

Esta estratégia promove o potencial de captura de valor intrínseco às economias de escala, alavancadas pela centralização de compras de determinadas categorias, como a energia elétrica, combustíveis, comunicações, materiais de laboratório, seguros, reagentes químicos, viaturas, entre outras. Esta abordagem favorece a afetação eficiente e a especialização de recursos, contribuindo também para a obtenção de ganhos financeiros decorrentes da redução de custos.

Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades, se revestem de assinalável complexidade técnica, atendendo à sua especificidade, encontrando-se implícita à respetiva contratação um elevado nível de especialização dos intervenientes nos processos.

A evolução da função compras no Grupo AdP para um modelo mais integrado, com a definição de categorias centralizadas, tem contribuído para maximizar a capacidade de planeamento transversal alcançando assim um conhecimento mais profundo das necessidades das empresas, identificando assim riscos e oportunidades.

Neste domínio, procuramos disseminar as melhoras práticas e a uniformização de procedimentos de contratação pública no seio do grupo AdP, assim como a concertação de metodologias e entendimentos para garantia e coerência das atuações implementadas no domínio da tramitação e execução de contratos.

A Águas do Algarve, S.A. possui um departamento, designado “Departamento de Compras e Logística”, o qual tem por obrigação e competência a preparação de desenvolvimento de todas as aquisições de bens e serviços de que a Empresa necessita para a sua atividade.

Este departamento centraliza toda a logística das aquisições, cuja necessidade lhe é encaminhada através de requisições efetuadas no sistema SAP, por todos os departamentos e áreas da Empresa.

a) Contratos celebrados de valor superior a 5 milhões de euros

Em 2024 não foram celebrados contratos de valor superior a 5 milhões de euros.

- Conceção-Construção e Exploração do Sistema de Dessalinização na Região do Algarve, no valor de 107.922.830,00€+IVA;
- Empreitada de Reforço da interligação Barlavento/Sotavento 1ª Fase, no valor de 13.463.279,01€+IVA;
- Empreitada de Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução de ApR da ETAR de Vilamoura, no valor de 9.994.844,75€+IVA.
- Aquisição de Serviços de Manutenção do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve, no valor de 8.455.556,40€+IVA.

Ponto 13 - Medidas tomadas ao nível da adesão da Empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

As Empresas que integram o Grupo AdP aderiram ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) a 3 de março. As Empresas que integram o Grupo AdP aderiram ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) a 3 de março de 2014 na qualidade de entidades compradoras voluntárias.

Desde então foram conduzidos procedimentos de contratação pública, com recurso ao SNCP abrangendo diferentes acordos quadro, nomeadamente:

- Papel e economato;
- Vigilância e segurança;
- Combustíveis rodoviários;
- Veículos automóveis e motociclos;
- Licenciamento de software e serviços conexos;
- Higiene e Limpeza.

É ponderado o recurso a este figurino jurídico, quando validada a correspondência entre as necessidades aquisitivas do Grupo AdP, agregadas pela Direção de Compras e Logística da AdP SGPS, e a doutrina dos respetivos cadernos de encargos, perspetivando-se a captura de valor não só pela alavancagem da procura resultante da escala, mas também pela simplificação e rapidez que caracterizam esta modalidade, permitindo assim uma gestão mais eficiente dos nossos recursos.

Ponto 14 - Eficiência operacional, prevista nos nº 1, 2 e 3 do artigo 134.º do DLEO 2024, e sobre os gastos operacionais, previstos nos nº 4 e 5 do artigo 134.º do DLEO 2024

No quadro abaixo são apresentados os valores respeitantes à verificação do cumprimento dos respetivos objetivos, que se resumem:

- Redução do peso dos gastos operacionais sobre o volume de negócios face a 2023;
- Redução ou manutenção dos seguintes conjuntos de gastos face a 2023: (1) Gastos com contratações de estudos, pareceres e consultoria;
- Não incremento dos gastos associados à frota automóvel, face a 2023;
- Não agravamento dos gastos-com-pessoal-corrigidos, face a 2023.

EFICIÊNCIA OPERACIONAL	Real	PAO	Real	Real	Real	Real	2024/2023		2024/2022	
	2024	2024	2023	2022	2021	2020	Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA(I)	20.794.797	21.750.551	21.605.037	26.123.800	29.343.383	26.867.701	-810.239	-4%	-5.329.003	-20%
(1) CMVMC	2.198.418	2.750.641	2.413.166	1.779.906	1.959.076	2.387.017	-214.748	-9%	418.512	24%
(2) FSE	33.025.777	32.300.068	32.318.897	26.632.599	23.893.319	24.193.356	706.880	2%	6.393.178	24%
(3) Gastos com o pessoal	7.134.096	7.382.979	6.704.031	6.073.378	5.598.973	5.685.161	430.065	6%	1.060.718	17%
i. Relativos aos órgãos sociais ^{a)}	364.264	382.705	355.567	347.915	342.735	330.836	8.697	2%	16.348	5%
ii. Indemnizações pagas por rescisão ^{a)}	0	0	0	0	0	0	0		0	
iii. Valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias ^{a)}	259.580	0	0	0	0	0	259.580		259.580	
iv. Efeito do absentismo e do cumprimento de disposições legais ^{a)}	0	0	0	217.924	0	0	0		-217.924	-100%
(4) Gastos com pessoal sem os impactos i., ii., iii. e iv	6.510.252	7.000.274	6.348.464	5.507.539	5.256.238	5.354.325	161.788	3%	1.002.713	18%
(5) Impactos nos gastos decorrentes de fatores excecionais ^{b)}	511.330	0	5.790.694	1.984.725	111.971	100.541	-5.279.364	-91%	-1.473.395	-74%
(6) Gastos operacionais para efeitos do apuramento da eficiência operacional = (1)+(2)+(3)-(5)	41.846.961	42.433.688	35.645.400	32.501.158	31.339.397	32.164.993	6.201.560	17%	9.345.803	29%
(7) Volume de negócios (VN)	62.609.498	64.463.876	63.185.886	60.429.039	59.834.278	59.021.350	-576.388	-1%	2.180.459	4%
Subsídios à exploração	508.635	83.516	137.445	241.131	338.098	124.770	371.190	270%	267.504	111%
Indemnizações Compensatórias	0	0	0	0	0	0	0		0	
(8) Perda de receita decorrente de fatores excecionais ^{b)}	2.644.888	0	0	0	0	0	2.644.888		2.644.888	
(9) Volume de negócios para efeitos do apuramento da eficiência operacional (7+8)	65.254.386	64.463.876	63.185.886	60.429.039	59.834.278	59.021.350	2.068.500	3%	4.825.347	8%
(10) Peso dos Gastos/VN = (6)/(9)	64,13%	65,83%	56,41%	53,78%	52,38%	54,50%	0	14%	0	19%
i. Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	60.380	139.728	63.918	49.043	15.333	25.171	-3.538	-6%	11.336	23%
ii. Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal)	6.128	46.500	5.410	4.088	199	2.760	718	13%	2.040	50%
iii. Gastos associados à frota automóvel ^{c)}	497.711	321.512	403.003	438.794	262.701	305.687	94.707	24%	58.916	13%
iv. Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	359.882	832.849	249.204	326.971	563.345	469.832	110.678	44%	32.911	10%
(11) Total = (i) + (ii) + (iii) + (iv)	924.100	1.340.590	721.535	818.897	841.578	803.450	202.566	28%	105.203	13%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	214	223	206	209	191	192	8	4%	5	2%
N.º Órgãos Sociais (OS)	12	12	11	12	12	12	1	9%	0	0%
N.º Cargos de Direção (CD)	21	23	23	23	23	23	-2	-9%	-2	-9%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	181	188	172	174	156	157	9	5%	7	4%
N.º Trabalhadores/N.º CD	9	8	7	8	7	7	1	15%	1	14%
N.º de viaturas	83	78	72	72	72	72	11	15%	11	15%

Conforme se constata, foram cumpridos os objetivos respeitantes aos gastos com o pessoal.

Verifica-se igualmente o cumprimento do peso dos gastos operacionais no volume de negócios quando deduzidos os impactos nas contas dos efeitos do plano da seca devidamente autorizados pelas RCM's 26-A/2024 e 80/2024.

Quanto aos objetivos referentes aos restantes gastos, é de referir os seguintes valores gastos em 2024:

- Gastos associados à frota automóvel com viaturas: não verifica uma redução face ao ano anterior;
- Gastos com deslocações/estadas: verifica-se uma redução face ao ano anterior;
- Gastos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultadoria: não se verifica uma redução face ao ano anterior.

Relativamente ao número de viaturas ao serviço da Empresa importa salientar que a Empresa passou a utilizar 83 viaturas, i.e., as 78 do orçamento, acrescidas de 5 devidamente autorizadas pelas RCM's ao abrigo do plano da Seca, e 11 acima do que tinha no ano anterior.

[Ponto 15 - Recursos Humanos e massa salarial \(artigos 132.º a 134.º do DLEO 2024 | Despacho, de 29 de dezembro de 2023, do Senhor Ministro das Finanças\).](#)

a) Aferição do Despacho, de 29-12-2023, do Sr. Ministro das Finanças

	2024 Exec	2024 Orc.	2023 Exec.	2024-2023	
				Δ Absol.	Var. %
Nº Órgãos Sociais (OS)	12	12	11	1	9,1%
Nº Cargos de Direção (CD)	21	23	23	-2	-8,7%
Nº Trabalhadores (sem OS e CD)	181	188	172	9	5,2%
Total	214	223	206	8	3,9%
Nº Trabalhadores / NºCD	9	8	7	1	15,3%
Gastos com Pessoal/TOTAL (OS+CD+T)	33.337	33.108	32.544	793	2,4%

Despacho das Finanças de 29.12.2023	
Taxa de Atualização da massa salarial (2024-2023) - Empresa	4,7%
Taxa de Atualização da massa salarial (2024-2023) - Grupo AdP	4,7%

(*) Esta percentagem representa um aumento efetivo de 4,3% no total dos gastos com pessoal da empresa.

Ponto 16 - Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (artigo 28.º do RJSPE, artigo 105.º da LOE 2024 e artigo 91.º do DLEO 2024).

A AdP SGPS, no âmbito do definido no seu objeto social, assumiu-se como um instrumento flexível e eficiente que permite a gestão centralizada e especializada das participações sociais que constam do seu portefólio. Em conformidade, além das orientações estratégicas emanadas para os gestores que a representam e da prestação de serviços técnicos de administração e gestão, constitui-se como um elemento crucial na função financeira das participadas em relação de domínio (a totalidade das participações detidas).

O universo das empresas do Grupo AdP abrange num conjunto de participações no setor do ambiente em diferentes fases de maturidade, pelo que a AdP SGPS tomou a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades destas sociedades, tendo sempre presente, como objetivo final, o da manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

No financiamento da carteira de projetos, para além das linhas do BEI e de apoios comunitários, a AdP SGPS acedeu aos mercados externos, permanecendo ainda três emissões de obrigações com colocação privada em 2007 a 15 e 20 anos e, em 2016, a uma emissão obrigacionista a 12 anos, num total de 675 milhões de euros.

Todos estes fundos decorrentes de operações de longo prazo têm como destino o financiamento dos sistemas multimunicipais e parcerias na componente relativa ao investimento e fundo de maneio dos primeiros anos de operação.

A tónica colocada nos sistemas de abastecimento de água e de tratamento das águas residuais está relacionada com a dimensão dos investimentos e as exigências temporais a eles associadas.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir de forma coesa e coerente as necessidades financeiras do Grupo, tendo-se evitado ruturas de tesouraria e problemas de insolvência, apesar dos graves problemas financeiros que o País atravessou. Complementando este enquadramento de médio e longo prazo, a AdP SGPS centralizou também a negociação com o sistema bancário para obtenção dos financiamentos de curto prazo, reduzindo a capacidade dos bancos individualmente de poderem penalizar alguma das participadas, quer em termos de custos quer em termos de crédito.

O facto da AdP SGPS gerir centralizadamente a negociação de linhas e de, periodicamente, verificar a existência de alguns excedentes temporários tem permitido manter uma saúde financeira a níveis satisfatórios e com reduzidos impactos na atividade de exploração do Grupo.

Na sequência de instruções por parte do Governo, o Grupo aplica os seus excedentes de tesouraria, líquidos das necessidades do grupo, junto da IGCP, bem como tem vindo a transferir a atividade operacional do sistema bancário para o IGCP.

O Grupo AdP, para o biénio 2022-2023, obteve dispensa parcial ao cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado através do Despacho SGC nº 131, de 17 de agosto de 2022, do IGCP, para os seguintes serviços:

- Valores inerentes às operações de financiamento realizadas (incluindo empréstimos, operações de leasing e factoring e utilização e descobertos bancários);
- Valores das garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados;

- Valores recebidos pela DPG – Digital Payment Gateway da SIBS, os quais devem ser quinzenalmente transferidos para as contas da AdP no IGCP;
- Contas bancárias em jurisdições fora de Portugal tituladas por sucursais e subsidiárias não residentes em Portugal, e providenciar sempre que da sua atividade subsistam excedentes e tal seja concretizável, pela sua transferência para contas no IGCP;
- Valores movimentados através da vertente credora dos débitos diretos, os quais devem ser quinzenalmente transferidos para as contas da AdP no IGCP;
- Valores estritamente necessários para o carregamento dos cartões refeição;
- Valores para compra de moeda estrangeira, nas situações em que a tesouraria externa não possa satisfazer as necessidades da AdP;
- Custódia de títulos que não sejam de dívida pública.

Banca Comercial	1.º Trimestre 2024 (€)	2.º Trimestre 2024 (€)	3.º Trimestre 2024 (€)	4.º Trimestre 2024 (€)
APLICAÇÕES FINANCEIRAS				
IGCP	0	0	0	0
Fundo de Compensação do Trabalho	14.023	14.023	14.023	14.023
Total de Aplicações Financeiras	14.023	14.023	14.023	14.023
DEPÓSITOS À ORDEM e CAIXA				
Novo Banco	0	0	0	0
BPI	22.539	22.539	21.385	21.261
Santander	36.870	35.786	35.419	63.256
BBVA	34.702	29.188	50.414	57.476
BCP	32.000	28.879	26.601	23.480
CGD	43.670	28.903	92.269	57.166
IGCP	14.408.558	13.398.987	20.227.192	18.557.734
BKI	18.508	17.629	11.154	34.427
BIC	0	0	0	0
Total de Depósitos à Ordem	14.596.847	13.561.910	20.464.435	18.814.799
Caixa	9.239	9.455	9.500	9.500
JUROS AUFERIDOS				
IGCP	0	0	0	0
Banca Comercial	0	0	0	0
Total de Depósitos à Ordem	0	0	0	0

Quadro 57 - Banco / Instituição por trimestre

Ponto 17 - Divulgação das recomendações dirigidas à Empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos, bem como das medidas tomadas e o respetivo resultado

Através do Relatório de Auditoria n.º 7/2017, de 27 de abril de 2017, tendo por incidência os ajustes diretos realizados pelas Empresas do Grupo Águas de Portugal no período compreendido entre 2012 e o 1.º semestre de 2014, foram realizadas as seguintes recomendações aos Conselhos de Administração:

- No recurso ao ajuste direto devem ser aplicadas, com todo o rigor devido, as normas do CCP tendo designadamente em atenção a jurisprudência deste Tribunal de Contas;
- Planeamento da contratação em função das necessidades historicamente recorrentes e realização, sempre que possível, de procedimentos de contratação pública concorrenciais (incluindo acordos quadro periódicos, se necessários).

Tendo em vista o cumprimento das recomendações emitidas pelo Tribunal de Contas foram implementadas medidas destinadas a garantir o cumprimento do regime previsto no Código dos Contratos Públicos e a monitorização da execução contratual, com especial relevo para a promoção de ações de formação, para a divulgação de esclarecimentos sobre a interpretação e a aplicação da legislação vigente e para o reforço dos mecanismos de controlo para assegurar o adequado cumprimento das regras legais e das orientações internas em matéria de contratação pública.

No ano de 2021, foi efetuada a seguinte Recomendação pelo Tribunal de Contas, referente ao processo de visto n.º 601/2021, no âmbito da empreitada de Reabilitação da ETAR de Lagos por Conceção / Construção:

“2) Recomendar à entidade fiscalizada, ao abrigo do disposto no artigo 44.º, n.º 4, da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), que em futuros procedimentos proceda a:

a) Cumpra rigorosamente o disposto nos artigos 139.º e 146.º, n.º 1, do CCP e os princípios da proporcionalidade e da necessidade na respetiva interpretação e aplicação, adotando, sempre que possível, fórmulas de avaliação do fator preço que permitam graduar os vários limiares de preços admissíveis permitindo, por essa via, a ordenação de todas as propostas;

b) Identificação dos pareceres prévios, licenciamentos e autorizações necessárias que possam condicionar o procedimento e a execução do contrato, nas peças do procedimento, em conformidade.”

No ano de 2024, foi efetuada a seguinte Recomendação pelo Tribunal de Contas, referente ao processo de visto n.º 2013/2024, no âmbito da empreitada de Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução de ApR da ETAR de Vilamoura:

“Recomendando-se, ao abrigo do disposto no artigo 44.º, n.º 4, da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), para que, em procedimentos futuros:

a. Proceda à identificação dos pareceres prévios, licenciamentos e autorizações necessárias que possam condicionar o procedimento e a execução do contrato, nas peças do procedimento, e em conformidade com o disposto no n.º 5 do artigo 36.º do CCP;

b. Dê cabal cumprimento ao disposto no n.º 3 do artigo 47.º do CCP, procedendo à fundamentação, na decisão de contratar, da fixação do preço base, com base em critérios objetivos;

c. Evite a previsão de requisitos de experiência prévia do encarregado da direção de obra que extravasam os requisitos legais previstos no Anexo II da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua redação atual.”

Ainda no ano de 2024, foi efetuada a seguinte Recomendação pelo Tribunal de Contas, referente ao processo de visto n.º 1775/2024, no âmbito da empreitada de Reforço da interligação Barlavento/Sotavento 1ª Fase:

“a) Proceda à identificação dos pareceres prévios, licenciamentos e autorizações necessárias que possam condicionar o procedimento e a execução do contrato, nas peças do procedimento, em conformidade com o disposto no n.º 5 do artigo 36.º do CCP.

b) Faça corresponder à implementação do PPGRCD artigo próprio no mapa de quantidades de trabalhos posto a concurso.”

À data atual encontra-se em curso uma Auditoria do Tribunal de Contas aos contratos de aquisições de serviços, tendo a mesma iniciado em 2022, e que ainda decorre.

Ponto 18 - Elaboração e divulgação da demonstração não financeira, prevista nos artigos 66.º-B ou 508.º-G do CSC, contendo, no mínimo, a informação indicada nos n.ºs 2 dos mencionados artigos. Esta informação deverá ser preferencialmente apresentada em relatório separado do Relatório de Gestão, em anexo ao RGS (vide manual para a elaboração do RGS, disponível no sítio da internet da UTAM).

A Águas do Algarve, S.A. não tem a obrigatoriedade individual de reportar a informação não financeira (artigo 66º CSC revisto pelo DL 89/2017). Todavia, esta informação vai ser disponibilizado no relatório consolidado de sustentabilidade do Grupo AdP.

Ponto obrigatório constar no anexo I.

Relativamente ao constante do nº2 dos art.º 66-B e 508.º-G, recomenda-se que, neste ponto, seja feita referência aos capítulos relativos à sustentabilidade e capital humano, do Relatório de Gestão, capítulos estes em que consta já a informação mínima requerida.

Nos casos aplicáveis, deve ser feita remissão para o anexo do RGS.

Ponto 19 - Divulgação de Informação no Site da Águas do Algarve, S.A.

Conforme orientações da DGTF, a Águas do Algarve S.A. não divulga informação no sítio do SEE na internet em virtude de não ser participada diretamente pelo Estado.

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/NNA.	Data Atualização	
Estatutos	NA.		
Caracterização da Empresa	NA.		
Função de tutela e accionista	NA.		
Modelo de Governo /Membros dos Órgãos Sociais			
- Identificação dos órgãos sociais	NA.		
- Estatuto Remuneratório Fixado	NA.		
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	NA.		
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	NA.		
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	NA.		
Esforço Financeiro Público	NA.		
Ficha Síntese	NA.		
Informação Financeira histórica e atual	NA.		
Princípios de Bom Governo			
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	NA.		
- Transações relevantes com entidades relacionadas	NA.		
- Outras transações	NA.		
- Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:			
Económico	NA.		
Social	NA.		
Ambiental	NA.		
Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo			
- Código de ética	NA.		

Quadro 58 - Informações a constar no site SEE

Cumprimento das Orientações Legais - 2024	Cumprimento	Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S-N-N/A		
Objectivos de Gestão 2024			
Indicadores de Gestão Global	S	Classificação de 2,6 numa escala até 3,0.	Ponto 1 - Objectivos de gestão (artigo 38º do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial) e Plano de Atividades e Orçamento
Metas a atingir constantes no PAO 2024			
Investimento	N	Orçamento de 47,9 milhões de €; executado 18,6 milhões de €, 39% de taxa de execução.	
Nível de endividamento	S	Orçamento de 178,2 milhões de €; realizado 172,2 milhões de €.	
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	S	Rácio Gastos Operacionais / Volume de Negócios: Orçamento de 65,83%, realizado de 64,13%.	
Gestão do Risco Financeiro		Taxa média de financiamento	
Limites de Crescimento do Endividamento	S	Var. Endividamento de -4,91%	
Evolução do PMP a fornecedores	S	-9 dias	
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	S	1,7 milhões de € vencidos.	Sem casos problemáticos.
Recomendações do acionista na última aprovação de contas			
Recomendação	NA		
Reserva emitida na última CLC			
Reserva	S	sem reservas	
Remunerações/honorários			
Não atribuição de prémios de gestão	S	Não houve atribuições em 2024	
CA-Reduções remuneratórias vigentes em 2024 (se aplicável)	S	5% de redução	
Fiscalização (CF/ROC/FUI) - reduções remuneratórias vigentes em 2021 (se aplicável)	NA		
Auditor Externo - reduções remuneratórias vigentes em 2024 (se aplicável)	NA		
EGP - artigo 32º e 33.º do EGP			
Não utilização de cartões de crédito	NA	A Empresa não tem cartões de crédito em 2024 para pagamento de despesas de representação, mas apenas para pagamentos de anúncios no INCM, por limitação do IGCP.	
Não reembolso de despesas de representação pessoal	NA	Nada a assinalar	
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	NA	Nada a assinalar	
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S	Cumprido	
Despesas não documentadas ou confidenciais n.º 2			
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S	Nada a assinalar	
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S	site da empresa	
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre			
Contratação Pública			
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	S	Código dos Contratos Públicos	
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	NA		
Contratos submetidos a visto prévio do TC	S	4 contratos, totalizando 139,8 milhões de euros.	
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas			
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	S	Variação de -2,5%.	
Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (artigo 28.º do DL 133/2013)			
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	% de disponibilidades: 2%.	Em 2022 já se procedeu à operacionalização total da conta sediada no IGCP, pelo que haverá uma concentração do movimento de disponibilidades por este banco.
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S	Sem aplicações na banca	
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	S	Nada a assinalar	
Auditorias do Tribunal de Contas ^(b)			
Elaboração do Plano para a Igualdade conforme determina o art.º 7.º da Lei 62/2017, de 1 de agosto	S	site da empresa	
Apresentação da demonstração não financeira	NA	Relatório elaborado pela holding	

(a) Indicar cada objetivo de gestão da empresa.

(b) Deverão ser indicadas também recomendações resultantes de auditorias transversais ao sector de atividade e/ou SEE.

Ofício-Circular da DGFT

Quadro 59 - Cumprimento das Orientações Legais 2024

C- Perspetivas Futuras

À semelhança do que se tem passado sobretudo nos últimos, nos quais o grupo ADP, e no caso concreto a Águas do Algarve, se tem deparado com um cenário de volatilidade e incerteza relativamente aos preços da energia, e ao preços de diversos reagentes, bem como de prestações de serviços diversas, a empresa tem procurado mitigar essa volatilidade:

- através da aposta no plano de neutralidade energética, o qual na AdA permitirá reduzir substancialmente as quantidades de energia (medidas em kwh) adquiridas na rede, substituindo-as em grande parte por autoprodução,
- através do aumento da resiliência das suas infraestruturas, o qual se espera permita a médio prazo poupanças em termos de eficiência produtiva,
- pelo maior investimento nos processos de aquisição de serviços, centralizados na ADP, e noutros casos, na própria empresa, sendo esse investimento caracterizado por um aumento do conhecimento dos mercados, e por conseguinte de como se poderá melhorar o processo de compra.

Os investimentos estratégicos já em curso, tais como o investimento numa Dessalinizadora, o reforço da interligação Sotavento-Barlavento, e ainda o aumento da diversificação das origens de água, permite também uma discussão mais profundo relativamente aos próprios modelos de exploração que se seguirão à conclusão da fase de investimento.

A Águas do Algarve, S.A. mantém na sua estratégia e linhas de conduta a promoção da melhoria da sustentabilidade ambiental, económica e social. Também se pretende aprofundar a tendência para a redução das emissões de carbono, apostando-se cada vez mais na utilização de carros elétricos e no alargamento de novas medidas ambientalmente sustentáveis.

As alterações climáticas vão trazer novos desafios em relação às origens de água, a reutilização adequada das águas residuais e o aproveitamento de lamas para fins úteis. A empresa já iniciou em 2024 o fornecimento de água para reutilização para campos de golfe, e para 2025 e anos seguintes está projetado um alargamento significativo nos clientes aos quais se vai fornecer apr

Na sua versão revista o Plano de Atividades e Orçamento de 2025 da empresa foi submetido à apreciação da Tutela no dia 25 de Novembro de 2024 tendo sido aprovado a 26 de Dezembro de 2024.

Neste documento a empresa propõe-se um esforço considerável de execução de investimento, nos montantes de:

Ano 2025	Ano 2026	Ano 2027
148,3 M€	190,9 M€	62,8 M€

Quadro 60 - Execução de Investimento (2025-2027)

D- Considerações Finais

Para o resultado obtido a todos os níveis muito contribuíram e, por isso, aqui deixamos expressos os nossos agradecimentos:

- Ao Ministério do Ambiente e da Energia, na pessoa de Sua Excelência a Sr.^a Eng.^a Maria da Graça Carvalho, pelo interesse, empenho, incentivo e apoio;
- Aos nossos Acionistas, com especial relevo para a Águas de Portugal, S.G.P.S., SA, que ao longo dos anos nos têm acompanhado e cuja confiança acreditamos que continuaremos a merecer;

- Aos nossos Colaboradores, por terem sido incansáveis na prossecução daquele que é a missão da Águas do Algarve;
- À Entidade Reguladora dos Serviços e Resíduos, à Agência Portuguesa para o Ambiente e aos organismos regionais pela cooperação prestada;
- Aos atuais Órgãos Sociais da Empresa pela cooperação demonstrada no exercício das suas competências;
- Às restantes entidades nacionais e regionais que de uma forma direta ou indireta contribuíram com o cumprimento da missão da Águas do Algarve.

E- Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido positivo do exercício no valor de 1.827.399 euros tenha a seguinte aplicação:

- Reserva legal, equivalente a 5% dos resultados líquidos, no valor de 91.370 euros;
- Remanescente, no valor de 1.736.029 euros para resultados transitados.

Faro, 11 de março de 2025

O Conselho de Administração

Maria Isabel Fernandes da Silva Soares
(Presidente Executivo)

Hugo Miguel Guerreiro Nunes
(Vogal Executivo)

Silvério António da Silva Gonçalves Guerreiro
(Vogal Executivo)

Ana Paula Fernandes Martins
(Vogal)

José Carlos Martins Rolo
(Vogal)

F- Contas do exercício de 2024

Introdução

Nos termos da Lei e dos estatutos, vem o Conselho de Administração da Águas do Algarve, S.A. submeter à apreciação da Assembleia Geral desta empresa, as contas do exercício de 2024.

Em termos de apresentação o presente documento contém as seguintes informações financeiras:

- Demonstração da posição financeira;
- Demonstração dos resultados e do rendimento integral;
- Demonstração das variações no capital próprio;
- Demonstração dos fluxos de caixa.

Constituem, também, elementos do relatório os seguintes Anexos:

- Notas às demonstrações financeiras.

No final do presente relatório encontram-se à disposição dos acionistas os seguintes documentos:

- Relatório e parecer do conselho fiscal;
- Certificação legal das contas.

Índice

F- Contas do exercício de 2024	161
1. Informação geral.....	169
1.1. Identificação e atividade da empresa	169
1.2. Atividade económica.....	170
1.2.1. Atividade regulada	170
1.3. Aprovação das demonstrações financeiras.....	171
2. Políticas contabilísticas.....	172
2.1. Bases de apresentação.....	172
2.2. Data de referência das demonstrações financeiras	172
2.3. Conversão cambial	172
2.3.1. Moeda funcional e de apresentação.....	172
2.3.2. Transações e saldos em moeda estrangeira.....	172
2.4. Direito de Utilização de Infraestruturas ("DUI") - Concessões	173
2.4.1. Classificação da infraestrutura	173
2.4.2. Reconhecimento e mensuração.....	173
2.4.3. Amortizações	174
2.4.4. Acréscimos de gastos de investimento contratual.....	174
2.4.5. Desvio de recuperação de gastos (Défice / Superavit tarifário)	174
2.4.6. Rédito da construção	175
2.5. Estimativas e julgamentos.....	175
2.6. Eventos subsequentes.....	176
3. Novas normas e alteração de políticas.....	176
3.1. Alterações voluntárias de políticas contabilísticas.....	176
3.2. Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir de 01 de janeiro de 2024	176
3.3. Novas normas e interpretações já emitidas, mas que ainda não são obrigatórias	176
3.4. Normas em revisão.....	177
4. Políticas de gestão de risco.....	178
4.1. Fatores de risco.....	178
4.2. Risco de mercado	178
4.2.1. Risco de taxa de juro.....	178
4.2.2. Risco de taxa de câmbio.....	179
4.2.3. Risco do preço das matérias-primas (energia e combustíveis)	179
4.3. Risco de liquidez e de capital.....	179
4.4. Risco de Crédito.....	181
4.5. Risco de exploração.....	182
4.5.1. Risco de catástrofe	182
4.5.2. Risco regulatório.....	182
5. Ativos intangíveis	182
5.1. Políticas contabilísticas.....	182
5.2. Estimativas e julgamentos.....	183
5.3. Detalhe e movimento.....	184
6. Ativos fixos tangíveis.....	185
6.1. Reconhecimento e mensuração.....	185
6.2. Estimativas e julgamentos.....	187
6.3. Detalhe e movimento.....	187
7. Locações	188
7.1. Políticas contabilísticas.....	188
7.1.1. Identificação de uma locação.....	188
7.1.2. Contabilização nos locatários.....	189
7.2. Estimativas e julgamentos.....	190
7.3. Ativos sob direito de uso	191
7.4. Passivos da locação	191
7.5. Pagamentos da locação	192

8.	Outros ativos financeiros	192
8.1.	Políticas contabilísticas.....	192
8.2.	Detalhe	192
9.	Desvio de recuperação de gastos (Défice / Superavit tarifário)	192
9.1.	Políticas contabilísticas.....	192
9.2.	Estimativas e julgamentos.....	192
9.3.	Detalhe e movimento	193
9.4.	Rendimento garantido.....	194
10.	Clientes.....	195
10.1.	Políticas contabilísticas.....	195
10.2.	Estimativa e julgamentos.....	198
10.3.	Detalhe e movimento.....	199
11.	Outros ativos.....	201
11.1.	Políticas contabilísticas.....	201
11.2.	Detalhe e movimento.....	201
11.2.1.	Estado e outros entes públicos.....	202
11.2.2.	Perdas por imparidade para outros ativos	202
12.	Inventários.....	202
12.1.	Políticas contabilísticas.....	202
12.2.	Detalhe e movimento.....	202
13.	Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.....	202
13.1.	Políticas contabilísticas.....	202
13.2.	Estimativas e julgamentos.....	203
13.3.	Detalhe	203
14.	Caixa e seus equivalentes.....	204
14.1.	Políticas contabilísticas.....	204
14.2.	Detalhe	204
14.3.	Outros Ativos financeiros.....	205
15.	Capital próprio	205
15.1.	Políticas contabilísticas.....	205
15.2.	Capital Social.....	205
15.3.	Resultado líquido por ação.....	206
15.4.	Reservas e outros ajustamentos.....	206
16.	Provisões, ativos e passivos contingentes.....	207
16.1.	Políticas contabilísticas.....	207
16.2.	Estimativas e julgamentos.....	207
16.3.	Detalhe e movimento	208
16.4.	Direitos e obrigações.....	210
17.	Acréscimos de gastos de investimento contratual.....	210
17.1.	Políticas contabilísticas.....	210
17.2.	Detalhe e movimento	210
18.	Subsídios ao investimento.....	211
18.1.	Políticas contabilísticas.....	211
18.2.	Detalhe e movimento	211
19.	Empréstimos.....	211
19.1.	Políticas contabilísticas.....	211
19.2.	Detalhe e movimento.....	212
20.	Fornecedores e outros passivos.....	214
20.1.	Políticas contabilísticas.....	214
20.2.	Detalhe	214
21.	Instrumentos financeiros por categoria do IFRS 9.....	215
22.	Rédito de contratos com clientes.....	216
22.1.	Políticas contabilísticas.....	216
22.2.	Detalhe	217
23.	Gastos das vendas.....	217
24.	Fornecimento e serviços externos.....	217
24.1.	Políticas contabilísticas.....	217
24.2.	Detalhe	218

25. Gastos com pessoal.....	218
25.1. Detalhe	218
26. Amortizações e depreciações do exercício	219
27. Provisões e reversões do exercício.....	219
28. Perdas por imparidades e reversões do exercício	220
29. Outros gastos e perdas operacionais.....	220
30. Outros rendimentos e ganhos operacionais.....	220
31. Gastos financeiros.....	221
32. Rendimentos financeiros.....	221
33. Imposto sobre o rendimento.....	222
33.1. Políticas contabilísticas.....	222
Impostos diferidos.....	222
33.2. Detalhe e movimento.....	223
34. Saldos e transações com partes relacionadas.....	227
34.1. Partes relacionadas.....	227
35. Compromissos.....	228
36. Investimento Contratual.....	234
37. Honorários de auditoria e de revisão legal de contas.....	234
38. Outros assuntos.....	234
39. Eventos subsequentes.....	235
40. Glossário Financeiro e Técnico.....	237
41. Principais Diplomas Relativos ao Setor da Água e Saneamento Publicados em 2024.....	239

Demonstração da posição financeira

RUBRICAS	NOTAS	2024	2023
ATIVO			
Ativos Não Correntes			
Ativos intangíveis	5	446.655.635	446.987.373
Ativos fixos tangíveis	6	1.018.161	929.419
Ativos sob direito de uso	7	541.533	173.538
Outros ativos financeiros	8	14.023	14.023
Impostos diferidos ativos	33	32.384.157	38.421.697
Total dos ativos não correntes		480.613.509	486.526.051
Ativos Correntes			
Inventários	12	3.163.916	2.984.241
Ativos fin. ao justo valor rend. int.	13	14.449.783	15.121.866
Clientes	10	20.306.340	19.481.847
Imposto sobre o rendim. do exercício	20, 33	265.404	1.505.640
Outros ativos correntes	11	10.940.844	12.190.216
Caixa e seus equivalentes	14	18.824.299	14.139.053
Total dos ativos correntes		67.950.587	65.422.863
Total do ATIVO		548.564.096	551.948.914
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital próprio dos acionistas			
Capital social	15	29.825.000	29.825.000
Reservas e outros ajustamentos	15	3.478.658	3.376.757
Resultados transitados	15	954.008	(982.104)
Resultado líquido do exercício		1.827.399	2.038.013
Total do CAPITAL PRÓPRIO		36.085.065	34.257.666
PASSIVO			
Passivos Não Correntes			
Provisões	16	86.286	81.500
Acréscimo de gastos de investimento contratual	17	74.243.021	71.123.349
Subsídios ao investimento	18	208.197.787	202.724.883
Empréstimos	19	99.231.765	112.207.521
Passivos da locação	7	222.843	128.271
Fornecedores e outros passivos não correntes	20	2.387.400	2.928.226
Impostos diferidos passivos	33	4.951.445	5.936.694
Desvio tarifário passivo	9	30.397.751	37.865.324
Total dos passivos não correntes		419.718.298	432.995.768
Passivos Correntes			
Empréstimos	19	73.738.676	64.593.374
Passivos da locação	7	188.671	46.325
Fornecedores e outros passivos correntes	20	18.833.386	20.055.781
Imposto sobre o rendim. do exercício	20, 33	0	0
Total dos passivos correntes		92.760.733	84.695.480
Total do PASSIVO		512.479.031	517.691.248
Total do PASSIVO e CAPITAL PRÓPRIO		548.564.096	551.948.914

Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2024	2023
Vendas	22	34.607.716	36.078.490
Prestações de serviços	22	28.001.782	27.107.397
Rendimentos construção ativos concessionados	22	18.562.545	18.460.254
Défice/superavit tarifário	9	7.467.573	1.357.047
Gasto das vendas/variação inventários	23	(2.198.418)	(2.413.166)
Gastos construção ativos concessionados	23	(18.562.545)	(18.460.254)
Fornecimentos e serviços externos	24	(33.025.777)	(32.318.897)
Gastos com pessoal	25	(7.134.096)	(6.704.031)
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	26	(22.119.784)	(22.944.455)
Provisões e reversões do exercício	27	(4.786)	1.522
Subsídios à exploração	30	508.635	137.445
Subsídios ao investimento	18	7.731.343	8.120.606
Outros gastos e perdas operacionais	29	(945.303)	(1.317.144)
Outros rendimentos e ganhos operacionais	30	969.586	1.025.357
Resultados operacionais		13.858.471	8.130.169
Gastos financeiros	31	(7.185.158)	(6.859.289)
Rendimentos financeiros	32	1.284.221	1.173.648
Resultados financeiros		(5.900.937)	(5.685.641)
Resultados antes de imposto		7.957.534	2.444.528
Imposto do exercício	33	(1.077.843)	(1.552.027)
Imposto diferido	33	(5.052.291)	1.145.511
Res. Líquido do exercício operações continuadas		1.827.399	2.038.013
Resultado líquido do exercício		1.827.399	2.038.013
Rendimento integral		1.827.399	2.038.013
Resultado por ação (básico e diluído)	15	0,31	0,34
Resultado integral por ação (básico e diluído)	15	0,31	0,34

Demonstração das variações no capital próprio

Demonstração das variações de Capital Próprio	Notas	Capital Social	Reservas	Resultados Transitados	Res. Líquido do Exercício	TOTAL
Saldo a 31.12.2022		29.825.000	3.293.604	(2.562.015)	1.663.065	32.219.653
Aplicação do RL do Exercício	15	0	83.153	1.579.911	(1.663.065)	0,00
Realização de Capital		0	0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuição de dividendos		0	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Líquido do Exercício		0	0,00	0,00	2.038.013	2.038.013
Saldo a 31.12.2023		29.825.000	3.376.757	(982.104)	2.038.013	34.257.666
Aplicação do RL do Exercício	15	0	101.901	1.936.112	(2.038.013)	0
Realização de Capital		0	0	0	0	0
Distribuição de dividendos		0	0	0	0	0
Resultado Líquido do Exercício		0	0	0	1.827.399	1.827.399
Saldo a 31.12.2024		29.825.000	3.478.658	954.008	1.827.399	36.085.065

Demonstração dos fluxos de caixa

FLUXO	NOTAS	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes	10	67.775.316	66.668.138
Pagamentos a fornecedores	20	(44.877.821)	(41.189.044)
Pagamentos com pessoal	25	(7.463.755)	(7.220.610)
Pagamentos/recebimentos imposto s/ rendimento	33	164.541	(2.816.044)
Outros pagamento/recebimentos operacionais	29/30	3.565.980	3.521.335
Fluxo das atividades operacionais		19.164.261	18.963.775
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Recebimentos de ativos intangíveis	5	0	2.500
Recebimentos de subsídios de investimento	18	14.735.862	4.075.314
Juros e rendimentos similares		1.913	0
Pagamentos de ativos intangíveis	5	(17.767.727)	(21.171.946)
Integração património		(305.001)	(374.948)
Fluxo das atividades de investimento		(3.334.954)	(17.469.080)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos de empréstimos obtidos	19	44.000.000	36.693.512
Pagamentos de empréstimos obtidos	15	(47.928.370)	(32.503.528)
Pagamentos de juros e gastos similares	7	(7.003.349)	(5.752.869)
Outros pagamentos financeiros	31/32	(212.342)	(111.706)
Fluxo das atividades de financiamento		(11.144.061)	(1.674.590)
Varição de caixa e seus equivalentes		4.685.246	(179.895)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	14	14.139.053	14.318.949
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	14	18.824.299	14.139.053

Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	Notas	2024	2023
Caixa	14	9.500	9.500
Depósitos à ordem	14	18.814.799	14.129.553
Depósitos a prazo	14	0	0
Tesouraria ativa		18.824.299	14.139.053
Descobertos bancários	19	0	0
Tesouraria passiva		0	0
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício		18.824.299	14.139.053

Notas às demonstrações financeiras

I. Informação geral

I.1. Identificação e atividade da empresa

A Águas do Algarve, S.A. (adiante designada também por AdA S.A., entidade, empresa ou Sociedade) foi constituída em 5 de Agosto de 2000, tendo a sua sede social na Rua do Repouso, n.º 10, em Faro.

São acionistas da AdA S.A.:

Acionistas (acções)	Quantidade	Valor	Classe	%
Águas de Portugal, SGPS, SA	3.247.447	16.237.235	A + B	54,44%
Município de Albufeira	289.270	1.446.350	A + B	4,85%
Município de Alcoutim	17.236	86.180	A	0,29%
Município de Aljezur	34.046	170.230	A	0,57%
Município de Castro Marim	32.787	163.935	A	0,55%
Município de Faro	409.788	2.048.940	A + B	6,87%
Município de Lagoa	187.813	939.065	A + B	3,15%
Município de Lagos	202.726	1.013.630	A + B	3,40%
Município de Loulé	338.797	1.693.985	A	5,68%
Município de Monchique	25.718	128.590	A	0,43%
Município de Olhão	230.791	1.153.955	A	3,87%
Município de Portimão	369.206	1.846.030	A + B	6,19%
Município de São Brás de Alportel	49.607	248.035	A + B	0,83%
Município de Silves	222.439	1.112.195	A + B	3,73%
Município de Tavira	135.680	678.400	A	2,27%
Município de Vila do Bispo	53.605	268.025	A + B	0,90%
Município de Vila Real de Santo António	118.044	590.220	A	1,98%
Total	5.965.000	29.825.000		100,00%

O capital social realizado da Empresa é de 29.825.000 euros, correspondendo a 5.965.000 ações de valor nominal de 5 euros cada.

A empresa é uma Sociedade Anónima de direito privado e capitais integralmente públicos criada pelo Decreto-lei n.º 168/2000 de 5 de agosto, por fusão das Sociedades Águas do Sotavento Algarvio, S.A. e Águas do Barlavento Algarvio, S.A.. Essas Sociedades foram constituídas, respetivamente, pelo Decreto-lei n.º 130/95, de 5 de junho, e n.º 136/95, de 12 de junho, com a responsabilidade pelo cumprimento dos dois contratos de concessão outorgados em 10 de Agosto de 1995 com o Estado Português, relativos aos Sistemas Multimunicipais de Captação, Tratamento e Abastecimento de Água ao Sotavento e ao Barlavento Algarvio, criados pelo Decreto-lei n.º 379/93 de 05 de novembro.

Com a criação pelo Decreto-lei n.º 167/2000 do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve, foi atribuída à Sociedade a concessão da exploração e gestão do referido sistema pelo Decreto-lei n.º 172/B-2001 de 26 de maio e celebrado o Contrato de Concessão entre o Estado Português e a Empresa em 26 de maio de 2001.

Em 8 de novembro, com a publicação do Decreto-lei n.º 285/2003, foi criado o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água ao Algarve, resultante da fusão dos Sistemas do Barlavento e do Sotavento, tendo sido em 7 de fevereiro de 2005 assinado o respetivo contrato de concessão.

Em 2019 foi assinado um novo Contrato de Concessão (CC), no dia 24 de julho de 2019, para o período 2019-2048. Atendendo ao ponto 1 da Clausula 1.ª do CC, o Concedente atribuiu à Águas do Algarve, S.A. nos termos desse contrato e do Decreto-Lei n.º 93/2019, de 15 de julho, a concessão da exploração e da gestão

do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Algarve (adiante abreviado por Sistema), criado pelo artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 93/2019, de 15 de julho, que consubstancia um serviço público a exercer em regime de exclusivo. Este Sistema substitui os dois sistemas multimunicipais extintos, nomeadamente o sistema multimunicipal de abastecimento de água do Algarve e o sistema multimunicipal de saneamento do Algarve.

1.2. Atividade económica

A Águas do Algarve, S.A., tem como atividade principal a exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais (saneamento) no Algarve.

As tarifas e os rendimentos tarifários em “alta” praticados pela Águas do Algarve, S.A. são fixados pela ERSAR, sendo calculadas com base nos encargos eficientes aceites por esta entidade.

Para a Águas do Algarve, S.A. as tarifas e os rendimentos tarifários encontram-se estabelecidos para o primeiro período tarifário no decreto-lei de constituição e respetivo contrato de concessão. Neste período, a ERSAR valida a atualização das tarifas e dos rendimentos tarifários com base na taxa de inflação (IHPC).

Nos termos do contrato de concessão, são considerados encargos a recuperar por via tarifária os gastos operacionais eficientes, incluindo as amortizações de investimento líquidas de subsídios, os gastos financeiros, líquidos de rendimentos financeiros, os impostos sobre o rendimento e a remuneração acionista. São ainda considerados encargos tarifários a quota-parte de recuperação dos desvios de recuperação de gastos (DRG), quando aplicável.

Relativamente às tarifas de abastecimento de água, e dos rendimentos tarifários do saneamento, a Águas do Algarve faturou aos seus clientes durante o ano de 2024 os caudais fornecidos, e os rendimentos tarifários, ao preço de 2023, ou seja, sem atualização para 2024. No dia 20 de Dezembro de 2024 foi enviado um ofício à ERSAR a solicitar a ratificação do aumento das tarifas, de 2023 para 2024, através da aplicação ao preço de 2023 do IHPC (Índice Harmonizado de Preços do Consumidor) para 2024. Tendo a ERSAR já ratificado os cálculos que lhe foram apresentados nesse ofício, mantém-se ainda por receber a autorização da Tutela, de forma a que a empresa possa faturar aos clientes o equivalente ao aumento do preço de 2023 para 2024. Nas contas de 2024 foram acrescidos proveitos derivados deste aumento ainda não ratificado, os quais ascendem a 2,0 milhões de euros (1,1 milhões de euros AA, e 900 mil € de AR).

O diploma constituinte da agregação do SMM, Decreto-Lei n.º 93/2019, de 15 de julho, e respetivo contrato de concessão, estabelece a metodologia de registo e de recuperação do Desvio de Recuperação de Gastos (DRG), tendo sido determinado um período máximo de geração adicional de DRG até 10 anos e um período máximo de reintegração destes ativos (ou passivos) até 25 anos. De acordo com esta metodologia em 2043, o saldo atual dos DRG registado nas contas da Águas do Algarve, S.A. estará recuperado.

Para o SMM gerido pela Águas do Algarve, S.A., ao abrigo do novo contrato de concessão celebrado em 2019, foi efetuado o registo inicial dos DRG, e a partir daí o correspondente a cada exercício económico.

1.2.1. Atividade regulada

O modelo dos contratos de concessão e parceria criado para o sistema multimunicipal possui as seguintes características:

- i) as infraestruturas e equipamentos da concessão são construídos ou adquiridos pela empresa concessionária;
- ii) o financiamento destas aquisições/construções é efetuado parcialmente com recursos a subsídios comunitários a fundo perdido e a financiamentos de longo prazo efetuados maioritariamente pelo Banco Europeu de Investimentos (BEI);
- iii) os preços de venda (tarifa) praticados são genericamente fixados e sufragados pela entidade reguladora (ERSAR) e incluem uma parcela de remuneração do capital investido, correspondente a um indexante (taxa das Obrigações do Tesouro), acrescida de três pontos

percentuais a título de prémio de risco. A AdA tem assegurada a sua remuneração através das cláusulas de reequilíbrio dos contratos de concessão. A concessão tem a duração de 30 e decorre até ao ano 2048. Em 2024, a taxa de juro média diária das obrigações do tesouro a 10 anos cifrou-se em 2,96%.

Água e saneamento	Concessão/Parceria	Prazo	Período	Remuneração acionista Taxa de remuneração	Remuneração acionista Base de incidência (1)
Águas do Algarve SA (2)	Concessão	30 anos	2019-2048	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal

(1) A remuneração OT 10 anos + 3% incide sobre o capital social e reserva legal. Adicionalmente sobre os dividendos em dívida incide remuneração equivalente à OT 10 anos.

(2) A 24 de julho de 2019 foi celebrado Contrato de Concessão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Algarve gerido pelas Águas do Algarve, S.A. por um prazo de 30 anos (2019-2048). Este contrato resulta da agregação dos contratos de concessão existentes àquela data.

As empresas gestoras de SMM (sistemas multimunicipais) desenvolvem a sua atividade num sector regulado, estando sujeita à intervenção da ERSAR (Lei n.º 10/2014, de 6 de março, que aprova os novos estatutos da ERSAR, no quadro das novas atribuições das entidades reguladoras fixadas pela Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto). O principal efeito da regulação sobre a atividade das empresas está no escrutínio que a entidade reguladora faz da tarifa, e dos rendimentos tarifários, se aplicável, a aplicar aos serviços prestados aos utilizadores, bem como na aprovação dos Desvios de Recuperação de Gastos a reconhecer anualmente nas contas dos SMM, mediante um cenário de eficiência definido previamente. Através do Decreto-Lei n.º 77/2024, de 23 de outubro foi restituída à ERSAR a competência da aprovação das tarifas, mantendo-se a sua autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes.

Por via do contrato de concessão, a entidade reguladora, passou ainda a deter o poder de aprovar o valor do desvio de recuperação de gastos que Águas do Algarve podem registar nas suas contas anuais. Facto que confere à entidade reguladora o poder efetivo de determinar os gastos que podem ser recuperados por via tarifária.

Em 31 de dezembro de 2024 estavam registados nas contas da Águas do Algarve, S.A., cerca de 30,4 milhões de euros de DRG de natureza superavitária, decorrente da atividade do SMM.

As empresas gestoras de SMM (sistemas multimunicipais) estão ainda sujeitas à intervenção da entidade reguladora em matéria de qualidade de serviço, aferida por um conjunto de indicadores avaliados anualmente, e em matéria de qualidade da água para consumo humano, no âmbito dos poderes da ERSAR enquanto autoridade nacional da água para consumo humano.

A empresa tem uma concessão atribuída pelo Estado em regime de exclusividade para a prestação de serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais. O contrato de concessão caracteriza-se por contemplar elevados níveis de investimentos a efetuar pela empresa. O financiamento é obtido através de fundos comunitários, empréstimos bancários, capitais próprios e pelos meios gerados pela atividade, sendo também acionistas os municípios a quem são prestados os serviços. O serviço prestado é pago através de tarifa fixada pela entidade reguladora (ERSAR) e faturada aos municípios que são servidos pela concessão. Uma das características do contrato de concessão é ter retorno garantido sobre o capital investido.

1.3. Aprovação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração que teve lugar no dia 11 de março de 2025 na sede da Empresa em Faro. É opinião do Conselho de Administração que as mesmas refletem de forma fidedigna as operações da empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa.

2. Políticas contabilísticas

2.1. Bases de apresentação

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo "*International Accounting Standards Board*" ("IASB") e Interpretações emitidas pelo "*International Financial Reporting Interpretations Committee*" ("IFRIC") ou pelo anterior "*Standing Interpretations Committee*" ("SIC"), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2024.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas nas respetivas notas relacionadas com as demonstrações financeiras. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR).

As demonstrações financeiras da AdA foram preparadas tendo por base o princípio da continuidade das operações e segundo a base do custo histórico, exceto no que respeita aos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, os quais se encontram registados ao respetivo justo valor (valor de mercado).

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IAS/IFRS requer o uso de estimativas e assunções que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e assunções adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

2.2. Data de referência das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras refletem os ativos, passivos, resultados e fluxos de caixa da AdA S.A. relativamente a 31 de dezembro de 2024 e comparativos a 31 de dezembro de 2023.

2.3. Conversão cambial

2.3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da empresa e respetivas notas são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

2.3.2. Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação das transações bem como da conversão pela taxa à data da demonstração de posição financeira, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados. Os elementos não monetários valorizados ao justo valor são atualizados pela taxa de câmbio à data da determinação do mesmo, sendo o efeito da variação cambial registado conjuntamente com a variação registada no justo valor desses mesmos elementos. As diferenças cambiais apuradas são assim registadas em resultados do exercício ou em "Reservas e outros ajustamentos", consoante o registo apropriado para o reconhecimento de ganhos ou perdas para o elemento não monetário em causa. A conversão em moeda funcional pela empresa de elementos não monetários valorizados ao custo histórico é obtida pela aplicação da taxa de câmbio à data da transação.

2.4. Direito de Utilização de Infraestruturas (“DUI”) - Concessões

2.4.1. Classificação da infraestrutura

A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos contratos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo sobre os ativos da concessão. Nos termos desta norma a AdA S.A. presta dois tipos de serviços:

- (i) o de construção, modernização e renovação das infraestruturas afetas ao sistema; e
- (ii) o de exploração e gestão (operar e manter) do sistema constituído pelas infraestruturas, necessárias à prestação de serviços aos utilizadores.

Se o operador (ou concessionária) construir ou modernizar as infraestruturas, o valor (tarifa) recebido ou a receber pelo operador deve ser reconhecido pelo seu justo valor, e este corresponde a um valor que se materializa num direito que corresponde a: **(a)** um ativo financeiro, ou **(b)** um ativo intangível.

Adicionalmente, nos termos da IFRIC 12, a infraestrutura não deve ser reconhecida como ativo tangível do operador (ou concessionária) porque o contrato de concessão não lhe dá o direito de a controlar. O operador tem acesso e opera a infraestrutura para prestar um serviço público em nome do concedente, de acordo com os termos do contrato. Nos termos do contrato de concessão, no âmbito desta norma, o operador (ou concessionária) atua como um prestador de serviços. O operador (ou concessionária) constrói ou moderniza as infraestruturas (construção ou modernização dos serviços) utilizadas para prestar serviços públicos e opera e mantém as infraestruturas (operação) durante um período específico.

O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo financeiro na medida em que tem um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços prestados, que correspondem a montantes específicos ou determináveis. Neste modelo, o concedente dispõe de poucos ou nenhuns poderes discricionários para evitar o pagamento em virtude de o acordo ser em geral legalmente vinculativo (o operador ou concessionária) tem um direito incondicional de receber dinheiro se o concedente garantir contratualmente esse pagamento ao operador que corresponde a **(a)** um montante específico, ou **(b)** à diferença, se existir, entre os montantes recebidos dos utilizadores do serviço público, e outro montante específico, mesmo que o pagamento seja contingente ao facto de a concessionária assegurar que a infraestrutura está de acordo com os requisitos de qualidade e eficiência).

O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo intangível na medida em que recebe um direito (licença) de cobrar os utilizadores por um serviço público. O direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público não é um direito incondicional de cobrança, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

Atendendo à tipologia dos contratos de concessão da empresa gestor do SMM (sistema multimunicipal), nomeadamente no que diz respeito ao seu enquadramento legal (direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público que é inerente ao facto de os utilizadores utilizarem esse serviço), o modelo que se adequa à realidade da empresa é o do intangível. Deste modo, a AdA, empresa gestora do SMM (sistema multimunicipal) classifica, como concessionária, as infraestruturas do sistema que explora como ativos intangíveis – Direito de utilização de infraestruturas.

2.4.2. Reconhecimento e mensuração

Os ativos intangíveis (direitos de exploração) são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os gastos e rendimentos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em ativos intangíveis (DUI) em curso. Os gastos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os gastos operacionais são afetos ao ativo intangível em curso através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração do sistema, que coincide com a sua disponibilidade para uso.

As despesas com grandes reparações e melhorias às infraestruturas da concessão (incluindo bens de substituição), por via da regulação económica da concessão, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem igualmente para a formação da tarifa (ou seja têm uma recuperação implícita na aceitação da amortização pelo regulador), são contabilizadas no ativo intangível e amortizadas nos mesmos termos do restante ativo intangível. As despesas de conservação e manutenção correntes, são reconhecidas em resultados nos respetivos exercícios em que ocorrem.

2.4.3. Amortizações

O ativo intangível, direito de utilização de infraestruturas, é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefícios económicos associados ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador.

As amortizações na empresa são calculadas pelo método da soma das unidades de produção, isto é, pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente tratados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade económico e financeiro anexo ao contrato de concessão.

Áreas de Negócio	Total do investimento do contrato	ANOS	Total de caudais do contrato (m3)	Taxa depleção 2024
ÁGUA	526.749.703	30	1.892.458.222	4,1859%
SANEAMENTO	374.945.428	30	1.233.840.012	4,0909%
ESTRUTURA	10.353.322	30	3.126.298.234	4,1493%
	912.048.454		6.252.596.468	

2.4.4. Acréscimos de gastos de investimento contratual

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão e gestão de parcerias e com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face às responsabilidades em investimentos contratuais (regulados) ou em investimentos de expansão (regulados) da concessão ou da parceria. Estes acréscimos são calculados com base no padrão de benefícios económicos associados ao investimento contratual definido no modelo económico de suporte ao contrato de concessão.

No caso da AdA S.A., os benefícios económicos obtidos são determinados pela regulação económica. Saliente-se que os acréscimos de gastos para investimentos contratuais visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo. Na prática estes acréscimos, correspondem a uma responsabilidade por reembolso a tarifas futuras, permitindo um nível de estabilização das mesmas, bem como o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) referidos anteriormente.

Estes acréscimos são reconhecidos em gastos na rubrica acréscimo de gastos de investimento contratual (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

2.4.5. Desvio de recuperação de gastos (Défice / Superavit tarifário)

Consideram-se desvios de recuperação de gastos: (i) à diferença existente, à data da extinção das sociedades concessionárias dos sistemas extintos em 2015, entre os resultados líquidos da sociedade advenientes da exploração e gestão do sistema e o valor a que a sociedade tenha contratualmente direito a título de remuneração do capital investido; e (ii) à diferença verificada, anualmente, até ao termo do segundo período quinquenal da concessão entre os resultados líquidos da sociedade advenientes da exploração e gestão do sistema e o valor a que a sociedade tenha direito em resultado da aplicação das regras estipuladas na determinação das tarifas.

Os desvios de recuperação de gastos podem assumir natureza deficitária ou superavitária, nos termos definidos no contrato de concessão e são registados ao custo amortizado. A Águas do Algarve regista nas suas contas os desvios de recuperação de gastos que se verificarem anualmente até ao termo do segundo período quinquenal, registando, em simultâneo com a celebração do contrato de concessão, os desvios de recuperação de gastos determinados à data da extinção das sociedades concessionárias dos sistemas agregados, incluindo a remuneração acionista em dívida capitalizada com a taxa correspondente às Obrigações de Tesouro Portuguesas a 10 anos, acrescida de três pontos percentuais até à data de entrada em vigor do contrato de concessão, com base nas respetivas contas individuais das sociedades.

Os desvios de recuperação de gastos de natureza deficitária e de natureza superavitária existentes à data da extinção das sociedades concessionárias dos sistemas agregados em 2015 e os gerados na vigência da concessão até ao termo do segundo período quinquenal, capitalizados nos termos definidos no contrato de concessão, devem ser recuperados pela via tarifária ou refletidos nas tarifas, consoante o caso, até ao termo do quinto período quinquenal da concessão.

Assim, anualmente é efetuado o cálculo da diferença entre o resultado gerado pelas operações e a remuneração garantida ao capital acionista investido, sendo o valor bruto registado numa conta de rendimentos – “Défice/superavit tarifário de recuperação de gastos” – e o imposto induzido por estes numa conta de imposto diferido, por contrapartida de balanço, à luz do reconhecimento de ativos e passivos regulatórios.

O valor do desvio de recuperação de gastos corresponde à correção (a crédito ou a débito) a fazer ao rédito das atividades reguladas, para que os rendimentos destas sejam os necessários ao cumprimento do disposto contratualmente, relativamente à recuperação integral dos gastos, incluindo impostos sobre o rendimento (IRC) e remuneração anual garantida.

2.4.6. Rédito da construção

De acordo com o IFRIC 12 – Contratos de concessão, a construção da infraestrutura pelo operador constitui um serviço que é prestado ao Concedente, distinto do serviço de operação e manutenção, e que, como tal deverá por esta, ser remunerado. O rédito da atividade de construção deve ser reconhecido de acordo com o IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes. No entanto, e na aplicação da IFRIC 12 é assumido que não existe margem na construção, uma vez que esta atividade é subcontratada externamente a entidades especializadas, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói), pelo que o rédito e os gastos associados à construção são de igual montante. Não obstante o acima exposto, os rendimentos de construção e os gastos associados são registados na demonstração dos resultados do exercício atendendo ao disposto na IFRIC 12.

2.5. Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da AdA SA são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte, encontram-se descritos ao longo do Anexo nas divulgações associadas às respetivas rubricas:

- Nota 5.2 - vida útil e imparidade de ativos intangíveis
- Nota 6.2 - vida útil e imparidade de ativos fixos tangíveis
- Nota 7.2 - vida útil de locações
- Nota 9.2 - estimativa do Desvio de recuperação de gastos
- Nota 10.2 - imparidade de ativos financeiros

- Nota 13.2 - justo valor de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral
- Nota 16.2 - provisões, ativos e passivos contingentes
- Nota 33.1 - estimativa de impostos e impostos diferidos

2.6. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração de posição financeira (DPF) que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da DPF são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da DPF que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da DPF, se materiais, são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

3. Novas normas e alteração de políticas

3.1. Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 apresentada nos comparativos.

3.2. Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir de 01 de janeiro de 2024

Descrição	Alteração	Data efetiva
Emendas à norma IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras – Classificação de passivos como correntes e não correntes; Diferimento da data de aplicação; Passivos não correntes com “covenants”	Estas emendas publicadas pelo IASB clarificam a classificação dos passivos como correntes e não correntes, analisando as condições contratuais existentes à data de reporte. A emenda relativa a passivos não correntes com covenants clarificou que apenas as condições que devem ser cumpridas antes ou na data de referência das demonstrações financeiras relevam para efeitos da classificação como corrente/não corrente. A data de aplicação das emendas foi adiada para 1 de janeiro de 2024.	1 de janeiro de 2024
Emenda à norma IFRS 16 – Locações – Passivo de locação numa transação de venda e relocação	Esta emenda publicada pelo IASB clarifica como um vendedor locatário contabiliza uma transação de venda e relocação que cumpre os critérios da IFRS 15 para ser classificada como venda.	1 de janeiro de 2024
Emenda às normas IAS 7 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa - e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações – Supplier Finance Arrangements	Requisitos de divulgação adicionais sobre acordos de financiamento de fornecedores (ou “reverse factoring”), o impacto nos passivos e fluxos de caixa, bem como o impacto na análise de risco de liquidez e como é que a entidade seria afetada caso estes acordos deixassem de estar disponíveis.	1 de janeiro de 2024

Estas normas e alterações são de aplicação efetiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024, e foram aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras.

Da aplicação destas alterações de normas, novas normas e interpretações, não existiram impactos relevantes para as demonstrações financeiras da AdA SA.

3.3. Novas normas e interpretações já emitidas, mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de janeiro de 2025 ou posteriores e que a empresa não adotou antecipadamente são as seguintes:

- **Já endossadas pela UE**

Descrição	Alteração	Data efetiva
Emenda à IAS 21 – Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade	Esta emenda publicada pelo IASB em agosto de 2023 define a abordagem para avaliar se uma moeda pode ou não ser trocada por outra moeda. Caso se conclua que a moeda não pode ser trocada por outra, indica como se determina a taxa de câmbio a aplicar e as divulgações adicionais necessárias.	1 de janeiro de 2025

Esta emenda, apesar de aprovada (“*endorsed*”) pela União Europeia, não foi adotada pela Empresa em 2024, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não se estima que da futura adoção da referida emenda decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras.

- **Ainda não endossadas pela UE**

Descrição	Alteração	Data efetiva
Emenda a IFRS 9 e IFRS 7 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Estas emendas publicadas pelo IASB em maio de 2024 incluem alterações decorrentes dos resultados do processo de revisão de pós-implementação da IFRS 9 efetuado pelo IASB.	1 de janeiro de 2026
Emenda à IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos relacionados com eletricidade dependente da natureza	Esta emenda publicada pelo IASB em dezembro de 2024 inclui guidance e divulgações adicionais relacionadas com contratos de fornecimento de eletricidade provenientes de energias renováveis, bem como possibilidade de designar esses contratos como instrumentos de cobertura se cumprirem determinados requisitos.	1 de janeiro de 2026
Melhoramentos anuais das normas internacionais de relato financeiro (volume 11)	Corresponde essencialmente a emendas nas normas IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7.	1 de janeiro de 2026
IFRS 18 - Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras	O objetivo da IFRS 18 é estabelecer requisitos para a apresentação e divulgação de informação nas demonstrações financeiras para ajudar a assegurar que estas proporcionam informação relevante que representa fielmente os ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos de uma entidade.	1 de janeiro de 2027
IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública: Divulgações	O objetivo da IFRS 19 é permitir aos preparadores de informação financeira em IFRS sem exposição pública, mas que são subsidiárias de grupos com relato em IFRS e com títulos cotados, uma redução nas divulgações efetuadas sem deixar de cumprir com as IFRS.	1 de janeiro de 2027

Estas normas não foram ainda adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pela Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Relativamente a estas normas e interpretações, emitidas pelo IASB mas ainda não aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia, não se estima que da futura adoção das mesmas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras anexas.

3.4. Normas em revisão

IFRS 14 Contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas

Esta norma permite que uma entidade cujas atividades estejam sujeitas a tarifas reguladas continue a aplicar a maior parte das suas políticas contabilísticas do anterior normativo contabilístico relativas a contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas ao adotar as IFRS pela primeira vez.

Não podem aplicar a norma: (i) as entidades que já preparam as demonstrações financeiras em IFRS, (ii) as entidades cujo atual normativo contabilístico não permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios e (iii) as entidades cujo atual normativo contabilístico permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios, mas que não tenham adotado tal política nas suas contas antes da adoção das IFRS.

As contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas devem ser apresentadas numa linha separada da demonstração da posição financeira e os movimentos nestas contas devem ser apresentados em linhas separadas na demonstração de resultados e na demonstração do resultado integral. Deve ser divulgada a natureza e os riscos associados à tarifa regulada da entidade e os efeitos de tal regulamentação nas suas demonstrações financeiras.

As alterações são aplicáveis prospectivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A União Europeia (UE) decidiu não lançar o endosso desta norma intermédia e esperar pela norma final.

Em janeiro de 2021 o IASB apresentou o *Exposure Draft* da nova norma IFRS 14 – Ativos e passivos regulatórios, tendo terminado em 30 de julho de 2021 o período para receção de comentários. A nova versão do IFRS 14 propõe que os ativos e os passivos regulatórios sejam mensurados através da estimativa de todos os cash-flows futuros descontados à data de relato. A taxa de desconto deverá corresponder à taxa regulatória. Caso a taxa regulatória não permita compensar a empresa do efeito de variação temporal do dinheiro, então deverá ser usada uma taxa que permita efetuar esta compensação. Em cada data de relato a empresa deverá atualizar a estimativa de todos os cash-flows futuros e descontá-los à taxa regulatória inicial. A norma prevê requisitos adicionais de divulgação sobre os ativos, passivos, rendimentos e gastos regulatórios bem como uma análise de maturidade aos ativos e passivos regulatórios. Em dezembro de 2021 o IASB após análise dos comentários recebidos ao *Exposure Draft* identificou as áreas que necessitam de trabalho adicional. Ocorreram reuniões do IASB e em 2024 ocorrerão outras reuniões, para análise e revisão de algumas propostas ao *Exposure Draft*. O Grupo AdP encontra-se em fase de análise e de avaliação dos impactos do *Exposure Draft*.

4. Políticas de gestão de risco

4.1. Fatores de risco

As atividades da empresa estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais da empresa. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração e da Tutela, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

4.2. Risco de mercado

4.2.1. Risco de taxa de juro

O risco da taxa de juro da AdA, essencialmente, da contratação de empréstimos, quer de longo prazo quer de curto prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a AdA ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a AdA ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A tabela abaixo apresenta a análise aproximada de sensibilidade dos encargos financeiros da empresa.

Juros Suportados à taxa variável	2024	2023
Real	2.982.945	2.173.563
Taxa média + 1%	3.489.764	2.538.612
Taxa média - 1%	2.400.181	1.667.779

Impacto da variação de taxa mensurada num prazo de 12 meses.

4.2.2. Risco de taxa de câmbio

A exposição ao risco de câmbio da empresa é residual. Este risco consubstancia-se em futuras transações comerciais, ativos e passivos reconhecidos, bem como investimentos líquidos em operações estrangeiras que não foram incorridas ou expressas na moeda funcional.

4.2.3. Risco do preço das matérias-primas (energia e combustíveis)

Os gastos anuais da empresa em energia e combustíveis representam aproximadamente 15% do total de fornecimentos e serviços externos. O Grupo através da AdP SGPS negocia e contratualiza centralmente a aquisição destas matérias-primas para todo o Grupo. No caso da eletricidade é fixado o preço para o horizonte do contrato.

4.3. Risco de liquidez e de capital

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da AdA SA pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A AdP, mandatada pela AdA SA, efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais que permitem o acesso imediato a fundos.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da AdA por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, a pagar no futuro incluindo juros.

Risco de Liquidez	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Financiamentos	73.738.676	60.566.881	38.664.884
Fornecedores e outros passivos	18.833.386	1.316.324	1.071.076
	92.572.062	61.883.205	39.735.960

Os empréstimos BEI permitem contratualmente que a AdA escolha a tipologia de taxa de juro a aplicar: taxa de juro variável, taxa fixa pela maturidade do empréstimo ou taxa fixa revisível por um determinado período. Neste sentido, para efeitos de determinação dos juros futuros nos empréstimos BEI foram considerados os juros conhecidos e formalmente contratualizados, e para o período subsequente manteve-se a taxa de juro em vigor em 31 de dezembro de 2024.

Em setembro de 2017 o Grupo AdP celebrou um contrato de financiamento a 25 anos, de 220 milhões de euros (tranche A) com o Banco Europeu de Investimento, ao abrigo de uma linha de crédito de 420 milhões de euros. Adicionalmente, em 31 de julho de 2019 o Grupo AdP formalizou os remanescentes 200 milhões de euros (tranche B) que podem ser utilizados por contrapartida da cessão sem recurso de acordos de regularização de dívida celebrados entre o Grupo AdP e os clientes municipais conforme previsto no Decreto-Lei nº 5/2019, de 14 de janeiro. Em 22 de novembro de 2022, foi celebrado um aditamento às duas tranches que permitiu a transferência de plafond no montante de 100.612 mil euros da tranche B para a tranche A.

Em 31 de dezembro de 2024 o capital em dívida da Águas do Algarve junto do BEI é o seguinte, dividido por tranches:

Capital em dívida	2024
BEI 3 - Tranche A	53.370.126
BEI 3 - Tranche B	10.157.466
BEI 3 - Tranche C	28.593.768
BEI 4 - Tranche A	8.067.660
BEI 4 - Tranche B	12.254.472
Total	112.443.492

Para efeitos de determinação dos juros futuros a taxa variável (empréstimos acionistas e outros empréstimos bancários) considerou-se (i) o cupão dos juros conhecidos a 31 de dezembro de 2024 e a liquidar subsequentemente; e (ii) para os cupões seguintes considerou-se o indexante Euribor em 31 de dezembro de 2024 acrescido do spread contratualmente formalizado.

Tendo em conta o exposto, bem como os meios libertos de exploração recorrentes, a AdA não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades financeiras. Particularmente sobre os empréstimos bancários de curto prazo, a AdA dispõe de liquidez imediata para satisfazer a totalidade do serviço da dívida previsto para os 12 meses subsequentes.

Risco de Liquidez (milhões de euros)	Plafond disponível	Plafond utilizado
Descobertos Bancários	7.000.000	0

O objetivo da AdA SA em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da demonstração de posição financeira é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O objetivo da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações da empresa, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política do Grupo AdP é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP (exceção feita aos empréstimos relacionados com o investimento), que por sua vez fará empréstimos à AdA SA. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência e redução do custo médio de capital.

Risco de Capital	Notas	2024	2023
Empréstimos não correntes	19	99.231.765	112.207.521
Empréstimos correntes	19	73.738.676	64.593.374
Passivos da locação	7	411.515	174.596
Disponibilidades	14	(18.824.299)	(2.303.199)
Dívida líquida		154.557.656	174.672.292
Subsídios ao Investimento	18	208.197.787	202.724.883
Total do Capital Próprio	15	36.085.065	34.257.666
Capital e subsídios		244.282.852	236.982.549
Dívida líquida		0,63	0,74

O modelo de financiamento da empresa assenta fundamentalmente em três grandes categorias que permitem o equilíbrio da estrutura de capitais, o financiamento bancário, com particular incidência nos financiamentos contraídos junto do BEI e obrigacionistas, no capital próprio e subsídios ao investimento não reembolsáveis.

4.4. Risco de Crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a empresa. A AdA está sujeito ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

Contraparte de exploração

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de água e saneamento).

A composição da carteira de clientes da AdA SA tem apenas uma natureza: autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados. O risco de crédito associado a estes clientes é considerado diminuto ou próximo do risco soberano, observando-se historicamente que o não pagamento dos serviços prestados resulta essencialmente de divergências sobre as faturas traduzidas em processos judiciais. Nos termos da legislação e regulação em vigor, aplicável aos sistemas multimunicipais e parcerias, a alteração dos valores em dívida, por acordo voluntário ou extrajudicial entre as entidades gestoras e estas entidades ou por sentença judicial, releva para efeito do recálculo do Desvio de Recuperação de Gastos a recuperar nas tarifas ou rendimentos tarifários a cobrar na prestação de serviços futuros.

Não obstante o anterior, o processo administrativo associado à cobrança ou regularização por via de acordos e imputação ao desvio de recuperação de gastos é moroso, o que explica o valor elevado do montante de dívidas vencidas (ver nota 10) bem como os rendimentos financeiros (ver nota 32).

O Conselho de Administração da AdA continua a entender que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas prospetivas por imparidade (exceto em situações muito específicas e que resultam de acordos celebrados, traduzidos no cálculo do Desvio de Recuperação de Gastos).

Contraparte de depósitos

A seguinte tabela representa a exposição máxima da AdA a risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2024 e 2023 sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos na DPF, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face da demonstração de posição financeira.

Ativos financeiros bancários	Nota	2024	2023
Depósitos à Ordem	14	18.814.799	2.293.699
Depósitos a Prazo	14	0	11.835.854
Fundo de compensação do Trabalho	8	14.023	14.023
Ativos financeiros bancários		18.828.823	14.143.576

Rating	2024	2023
A	18.676.678	13.629.284
A-	114.642	0
BBB	0	26.464
BBB+	23.480	473.805
	18.814.799	14.129.553

Nota: notação de *rating* da Fitch obtida nos sites das instituições financeiras em janeiro de 2024.

4.5. Risco de exploração

4.5.1. Risco de catástrofe

A empresa está exposta a riscos de catástrofe e de fenómenos da natureza, que podem colocar em risco a operacionalidade das infraestruturas e a consequente perda de receita. Para fazer face a estes riscos a AdA SA tem contratualizados seguros para a transferência destes riscos.

4.5.2. Risco regulatório

Através da Lei n.º 10/2014, de 6 de março foram aprovados os novos estatutos da ERSAR, a qual passa a assumir o cariz de uma entidade administrativa independente, com uma reforçada autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes.

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pela empresa. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cash-flow*, decorrentes da possibilidade contratual de definirem um cenário de eficiência produtiva que estabelece os gastos a serem recuperados pela tarifa podem diferir dos gastos efetivamente incorridos. Nestes gastos incluem-se os gastos financeiros.

5. Ativos intangíveis

5.1. Políticas contabilísticas

Direito de Utilização de Infraestruturas (“DUI”) - Concessões

Para as políticas contabilísticas relativas ao Direito de Utilização de Infraestruturas, consultar divulgação na nota 2.4.

Outros ativos intangíveis

Os ativos intangíveis (despesas de desenvolvimento de software, as despesas com propriedade intelectual e outros direitos) são contabilisticamente relevados pelo seu valor de custo líquido de amortizações acumuladas. Os gastos de investigação e desenvolvimento que não cumprem com os critérios de reconhecimento de despesas de desenvolvimento enquanto ativos intangíveis são reconhecidos em gastos do período quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento previamente reconhecidos como gastos do exercício não são reconhecidos como ativos intangíveis em períodos subsequentes. Investimentos que aumentem a performance dos programas de *software* para além das suas especificações originais são adicionados ao custo original do *software*.

Estas rubricas são amortizadas pelo método das quotas constantes normalmente por um período de três a dez anos. Os custos de implementação do *software* reconhecidos como ativos são amortizados usando o método das quotas constantes sobre as suas vidas úteis, nomeadamente de três a seis anos.

Imparidade

Os ativos da empresa são analisados à data de cada demonstração de posição financeira por forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do ativo é avaliado.

Para outros ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é avaliado anualmente à data do relato.

Tendo em conta as premissas do contrato de concessão, o valor recuperável do direito de utilização de infraestruturas (DUI) corresponde ao valor de uso, e este por sua vez corresponde à remuneração garantida (dividendo) em cada um dos anos ao longo do prazo da concessão. Estes montantes são parte integrante do EVEF (estudo de viabilidade económica e financeira) anexos aos contratos de concessão que são reenviados periodicamente para o regulador do sector.

Sempre que, existem indicações de potenciais perdas por imparidade é determinado o valor recuperável dos ativos da empresa. Quando o valor contabilístico de um ativo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, é reduzido até ao montante recuperável, sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Para as unidades geradoras de caixa com atividade iniciada há menos que um certo período de tempo (2 a 3 anos) a AdA SA efetua uma análise da imparidade. No caso em que os respetivos negócios não terão atingido ainda maturidade suficiente, são reconhecidas perdas por imparidade quando existam indicadores inequívocos de que a sua recuperabilidade é considerada remota.

Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável é a mais alta entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

5.2. Estimativas e julgamentos

Vida útil

A determinação das vidas úteis do Direito de Utilização de Infraestruturas bem como o respetivo método de amortização é essencial para determinar o montante de amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados.

Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos e negócios em questão. No entanto, tratando-se de uma atividade concessionada e regulada, a vida útil do Direito de Utilização de Infraestruturas está associada ao padrão de benefícios económicos obtidos e que são determinados pela regulação económica (caudais e prazo da concessão), e de acordo com os respetivos contratos de concessão ou parceria. No fim das concessões ou parcerias o Direito de Utilização de Infraestruturas está amortizado a 100%. Adicionalmente, face à característica da concessão de rendimento garantido, alterações nos caudais não tem impacto no resultado líquido dado que essas variações são neutralizadas pelo Desvio de Recuperação de Gastos (ver nota 9).

Na determinação do investimento contratual a AdA utiliza para efeitos de base de amortizações o valor dos investimentos contratuais previstos nos contratos de concessão e/ou EVEF's (Estudos de Viabilidade Económica e Financeira) submetidos posteriormente ao Concedente, os quais poderão estar sujeitos a revisão e aprovação por parte do mesmo, com conseqüente impacto nas demonstrações financeiras da empresa.

Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da AdA SA, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da

Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

5.3. Detalhe e movimento

O detalhe dos ativos intangíveis em 31 de dezembro 2024 e 31 de dezembro de 2023 é como segue:

Ativo líquido intangível	2024	2023
Despesas de desenvolvimento	110	1.009
Programas de Computador	0	0
Propriedade industrial e outros direitos	126.310	153.419
Direitos de Utilização de Infraestruturas (DUIs)	446.529.215	446.832.945
Ativos Intangíveis	446.655.635	446.987.373

A AdA não reconhece ativos intangíveis gerados internamente.

O movimento ocorrido nos ativos intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

Ativos líquidos intangíveis	2023	Aumentos	Abates	Alienações	Transferências	Reclassificações	2024
Valor bruto dos ativos intangíveis:							
Despesas de desenvolvimento	475.295	0	0	0	0	0	475.295
Programas de Computador	3.116	0	0	0	0	0	3.116
Propriedade industrial e outros direitos	773.334	0	0	0	0	0	773.334
Direitos de utilização de infraestruturas	716.015.790	1.406.085	0	0	4.005.673	0	721.427.548
Ativos intangíveis em curso (DUI)	41.370.999	17.156.459	0	0	(4.005.673)	0	54.521.785
Valor Bruto dos ativos intangíveis	758.638.533	18.562.545	0	0	0	0	777.201.078
Amortizações acumuladas dos ativos intangíveis:							
Despesas de desenvolvimento	474.286	899	0	0	0	0	475.185
Programas de Computador	3.116	0	0	0	0	0	3.116
Propriedade industrial e outros direitos	619.914	27.109	0	0	0	0	647.024
Direitos de utilização de infraestruturas	310.553.843	16.955.737	0	0	1.910.537	0	329.420.118
Amortizações acumuladas dos ativos intangíveis	311.651.160	16.983.746	0	0	1.910.537	0	330.545.443
Ativos líquidos intangíveis	446.987.373	1.578.799	0	0	(1.910.537)	0	446.655.635

Ativos líquidos intangíveis	2022	Aumentos	Abates	Alienações	Transferências	Reclassificações	2023
Valor bruto dos ativos intangíveis:							
Despesas de desenvolvimento	475.295	0	0	0	0	0	475.295
Programas de Computador	3.116	0	0	0	0	0	3.116
Propriedade industrial e outros direitos	773.334	0	0	0	0	0	773.334
Direitos de utilização de infraestruturas	694.708.244	1.115.369	0	(7.896)	20.200.073	0	716.015.790
Ativos intangíveis em curso (DUI)	44.218.290	17.352.781	0	0	(20.200.073)	0	41.370.999
Valor Bruto dos ativos intangíveis	740.178.279	18.468.150	0	(7.896)	0	0	758.638.533
Amortizações acumuladas dos ativos intangíveis:							
Despesas de desenvolvimento	473.305	981	0	0	0	0	474.286
Programas de Computador	3.116	0	0	0	0	0	3.116
Propriedade industrial e outros direitos	592.805	27.109	0	0	0	0	619.914
Direitos de utilização de infraestruturas	285.996.793	17.405.317	0	(3.167)	7.154.902	0	310.553.843
Amortizações acumuladas dos ativos intangíveis	287.066.020	17.433.407	0	(3.167)	7.154.902	0	311.651.160
Ativos líquidos intangíveis	453.112.260	1.034.743	0	(4.728)	(7.154.902)	0	446.987.373

A transferência no montante 4.005.673 euros para a rubrica "Direito de utilização de infraestruturas" é explicada pela entrada em funcionamento ou término das obras em várias infraestruturas (novas infraestruturas ou investimentos de reabilitação de infraestruturas de tratamento e transporte de água e saneamento). Na sequência da entrada em funcionamento ou término de obras destas infraestruturas, foi reclassificado da rubrica "Acréscimo de gastos de investimento contratual" para amortizações acumuladas do Direito de utilização de infraestruturas, o montante de 1.910.537 euros (nota 17).

Das empreitadas que foram passadas a ativo firme destacam-se a Reparações e Melhorias em Infraestruturas de Saneamento (2.149.707 mil euros) e a Fornecimento e Montagem de uma Plataforma Bombagem da barragem da Bravura (413.842 mil euros).

Em 31 de dezembro de 2024 a rubrica “Ativos intangíveis em curso” corresponde a obras em curso em infraestruturas (novas infraestruturas ou investimentos de reabilitação de infraestruturas de tratamento e transporte de água e saneamento). Destacam-se as seguintes:

Principais Obras em Curso	Montante
Reabilitação da ETAR de Lagos	18.420.156
Fases Reforço de Adução Loulé - Lig. Resv. Int	5.695.844
Sist capt volume morto Odelouca	3.823.856
Fases Reforço de Adução Loulé - Fase 3	2.881.226
Secagem Solar de Lamas da ETAR VRSA	2.698.117
Sist. Elev. Água para o Túnel Odelouca/Beliche	2.546.943
Desativar ETAR do Rogil e Carrascalinho	2.464.206
Rep. e Melhorias em Infr. Saneamento	2.132.526
Implementação Dessalinização no Algarve	2.114.973
Obras Complementares à FAGAR	2.019.270
Const EEAR Reutiliz de Efluent-ETAR VRSA (ApR)	2.006.927
Solução da Tomada de Água no Pomarão	1.659.374
	48.463.416

No presente exercício foram capitalizados 505.487 euros, dos quais 468.336 mil euros são referentes a gastos com pessoal e 37.152 euros referentes a gastos financeiros. Em 2023 tinham sido capitalizados 457 mil euros referentes a gastos com pessoal (ver notas 25 e 31).

As principais adições respeitam às empreitadas Sistema de Captação do Volume Morto Odelouca, e Fases Reforço de Adução Loulé - Fase 3.

Reabilitação da ETAR de Lagos

A empreitada da “Reabilitação da ETAR de Lagos por Conceção-Construção” tem por objetivo a reabilitação da atual ETAR, beneficiando as fases líquida, sólida e gasosa. No que diz respeito à linha de tratamento da fase líquida, a beneficiação engloba as etapas de pré-tratamento, homogeneização, decantação primária, tratamento biológico, decantação secundária e desinfecção por UV. Relativamente à linha de tratamento da fase sólida, a remodelação passará pelas etapas de espessamento, digestão anaeróbia e desidratação por centrífugas. No que se refere à linha de tratamento da fase gasosa, esta incluirá etapas de desodorização e tratamento do ar das zonas potencialmente mais libertadoras de odores e a intervenção ao nível do tratamento do biogás para produção de energia.

Fases de Reforço da Adução a Loulé – Ligação ao Reservatório Intermédio

A expansão do sistema de adução do Concelho de Loulé pretende garantir o abastecimento de água a vários lugares situados a norte da via-férrea do Algarve que se encontram atualmente independentes do Sistema de Abastecimento de Água do Algarve. A empreitada “Fases de Reforço de Adução a Loulé – Ligação ao Reservatório Intermédio”, tem por objeto dar continuidade ao sistema de adução a Loulé encontrando-se interligado com o anterior. Prevê-se a construção do troço 2 da conduta elevatória da Estibeira, DN450 FFD com uma extensão de cerca de 4,4 km, o Reservatório Intermédio I e a estação elevatória associada, assim como a instalação de equipamento de elevação na estação elevatória da Estibeira.

6. Ativos fixos tangíveis

6.1. Reconhecimento e mensuração

Os ativos fixos tangíveis encontram-se globalmente mensurados ao custo, deduzido de eventuais perdas de imparidade, sendo depreciado em função da sua vida útil estimada. Os dispêndios diretamente atribuíveis à

aquisição dos bens e à sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados no seu valor contabilístico.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. A depreciação dos mesmos é efetuada durante a vida útil remanescente do bem ou até à próxima reparação, das duas a que ocorrer mais cedo. A componente substituída do bem é identificada e reconhecida em resultados.

Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Depreciações

A depreciação dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração é efetuada com base na vida útil estimada a partir do momento em que os mesmos estejam aptos a entrar em funcionamento. O valor depreciável é obtido mediante a dedução do valor residual expectável no final da vida útil estimada.

No final de cada exercício o Conselho de Administração revê os métodos de depreciação e as vidas úteis estimadas para cada ativo de forma que sejam fielmente refletidos os padrões de consumo de benefícios dos ativos durante os anos da sua utilização. Eventuais alterações destes pressupostos serão tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e alvo de aplicação prospetiva.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis são traduzidas nos seguintes prazos médios:

Naturezas	Intervalo de anos
Edifícios e outras construções	10 - 26
Equipamento Básico	3 - 26
Equipamento Transporte	4 - 16
Ferramentas e utensílios	4 - 10
Equipamento Administrativo	4 - 10

Os terrenos não são objeto de depreciação.

A depreciação dos bens para os quais existe uma intenção de venda é suspensa, passando os mesmos a serem classificados como ativos detidos para venda.

Imparidade

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

Desreconhecimento

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia contabilística do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados.

6.2. Estimativas e julgamentos

Vida útil

A determinação das vidas úteis dos ativos fixos tangíveis é essencial para determinar o montante de depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados. Este parâmetro foi definido de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos em questão.

Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da empresa, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à AdA S.A..

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

6.3. Detalhe e movimento

O detalhe dos ativos fixos tangíveis em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 é como segue:

Ativo líquido tangível	2024	2023
Terrenos e Recusos Naturais	88.600	88.600
Edifícios e outras construções	669.735	700.453
Equipamento Básico	0	832
Equipamento Administrativo	2.540	13.831
Ativo fixo tangível - Outros	0	63
Ativo fixo tangível - Em Curso	257.287	125.642
Ativos tangíveis	1.018.161	929.419

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e no exercício de 2023 é como segue:

Valor líquido dos ativos fixos tangíveis	2023	Aumentos	Abates	Alienações	Transferências	Reclassificações	2024
Valor bruto dos ativos fixos tangíveis:							
Terrenos	88.600	0	0	0	0	0	88.600
Edifícios e outras construções	1.377.371	0	0	0	0	0	1.377.371
Equipamento básico	47.657	0	0	0	0	0	47.657
Equipamento de transporte	98.845	0	0	0	0	0	98.845
Equipamento administrativo	1.827.082	0	0	0	0	0	1.827.082
Outros	10.484	0	0	0	0	0	10.484
Ativos tangíveis fixos em curso	125.642	131.645	0	0	0	0	257.287
Valor bruto dos ativos fixos tangíveis	3.575.680	131.645	0	0	0	0	3.707.325
Depreciações acumuladas dos ativos fixos tangíveis:							
Terrenos	0	0	0	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	676.919	30.718	0	0	0	0	707.637
Equipamento básico	42.845	832	0	0	0	0	43.677
Equipamento de transporte	102.825	0	0	0	0	0	102.825
Equipamento administrativo	1.813.251	11.291	0	0	0	0	1.824.542
Outros	10.421	63	0	0	0	0	10.484
Depreciações acum. dos ativos fixos tangíveis	2.646.260	42.904	0	0	0	0	2.689.164
Ativos líquidos fixos tangíveis	929.419						1.018.161

Valor líquido dos ativos fixos tangíveis	2022	Aumentos	Abates	Alienações	Transferências	Reclassificações	2023
Valor bruto dos ativos fixos tangíveis:							
Terrenos	88.600	0	0	0	0	0	88.600
Edifícios e outras construções	1.367.382	9.989	0	0	0	0	1.377.371
Equipamento básico	47.657	0	0	0	0	0	47.657
Equipamento de transporte	98.845	0	0	0	0	0	98.845
Equipamento administrativo	1.827.082	0	0	0	0	0	1.827.082
Outros	10.484	0	0	0	0	0	10.484
Ativos tangíveis fixos em curso	125.642	0	0	0	0	0	125.642
Valor bruto dos ativos fixos tangíveis	3.565.690	9.989	0	0	0	0	3.575.680
Depreciações acumuladas dos ativos fixos tangíveis:							
Terrenos	0	0	0	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	646.384	30.535	0	0	0	0	676.919
Equipamento básico	42.845	0	0	0	0	0	42.845
Equipamento de transporte	98.845	3.980	0	0	0	0	102.825
Equipamento administrativo	1.808.514	4.737	0	0	0	0	1.813.251
Outros	10.421	0	0	0	0	0	10.421
Depreciações acum. dos ativos fixos tangíveis	2.607.008	39.252	0	0	0	0	2.646.260
Ativos líquidos fixos tangíveis	958.682						929.419

7. Locações

7.1. Políticas contabilísticas

As locações nas quais a AdA é locatário, são reconhecidas, mensuradas e apresentadas de acordo com um modelo único. Através deste modelo as locações são contabilizadas na demonstração da posição financeira. Na data de entrada em vigor da locação, a AdA reconhece o passivo relativo aos pagamentos futuros da locação (isto é, o passivo da locação) e o ativo que representa o direito de uso do ativo durante o período da locação (isto é, o ativo sob direito de uso). A empresa reconhece separadamente o custo financeiro relacionado com o passivo da locação e o custo com a depreciação ou amortização do ativo sob o direito de uso. Fazer notar que a AdA só tem locações enquanto locatário.

7.1.1. Identificação de uma locação

No início de um contrato, uma entidade deve avaliar se o contrato é, ou contém, uma locação. Um contrato é ou contém uma locação se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de uma remuneração:

- O ativo subjacente à locação deve ser especificamente identificado ou o ativo está implicitamente especificado no momento que fica disponível para uso pelo locatário; e
- A locação deverá conceder o direito de controlar o uso do ativo subjacente por um determinado período, isto é, a locação deverá conceder o direito ao locatário de obter substancialmente todos os benefícios económicos da utilização do ativo identificado.

Separar componentes de um contrato

Se um contrato é, ou contém uma locação, a empresa contabiliza cada componente da locação de forma separada da componente não-locação (ex: prestação de serviços) implícita no contrato, exceto, nos casos em que a AdA (como locatário) opte por não separar a componente não-locação da componente locação, e como tal, contabilizar tudo como sendo apenas uma única componente de locação.

A remuneração do contrato é separada entre a componente locação e componente não-locação, com base no preço relativo em base individual para cada componente locação e com base no somatório dos preços em base individual para as componentes não locação. O preço relativo em base individual da componente locação equivale ao preço que um locador/fornecedor praticaria para a componente locação de forma separada.

A não ser que o expediente prático permitido aos locatários seja utilizado, um locatário deve contabilizar a componente não-locação de acordo com os IFRS que lhe sejam aplicáveis.

Prazo da locação

O prazo da locação corresponde ao período não-cancelável em que o locatário tem o direito de usar um ativo subjacente, em conjunto com as seguintes condições:

- i) Períodos cobertos por opções em estender a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como irá exercer essa opção; e
- ii) Períodos cobertos por uma opção de terminar a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como não irá exercer essa opção.

O prazo da locação inclui os meses de carência de rendas, caso existam. A data de entrada em vigor da locação (*"commencement date"*) corresponde à data em que o locador coloca o ativo subjacente da locação disponível para uso do locatário.

7.1.2. Contabilização nos locatários

Reconhecimento e mensuração inicial da locação

Na data de entrada em vigor da locação a AdA reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo da locação.

Mensuração inicial do ativo sob direito de uso ("Right-of-use asset")

Na data de início da locação o ativo sob direito de uso é mensurado ao custo, o qual equivale ao valor do passivo da locação adicionado de custos com desmantelamento do ativo (quando os mesmos sejam uma obrigação), de custos iniciais diretos de instalação do ativo e de pagamentos deduzidos de incentivos que possam ter ocorrido antes da data do contrato.

Mensuração inicial do passivo da locação

Na data de início da locação o passivo da locação é mensurado pelo valor atual dos pagamentos fixos e variáveis (baseados em índices ou taxas) futuros da locação, das penalidades por antecipação contratual, do valor residual que seja expetável ser pago pelo locatário e da opção de compra, se certa. Os pagamentos variáveis futuros da locação não incluem remunerações indexadas ao volume de negócios do locatário.

Os pagamentos futuros da locação são descontados utilizando a seguinte taxa de juro:

- i) Nos contratos em que se dispõe da taxa implícita do respetivo contrato, é utilizada essa taxa (taxa de juro que iguala o justo valor do ativo subjacente ao somatório do valor atual das rendas da locação e do valor residual);
- ii) Nos restantes contratos, utiliza-se a taxa incremental de financiamento (taxa de juro que seria obtida para um financiamento para o prazo da locação destinado à aquisição do ativo subjacente da locação).

Mensuração subsequente da locação

Mensuração subsequente do ativo sob direito de uso

O ativo sob direito de uso é mensurado pelo modelo do custo, em que o ativo sob direito de uso é mensurado pelo custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas e é ajustado por quaisquer remensurações do passivo da locação.

As depreciações são calculadas de forma linear desde a data de início da locação e pela vida útil do ativo subjacente nos casos em que exista opção de compra na locação e a mesma tenha sido considerada na mensuração inicial do ativo sob direito de uso. Nos restantes casos as depreciações são calculadas de forma linear pelo prazo da locação. As depreciações são contabilizadas como um gasto na demonstração dos resultados.

As vidas úteis utilizadas para os ativos sob direito de uso são traduzidas nos seguintes prazos médios:

Naturezas	Intervalo de anos
Equipamento de transporte	1 - 4
Licenças de software	3

Mensuração subsequente do passivo da locação

O passivo da locação é mensurado ao custo amortizado. Após a data de início da locação, a AdA mensura o passivo da locação por:

- i) Aumentos para refletir os juros corridos (calculados com a taxa de desconto utilizada na mensuração inicial do passivo da locação e reconhecidos na demonstração dos resultados);
- ii) Reduções para refletir os pagamentos da locação efetuados;
- iii) Remensuração para refletir modificações na locação (ex: prazo, rendas):
 - a. Implica ajustar o valor contabilístico do direito de uso do ativo da locação;
 - b. Se a remensuração resultar de alteração do prazo da locação, então, é definida uma nova taxa de desconto a aplicar a partir da data de alteração do prazo da locação.

Expedientes práticos utilizados pelo AdA enquanto locatário

A AdA utiliza os seguintes expedientes práticos previstos no IFRS 16:

- i) Contratos com as componentes de locação e de serviços, a componente de serviços é tratada como uma locação no âmbito do IFRS 16;
- ii) Contratos de locação com término contratual até 12 meses, são excluídos do âmbito do IFRS 16;
- iii) Contratos de locação para os quais o ativo subjacente tenha um valor estimado de aquisição em estado inferior a 5.000 USD (máquinas impressoras e fotocopiadoras, bebedouros, reservatórios) são excluídos do âmbito do IFRS 16.

Nos contratos de locação em que a AdA é locatário e cujos ativos subjacentes tenham pouco valor como, por exemplo, um computador pessoal) e nos contratos de locação a curto prazo (isto é, contratos com uma duração de 12 meses ou inferior), o reconhecimento e mensuração da locação não é efetuada através do modelo único acima descrito, sendo as rendas da locação reconhecidas como um gasto numa base linear durante o período da locação na demonstração dos resultados na rubrica "Fornecimentos e serviços externos – Rendas e alugueres".

7.2. Estimativas e julgamentos

Vida útil

A determinação das vidas úteis dos ativos é essencial para determinar o montante de depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados.

7.3. Ativos sob direito de uso

O detalhe dos ativos sob direito de uso em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 é como se segue:

Ativos sob direito de uso	01.01.2024			Depreciações do exercício	31.12.2024		
	Valor bruto	Depreciações acumuladas	Valor líquido		Valor bruto	Depreciações acumuladas	Valor líquido
a) que em 31.12.2020 estavam classificados como locações financeiras							
Viaturas	870.430	(696.892)	173.538	51.213	879.734	(748.105)	131.629
Outros equipamentos	244.672	(244.672)	0	11.712	666.288	(256.384)	409.904
Subtotal	1.115.102	(941.564)	173.538	62.925	1.546.022	(1.004.489)	541.533
a) que em 31.12.2020 estavam classificados como locações operacionais							
Viaturas	0	0	0	0	0	0	0
Outros equipamentos	0	0	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	1.115.102	(941.564)	173.538	62.925	1.546.022	(1.004.489)	541.533

7.4. Passivos da locação

O detalhe dos passivos da locação em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 é como se segue:

Passivos da locação	2024	2023
Não corrente	222.843	128.271
Corrente	188.671	46.325
	411.515	174.596
Capital em dívida por natureza de ativos sob direito de uso	2024	2023
Equipamento de transporte	134.503	174.596
Outros equipamentos	277.012	0
	411.515	174.596
Futuros pagamentos mínimos	2024	2023
Até 1 ano	196.218	49.105
De 1 a 5 anos	254.301	144.125
Mais de 5 anos	0	0
	450.520	193.230
Juros	2024	2023
Até 1 ano	7.547	2.780
De 1 a 5 anos	31.458	15.854
Mais de 5 anos	0	0
	39.005	18.634
Valor presente dos pagamentos mínimos	2024	2023
Até 1 ano	188.671	46.325
De 1 a 5 anos	277.882	173.968
Mais de 5 anos	0	0
	466.553	220.293

7.5. Pagamentos da locação

Ativos sob direito de uso e passivos da locação	2024	2023
Aumento do ativo - Direito de uso do ativo da locação	430.920	192.292
Aumento do passivo - Passivo da locação	236.919	156.045

Total dos Pagamentos da Locação	2024	2023
Contabilizadas de acordo com a IFRS16	515.474	423.729
Contabilizadas como despesa em resultados	63.725	52.647
TOTAL	579.199	476.376

Total dos Pagamentos da Locação	2024	2023
Capital	544.578	447.552
Juros	34.621	28.824
TOTAL	579.199	476.376

8. Outros ativos financeiros

8.1. Políticas contabilísticas

Para as políticas contabilísticas relativas aos outros ativos financeiros, consultar divulgação na nota 13.

8.2. Detalhe

O detalhe dos outros ativos financeiros em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

Investimentos Financeiros	2024	2023
Fundo de compensação do Trabalho	14.023	14.023
Caixa e Bancos	14.023	14.023

Os ativos existentes respeitam ao fundo de compensação do trabalho exigido legalmente.

9. Desvio de recuperação de gastos (Défice / Superavit tarifário)

9.1. Políticas contabilísticas

Para as políticas contabilísticas relativas ao desvio de recuperação e gastos, consultar divulgação na nota 2.4.5.

9.2. Estimativas e julgamentos

O Desvio de Recuperação de Gastos ('DRG') é calculado nos termos dos DL 93/2019 de 15 de julho e dos contratos de concessão que estipulam, para o período regulatório atual, que o DRG resulta da diferença verificada, anualmente, entre o resultado líquido da sociedade adveniente da exploração e gestão do sistema e o resultado líquido que resultaria da aplicação das regras de determinação das tarifas necessárias que tem como critério a recuperação dos custos de exploração o investimento e uma remuneração dos capitais próprios e reservas legais corresponde à rentabilidade média diária das OT a 10 anos + 3% e da remuneração acionista em dívida à rentabilidade média diária das OT a 10 anos; não devendo incorporar as diferenças entre os custos efetivamente incorridos e os custos admissíveis em cenário de eficiência produtiva, de acordo com

critérios previamente definidos pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos ('ERSAR') ('Critérios de Eficiência Produtiva').

Nos termos dos respetivos Contratos de Concessão, as concessionárias devem enviar à ERSAR, até 31 de janeiro do ano seguinte a que respeita, o cálculo do montante do DRG, para que no âmbito das suas competências aprove o respetivo valor até ao final de fevereiro. A estimativa do DRG é, em cada exercício, determinada com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessa estimativa do DRG. Conforme disposto na IAS 8, alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das presentes demonstrações financeiras, são corrigidas em resultados de forma prospetiva.

9.3. Detalhe e movimento

Em 2024 a empresa atingiu o seguinte Resultado Líquido da atividade negativo de 2.952.963€.

Nos termos do Contrato de Concessão, e considerando a taxa média das OTs em 2024, de 2,96%, o valor da Remuneração Acionista é de 2.004.334€.

Assim, o Resultado Líquido de 2024 é de 1.827.399€, conforme abaixo se discrimina:

Rubrica	Valor a Remunerar	Dias de Remuneração	Forma de Remuneração	Remuneração
Capital Social a 1 de janeiro de 2024	29 825 000	366	OT + 3%	1 777 570
Reserva Legal a 1 de janeiro de 2024	3 376 757	366	OT + 3%	201 255
Dividendos em dívida até à última AG	(656 355)	366	OT	(19 428)
Dividendos aprovados na última AG	1 936 112	282	OT	44 156
Reforço da Reserva Legal (AG de 25 de Março de 2024)	101 901	282	OT + 3%	4 679
Ajuste líquido ERSAR referente ao DRG de 2023	(170 937)	282	OT	(3 898)
Remuneração Acionista de 2024				2 004 334
Ajuste líquido ERSAR				(170 937)
Ajustamento da taxa de imposto diferido				(5 997)
Resultado Líquido de 2024				1 827 399

Resultados	2024	2023	2022	2021
Resultado Líquido da atividade (antes DRG)	(2 952 963)	1 024 570	4 965 969	7 766 081
DRG líquido do ano	4 780 362	1 013 443	(3 302 904)	(6 683 003)
DRG líquido do ano anterior				(717 314)
Resultado Líquido da atividade (após DRG)	1 827 399	2 038 013	1 663 065	365 764

De referir que a Assembleia Geral de aprovação das contas de 2023 foi realizada no dia 25 de março de 2024, pelo que só a partir dessa data se procedeu à aplicação dos Resultados Líquidos de 2023, com efeitos neste caso para o cálculo da remuneração acionista sobre as Reservas Legais, constituídas em 2024, e a Remuneração Acionista de 2023 não distribuída (e que foi contabilizada em Resultados Transitados).

Por definição o Desvio de Recuperação de Gastos corresponde à diferença entre o Resultado Líquido da atividade e a Remuneração Acionista calculada nos termos do Contrato da Concessão, líquida de eventuais ajustamentos da ERSAR.

Relativamente ao DRG de 2023, em 29 de Fevereiro de 2024 a Águas do Algarve remeteu à ERSAR o Relatório Desvio de Recuperação de Gastos e Métricas de Eficiência de 2023. Aguarda-se pela respetiva posição da ERSAR sobre o mesmo.

Pelo teor do cálculo das métricas que efetuámos, medindo-as face às que foram definidas pela ERSAR, e considerando os ajustamentos que a Empresa entende por necessárias, nomeadamente, desconsideração de gastos operacionais relacionados com os aumentos significativos de preços de aquisição, a Empresa propôs à ERSAR que não haja lugar a qualquer ajustamento à Remuneração Acionista de 2024.

Independentemente do mencionado atrás, a Empresa entende que os efeitos e consequências que os haja não põem em causa as contas de 2024.

A reconciliação entre o resultado líquido antes de desvio de recuperação, a o rendimento garantido, e o resultado líquido após o DRG, a 31 de dezembro de 2024, é a seguinte:

Resultado Líquido da Atividade	DRG líquido sem o Ajuste da ERSAR	Remuneração Acionista	Ajuste líquido da ERSAR e Ajustamento da taxa de imposto diferido	Resultado Líquido do exercício
(2.952.963)	4.957.297	2.004.334	(176.934)	1.827.399

Na Demonstração da Posição Financeira está registado, no Passivo não corrente, o valor de 30.397.751€ referente ao Desvio tarifário passivo acumulado no final de 2024. Este valor era de 37.865.324€ no final de 2023, tendo a variação de 7.467.573 sido devida ao registo DRG bruto de 2024, conforme acima discriminado.

Quanto ao Desvio de Recuperação de Gastos de 2021 a Águas do Algarve apresentou junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé uma impugnação da decisão final da ERSAR, de ajustamento de 291.372€. Este processo está a ser patrocinado pelos advogados Vieira de Almeida & Associados. Em 22 de Fevereiro de 2024 o Tribunal agendou uma audiência prévia com ambas as partes para 20 de Junho de 2025, conforme informação prestada pelos próprios advogados.

Relativamente ao Relatório do Desvio de Recuperação de Gastos de 2022, a ERSAR, através do seu Ofício nº O-004579/2023 de 27 de Julho, aceitou a argumentação da Águas do Algarve, nomeadamente a Reclamação apresentada, e por conseguinte concordou em não fazer qualquer ajustamento ao Desvio de Recuperação de Gastos de 2022.

9.4. Rendimento garantido

Tal como referido na nota introdutória e nos termos do Contrato de Concessão os capitais próprios aplicados na Empresa serão remunerados através de uma margem, a qual corresponderá à aplicação, ao capital social e reserva legal, de uma taxa correspondente à base de Obrigações do Tesouro a 10 anos (OT) ou outra equivalente que venha a substituir, acrescida de 3 pontos percentuais a título de prémio de risco.

No ano de 2024 foi utilizada a taxa de 2.96% (taxa média do ano das obrigações do tesouro a 10 anos), acrescida de 3% de margem (*spread*), conforme definido pelo despacho do Concedente.

No final de 2024 o quadro abaixo na coluna Dívida Acionista Acumulada reflete um montante de 3.015.788€. A indicação da AdP SGPS, acionista maioritário, sobre a proposta de aplicação de resultados é a de que considerando as circunstâncias da empresa, DRG acumulado e os desafios de curto associados aos elevados volumes de investimento previstos e à incerteza resultante da situação da seca, o remanescente do resultado após "regularização" do valor distribuído em excesso em exercícios anteriores deve ser levado a resultados transitados.

ANO	Resultado líquido antes do DRG	Remuneração Anual Acionista	Ajuste da Regulação	Ajustamento da taxa de imposto diferido	Resultado Líquido após DRG e ajuste da Regulação e da taxa imposto	Resultado Líquido distribuível	Dividendos distribuídos	Dívida Acumulada aos Acionistas após Distribuição de Dividendos	OT+3%
1995 a 2012	27.199.074	37.436.167	0		37.436.167	35.564.433	21.298.658	40.439.494	
2013	3.098.569	4.318.509	0		4.318.509	4.102.583	2.943.641	15.424.718	9,29%
2014	5.139.191	3.238.535	0		3.238.535	3.076.609	4.882.231	13.619.095	6,75%
2015	6.942.498	2.569.955	0		2.569.955	2.441.457	11.297.273	4.763.280	5,42%
2016	6.810.569	2.515.188	0		2.515.188	2.389.428	6.470.040	682.668	6,18%
2017	7.306.257	2.169.472	0		2.169.472	2.060.998	1.951.378	792.288	6,06%
2018	7.191.847	1.697.930	0		1.697.930	1.613.034	6.832.254	(4.426.933)	4,84%
2019	5.208.485	1.200.838	0		1.200.838	1.140.796	0	(3.286.136)	3,75%
2020	5.577.513	1.110.863	(371.499)		739.364	702.396	0	(2.583.741)	3,41%
2021	7.766.081	1.083.078	(717.314)		365.764	347.476	0	(2.236.265)	3,30%
2022	4.965.969	1.663.065	0		1.663.065	1.579.911	0	(656.353)	5,18%
2023	1.024.570	2.038.013	0		2.038.013	1.936.112	0	1.279.758	6,24%
2024	(2.952.963)	2.004.334	(170.937)	(5.997)	1.827.399	1.736.029	0	3.015.788	5,96%

10. Clientes

10.1. Políticas contabilísticas

Classificação

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- a) Ativos financeiros pelo custo amortizado;
- b) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; ou
- c) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados:
 - a. Ativos financeiros detidos para negociação;
 - b. Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados;
 - c. Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados.

A classificação e mensuração dos ativos financeiros depende dos resultados do teste SPPI (análise das características dos fluxos contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do modelo de negócio.

Face à atividade da empresa, a AdA apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado e ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (divulgados na nota 13).

Um ativo financeiro é classificado na categoria de "Ativos financeiros pelo custo amortizado", quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- i. É gerido com um modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- ii. As condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Nesta rubrica são classificados instrumentos de dívida, essencialmente crédito a clientes (acordos de regularização de dívida celebrados e contas a receber decorrentes da atividade operacional da empresa).

Avaliação do modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros

Em relação à avaliação do modelo de negócio, não depende das intenções para um instrumento individual, mas sim para um conjunto de instrumentos, tendo em consideração a frequência, o valor, o calendário de vendas em exercícios anteriores, os motivos das referidas vendas e as expectativas em relação a vendas futuras. As vendas pouco frequentes ou pouco significativas, ou próximas do vencimento do ativo e as motivadas por aumentos do risco de crédito dos ativos financeiros ou para gerir o risco de concentração, entre outras, podem ser compatíveis com o modelo de deter ativos para receber fluxos de caixa contratuais.

Avaliação das características dos fluxos contratuais dos ativos financeiros (SPPI)

Se um ativo financeiro contém uma cláusula contratual que pode modificar o calendário ou o valor dos fluxos de caixa contratuais (tais como cláusulas de amortização antecipada ou extensão da duração), a empresa determina se os fluxos de caixa que serão gerados durante o período de vida do instrumento, devido ao exercício da referida cláusula contratual, são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

As condições contratuais dos ativos financeiros que, no momento do reconhecimento inicial, tenham um efeito sobre os fluxos de caixa ou dependam da ocorrência de eventos excecionais ou altamente improváveis (como a liquidação por parte do emissor) não impedem a sua classificação nas carteiras ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral.

Reconhecimento inicial

No momento do reconhecimento inicial todos os instrumentos financeiros ativos são registados pelo seu justo valor. Para os instrumentos financeiros ativos que não são registados pelo justo valor através de resultados, o justo valor é ajustado adicionando ou subtraindo os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Os custos de transação são definidos como gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um ativo financeiro, que não teriam sido incorridos se a empresa não tivesse efetuado a transação.

No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS 15 - Réditos de contratos com os clientes.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, a AdA valoriza os ativos financeiros pelo custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral ou ao justo valor através de resultados. Face à atividade da empresa, a AdA apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado e ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Os rendimentos e gastos de instrumentos financeiros ao custo amortizado são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- a) Os juros são registados em resultados, utilizando a taxa de juro efetiva da transação sobre o valor contabilístico bruto da transação (exceto no caso de ativos com imparidade, em que a taxa de juro é aplicada sobre o valor contabilístico líquido de imparidade);
- b) São reconhecidos impactos em gastos ou rendimentos do período, quando o instrumento financeiro é desreconhecido, ou quando são reconhecidas ou revertidas perdas de imparidade

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro forem renegociados ou de outra forma modificados e a renegociação ou alteração não resulte no desreconhecimento do ativo financeiro, a AdA recalcula o valor bruto do ativo financeiro e reconhece um ganho ou uma perda decorrente da diferença face ao anterior custo amortizado em contrapartida de resultados. O valor bruto do ativo financeiro é recalculado como o valor atual dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados que são descontados à taxa de juro efetiva original do ativo.

Os saldos de clientes e outras contas a receber sem componente de financiamento correspondem a valores a receber pela venda de bens ou de serviços prestados pela empresa no curso normal das suas atividades ou correspondem a direitos a receber. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são

mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal ou do seu justo valor.

Crédito abatido ao ativo (write-off)

A AdA reconhece um crédito abatido ao ativo quando não tem expectativas razoáveis de recuperar um ativo na sua totalidade ou parcialmente. Este registo ocorre após todas as ações de recuperação desenvolvidas pela empresa se revelarem infrutíferas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

Imparidade de ativos financeiros

No que respeita aos saldos a receber reconhecidos nas rubricas “Clientes” e “Outros ativos”, a AdA aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas.

As contas a receber foram agrupadas por segmento de negócio para efeitos da avaliação das perdas de crédito esperadas.

O risco de crédito das contas a receber é avaliado em cada data de relato, tendo em consideração o perfil de risco de crédito do cliente. A análise de risco de crédito é baseada na probabilidade de *default* anual e também tem em conta o perfil de risco de crédito do cliente. A probabilidade de incobrabilidade representa uma probabilidade de *default* anual que reflete a posição atual e projeções futuras tendo em conta fatores macroeconómicos, enquanto que a perda na eventualidade de *default* representa a perda expectável quando o *default* ocorra.

As contas a receber são ajustadas em cada período de relato financeiro, tendo em conta as estimativas da Gestão relativamente ao risco de crédito, as quais podem ser diferentes das perdas por imparidade efetivamente incorridas.

As perdas de imparidade são determinadas pela diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do ativo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço dos ativos financeiros é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de imparidade.

Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

Genericamente a empresa não reconhece perdas por imparidade sobre entidades públicas, por entender que a esta data o risco de insolvência dos mesmos é remoto.

Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

De acordo com os requisitos do IFRS 9, a reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros apenas pode ocorrer no caso de a empresa alterar o modelo de negócio para a gestão de uma categoria de ativos financeiros. Esta reclassificação seria efetuada de forma prospetiva a partir da data de reclassificação. De acordo com a abordagem do IFRS 9, geralmente as alterações no modelo de negócio ocorrem com pouca frequência.

Política de desreconhecimento

Um ativo financeiro é total ou parcialmente desreconhecido quando os direitos contratuais sobre os fluxos de caixa desse ativo expiram ou quando são transferidos para um terceiro independente da entidade.

O tratamento contabilístico a aplicar às transferências de ativos depende do grau e da forma como se transferem para terceiros os riscos e benefícios associados à propriedade dos ativos:

- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro, são substancialmente transferidos para terceiros (no caso de, entre outros, vendas incondicionais, vendas com acordo de recompra pelo justo valor na data de recompra, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou venda adquirida emitida sem dinheiro e em securitizações de ativos nos quais o cedente não retém financiamento subordinado ou concede qualquer tipo de reforço de crédito aos novos detentores), este ativo é desreconhecido do balanço, reconhecendo-se simultaneamente qualquer direito ou obrigação retidos ou resultantes da transferência;
- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro transferido são substancialmente retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com acordo de recompra por um preço fixo ou pelo preço de venda mais a rentabilidade usual de um credor, os contratos de empréstimo de títulos em que o mutuário tem a obrigação de devolver os mesmos ou similares) não são desreconhecidos no balanço e continuam a ser valorizados com os mesmos critérios utilizados antes da transferência, sendo reconhecido em termos contabilísticos:
 - Um passivo financeiro associado por um valor igual à retribuição recebida, que é subsequentemente valorizada ao custo amortizado, a menos que cumpra os requisitos para ser classificado como outros passivos pelo justo valor através de resultados.
 - O rendimento do ativo financeiro transferido, mas não desreconhecido, e as despesas do novo passivo financeiro, sem compensação.
- Se os riscos e benefícios, inerentes a um ativo financeiro transferido, não forem substancialmente transferidos ou retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou de venda, securitizações em que o cedente assume financiamento subordinado ou outros tipos de melhoria de crédito para uma parte do ativo transferido), distingue-se entre
 - Se a entidade cedente não retém o controlo do ativo financeiro transferido, ele é desreconhecido do balanço qualquer direito ou obrigação retida ou resultante da transferência é reconhecida.
 - Se a entidade cedente retém o controlo do ativo financeiro transferido, continua a reconhecê-lo no balanço por um valor igual à sua exposição com as alterações de valor que possa ter e reconhece um passivo associado ao ativo financeiro transferido. O valor líquido do ativo transferido e do passivo associado será ao custo amortizado dos direitos e obrigações retidos, se o ativo for mensurado pelo custo amortizado, ou pelo justo valor dos direitos e obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado pelo justo valor.

10.2. Estimativa e julgamentos

Imparidade de ativos financeiros

As perdas por imparidade para clientes e outros ativos são calculadas de acordo com a perda esperada, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas a avaliação de imparidade das contas a receber diferem de negócio para negócio.

À data de emissão das demonstrações financeiras da AdA não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos ativos reportados, para além das perdas por imparidade reconhecidas nestas demonstrações financeiras. Se por efeito de alguma avaliação for evidenciado qualquer indício de imparidade, o respetivo valor de balanço do ativo será ajustado por contrapartida de resultados do ano. Além das incertezas acima mencionadas, existem ainda algumas áreas de julgamento cujo impacto se reflete nas demonstrações financeiras. Ainda que não seja expectável virem a provocar uma alteração material no exercício subsequente, poderão ainda assim levar a uma alteração de pressupostos ou de avaliação por parte da Administração da AdA.

Conforme divulgado na nota 5.4. face à tipologia de clientes da AdA para os quais na sua maioria são considerados de risco baixo (Municípios) e conjugado com o facto de eventuais perdas por imparidade reconhecidas nas concessões ou parcerias serem considerados como um gasto aceite no Desvio de

recuperação de gastos, não foram efetuadas análises de sensibilidade, dado que não existem impactos no resultado líquido nem no capital próprio da AdA.

10.3. Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 o detalhe de Clientes é como segue:

Clientes	2024	2023
Clientes (c/c)	8.808.230	7.983.737
Clientes (acordos)	1.057.392	1.057.392
Clientes (juros mora)	93.549	93.549
Clientes (injunções)	13.065.809	13.065.809
Clientes (imparidades)	(2.718.640)	(2.718.640)
Clientes	20.306.340	19.481.847

O saldo de injunções registado é composto por dívida reclamada aos clientes.

- TAVIRAVERDE E.M. (3.230.140 €),
- VRSA SGU EM/Município de VRSA (9.780.290 €),
- Município de Vila do Bispo (55.380 €).

O acordo de regularização de dívida (ARD) celebrado em 2011 com a FAGAR não regista alterações de 2024 para 2023, mantendo um valor de 1.057.392 milhões de euros incluídos acima na linha Clientes (acordos). Faz-se notar o seguinte relativamente a este ARD:

1. Em 2021 foi iniciado um processo para conciliação de registos contabilísticos e acerto de contas com a CM Faro e a FAGAR, visando resolver algumas divergências que persistiram durante alguns anos.
2. A conciliação dos registos contabilísticos ficou encerrada no exercício de 2021.
3. Os trabalhos referentes à formalização da transferência da propriedade de ativos e do cumprimento dos termos da adesão do Município de Faro aos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e saneamento estão em curso, tendo as entidades acordado a contratação de serviços jurídicos comuns para o efeito.

Segmento de negócio	Negócio "Alta"			Empresas do Grupo	
	Municípios	Outros	Total	Baixo	Total
Risco	Baixo	Médio			
Exposição bruta	35.476.029	0	35.476.029	0	0
Imparidade	(2.718.640)	0	(2.718.640)	0	0
	32.757.389		32.757.389		

Segmento de negócio	Negócio "Alta"			
	Municípios			
Risco	Exposição bruta	Imparidade	% Perda	Exposição líquida
Não vencida	21.587.116			21.587.116
Vencida até 180 dias	823.104			823.104
Vencida há mas de 180 dias	13.065.809	(2.718.640)	20,8%	10.347.169
TOTAL	35.476.029	(2.718.640)	7,7%	32.757.389

A conciliação entre os 3 quadros anteriores é a seguinte:

CONCILIAÇÃO DE QUADROS	Saldo a 31.12.2024
Cientes	20.306.340
ARD Município VRSA	14.449.783
Acréscimo de faturação AA (atualização da tarifa)	(1.104.210)
Acréscimo de faturação AR (atualização da tarifa)	(894.524)
TOTAL líquido de imparidades	32.757.389

O montante de € 2.718.640 registado em Clientes (imparidades) é composto pelas imparidades constituídas para os clientes VRSA SGU EM (€ 734.122) e TAVIRAVERDE E.M. (€ 1.984.519). Não há quaisquer novas imparidades de clientes registadas em 2024.

É convicção do Conselho de Administração que as imparidades constituídas são suficientes para cobrir o risco de cobrabilidade dos valores a receber de clientes.

Em 31 de dezembro 2024 o saldo a receber de Municípios apresenta o seguinte detalhe:

Cientes	2024	2023	Variação (€)	Variação (%)
MUNICÍPIO DE LOULÉ	921.044	630.407	290.637	46,10%
MUNICÍPIO DE LAGOS	663.276	955.589	(292.313)	-30,59%
EMARP, E.M.	877.784	596.242	281.542	47,22%
MUNICÍPIO DE S BRÁS DE ALPORTEL	122.229	86.048	36.181	42,05%
INFRALOBO, E.M.	58.440	42.737	15.703	36,74%
INFRAQUINTA, E.M.	107.755	77.759	29.996	38,57%
MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA	1.062.625	1.421.319	(358.694)	-25,24%
MUNICÍPIO DE LAGOA	711.728	282.980	428.748	151,51%
MUNICÍPIO DE SILVES	422.186	287.629	134.557	46,78%
MUNICÍPIO DE VILA DO BISPO	218.120	353.195	(135.075)	-38,24%
MUNICÍPIO DE MONCHIQUE	72.215	36.967	35.248	95,35%
MUNICÍPIO DE ALJEZUR	81.922	50.803	31.119	61,25%
MUNICÍPIO VILA REAL SANTO ANTÓNIO	14.458.289	24.902.156	(10.443.867)	-41,94%
MUNICÍPIO DE ALCOUTIM	24.024	18.199	5.825	32,01%
MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM	137.757	261.771	(124.014)	-47,37%
TAVIRAVERDE, E.M.	3.745.050	3.890.635	(145.585)	-3,74%
FAGAR, E.M.	1.825.194	1.595.274	229.920	14,41%
INFRAMOURA, E.M.	450.056	218.009	232.048	106,44%
VRSA SGU E.M. SA	9.771.784	0	9.771.784	0,00%
AMBIOLHÃO, E.M.	966.476	876.625	89.851	10,25%
ADVRS - ÁGUAS DE VRSA	776.809	723.382	53.426	7,39%
CLIENTES ApR	0	14.627	(14.627)	0,00%
Totais (Clientes)	37.474.763	37.322.353	152.410	0,41%

Cientes	2024	2023	Variação (€)	Variação (%)
Sub total clientes sem ARD	23.024.980	22.200.487	824.493	3,71%
ARD - Município Vila Real de Santo António	14.449.783	15.121.866	(672.083)	-4,44%
Totais (Clientes)	37.474.763	37.322.353	152.410	0,41%

Nota: no **Total (Clientes)** dos 2 quadros anteriores não estão deduzidas as imparidades.

Após a nomeação do Conselho de Administração para o triénio 2021-2023, foram efetuadas várias reuniões com os municípios/entidades municipais que registavam saldos com idade superior a 2 meses. Estas reuniões tiveram o objetivo de estabelecerem plataformas de entendimento para que os acordos existentes fossem respeitados e/ou se estabelecessem novos acordos. O ponto de situação para três casos existentes é o seguinte:

- TAVIRAVERDE E.M. – Existe contencioso judicial relativo a parte da dívida (VMG dos anos de 2007 a 2011) para a qual está registada uma imparidade de 1.984.519 euros;
- Em 2021 foi assinado ARD com o município de VRSA considerando 13.379.743 € de dívida respeitante a faturação emitida pela empresa, mais 3.408.921 € de juros de mora referentes a essa mesma faturação. A variação espelhada na tabela acima decorre do pagamento, em 2024, das prestações previstas no plano de pagamento. Em 2023, o saldo relatado considerava a dívida da VRSA SGU EM SA. Entendeu-se, em 2023, que a VRSA SGU EM SA (entenda-se a dívida de), por se encontrar em dissolução, que a dívida deveria ser apresentada consolidada com a dívida do município.
- VRSA SGU EM SA. – em 2024, constata-se que a empresa não foi dissolvida e está em liquidação, daí a apresentação da dívida à AdA segregada da dívida do município de VRSA.

As outras variações significativas que estão evidenciadas na tabela acima não resultam de quaisquer diferendos entre estas e a AdA SA. Em termos gerais, verifica-se, o cumprimento do determinado no contrato de concessão, concretamente, às condições de crédito que este determina (60 dias). Em alguns casos, os saldos apresentados correspondem apenas às faturas emitidas a 31 de dezembro de 2024.

As dívidas acima relatadas consideram acréscimos de rendimentos referentes à atualização da tarifa de água e do projeto tarifário, as quais por ausência de comunicação formal da parte do concedente, serão faturadas apenas em 2025.

11. Outros ativos

11.1. Políticas contabilísticas

Para as políticas contabilísticas relativas aos outros ativos, consultar divulgações nas notas:

- 10 - Clientes
- 18 - Subsídios ao investimento

11.2. Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 o detalhe de Outros ativos é como segue:

Outros Ativos correntes	2024	2023
Adiantamentos a Fornecedores	372.814	826.240
Pessoal	5.559	5.293
Outros Devedores	800.585	3.530.315
Devedores por acréscimos de rendimentos	8.277.543	6.601.608
Diferimentos - Gastos a Reconhecer	636.572	413.039
IVA - reembolsos solicitados	847.771	813.721
	10.940.844	12.190.216

Na rubrica Devedores por acréscimos de rendimentos fazer notar que o saldo considera acréscimos de juros de mora por ausência de regularização de faturas por parte de 3 clientes, concretamente dos clientes Município de VRSA, TAVIRAVERDE EM e Município de Vila do Bispo, 4.759.806€, 1.305.135€ e 1.795€, respetivamente, assim como a estimativa de energia a refaturar aos prestadores de serviços de exploração das zonas nascente e poente (717 mil euro) e, por fim, 940 mil euros, a refaturar à ApA IP, respeitantes ao protocolo de parceria para manutenção/exploração do Aproveitamento Hidráulico de Odeleite/Beliche (AHOB).

11.2.1. Estado e outros entes públicos

Estado e Outros Entes Públicos	2024	2023
IVA a receber	847.771	813.721
Tributação autárquica	0	0
EOEP ativos	847.771	813.721

11.2.2. Perdas por imparidade para outros ativos

A AdA não registou quaisquer imparidades de outros ativos em 2024 (ver nota 28).

12. Inventários

12.1. Políticas contabilísticas

Os inventários estão valorizados ao valor mais baixo entre o custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da atividade normal da empresa, deduzido das despesas variáveis de venda. O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio

12.2. Detalhe e movimento

O detalhe dos inventários em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 é como segue:

Inventários	2024	2023
Matérias Primas e Subsidiárias	3.163.916	2.984.241
Inventários	3.163.916	2.984.241

Em 31 de dezembro de 2024, os inventários relacionados com peças de manutenção totalizam 2.710.157 euros. Em matérias subsidiárias estão registados 453.759 euros respeitantes, na sua generalidade, a reagentes.

O movimento ocorrido nas matérias-primas exercício findo a 31 de dezembro de 2024 e no exercício de 2023 e o apuramento do gasto com mercadorias e matérias consumidas é como segue:

Gastos das vendas	2024	2023
Inventários início exercício	2.984.241	2.844.460
Compras	2.378.093	2.552.947
CMVMC e regularizações (nota 23)	(2.198.418)	(2.413.166)
Inventários final exercício	3.163.916	2.984.241

13. Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

13.1. Políticas contabilísticas

Classificação

Um ativo financeiro que é um instrumento de dívida é classificado na categoria de "Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral", quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- i. É gerido com um modelo de negócio cujo objetivo combina o recebimento de fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros e a sua venda; e

ii. As condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Nesta rubrica são classificados instrumentos de dívida, decorrentes da celebração de Acordos de Regularização de Dívida (ARD's) com clientes no âmbito do Decreto-Lei n.º 5/2019, de 14 de janeiro.

Reconhecimento inicial

No momento do reconhecimento inicial todos os instrumentos financeiros ativos são registados pelo seu justo valor. Para os instrumentos financeiros ativos que não são registados pelo justo valor através de resultados, o justo valor é ajustado adicionando ou subtraindo os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Os custos de transação são definidos como gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um ativo financeiro, que não teriam sido incorridos se a empresa não tivesse efetuado a transação.

Mensuração subsequente

Os rendimentos e gastos de instrumentos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- a) Os juros têm procedimento igual ao dos ativos ao custo amortizado, sendo reconhecidos em resultados utilizando a taxa de juro efetiva da transação;
- b) As perdas por imparidade ou ganhos na sua recuperação são reconhecidas em resultados; e
- c) As restantes variações de valor são reconhecidas em outro rendimento integral.

Assim, quando um instrumento de dívida é mensurado ao justo valor através de outro rendimento integral, os valores reconhecidos no resultado do período são os mesmos que os que seriam reconhecidos se mensurados pelo custo amortizado.

Quando um instrumento de dívida valorizado ao justo valor através de outro rendimento integral é desreconhecido do balanço, o ganho ou perda registado em outro rendimento integral é reclassificado para o resultado do exercício.

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro forem renegociados ou de outra forma modificados e a renegociação ou alteração não resulte no desreconhecimento do ativo financeiro em conformidade com a política adotada pela empresa, a AdA recalcula o valor bruto do ativo financeiro e reconhece um ganho ou uma perda decorrente da diferença face ao anterior custo amortizado em contrapartida de resultados. O valor bruto do ativo financeiro é recalculado como o valor atual dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados que são descontados à taxa de juro efetiva original do ativo.

13.2. Estimativas e julgamentos

Os Ativos Financeiros ao Justo Valor através de Outro rendimento Integral detidos pela AdA correspondem aos Acordos de Regularização de Dívida (ARD's) celebrados com os clientes municipais no âmbito do Decreto-Lei n.º 5/2019, de 14 de janeiro. Em 31 de julho de 2019 o Grupo AdP formalizou com o Banco Europeu de Investimento uma linha de 200 milhões de euros que podem ser utilizados por contrapartida da cedência de ARD's. A cedência será feita pelo valor nominal dos créditos. Neste sentido considera-se que o justo valor dos ARD's corresponde ao seu valor nominal

13.3. Detalhe

Em 14 de janeiro de 2019 foi publicado o Decreto-Lei n.º 5/2019, o qual estabelece os termos e as condições a que obedecem os acordos de regularização das dívidas das autarquias locais, serviços municipalizados e serviços intermunicipalizados e às empresas municipais e intermunicipais e que tenham por objeto o exercício de atividades de distribuição de água e saneamento de águas residuais, às entidades gestoras de sistemas multimunicipais ou de outros sistemas de titularidade estatal de abastecimento de água e de saneamento de

águas residuais e às entidades gestoras de parcerias entre o Estado e as autarquias locais, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril.

O mencionado Decreto-Lei prevê que as entidades utilizadoras que celebrem um Acordo de Regularização de Dívida (“ARD”) beneficiam de uma redução correspondente a 30 % dos juros vencidos à data de 31 de dezembro do ano anterior à celebrado do ARD, sendo este prejuízo computado como encargo para efeitos de contabilização do desvio de recuperação de gastos das Entidades Gestoras, com efeito de neutralizar o prejuízo daí decorrente.

Por fim, o diploma permite a cessão destes créditos a terceiros (sem recurso ao grupo AdP), bem como: (i) os créditos que digam respeito a dívida reconhecida por sentença judicial transitada em julgado, após celebração de Acordo de Regularização de Dívida, substancialmente nos termos e condições definidos no anexo ao presente decreto-lei; e (ii) os créditos que já tenham sido objeto de acordo de pagamento, independentemente da sua designação.

A cessão dos créditos permite a extensão do prazo de reembolso a 25 anos, ficando este prazo limitado a 5 anos em caso de impossibilidade de cessão do crédito decorridos 12 meses desde a data de efetividade do ARD.

Ao abrigo do Dec-Lei n.º 5/2019 de 14 janeiro foi assinado a 25 de novembro de 2020, um memorando de entendimento com o Município de VRSA, do qual resultou um Acordo de Regularização de Dívida para regularização de 16.788.663 euros até 2046. O acordo referido está espelhado nas contas como ativo financeiro ao justo valor através do rendimento integral, e o valor em dívida no fim do exercício, após o recebimento de 14 prestações, é de 14.449.783€.

O detalhe dos ativos financeiros ao Justo valor através de outro rendimento em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

Ativos financ. ao justo valor rend. Integral	2024	2023
Cientes (ARDs) corrente	14.449.783	15.121.866
Cientes (ARDs)	14.449.783	15.121.866

14. Caixa e seus equivalentes

14.1. Políticas contabilísticas

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários (no caso da Demonstração dos Fluxos de Caixa), sem risco significativo de alteração de valor.

Os descobertos bancários são apresentados na demonstração de posição financeira, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos, os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

14.2. Detalhe

O detalhe de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro 2023 é como segue:

Caixa e depósitos bancários no fim do período	2024	2023
Caixa	9.500	9.500
Depósitos à Ordem	18.814.799	2.293.699
Depósitos a Prazo	0	11.835.854
Caixa e Bancos	18.824.299	14.139.053

14.3. Outros Ativos financeiros

A AdA SA, por forma a dar cumprimento do princípio da unidade de tesouraria das entidades do sector empresarial do Estado, e de acordo com o Despacho n.º 12553/2023, do Ministro das Finanças, aplicou, entre o dia 29 de dezembro 2023 e o dia 2 de janeiro de 2024, num CEDIC, as disponibilidades de tesouraria existentes. Em 2024 não houve procedimento similar.

Outros ativos financeiros	2024	2023
Outros ativos financeiros	0	11.835.854
Outros ativos financeiros	0	11.835.854

15. Capital próprio

15.1. Políticas contabilísticas

Classificação

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio:

- i) se não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro a uma outra entidade, ou de trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições potencialmente desfavoráveis para o emitente;
- ii) se o instrumento for ou puder ser liquidado nos instrumentos de capital próprio do próprio emitente, é um não derivado que não inclui qualquer obrigação contratual para o emitente de entregar um número variável dos seus próprios instrumentos de capital próprio, ou um derivado que será liquidado apenas pelo emitente trocando uma quantia fixa em dinheiro ou outro ativo financeiro por um número fixo dos seus próprios instrumentos de capital próprio.

Capital

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

Dividendos

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas

15.2. Capital Social

O capital no montante de 29.825.000 euros é constituído por 5.965.000 ações de 5 euros cada e encontra-se integralmente realizado.

Capital Social	%	2024		2023	
		Capital Subscrito	Capital Realizado	Capital Subscrito	Capital Realizado
Águas de Portugal, SGPS, SA	54,44%	16.237.235	16.237.235	16.237.235	16.237.235
Município de Albufeira	4,85%	1.446.350	1.446.350	1.446.350	1.446.350
Município de Alcoutim	0,29%	86.180	86.180	86.180	86.180
Município de Aljezur	0,57%	170.230	170.230	170.230	170.230
Município de Castro Marim	0,55%	163.935	163.935	163.935	163.935
Município de Faro	6,87%	2.048.940	2.048.940	2.048.940	2.048.940
Município de Lagoa	3,15%	939.065	939.065	939.065	939.065
Município de Lagos	3,40%	1.013.630	1.013.630	1.013.630	1.013.630
Município de Loulé	5,68%	1.693.985	1.693.985	1.693.985	1.693.985
Município de Monchique	0,43%	128.590	128.590	128.590	128.590
Município de Olhão	3,87%	1.153.955	1.153.955	1.153.955	1.153.955
Município de Portimão	6,19%	1.846.030	1.846.030	1.846.030	1.846.030
Município de São Brás de Alportel	0,83%	248.035	248.035	248.035	248.035
Município de Silves	3,73%	1.112.195	1.112.195	1.112.195	1.112.195
Município de Tavira	2,27%	678.400	678.400	678.400	678.400
Município de Vila do Bispo	0,90%	268.025	268.025	268.025	268.025
Município de Vila Real de Santo António	1,98%	590.220	590.220	590.220	590.220
Capital Social	100,00%	29.825.000	29.825.000	29.825.000	29.825.000

15.3. Resultado líquido por ação

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o resultado líquido por ação é o seguinte:

Resultado por ação	2024	2023
Resultado líquido	1.827.399	2.038.013
Número médio de ações (5,00 Eur/cada)	5.965.000	5.965.000
Resultado por ação	0,31	0,34

Resultado por ação (sem DRG)	2024	2023
Resultado líquido da Atividade (nota 9)	(2.952.963)	4.965.969
Número médio de ações (5,00 Eur/cada)	5.965.000	5.965.000
Resultado por ação	-0,50	0,83

O resultado contratual por ação desvalorizou 159% face a 2023. Esta diminuição é explicada pelos resultados da atividade de 2024, devido ao ajustamento da taxa de imposto com impacto nos impostos diferidos, à redução do volume de água vendido, e ao aumento dos FSEs.

15.4. Reservas e outros ajustamentos

O detalhe das reservas e outros ajustamentos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 é como segue:

Resultados - movimentos exercício	2023	Afetação Res. Líq.	DRG	Dividendos	Res. Líquido	2024
Reserva legal	3.376.757	101.901	0	0	0	3.478.658
Resultados transitados	(982.104)	1.936.112	0	0	0	954.008
Resultado Líquido do exercício	2.038.013	(2.038.013)	0	0	1.827.399	1.827.399
SOMA	4.432.666	0	0	0	1.827.399	6.260.065

De acordo com o disposto nos Estatutos da empresa e no Código das Sociedades Comerciais, a Empresa é obrigada a transferir para a rubrica de reserva legal, incluída na rubrica Outras reservas, no Capital Próprio, pelo menos, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício até que esta atinja os 20% do capital social. A reserva legal não pode ser distribuída aos acionistas, podendo contudo, em determinadas circunstâncias, ser utilizada para aumentos de capital ou para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

I 6. Provisões, ativos e passivos contingentes

I 6.1. Políticas contabilísticas

Provisões

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com fiabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a empresa divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida. As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a empresa é parte integrante da disposição de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedem os benefícios económicos futuros derivados dos mesmos. As provisões são mensuradas ao valor presente, à data da demonstração de posição financeira, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

Passivos contingentes

Passivos contingentes correspondem a potenciais obrigações em resultado de acontecimentos passados e cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente no controlo da empresa. Podem ainda representar obrigações presentes em resultado de acontecimentos passados, que por não ser provável o pagamento de benefícios económicos ou não ser possível estimar o seu valor com fiabilidade, não são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras. A AdA procede à sua divulgação nas notas às contas, sempre que a probabilidade de desembolso futuro não é considerada remota. Procede ao seu reconhecimento ou constitui provisão, quando se torna provável o pagamento de benefícios económicos e o seu valor é passível de ser estimado com algum grau de fiabilidade.

Ativos contingentes

Ativos contingentes são potenciais ativos da empresa que resultam de acontecimentos passados, mas cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros, os quais não se encontram no seu controlo. A empresa procede à sua divulgação nas notas às contas, quando se torna provável o recebimento de benefícios económicos futuros. Procede ao seu reconhecimento nas Demonstrações Financeiras quando se torna virtualmente certo o seu recebimento.

I 6.2. Estimativas e julgamentos

A AdA analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A empresa é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de exfluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daqueles pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

16.3. Detalhe e movimento

O detalhe das provisões em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 é como segue.

Movimentos de provisões	2023	Aumento (nota 27)	Reversões (nota 27)	2024
Provisões - outros	81.500	4.786	0	86.286
Movimentos de provisões	81.500	4.786	0	86.286

Em 2024 foi registada uma provisão de 4.786€ referente ao processo PROC. Nº 243/19,3BELSB. O saldo é composto ainda por uma provisão registada para o diferendo entre a empresa e um antigo fornecedor de assessoria jurídica, o qual respeita a honorários.

Processos judiciais em curso

A empresa faz uma avaliação cuidada dos seus riscos e contingências tendo, nessa sequência constituído provisões que, face aos riscos identificados e à probabilidade de materialização em passivos considera encontrarem-se adequadamente reconhecidas. Da avaliação efetuada e para além das provisões registadas, não foram identificadas outras responsabilidades que devessem ser divulgadas como passivos contingentes.

A correr em tribunal, e já devidamente contestadas, a empresa tem as seguintes ações interpostas por terceiros.

Tipo de Ação	Descrição da Ação	Valor da responsabilidade máxima	Valor da probabilidade da obrigação	Valor da provisão constituída na contabilidade	Probabilidade de desfecho favorável à AdA SA
EXPROPRIAÇÕES	Ação Executiva contra o Fagar - Faro, Gestão de Águas e Resíduos, E.M., tendo como objeto a Sentença condenatória Judicial proferida no âmbito do Processo n.º 627/2002. Expropriação prédio da Estação Elevatória das Lavadeiras em Faro.	14 964	0	0	POSSÍVEL
OUTROS	Pedido formulado contra a AdA, p/ Sociedade de Construções Soares SA (inicialmente contra a Águas do Sotavento Algarvio, S.A). Decorrida a fase de julgamento, aguarda-se pela emissão de sentença.	2 662 386	0	0	POSSÍVEL
OUTROS	Fátima Maria Jesuíno de Almeida, Inês Jesuíno Matos de Almeida e Beatriz Jesuíno Matos de Almeida ("Autoras") intentaram, junto do douto Tribunal Judicial da Comarca de Faro, Ação Declarativa de Condenação sob a Forma de Processo Comum contra a Águas do Algarve, S.A. ("Entidade Demandada") – cujo valor ascende ao montante de € 81.500,00.	81 500	81 500	81 500	PROVÁVEL
OUTROS	Empreitada de "concepção/construção do Sistema de abastecimento de água e saneamento às ilhas da Culatra e da Armona em alta -Travessias da Ria Formosa por Perfuração Horizontal Dirigida" e com fundamento em alegada inexistência técnica das travessias da Ria Formosa	8 332 017	0	0	POSSÍVEL
OUTROS	Empreitada de "concepção/construção do Sistema de abastecimento de água e saneamento às ilhas da Culatra e da Armona em alta -Travessias da Ria Formosa por Perfuração Horizontal Dirigida" e com fundamento em alegada inexistência técnica das travessias da Ria Formosa	9 191 598	0	0	POSSÍVEL
EXPROPRIAÇÕES	Requerimento Cautelar, no caso, peticionado, no demais, i) decretação provisória da providência cautelar, suspendendo-se a DUP, nos termos do n.º 1, do artigo 131.º do CPTA; ii) decretação da providência cautelar, suspendendo-se a DUP até à emissão de sentença no processo principal	30 000	0	0	REMOTO
EXPROPRIAÇÕES	Reconhecimento do direito de propriedade dos Autores e condenação na entrega da parcela de terreno em causa livre e devoluta, no estado em que se encontrava à data da sua ocupação;	725 000	0	0	POSSÍVEL
OUTROS	Prática de uma contraordenação ambiental muito grave prevista e punível pela alínea p) do n.º 3 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio	140 000	0	0	REMOTO
OUTROS	Processo de trabalho intentado por um trabalhador		0	0	POSSÍVEL
EXPROPRIAÇÕES	Ser declarada a nulidade da DUP e ser a DUP anulada	30 000	0	0	REMOTO
EXPROPRIAÇÕES	Impugnação de Ato Administrativo Ação principal do processo cautelar 30/25.0BELLE	30 000	0	0	REMOTO
OUTROS	Impugnação do ato de aplicação de sanção contratual pela empresa Águas do Algarve, S.A., no âmbito da execução do "Contrato de Fornecimento, Ligação e Colocação em Serviço de Postos de Carregamento para Veículos Elétricos"	4 786	4 786	0	CERTO
OUTROS	Crime de furto (art. 203.º do Código Penal) e de quebra de marcas e de selos (art. 356.º do Código Penal), por alegada apropriação indevida de energia	29 676	0	0	REMOTO

A Administração considera que as provisões e imparidades registadas são adequadas face aos riscos emergentes dos processos judiciais em curso.

Garantias

As responsabilidades por garantias bancárias prestadas demonstram-se como se segue:

Garantias Bancárias	Valor
Tribunais Cíveis	1.526.960
Petrogal	10.475
ARH	566.466
Rotas do Algarve Litoral	30.000
Abastecimento	2.133.901
Rotas do Algarve Litoral	40.000
Tribunais Cíveis	56.239
Saneamento	96.239
Total	2.230.140

O detalhe das principais rubricas de garantias é apresentado no quadro seguinte:

Principais beneficiários	Natureza	Banco	Valor
Tribunal Civil da Comarca de Albufeira	AA	Bankinter	767.334
ARH	AA	CGD	566.466
Tribunal Civil da Comarca de Silves	AA	Millenium BCP	229.582
Tribunal Civil da Comarca de Loulé	AA	CGD	124.699
Tribunal Civil da Comarca de VRSA	AA	BCP	66.098

16.4. Direitos e obrigações

Em 25 de Janeiro de 2022 foi assinado um contrato de concessão do respetivo empreendimento com o Estado Português, no qual se atribuiu a gestão do AHOB à Águas do Algarve. E neste contrato de concessão ficou estipulado um modelo diferente de partilha dos gastos de manutenção e operação, ficando 15,6% dos mesmos a cargo da Associação de Regantes do Sotavento, e os restantes 84,4% suportados pela Águas do Algarve.

A Águas do Algarve tem também um protocolo com o ICNB - Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, o qual pressupõe uma contribuição anual de 280.000 euros, atualizado à taxa de inflação, destinada à exploração e manutenção do Centro Nacional de Reprodução do Lince Ibérico. O referido protocolo terminará em 2025.

17. Acréscimos de gastos de investimento contratual

17.1. Políticas contabilísticas

Ver política contabilística na nota 2.4.4.

17.2. Detalhe e movimento

Os investimentos reversíveis incluídos no EVEF aprovado, sujeitos a amortização no prazo da concessão, perfazem o montante 912.048.454 euros, dos quais 721.427.548 euros já se encontram realizados (DUI firme). O valor do ativo em curso no final do exercício ascende a 54.521.785 euros (ver nota 5).

Movimentos do período

O valor dos acréscimos de gastos de investimento contratual consta do quadro seguinte:

Acréscimo gastos invest. contratual	2023	Aumentos (nota 26)	Diminuições	Reclassificações (nota 5)	2024
Acréscimo gastos invest. contratual	71.123.349	5.030.209	0	(1.910.537)	74.243.021

As amortizações do exercício dos investimentos futuros ascenderam a cerca de 5,0 milhões de euros tendo sido transferidos para amortizações acumuladas do direito de utilização das infraestruturas cerca de 1,9 milhões de euros (ver nota 5).

18. Subsídios ao investimento

18.1. Políticas contabilísticas

Os subsídios relacionados com ativos (para investimentos) são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a empresa cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de ativos fixos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos nos passivos não-correntes e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método da depreciação dos ativos subjacentes.

18.2. Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 o detalhe dos subsídios ao investimento é como segue:

Saldo dos subsídios ao investimento	2024	2023
Fundos comunitários	127.662.465	118.669.736
Integração património	80.535.321	84.055.147
	208.197.786	202.724.883

O aumento verificado no saldo da rubrica de Fundos comunitários resulta, na sua maior parte, ao recebimento do adiantamento do Fundo Ambiental 11.100.000 euros relativos ao Plano de Combate à Seca no Algarve.

O movimento ocorrido nos Subsídios ao investimento – Fundo de coesão no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e no exercício de 2023 é como segue:

Varição dos subsídios de Investimento	2023	Reconhecimento	Aumentos	Diminuições	Transferências	2024
Fundos comunitários	118.669.736	(4.211.517)	13.213.898	(39.652)	30.000	127.662.465
Integração património	84.055.147	(3.519.826)	0	0	0	80.535.321
Varição subsídios de Investimento	202.724.883	(7.731.343)	13.213.898	(39.652)	30.000	208.197.786

O total de recebimentos em 2024 ascenderam a 14.735.862 euros, os quais respeitam a pedidos de pagamento submetidos ao PRR, em 2023 e 2024, e aos adiantamentos disponibilizados, em 2024, pelo Fundo Ambiental (10.100.000 euros). A AdA SA verteu em pedidos de pagamento praticamente toda a despesa incorrida no âmbito das empreitadas candidatas ao PRR e Fundo Ambiental.

19. Empréstimos

19.1. Políticas contabilísticas

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias: i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; e ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

A categoria “Passivos financeiros ao custo amortizado” inclui os passivos apresentados nas rubricas “Empréstimos” e “Fornecedores e outros passivos”. Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

A empresa apenas tem reconhecidos passivos classificados como “Passivos financeiros ao custo amortizado”.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

Empréstimos obtidos

Os empréstimos (bancários e obrigacionistas) são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica “Gastos financeiros” da demonstração dos resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é deduzida ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo não corrente, exceto se for expectável que a empresa liquide o passivo nos próximos 12 meses após a data da demonstração de posição financeira, sendo neste caso classificado no passivo corrente.

Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

Os passivos financeiros não podem ser reclassificados entre categorias.

19.2. Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 o detalhe dos empréstimos obtidos é como segue:

Empréstimos por natureza	2024	2023
Empréstimos Bancários BEI	99.231.765	112.207.521
Empréstimos Empresa mãe	0	0
Empréstimos não correntes (1)	99.231.765	112.207.521
Acréscimo Juros de Descobertos Bancários	4.862	11.722
Empréstimos Bancários BEI	13.230.586	12.625.418
Empréstimos Empresa mãe	60.503.227	51.956.234
Empréstimos correntes (2)	73.738.676	64.593.374
Total de empréstimos (3 = 1 + 2)	172.970.441	176.800.895

No presente exercício destaca-se o aumento dos empréstimos em cerca de 8,5 milhões de euros. A necessidade da AdA SA aumentar a dívida para com a AdP SGPS relaciona-se com a amortização de dívida junto do BEI (diminuíram face a 2023 12,8 milhões de euros), ou seja, na substituição do financiamento BEI por financiamento junto da empresa mãe. Faz-se notar que os adiantamentos do PRR e do Fundo Ambiental só podem ser usados para pagamento de despesa respeitante às empreitadas nestes previstas.

Movimento nos empréstimos obtidos

O movimento ocorrido nos empréstimos obtidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e no exercício de 2023, e a sua reconciliação com a demonstração dos fluxos de caixa, é como segue:

Varição nos Saldos em Empréstimos (não correntes e correntes)	Empréstimos BEI	Empréstimos Empresa mãe	Descobertos bancários	SOMA
Saldo em 01.01.2024	124.832.940	51.956.234	11.722	176.800.895
Novos empréstimos obtidos	0	44.000.000	0	44.000.000
Juros e comissões em dívida a 31.12.2024	57.782	46.993	(6.859)	97.916
Amortização de empréstimos	(12.428.370)	(35.500.000)	0	(47.928.370)
Saldo em 31.12.2024	112.462.351	60.503.227	4.862	172.970.441

Empréstimos por maturidade

O capital dos empréstimos BEI e AdP SGPS, a 31 de dezembro de 2024 e no exercício de 2023 tem a seguinte maturidade:

Empréstimos por Maturidade	2024	2023
Até 1 ano	73.738.676	64.593.374
De 1 a 2 anos	13.835.216	12.975.985
De 2 a 3 anos	14.385.132	13.835.216
De 3 a 4 anos	15.969.314	14.385.132
De 4 a 5 anos	16.377.218	15.969.314
Superior a 5 anos	38.664.884	55.041.874
Empréstimos por Maturidade	172.970.441	176.800.895

Não se antecipa quaisquer restrições no cumprimento das obrigações relativamente aos financiamentos apresentados.

Empréstimos por tipo de taxa

Em 31 de dezembro de 2024 e no exercício de 2023, os empréstimos BEI e AdP SGPS apresentam o seguinte detalhe por tipologia de taxa de juro:

Empréstimos por tipo de taxa	2024	2023
Taxa de juro variável		
Até 1 ano	60.508.090	51.967.955
De 1 a 2 anos	0	0
De 2 a 3 anos	0	0
Superior a 3 anos	0	0
Total de empréstimos com taxa de juro variável	60.508.090	51.967.955
Taxa de juro fixa		
Até 1 ano	13.230.586	12.625.418
De 1 a 2 anos	13.835.216	12.975.985
De 2 a 3 anos	14.385.132	13.835.216
Superior a 3 anos	71.011.417	85.396.320
Total de empréstimos com taxa de juro fixa	112.462.351	124.832.940
Total de empréstimos	172.970.441	176.800.895

Justo valor

Os empréstimos obtidos pela Ada correspondem a empréstimos BEI (112.426.351 euros) e a empréstimos da AdP SGPS, suprimentos e linha de apoio à tesouraria (60.503.227 euros). Atendendo ao facto de (i) não existirem comparativos de mercado que permitam aferir a que taxas de financiamento alternativas ao BEI se

poderia financiar atendendo aos montantes e prazos envolvidos (25 anos), não é possível determinar o justo valor dos empréstimos obtidos de uma forma razoável.

20. Fornecedores e outros passivos

20.1. Políticas contabilísticas

Incluem passivos a pagar por bens e serviços que a empresa adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os passivos são classificados como correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, os passivos são classificados como não correntes.

20.2. Detalhe

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 o detalhe de fornecedores e outros passivos é como segue:

i) Fornecedores e outros passivos não correntes

Fornecedores e outros passivos não correntes	2024	2023
Fornecedores de investimento	2.353.327	2.328.704
Outras contas a pagar	0	505.674
Outros fornecedores	34.073	93.847
Fornecedores e outros passivos não correntes	2.387.400	2.928.225

A rubrica Fornecedores de investimento respeita essencialmente a obrigações resultantes da integração de património dos municípios. O valor da rubrica de outras contas a pagar incorpora os passivos não correntes resultantes do protocolo de exploração do Centro do Lince firmado com o ICNF. O protocolo com o ICNF finda no ano de 2025.

ii) Fornecedores e outros passivos correntes

Fornecedores correntes	2024	2023
Fornecedores c/c - Gerais	3.126.574	5.686.638
Fornecedores c/c - Empresa mãe	0	346.342
Fornecedores c/c - Outras partes relacionadas - Outras	50.910	8.143
Fornecedores - Faturas Receção/Conferência	791.672	760.450
Outras contas a pagar - Fornecedores Investimento	2.924.328	1.862.842
Pessoal	1.512	1.281
Acréscimo com férias e subsídio de férias	943.178	840.534
Outros acréscimos e diferimentos	7.110.001	6.765.784
Estado e Outros Entes Públicos	3.169.244	3.017.292
Outros credores	715.969	766.475
	18.833.386	20.055.781

Nota: na rubrica Fornecedores c/c – Outras partes relacionadas – Outras não se incluem acréscimos, embora na nota 33 às Demonstrações Financeiras estes acréscimos estejam incluídos.

A diminuição verificada na rubrica Fornecedores c/c – Gerais deve-se principalmente à regularização de dívida referente a 2023.

O aumento verificado na rubrica Outras contas a pagar - Fornecedores Investimento deve-se principalmente ao aumento da execução das empreitadas em curso.

A rubrica de **Outros acréscimos e diferimentos** inclui valores a pagar relacionados com o protocolo assinado com o ICNF relativo ao Centro Nacional de Reprodução do Lince Ibérico, seguros, juros, eletricidade, trabalhos especializados, conservação e manutenção. Relativamente ao aumento verificado na rubrica está relacionado acréscimos com revisão de preços aos contratos de exploração e manutenção do sistema de saneamento.

- ii) Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 a rubrica Estado e outros entes públicos tem o seguinte detalhe:

Estado e Outros Entes Públicos	2024	2023
Retenções - IRS	(64.759)	(68.451)
Retenções - Segurança Social	(133.190)	(130.619)
Outros	(2.971.296)	(2.818.222)
EOEP passivos	(3.169.244)	(3.017.292)

O saldo relatado na rubrica **Outros credores** corresponde essencialmente à TRH de 2023.

21. Instrumentos financeiros por categoria do IFRS 9

2024

Instrumentos financeiros por categoria	Ativos financeiros ao custo amortizado	Ativos financeiros através de outro rendimento integral	Passivos Financ. ao Custo Amortizado	TOTAL	ATIVO/PASSIVO não classif. c/ Inst. Financ.	TOTAL DPF a 31.12.2024
Ativos Intangíveis	0	0	0	0	446.655.635	446.655.635
Ativos Tangíveis	0	0	0	0	1.018.161	1.018.161
Ativos sob direito de uso	0	0	0	0	541.533	541.533
Outros Ativos financeiros	14.023	0	0	14.023	0	14.023
Clientes CORRENTES	20.306.340	0	0	20.306.340	0	20.306.340
Impostos diferidos Ativos	0	0	0	0	32.384.157	32.384.157
Inventários	0	0	0	0	3.163.916	3.163.916
Imposto s/ rendimento do exercício	0	0	0	0	265.404	265.404
Ativos financeiros ao justo valor	0	14.449.783	0	14.449.783	0	14.449.783
Outros ativos correntes	10.093.073	0	0	10.093.073	847.771	10.940.844
Caixa e seus equivalentes	18.824.299	0	0	18.824.299	0	18.824.299
Total do ATIVO	49.237.736	14.449.783	0	63.687.519	484.876.577	548.564.096
Provisões	0	0	0	0	86.286	86.286
Empréstimos NÃO CORRENTES	0	0	99.231.765	99.231.765	0	99.231.765
Passivos da locação NÃO CORRENTES	0	0	0	0	222.843	222.843
Fornecedores de Outros passivos NÃO CORRENTES	0	0	2.387.400	2.387.400	0	2.387.400
Impostos diferidos Passivos	0	0	0	0	4.951.445	4.951.445
Acrescimos de Gastos de Investimento Contratual	0	0	0	0	74.243.021	74.243.021
Subsídios ao Investimento	0	0	0	0	208.197.787	208.197.787
Desvio tarifário passivo	0	0	0	0	30.397.751	30.397.751
Empréstimos correntes	0	0	73.738.676	73.738.676	0	73.738.676
Passivos da locação CORRENTES	0	0	0	0	188.671	188.671
Fornecedores e Outros passivos correntes	0	0	18.567.982	18.567.982	265.404	18.833.386
Total do PASSIVO	0	0	193.925.823	193.925.823	318.553.208	512.479.031

2023

Instrumentos financeiros por categoria	Ativos financeiros ao custo amortizado	Ativos financeiros através de outro rendimento integral	Passivos Financ. ao Custo Amortizado	TOTAL	ATIVO/PASSIVO não classif. c/ Inst. Financ.	TOTAL DPF a 31.12.2023
Ativos Intangíveis	0	0	0	0	446.987.373	446.987.373
Ativos Tangíveis	0	0	0	0	929.419	929.419
Ativos sob direito de uso	0	0	0	0	173.538	173.538
Outros Ativos financeiros	14.023	0	0	14.023	0	14.023
Clientes CORRENTES	19.481.847	0	0	19.481.847	0	19.481.847
Impostos diferidos Ativos	0	0	0	0	38.421.697	38.421.697
Inventários	0	0	0	0	2.984.241	2.984.241
Imposto s/ rendimento do exercício	0	0	0	0	1.505.640	1.505.640
Ativos financeiros ao justo valor	0	15.121.866	0	15.121.866	0	15.121.866
Outros ativos correntes	11.376.495	0	0	11.376.495	813.721	12.190.216
Caixa e seus equivalentes	14.139.053	0	0	14.139.053	0	14.139.053
Total do ATIVO	45.011.418	15.121.866	0	60.133.284	491.815.631	551.948.914
Provisões	0	0	0	0	81.500	81.500
Empréstimos NÃO CORRENTES	0	0	112.207.521	112.207.521	0	112.207.521
Passivos da locação NÃO CORRENTES	0	0	0	0	128.271	128.271
Fornecedores de Outros passivos NÃO CORRENTI	0	0	2.928.226	2.928.226	0	2.928.226
Impostos diferidos Passivos	0	0	0	0	5.936.694	5.936.694
Acréscimos de Gastos de Investimento Contratual	0	0	0	0	71.123.349	71.123.349
Subsídios ao Investimento	0	0	0	0	202.724.883	202.724.883
Desvio tarifário passivo	0	0	0	0	37.865.324	37.865.324
Empréstimos correntes	0	0	64.593.374	64.593.374	0	64.593.374
Passivos da locação CORRENTES	0	0	0	0	46.325	46.325
Fornecedores e Outros passivos correntes	0	0	18.550.141	18.550.141	1.505.640	20.055.781
Total do PASSIVO	0	0	198.279.262	198.279.262	319.411.986	517.691.248

22. Rédito de contratos com clientes

22.1. Políticas contabilísticas

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber, das transações realizadas com clientes no decurso normal da atividade da empresa. O Rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

A IFRS 15 prevê um modelo de cinco passos para a contabilização do rédito proveniente de contratos com clientes e requer que o rédito seja reconhecido por um valor que reflita a retribuição a que uma entidade espera ter direito em troca dos bens e/ou serviços que serão transferidos para o cliente. Os cinco passos previstos são: (1) identificar o contrato com o cliente, (2) identificar as obrigações de desempenho do contrato, (3) determinar o preço de transação, (4) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (5) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

Na determinação do valor do rédito, a AdA avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais a AdA SA efetua a sua melhor estimativa.

Na maioria das vendas de bens ou prestação de serviços efetuadas pela AdA, existe apenas uma obrigação de desempenho ("performance obligation"), pelo que o rédito é reconhecido de imediato, com a entrega dos bens (venda de água) ou da prestação do serviço (saneamento) ao cliente.

O rédito é determinado e reconhecido como segue:

Prestação de serviços

Atividade regulada - Serviços em "alta" – Saneamento e parcerias

O rédito é reconhecido com base em (i) valores mínimos quando se verificarem quebras de exclusivo do contrato de concessão; ou (ii) consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados;

Venda de bens

Atividade regulada - Serviços em “alta” – Abastecimento de água

O rédito é reconhecido com base em (i) valores mínimos quando se verificarem quebras de exclusivo do contrato de concessão; ou (ii) consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados.

Serviços de construção

Ver política contabilística descrita na nota 2.4.6.

22.2. Detalhe

O rédito de contratos com clientes em 31 de dezembro de 2024 e 2023 apresenta o seguinte detalhe:

Vendas, Prestação de Serviços e Rendimentos de Serviços de Construção	2024	2023
Venda de água	34.607.716	36.078.490
Prestações de Serviços - Tratamento de Efluente	28.001.316	27.106.792
Prestações de Serviços - Atividades assessoria/complementares	466	605
Rendimentos de serviços de construção	18.562.545	18.460.254
Total	81.172.042	81.646.140

Em 2024 constatou-se um decréscimo operacional das Vendas de água de 1.470.773 euros face a 2023 devido às medidas implementadas para o combate à seca no Algarve.

Relativamente à Prestações de Serviços, a variação (positiva) foi de 894.524 euros face a 2023.

Quanto aos Rendimentos de serviços da construção, a variação é significativa face a 2023 não é significativa (ver nota 5).

23. Gastos das vendas

O gasto das vendas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 apresenta o seguinte detalhe:

Gastos das vendas e da construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	2024	2023
CMVMC - Mercadorias	183.952	161.027
CMVMC - Matérias-primas e subsidiárias	2.014.466	2.252.139
CMVMC - Correções exercícios anteriores	0	0
Gastos das Vendas/Variação de inventários	2.198.418	2.413.166
Gastos da construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	18.562.545	18.460.254
Gastos das vendas e dos serviços de construção	20.760.963	20.873.420

Os gastos com consumos não tiveram variações significativas face a 2023, como acima evidenciado no que toca à rubrica de **Matérias-primas e subsidiárias**. A diminuição verificada está correlacionada com a diminuição dos caudais fornecidos (ver nota 22).

24. Fornecimento e serviços externos

24.1. Políticas contabilísticas

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

Os subsídios à exploração são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar, e abatem diretamente à natureza do custo.

Trabalhos para a própria empresa, são os custos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos intangíveis e tangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São particularmente relevantes os gastos com pessoal. São mensurados ao custo, sendo reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (custos internos) ou nos respetivos custos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os gastos capitalizados são registados diretamente em balanço sem passarem pela demonstração dos resultados, e estão divulgados no anexo sempre que tal for aplicável.

24.2. Detalhe

Nos anos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os fornecimentos e serviços externos têm o seguinte detalhe:

Fornecimento e serviços externos	2024	2023
Subcontratos	14.586.296	14.314.493
Electricidade	4.773.612	5.657.579
Rendas e Alugueres	1.102.024	664.641
Seguros		
Multiriscos	352.167	339.267
Outros seguros	161.242	187.966
Conservação e reparação		
Edifícios	56.383	60.872
Equipamento básico	3.396.847	3.495.496
Outras despesas conservação	58.625	107.675
Trabalhos especializados		
Assistência técnica	490.370	365.733
Análises/Monitorização	814.699	739.994
Recolha e transporte de lamas	2.175.599	2.194.906
FEE gestão	1.502.628	1.516.110
Outros trabalhos especializados	1.188.243	771.906
Material de laboratório	501.911	441.721
Manutenção de verdes	542.663	329.705
Outros FSE	1.322.468	1.130.834
Fornecimento e serviços externos	33.025.777	32.318.897

A rubrica Rendas e Alugueres regista um incremento de 66% face a 2023 (883.967€), resultante do registo inerente à renda de ocupação do terreno onde está localizada a ETAR de VRSA.

Quanto ao aumento nos gastos respeitantes à rubrica de Outros trabalhos especializado, a variação é explicada na sua maior parte pelas campanhas de sensibilização para o combate à seca no Algarve.

25. Gastos com pessoal

25.1. Detalhe

Nos anos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os gastos com pessoal têm o seguinte detalhe:

Gastos com pessoal	2024	2023
Remunerações	5.807.164	5.423.147
Encargos sociais sobre remunerações	1.282.390	1.204.649
Outros gastos com pessoal	509.600	490.065
Correções relativas a exercícios anteriores	3.278	3.125
Gastos com pessoal capitalizados em ATIVO (nota 5.3)	(468.336)	(416.955)
Gastos com pessoal	7.134.096	6.704.031

Face a 2023, os Gastos com o Pessoal registam um aumento de 430 mil euros. Este aumento é explicado pela integração de novos colaboradores, e pelos aumentos por atualização e progressões de carreiras.

Em 2024, foram capitalizados em ativo 468.336 euros de gastos com pessoal afeto à Direção de Gestão de Ativos.

Número médio de pessoal

Número médio de colaboradores	2024	2023
Órgãos Sociais	5	5
Trabalhadores efetivos e outros	197	194
Número médio de colaboradores	202	199

Número de colaboradores a 31 de dezembro	2024	2023
Órgãos Sociais	5	5
Trabalhadores efetivos e outros	202	195
Número de colaboradores a 31 de dezembro	207	200

O aumento do n.º de trabalhadores decorreu da necessidade de reforçar as equipas de exploração do saneamento e da direção de gestão de ativos.

26. Amortizações e depreciações do exercício

Nos anos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 as amortizações e depreciações têm o seguinte detalhe:

Depreciações e amortizações do exercício	2024	2023
Amortizações de ativos intangíveis (nota 5)	16.983.746	17.433.407
Amortizações de gastos do investimento contratual (nota 17)	5.030.209	5.335.337
Depreciações de ativos tangíveis (nota 6)	42.904	39.252
Depreciações ADU - Equipam. de Transporte (nota 7)	62.925	136.459
Depreciações e amortizações do exercício	22.119.784	22.944.455

27. Provisões e reversões do exercício

Nos anos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 as provisões e reversões têm o seguinte detalhe:

Provisões e reversões do exercício	2024	2023
Provisões - outros (nota 16)	4.786	0
Reversões de provisões (nota 16)	0	(1.522)
Total	4.786	(1.522)

O movimento do ano diz respeito à provisão registada e anteriormente referida na nota 16.3.

28. Perdas por imparidades e reversões do exercício

Não existem quaisquer movimentos registos em imparidades no exercício de 2024.

Relativamente à Somague ACE temos registado no ativo um valor de 1.013.226€, cuja origem se prende com 2 Autos de Multa aplicados ao ACE, e que foram logo contestados pelo próprio ACE. A AdA intentou posteriormente uma ação judicial que não teve provimento em 1ª instância, por alegadamente ter dado entrada fora de prazo. Não obstante a AdA ter recorrido seguidamente para um tribunal de instância superior, sem decisão até à data, a probabilidade de reversão deste não provimento ronda os 50%, de acordo com a Jurista da AdA. E num cenário de reversão da decisão, a probabilidade de haver uma decisão posterior favorável à AdA e de haver o recebimento efetivo não se afigura robusta. Assim, considerou a Administração o mais prudente, a constituição de uma imparidade, o reconhecimento de uma perda potencial, no valor igual ao dos 2 Autos de Multa, 1.013.226€.

Relativamente ao que a Somague exige à Águas do Algarve, um montante a rondar os 9,2 milhões, a expectativa é a de que de facto a Somague perca outra vez esta ação, seguindo a tendência das decisões já conhecidas dos tribunais. Para este montante de 9,2 milhões de euros entendeu-se por conseguinte não constituir qualquer valor para provisão para riscos e encargos, pois a AdA está confiante da sua ilibação no final.

29. Outros gastos e perdas operacionais

Nos anos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os outros gastos e perdas operacionais têm o seguinte detalhe:

Outros gastos e perdas operacionais	2024	2023
Impostos	566.376	667.609
Donativos	41.500	41.500
Quotizações	3.680	3.670
Outros gastos operacionais	297.844	590.450
Correções relativas a exercícios anteriores	35.903	13.915
Outros gastos e perdas operacionais	945.303	1.317.144

A rubrica Rendas e Alugueres regista um incremento de 50% face a 2023 (292.606€), resultante do registo inerente à renda de ocupação do terreno onde está localizada a ETAR de VRSA.

30. Outros rendimentos e ganhos operacionais

Nos anos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os outros rendimentos e ganhos operacionais têm o seguinte detalhe:

Outros rendimentos e ganhos operacionais	2024	2023
Venda de Energia	7.872	84.033
Venda de Análises	187.268	455.528
Outros rendimentos e ganhos operacionais	623.201	476.322
Correções relativas a exercícios anteriores	151.246	9.474
Outros rendimentos e ganhos operacionais	969.586	1.025.357

A rubrica Vendas de Análise decresceu 59% face a 2023 por via da revisão da contratação destes serviços entre a AdA e a Águas Públicas do Alentejo.

Quanto às correções de exercícios anteriores, a variação respeita principalmente a acertos a favor da AdA referentes ao consumo de energia na ETAR de Lagos.

Subsídios à exploração

Na tabela abaixo detalha-se a rubrica Subsídios à exploração:

Subsídios à exploração	2024	2023
Subs. à Exploração - EOEP	0	0
Subs. à Exploração - De Out. Entidades	508.635	137.445
	508.635	137.445

Reconheceram-se em 2024 vários rendimentos associados a projetos de I&D, assim como o rendimento respeitante ao apoio dado pelo Fundo Ambiental para a campanha de sensibilização ao combate à seca no Algarve.

31. Gastos financeiros

Nos anos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os gastos financeiros têm o seguinte detalhe:

Gastos Financeiros	2024	2023
Juros Suportados	6.280.531	5.774.310
Comissões AdP	811.770	880.325
Outros gastos financeiros	130.008	244.280
Gastos financeiros capitalizados em ATIVO (nota 5.3)	(37.152)	(39.625)
Gastos Financeiros	7.185.158	6.859.289

O aumento dos juros suportados é justificado principalmente pelas razões apontadas na nota 19.

Em 2024 a AdA capitalizou, em ativo, perto de 37 mil euros.

32. Rendimentos financeiros

Nos anos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os rendimentos financeiros têm o seguinte detalhe:

Rendimentos financeiros	2024	2023
Juros mora	958.872	835.518
Juros acordos	284.291	297.164
Outros juros	41.058	40.966
Rendimentos financeiros	1.284.221	1.173.648

A rubrica de juros de mora considera os rendimentos com os juros de mora relativos a clientes que apresentam as dívidas vencidas mais relevantes, destacando-se o município de VRSA/VRSA SGU EM e a TAVIRAVERDE EM.

Os juros de acordos respeitam aos juros relativos acordo de regularização de dívida firmado com o município de VRSA em 2021.

33. Imposto sobre o rendimento

33.1. Políticas contabilísticas

A AdA, residente em Portugal encontram-se sujeitas à tributação em sede individual, por Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), com base nas respetivas matérias coletáveis e às taxas de imposto aplicáveis.

A empresa direta ou indiretamente são tributadas à taxa de 21%, acrescida da taxa de derrama municipal até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável. Adicionalmente, acresce a taxa da derrama estadual de 3% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 1,5 milhões de EUR até ao limite de 7,5 milhões de EUR, de 5% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 7,5 milhões de EUR até ao limite de 35 milhões de EUR, sendo aos montantes superiores aos 35 milhões de EUR aplicada uma taxa de 9%.

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

A determinação do imposto sobre o rendimento requer determinadas interpretações. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Assim, a empresa cumpre as orientações da IFRIC 23 – Incerteza sobre o Tratamento de Imposto sobre o Rendimento no que respeita à determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento, não tendo resultado da aplicação da mesma qualquer impacto material nas demonstrações financeiras. A empresa entende que das eventuais revisões das declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos.

33.2. Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sempre que se considerem existir diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração de atividades empresariais, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido passivo para a mesma altura e com a mesma autoridade. São reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data da demonstração de posição financeira e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

São reconhecidos impostos diferidos em diferenças temporárias originadas por investimentos em subsidiárias e associadas, exceto quando a AdA seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não se reverta no futuro previsível.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em outras reservas consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

33.3. Detalhe e movimento

Nos exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023 a carga fiscal registada apresenta o seguinte detalhe:

Imposto sobre o rendimento	2024	2023
Imposto corrente	1.142.332	1.599.892
Excesso/Insuficiência de estimativa de imposto	(64.488)	(47.865)
Imposto diferido	5.052.291	(1.145.511)
Imposto sobre o rendimento	6.130.135	406.516

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

Reconciliação taxa efetiva imposto	2024	2023
Resultado antes impostos	7.957.534	2.444.528
Taxa de imposto sobre o rendimento	0,21	0,21
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	1.671.082	513.351
Variações patrimoniais		
Varição patrimonial negativa	(5.018)	(5.018)
Varição patrimonial positiva	849.662	849.662
	+	844.644
Gastos não dedutíveis para efeitos fiscais		
Donativos	1.500	1.500
Multas, coimas e juros compensatórios	1.348	115.416
Amortizações do invest.contratual futuro	5.135.449	5.811.178
Correções relativas a exercícios anteriores	338.660	264.320
Seguros	23.884	0
Acréscimo de subsídios - IFRIC 12	0	0
Desvio de Recuperação de Gastos	(7.467.573)	(1.357.047)
Outros	0	762.741
	+	(1.966.732)
Encargos dedutíveis para efeitos fiscais		
Recup. de amort. anteriormente tributadas (Subs.Futuro+subs. IFRIC 12)	1.454.489	1.580.745
Reversão de ajustamentos e de perdas por imparidades tributadas	0	0
Benefícios fiscais	604.218	673.789
	-	2.058.707
Lucro tributável	4.776.740	6.632.748
Imposto calculado	1.003.115	1.392.877
Tributação autónoma	10.442	8.758
Derrama municipal	30.472	44.274
Derrama estadual	98.302	153.982
	+	139.216
Imposto sobre o rendimento	1.142.332	1.599.892
Insuficiência / Excesso Estimativa	(64.488)	(47.865)
Imposto sobre o rendimento	1.077.843	1.552.027
Aumento / reversão dos Impostos diferidos	5.052.291	(1.145.511)
Imposto sobre o rendimento	6.130.135	406.516
Taxa efetiva de imposto	77,04%	16,63%

O detalhe dos impostos diferidos em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

Naturezas	2023	Dotação	Utilização	Regularização	2024
Taxa de IRC	21,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%
Taxa de Derrama	4,32%	2,70%	2,70%	2,70%	2,70%
Ativos por Impostos Diferidos					
Outros					
Amortizações não aceites /investimento contratual não realizado	110.578.771	5.135.449	(988.650)	(5.310.721)	109.414.849
Diferença Amortização/subsídios – investimentos realizados	3.290.077	0	(441.194)	0	2.848.882
Desvio tarifário (nota 9)	37.865.324	0	(7.467.573)	0	30.397.752
Base de incidência	151.734.172	5.135.449	(8.897.417)	(5.310.721)	142.661.483
IRC	31.864.176	1.027.090	(1.779.483)	(1.062.144)	28.532.297
Derrama	6.554.916	138.657	(240.230)	(143.389)	3.851.860
Imposto diferido ATIVO reconhecido	38.419.092	1.165.747	(2.019.714)	(1.205.534)	32.384.157
Taxa de IRC	21,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%
Taxa de Derrama	4,32%	2,70%	2,70%	2,70%	2,70%
Passivos por impostos diferidos					
Outros					
Ajustamentos Transição - Amort./subsídios - Inv. Contratual NÃO Realiz.	22.054.414	0	(849.662)	(812.862)	20.391.889
Diferença Amort. fiscal/contabilística/subsídio Inv. Contratual NÃO Realiz.	1.390.982	29.663	0		1.420.645
Base de incidência	23.445.395	29.663	(849.662)	(812.862)	21.812.534
Taxa de IRC	4.923.533	5.933	(169.932)	(162.572)	4.362.507
Taxa de Derrama	1.012.841	801	(22.941)	(21.947)	588.938
Imposto diferido PASSIVO reconhecido	5.936.374	6.734	(192.873)	(184.520)	4.951.445

Imposto sobre o rendimento	2024	2023
Pagamentos por conta	1.282.227	2.685.450
Pagamento adicional por conta	123.360	418.565
Retenções na fonte	2.148	1.517
Imposto corrente	(1.142.332)	(1.599.892)
Imposto sobre o rendimento	265.404	1.505.640

A Águas do Algarve, S.A. procede ao reconhecimento de impostos diferidos ativos e passivos que são maioritariamente resultantes dos (i) acréscimos de gastos para investimentos contratuais, (ii) das diferenças das depreciações e subsídios dos investimentos realizados reconhecidos contabilisticamente face aos fiscalmente dedutíveis.

Até 31 de dezembro de 2009 a contabilização das obrigações contratuais das Concessionárias estava adstrita às instruções emanadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) na Diretriz Contabilística n.º 4/91, de 19 de dezembro, tendo sido aprovado pelas Autoridades Fiscais, a pedido da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., um entendimento que deu relevância em sede de IRC às instruções emanadas pela CNC na referida Diretriz Contabilística n.º 4/91.

A partir de 1 de janeiro de 2010, com a revogação da Diretriz Contabilística n.º 4/91, pelo n.º 2 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), a contabilização das obrigações contratuais das Concessionárias passou a ser efetuada supletivamente (uma vez que do SNC não resultou nenhuma norma contabilística sobre os contratos de concessão) pela IFRIC 12, adotada pelo Regulamento (CE) n.º 254/2009 da Comissão, de 25 de março de 2009.

Em termos gerais, a adoção da política contabilística emanada pela IFRIC 12, para efeitos de IRC, implicou o desreconhecimento do montante das despesas capitalizáveis relativas ao investimento a realizar por via dos resultados transitados e o registo de uma provisão, conforme requerido na IFRIC 12, para as obrigações não regulares de manutenção e reparação de infraestruturas a efetuar no futuro, não sendo esta provisão aceite para efeitos fiscais, por não se encontrar prevista no artigo 39.º do Código do IRC.

Este entendimento levou a que se tivesse procedido a ajustamentos com efeitos retroativos, desde o início da concessão, desconsiderando, por via de resultados transitados, as amortizações acumuladas dos investimentos a realizar, bem como a diferença entre as amortizações calculadas pelo prazo de concessão e pela aplicação do método de depleção e correspondente subsídio, aceites fiscalmente até à data da transição, gerando um encargo fiscal. As alterações contabilísticas que resultaram da adoção da IFRIC 12 deverão ser consideradas para efeitos fiscais retrospectivamente, desde o início de concessão, aplicando-se o regime transitório previsto no artigo 5º do Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho.

O regime transitório prevê que os efeitos nos capitais próprios decorrentes da adoção da IFRIC 12, que sejam considerados fiscalmente relevantes nos termos do Código do IRC e respetiva legislação complementar, concorrem, em partes iguais, para a formação do lucro tributável do primeiro período de tributação (exercício de 2010) e dos quatro períodos de tributação seguintes. Contudo, a AdA SA, entendeu que este procedimento coloca em causa o princípio de balanceamento dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer), na medida em que, durante o prazo de vigência do contrato de concessão, não se justificando que as Concessionárias tenham de pagar impostos nos próximos 5 exercícios respeitantes a períodos de tributação anteriores, dentro de um horizonte temporal que excede claramente os 5 exercícios.

Neste contexto, foi entregue uma exposição junto dos Ministérios das Finanças e do Ambiente, solicitando que as correções retroativas decorrentes da alteração das políticas contabilísticas devam concorrer, em partes iguais, para a formação do lucro tributável ao longo do período remanescente da concessão, uma vez que é esse o período temporal fiscalmente relevante para efeitos contabilísticos e fiscais, tutelando assim as legítimas expectativas criadas sem pôr em causa a sustentabilidade económica e financeira dos Sistemas Multimunicipais. Desta forma, o valor apresentado pela Águas do Algarve, S.A. respeita ao valor de imposto que deverá ser pago até ao final da Concessão.

Conforme indicado na nota 33 - Imposto sobre o rendimento, e nesta nota 7 – Impostos diferidos ativos e passivos, a AdA regista impostos diferidos sempre que se considerem existir diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras sendo esta avaliação realizada anualmente e refletida nas respetivas contas.

34. Saldos e transações com partes relacionadas

34.1. Partes relacionadas

A Empresa é detida em 54,44% pela entidade Águas de Portugal, SGPS, SA, sendo as suas demonstrações financeiras nessa mesma entidade. A decomposição dos movimentos e saldos com partes relacionadas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 espelhada nas tabelas seguintes:

Movimentos com partes relacionadas	2024	2024	2023	2023
	Proveitos	Gastos	Proveitos	Gastos
ÁGUAS DE PORTUGAL SGPS, SA	594	5.179.563	297	4.446.973
AdP VALOR, SA	0	224.851	0	51.910
ÁGUAS PÚBLICAS DO ALENTEJO, SA	119.320	0	456.122	149
SIMDOURO SA	149	297	149	0
ÁGUAS DO DOURO E PAIVA, SA	594	743	0	446
ÁGUAS TEJO ATLÂNTICO SA	594	446	594	594
SIMARSUL SA	951	2	0	149
EPAL, SA	2.264	65.998	743	49.098
ÁGUAS DE SANTO ANDRÉ, S.A	149	0	0	0
ÁGUAS DA REGIÃO DE AVEIRO, SA	594	0	149	0
ÁGUAS DO NORTE, SA	891	446	297	0
ÁGUAS DO ALTO MINHO, SA	446	743	0	0
ÁGUAS DO CENTRO LITORAL, SA	149	0	149	0
ADP ENERGIAS SA	0	94.714	0	107.966
MUNICÍPIO DE LOULÉ	7.852.591	8.373	7.810.485	8.736
MUNICÍPIO DE LAGOS	6.057.378	0	6.074.819	0
EMARP, E.M.	7.801.747	58.246	7.756.486	71.861
MUNICÍPIO DE S BRÁS DE ALPORTEL	1.068.626	551	1.077.379	263
INFRALOBO, E.M.	459.055	781	513.764	408
INFRAQUINTA, E.M.	795.435	2.877	840.436	2.687
MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA	10.144.515	59	10.292.937	0
MUNICÍPIO DE LAGOA	4.050.598	690	4.286.103	706
MUNICÍPIO DE SILVES	3.778.107	711	3.857.982	644
MUNICÍPIO DE VILA DO BISPO	836.671	17.207	857.139	16.654
MUNICÍPIO DE MONCHIQUE	227.266	0	225.538	0
MUNICÍPIO DE ALJEZUR	741.728	218	738.057	245
MUNICÍPIO VILA REAL SANTO ANTÓNIO	284.291	0	1.052.790	0
MUNICÍPIO DE ALCOUTIM	199.526	6.184	218.010	5.338
MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM	1.262.931	1.187	1.311.894	1.401
TAVIRAVERDE, E.M.	2.419.863	13.989	2.397.228	14.811
FAGAR, E.M.	6.513.081	10.005	6.321.864	17.600
INFRAMOURA, E.M.	2.234.011	1.351	2.416.739	1.604
VRSA SGU, E.M.	840.302	0	0	0
AMBIOLHÃO, E.M.	3.410.503	4.385	3.386.991	5.057
ADVRSA - ÁGUAS DE VRSA	2.873.973	5.844	2.866.694	6.401
TOTAIS	63.978.888	5.700.458	64.761.835	4.811.700

Saldos com partes relacionadas	2024	2024	2023	2023
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
ÁGUAS DE PORTUGAL SGPS, SA	356	60.685.202	446	52.434.932
AdP VALOR, SA	149	237.588	149	112.291
ÁGUAS PÚBLICAS DO ALENTEJO, SA	35.212	0	917.311	149
SIMDOURO SA	446	149	1.337	149
ÁGUAS DO DOURO E PAIVA, SA	0	149	297	149
ÁGUAS TEJO ATLÂNTICO SA	0	0	1.040	0
SIMARSUL SA	0	297	149	446
EPAL, SA	446	56.757	594	49.326
ÁGUAS DA REGIÃO DE AVEIRO, SA	0	0	149	0
ÁGUAS DO NORTE, SA	0	446	446	446
ÁGUAS DO ALTO MINHO, SA	594	0	297	0
ÁGUAS DO CENTRO LITORAL, SA	0	0	149	0
ADP ENERGIAS SA	0	24.533	0	13.728
MUNICÍPIO DE LOULÉ	921.044	(141)	630.407	715
MUNICÍPIO DE LAGOS	663.276	0	955.589	0
EMARP, E.M.	877.784	1.415.340	596.242	1.694.938
MUNICÍPIO DE S BRÁS DE ALPORTEL	122.229	44	86.048	37
INFRALOBO, E.M.	58.440	(160)	42.737	(122)
INFRAQUINTA, E.M.	107.755	(60)	77.759	47
MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA	1.062.625	0	1.421.319	(59)
MUNICÍPIO DE LAGOA	711.728	59	282.980	54
MUNICÍPIO DE SILVES	422.186	0	287.629	0
MUNICÍPIO DE VILA DO BISPO	219.915	366.011	354.990	384.922
MUNICÍPIO DE MONCHIQUE	72.215	0	36.967	0
MUNICÍPIO DE ALJEZUR	81.922	5.068	50.803	5.809
MUNICÍPIO VILA REAL SANTO ANTÓNIO	14.461.094	0	28.821.660	0
MUNICÍPIO DE ALCOUTIM	21.219	0	18.199	446
MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM	137.757	50.741	261.771	50.741
TAVIRAVERDE, E.M.	5.050.185	644	5.077.200	569
FAGAR, E.M.	1.829.037	33.402	1.599.117	26.029
INFRAMOURA, E.M.	450.056	69	218.009	72
VRSA SGU, E.M.	14.531.590	0	0	0
AMBIOLHÃO, E.M.	966.476	259	876.625	324
ADVRS - ÁGUAS DE VRSA	776.809	(222)	723.382	(24)
	43.582.544	62.876.174	43.341.793	54.776.113

Os saldos do município de VRSA/VRSA SGU EM e de TAVIRAVERDE EM consideram os juros de mora acrescidos para o incumprimento na regularização de várias faturas (ver notas 10, 11 e 32).

Relativamente ao aumento do saldo com a AdP SGPS, ver nota 19.

35. Compromissos

A Empresa possui assumidos os seguintes compromissos que não se encontram incluídos na demonstração de posição financeira apresentada:

- a) Contratos de Empreitada e Serviços

No que respeita às empreitadas de construção do Sistema explorado pela empresa, bem como outros serviços, foi celebrado todo um conjunto de contratos, conforme consta dos quadros seguintes:

Contratos de Empreitada (contratos superiores a 500 mil euros)

Empreitadas	Fornecedor	Adjudicação	Executado a 31.12.2024
Empreitada de Reabilitação da ETAR de Lagos por Conceção-Construção	VEOLIA WATER TREATMENT SOLUTIONS PORTUGAL, S.A.	7.490.900	7.474.734
Empreitada de Reforço e Melhorias do Sistema de Aviso e Alerta da Barragem de Odelouca	REDEMAIOR ENGENHARIA, LDA	1.209.076	331.114
Empreitada Execução de Trabalhos de Reparações/Melhorias em Infraestruturas de Saneamento do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento-2º Contrato	METALCÁRIO - CONSTRUÇÕES LDA	2.975.982	2.975.982
Empreitada Execução de Trabalhos de Reparações/Melhorias em Infraestruturas de Saneamento do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento-3º Contrato	METALCÁRIO - CONSTRUÇÕES LDA	3.199.944	33.942
Empreitada Central de Secagem Solar de Lamas da ETAR de Vila Real de Santo António por Conceção-Construção	NOV PRO CONSTRUÇÕES, S.A.	1.471.522	1.471.522
Empreitada Central de Secagem Solar de Lamas da ETAR de Vila Real de Santo António por Conceção-Construção	VEOLIA WATER TREATMENT SOLUTIONS PORTUGAL, S.A.	1.031.029	1.031.029
Empreitada de Reforço da interligação Barlavento/Sotavento – 1ª Fase	CAMACHO ENGENHARIA, S.A.	13.468.279	0
Contrato misto para a Conceção, Construção e Exploração do Sistema de Dessalinização na Região do Algarve	ÁGUA PARA O ALGARVE - INIMA, AQUAPOR E LUSÁGUA, A.C.E	107.922.830	0
Empreitada de Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução de ApR da ETAR de Vilamoura	TECNORÉM - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES S.A	6.138.542	471.770
Empreitada de Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução de ApR da ETAR de Vilamoura	ACCIONA AGUA,S.A. SUCURSAL PORTUGAL	3.856.302	0
Empreitada de execução de infraestruturas de elevação e adução de ApR - ETAR de Albufeira Poente	AQUINO CONSTRUÇÕES, SA	4.098.500	9.115
Empreitada de Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução de ApR da ETAR da Boavista	AQUINO CONSTRUÇÕES, SA	1.263.759	756.244
Empreitada de Conceção-Construção do "Sistema de Captação do Volume Morto da Albufeira de Odelouca	ACCIONA AGUA,S.A. SUCURSAL PORTUGAL	4.008.780	3.663.386
Empreitada de Fases de Reforço de Adução a Loulé – Fase 3	SADE - COMPAGNIE GÉNÉRALE DE TRAVAUX D'HYDRAULIQUE	4.638.749	2.614.484
Empreitada de Execução de Trabalhos de Reparação e Melhoria em Infraestruturas de Abastecimento de Água	METALCÁRIO - CONSTRUÇÕES LDA	2.099.178	310.353
		164.873.375	21.143.675

Contratos de prestações de serviços (contratos superiores a 100 mil euros)

Prestações de Serviços e Bens	Fornecedor	Adjudicação	Executado a 31.12.2024
Aquisição de serviços de comunicações de voz e dados móveis e voz fixa	NOS - Comunicações, S.A.	105.291	103.584
Aquisição de serviços de comunicações de voz e dados móveis e voz fixa	NOS - Comunicações, S.A.	207.776	6.677
Aquisição de Serviços de Operação e Manutenção do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve (Zona Nascente - Lote 1 e Zona Poente - Lote 2).	Acciona Agua, S.A.U - Sucursal Portugal	43.392.523	26.008.362
Aquisição de Serviços de Manutenção do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve (Zona Nascente e Zona Poente).	Be Water, S.A	7.146.385	6.911.698
Protocolo Falanges - Fase de Implementação no Terreno das Acções de Conservação	MUNDO AQUÁTICO - PARQUES OCEANOGRÁF	240.000	120.000
Protocolo Falanges - Fase de Implementação no Terreno das Acções de Conservação	QUERCUS-ANCN	240.000	120.000
Aquisição de Serviços de Fiscalização, Gestão da Qualidade, Coordenação de Segurança em Obra e Coordenação de Gestão Ambiental da Empreitada da Central de Secagem Solar de Lamas da ETAR de Vila Real de Santo António.	PROSPECTIVA - PROJECTOS, SERVIÇOS E ESTUDOS, S.A.	172.234	123.884
Aquisição de Serviços de Fiscalização, Gestão da Qualidade, Coordenação de Segurança em Obra e Coordenação de Gestão Ambiental da Empreitada de Reabilitação da ETAR de Lagos	PROSPECTIVA - PROJECTOS, SERVIÇOS E ESTUDOS, S.A.	517.206	435.183
Aquisição de Estudos e Consultoria para a implementação da Dessalinização na Região do Algarve.	COBA - Consultores de Engenharia e Ambiente, S.A.	618.867	563.511
Aquisição de Serviços de Operação e Manutenção do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve (Zona Nascente - Lote 1 e Zona Poente - Lote 2).	Be Water, S.A	60.341.971	21.958.064
Aquisição de Serviços de Fiscalização, Gestão da Qualidade, Coordenação de Segurança em Obra e Coordenação de Gestão Ambiental e Acompanhamento Arqueológico da empreitada de Fases de Reforço de Adução a Loulé - Ligação ao Reservatório Intermédio.	RIPÓRTICO ENGENHARIA Lda.	226.699	206.900
Aquisição de Serviços para Elaboração do Projeto de "Reforço do Abastecimento de Água ao Algarve - Solução da Tomada de Água no Pomarão".	Consórcio Aqualogus - Engenharia e Ambiente, Lda/TPF - Consultores de Engenharia e Arquitetura, S.A.-Portugal { Líder - AQUALOGUS – Engenharia e Ambiente TPF-Cons. de Engenharia e Arquitetura, SA }	1.682.024	1.168.147
2022_047CP - Celebração de contrato de Seguros de Saúde e aquisição de serviços de corretagem para as empresas do Grupo Águas de Portugal	Aon Portugal, S.A.	230.417	230.150
Despesa Com Juros - Linhas De Suprimentos E Apoio De Tesouraria 2023	AGUAS PORTUGAL SGPS S.A.	1.108.750	1.106.130
Contratação In House Comissões BEI, Comissões De Intermediação Às Linhas De Financiamento Do Banco Europeu De Investimento	AGUAS PORTUGAL SGPS S.A.	784.796	784.795
Contratação de Seguros Patrimoniais e de Responsabilidades para infraestruturas hidráulicas e aquisição de serviços de corretagem para as empresas do Grupo Águas de Portugal	MDS - Corretor de Seguros, S.A.	131.761	131.761
Contratação de Seguros Patrimoniais e de Responsabilidades para infraestruturas hidráulicas e aquisição de serviços de corretagem para as empresas do Grupo Águas de Portugal	MARSH, LDA	156.813	156.813
2023_060CP - Celebração de contrato de seguros de saúde e aquisição de serviços de corretagem para as empresas do Grupo Águas de Portugal	Aon Portugal, S.A.	365.933	291.386

Contratos de prestações de serviços (contratos superiores a 100 mil euros, continuação)

Prestações de Serviços e Bens	Fornecedor	Adjudicação	Executado a 31.12.2024
Aquisição de Serviços de Coordenação de Segurança da Prestação de Serviços de Manutenção do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve	ENGISPHERA-Engenharia, Lda.	100.800	50.400
Aquisição de serviços Aquisição de Serviços para "Gestão de Projetos e Empreendimentos de Engenharia - Lotes 1, 2, 3 e 4	RIPÓRTICO ENGENHARIA Lda.	561.600	136.730
Aquisição de Serviços de Manutenção do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve (6 meses)	Be Water, S.A	1.666.850	1.666.850
Aquisição de serviços para a elaboração do Estudo integrado de modelação, gestão e otimização das origens de água face à procura no Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Algarve	AQUALOGUS – Engenharia e Ambiente	167.500	0
Resultado do procedimento précontratual centralizado para a formação do contrato de seguros patrimoniais e de responsabilidades para as empresas do Grupo AdP	AGUAS PORTUGAL SGPS S.A.	291.275	291.275
Contratação IN HOUSE FEE Gestão (Volume de Negócios), ano 2024 (Água + Tratamento de Efluente)	AGUAS PORTUGAL SGPS S.A.	1.543.734	1.348.379
CONTRATAÇÃO IN HOUSE COMISSÕES BEI Comissões de intermediação às linhas de financiamento do Banco Europeu de Investimento	AGUAS PORTUGAL SGPS S.A.	710.767	544.411
Despesa Com Juros E Aumento Do Valor Da Linha De Apoio Tesouraria 2024	AGUAS PORTUGAL SGPS S.A.	1.639.790	830.574
CONTRATAÇÃO JUROS LINHA DE SUPRIMENTOS/2024	AGUAS PORTUGAL SGPS S.A.	1.448.750	1.368.988
Aquisição de Serviços de Fiscalização da Empreitada de Execução de Trabalhos de Reparações e Melhorias em Infraestruturas de Abastecimento de Água do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Algarve - 1º contrato.	ADPN-ENGENHARIA E MANUTENÇÃO, UNIPESSOAL LDA	108.000	17.430
Aquisição de Serviços para a elaboração do Projeto de Execução para a Construção das Infraestruturas de Elevação e Adução de ApR da ETAR de Almargem	ENGIDRO, ENGINEERING SOLUTIONS, LDA	103.390	60.169
Aquisição de Serviços de Manutenção do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve	Be Water, S.A	8.455.556	739.861
Aquisição de Serviços de Gestão das Faixas de Combustível e Espaços Verdes nas Instalações da Águas do Algarve, S.A.	Ecoambiente, Serviço e Meio Ambiente, S.A.	508.104	106.621
Aquisição de Serviços de Manutenção do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve (1 mês)	Be Water, S.A	303.665	303.665
2023_127CP - Contratação de Seguros Patrimoniais e de Responsabilidades para infraestruturas hidráulicas e aquisição de serviços de corretagem para as empresas do Grupo Águas de Portugal	Willis - Corretores de Seguros, S.A.	113.567	113.567
2023_127CP - Contratação de Seguros Patrimoniais e de Responsabilidades para infraestruturas hidráulicas e aquisição de serviços de corretagem para as empresas do Grupo Águas de Portugal	MARSH, LDA	104.820	104.826
Aquisição de serviços para a realização de procedimentos de expropriações e de constituição de servidões - Grupo X	Aero Topografia, Lda	134.125	14.790
Aquisição de Serviços de Gestão das Faixas de Combustível e Espaços Verdes nas Instalações da Águas do Algarve, S.A.	Ecoambiente, Serviço e Meio Ambiente, S.A.	2.137.500	327.708

Contratos de prestações de serviços (contratos superiores a 100 mil euros, continuação)

Prestações de Serviços e Bens	Fornecedor	Adjudicação	Executado a 31.12.2024
Aquisição de Serviços de Manutenção do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve (3 meses)	Be Water, S.A	623.970	599.816
2024_041 CP - Celebração de contrato de seguros de saúde e aquisição de serviços de corretagem para as empresas do Grupo Águas de Portugal	Aon Portugal, S.A.	291.331	289.982
Taxa dos Recursos Hídricos (TRH) – Ano de Liquidação 2023 e Previsão 2024	AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE, I.P.	3.006.853	3.006.853
Aquisição de Serviços para a Reabilitação de 4 bombas de 200 kW a instalar no volume morto da Barragem de Odelouca	Albombas, Lda	128.568	128.568
Aquisição de serviços de fiscalização, coordenação de segurança em obra e acompanhamento arqueológico da empreitada de reforço da interligação Barlavento/Sotavento - 1ª fase	APPLUS PORTUGAL, LDA	464.180	0
Fiscalização, Acompanhamento Arqueológico, Gestão da Qualidade, Coordenação de Segurança em Obra e Coordenação da Gestão Ambiental das Empreitadas de Infraestruturas de Elevação e Adução de ApR- Fase I: Lote 1- ETAR de Vilamoura, Lote 2 - ETAR da Quinta do Lago, Lote 3 - ETAR da Boavista e Lote 4 -ETAR de Albufeira Poente	PROSPECTIVA - PROJECTOS, SERVIÇOS E ESTUDOS, S.A.	325.360	16.070
Fiscalização, Acompanhamento Arqueológico, Gestão da Qualidade, Coordenação de Segurança em Obra e Coordenação da Gestão Ambiental das Empreitadas de Infraestruturas de Elevação e Adução de ApR- Fase I: Lote 1- ETAR de Vilamoura, Lote 2 - ETAR da Quinta do Lago, Lote 3 - ETAR da Boavista e Lote 4 -ETAR de Albufeira Poente	PROMENG PROJECT MANAGEMENT ENGINEERS UNIPessoal L	169.435	37.059
Fiscalização, Acompanhamento Arqueológico, Gestão da Qualidade, Coordenação de Segurança em Obra e Coordenação da Gestão Ambiental das Empreitadas de Infraestruturas de Elevação e Adução de ApR- Fase I: Lote 1- ETAR de Vilamoura, Lote 2 - ETAR da Quinta do Lago, Lote 3 - ETAR da Boavista e Lote 4 -ETAR de Albufeira Poente	ADPN-ENGENHARIA E MANUTENÇÃO, UNIPessoal LDA	149.050	16.550
Implementação do Sistema de Dessalinização na Região do Algarve - EDAM - Desvio da Linha de Média Tensão	E-REDES DISTRIB ELETRICIDADE SA	160.191	160.191
Aquisição de serviços para a elaboração do projeto de execução das empreitadas de captações subterrâneas públicas estratégicas para aumento da resiliência do SMAAA: Albufeira	TPF-Cons. de Eng.e Arquitetura, SA	267.830	0
Implementação do Sistema de Dessalinização na Região do Algarve - EDAM - Orçamento para Ligação à rede MT	E-REDES DISTRIB ELETRICIDADE SA	388.320	388.320
Aquisição de Serviços para a Coordenação e Revisão dos Projetos de Execução do sistema de dessalinização na região do Algarve e da central fotovoltaica para autoconsumo (UPAC)	COBA - Consultores de Engenharia e Ambiente, S.A.	116.000	0
Aquisição de Serviços de Observação e Controlo da Funcionalidade e da Segurança Estrutural? Empreendimento Hidráulico da barragem de Odelouca	Laboratório Nacional de Engenharia Civil, I. P.	108.100	0
Aquisição de Serviços na Área da Comunicação e Educação Ambiental	BIORUMO – CONSULTORIA EM AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE, LDA.	146.800	36.700
Aquisição de Serviços de Renovação de Suporte Fortinet e equipamentos Fortinet	Syscrum, Lda.	149.462	149.462
Ocupação do domínio público marítimo, na área de jurisdição do Porto de Vila Real de Santo António, com as infraestruturas de saneamento de águas residuais exploradas pela Águas do Algarve	DOCAPESCA-PORTOS E LOTAS S.A.	295.201	295.201
Aquisição de Serviços de Recolha, Transporte e Deposição em Destino Final de Resíduos.	LUSAGUA - SERVIÇOS AMBIENTAIS, S.A.	409.891	174.182
Aquisição de Serviços de Trabalho Temporário	MULTITRAB - TRABALHO TEMPORÁRIO, LDA.	266.000	265.978

Contratos de prestações de serviços (contratos superiores a 100 mil euros, continuação).

Prestações de Serviços e Bens	Fornecedor	Adjudicação	Executado a 31.12.2024
Aquisição de Serviços de Transporte de Lamas de Clarificação de Água	BioSmart - soluções ambientais,, S.A.	307.492	301.940
Aquisição de Serviços de Aluguer Operacional, Lavagem, Higienização e Conservação de Vestuário Profissional	SPAST - Sociedade Portuguesa de Aluguer e Serviço de Têxteis, S.A.	128.608	108.640
Aquisição de Serviços para Realização de Procedimentos de Expropriações e de Constituição de Servidões - Grupo IX	Aero Topografia, Lda	100.625	100.510
Limpezas Industriais, Inspeções vídeo por CCTV e encaminhamento de Resíduos removidos a destino final para o Subsistema de Águas Residuais de Faro/Olhão	Bruno Bartolomeu, Lda	200.000	99.105
Aquisição de serviços de recolha, transporte e armazenamento/valorização/deposição em destino final de lamas	BioSmart - soluções ambientais,, S.A.	5.283.300	5.101.699
Aquisição de Serviços de análises de águas naturais, águas para consumo humano, lamas, resíduos e reagentes de processo.	Consórcio ALS LIFE SCIENCES PORTUGAL, S.A./ALS CZECH REPUBLIC S.R.O.,-Portugal { Lider - Als Life Sciences Portugal, S.a ALS Czech Republic s.r.o. }	135.000	130.635
Aquisição de Serviços de Lavagem e Desinfecção de Reservatórios, Cisternas e Órgãos de Tratamento do Sistema de Abastecimento de Água em Alta	Redecor - Revestimentos de Proteção e Decoração, S.A.	177.183	165.098
Laboratório - Prestação de serviços de análises de águas naturais, águas para consumo humano	Instituto Superior Técnico	933.263	927.515
Aquisição de Serviços para o Fornecimento de Lamas de clarificação da água do SMAA para destino Final de Valorização por incorporação no processo produtivo no CPL da Cimpor	AVE - GESTÃO AMBIENTAL E VALORIZAÇÃO ENERGÉTICA, S.A.	420.000	335.026
Aquisição de Serviços de Trabalho Temporário	MULTITRAB - TRABALHO TEMPORÁRIO, LDA.	475.000	162.763
Aquisição de Serviços de Transporte de Amostras de Águas, em Condições Controladas, entre o Laboratório da Águas do Algarve e Outros Laboratórios e entre Instalações Laboratoriais da Águas do Algarve	SERVIADUANA-Sociedade de serviços aduaneiros e transporte, Lda.	312.389	218.740
Aquisição de Serviços de Colheitas de Águas para Consumo Humano do SMAAA	Ambipar Control - Consultoria, Análises e Amostragem Ambiental Lda	379.298	192.313
Aquisição de serviços de inspeção vídeo em condutas do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve	AGRISERVIR TRANSPORTA DE ÁGUAS RESIDUAIS,LDA	300.000	93.305
Aquisição de Serviços Vigilância e Segurança em instalações da Águas do Algarve, S.A.	Strong Charon - Soluções de Segurança, S.A.	165.600	68.808
Aquisição de Serviços Vigilância e Segurança em instalações da Águas do Algarve, S.A.	Securitas - Serviços e Tecnologia de Segurança, SA	309.510	120.273
Aquisição de serviços de recolha, transporte e deposição em destino final de resíduos	LUSAGUA - SERVIÇOS AMBIENTAIS, S.A.	449.260	104.748
Aquisição de serviços de transporte de lamas de clarificação de água	BioSmart - soluções ambientais,, S.A.	418.232	121.260
Aquisição de Serviços de Impressão	HPZ, LDA	208.920	16.783

Contratos de prestações de serviços (contratos superiores a 100 mil euros, continuação)

Prestações de Serviços e Bens	Fornecedor	Adjudicação	Executado a 31.12.2024
Aquisição de Serviços de Análises de Águas Naturais e para Consumo Humano	EPAL-EMPRESA PORT ÁGUAS LIVRES SA	106.865	102.123
Aquisição de Serviços de Fiscalização, Gestão da Qualidade, Coordenação de Segurança em Obra e Coordenação de Gestão Ambiental da Empreitada de Execução do Reforço/Melhorias do Sistema de Aviso e Alerta da Barragem de Odelouca	ADPN-ENGENHARIA E MANUTENÇÃO, UNIPESSOAL LDA	139.200	87.160
Aquisição de Serviços de Limpeza das Instalações da AdA, S.A. - Lotes 1 e 4	Eurofacilities - Serviços Integrados, Lda.	342.900	84.088
Aquisição de Serviços de Limpeza das Instalações da AdA, S.A. - Lotes 1, 2, 3 e 4	Interessantequação Produtos Consultoria e Serviços Lda	323.731	71.940
Aquisição de Serviços de Fiscalização, Gestão da Qualidade, Coordenação de Segurança, Gestão Ambiental e Acompanhamento Arqueológico da Empreitada de Execução de Fases de Reforço de Adução a Loulé - Fase 3	PROSPECTIVA - PROJECTOS, SERVIÇOS E ESTUDOS, S.A.	185.670	93.775
Aquisição de Serviços de Aluguer Operacional, Lavagem, Higienização e Conservação de Vestuário Profissional	SPAST - Sociedade Portuguesa de Aluguer e Serviço de Têxteis, S.A.	183.006	7.804
Ensaio de Caudais e Inspeção Vídeo em Captações no Algarve ? Fase I	Renato Azenha - Sondagens e Captação de água, Lda	400.000	31.925
Aquisição de serviços de recolha, transporte e armazenamento/valorização/deposição em destino final de lamas de ETAR de Lagunagem	BioSmart - soluções ambientais,, S.A.	522.600	0
Aquisição de Serviços de Análises de Águas Naturais e para Consumo Humano	EPAL, Empresa Portuguesa das Águas Livres S.A.	116.842	37.099
		158.260.277	82.903.298

36. Investimento Contratual

A estimativa de compromissos financeiros assumidos pela AdA não relevados na demonstração de posição financeira, decorrentes da celebração dos contratos de concessão relativamente a investimentos iniciais, renovação e expansão a efetuar no decorrer do período remanescente de concessão.

Os investimentos reversíveis incluídos no EVEF e sujeitos a amortização no prazo da concessão, perfazem o montante 912.048.454 euros, dos quais 721.427.548 euros já se encontram realizados (DUI firme). O valor em curso no final do exercício ascende a 54.521.785 euros (ver nota 5).

37. Honorários de auditoria e de revisão legal de contas

Os honorários de Auditoria e de Revisão Legal de contas da AdA no exercício de 2024 foram os seguintes:

Honorários	Revisão legal de contas	Outros serviços relacionados com auditoria	Outros serviços	Total
DELOITTE & ASSOCIADOS SROC S.A.	14.069	0	0	14.069
	14.069	0	0	14.069

38. Outros assuntos

À semelhança do que se tem passado sobretudo nos últimos, nos quais o grupo ADP, e no caso concreto a Águas do Algarve, se tem deparado com um cenário de volatilidade e incerteza relativamente aos preços da energia, e aos preços de diversos reagentes, bem como de prestações de serviços diversas, a empresa tem procurado mitigar essa volatilidade:

- através da aposta no plano de neutralidade energética, o qual na AdA permitirá reduzir substancialmente as quantidades de energia (medidas em kwh) adquiridas na rede, substituindo-as em grande parte por autoprodução,

- através do aumento da resiliência das suas infraestruturas, o qual se espera permita a médio prazo poupanças em termos de eficiência produtiva,
- pelo maior investimento nos processos de aquisição de serviços, centralizados na ADP, e noutros casos, na própria empresa, sendo esse investimento caracterizado por um aumento do conhecimento dos mercados, e por conseguinte, de como se poderá melhorar o processo de compra.

Os investimentos estratégicos já em curso, tais como o investimento numa Dessalinizadora, o reforço da interligação Sotavento-Barlavento, e ainda o aumento da diversificação das origens de água, permite também uma discussão mais profundo relativamente aos próprios modelos de exploração que se seguirão à conclusão da fase de investimento.

39. Eventos subsequentes

Nos termos do Contrato de Concessão em vigor submetemos à ERSAR no dia 28 de Fevereiro de 2025 o Relatório Desvio de Recuperação de Gastos de 2024. Pelo teor do cálculo das métricas que efetuámos, medindo-as face às que foram definidas pela ERSAR, e considerando os ajustamentos que a Empresa entende por necessárias, nomeadamente, desconsideração de aumentos de gastos operacionais relacionados com a inflação e o agravamento significativo das cadeias de suprimento mundiais, a Empresa propôs à ERSAR que não houvesse lugar a qualquer ajustamento à Remuneração Acionista de 2024.

Até à data a AdA ainda não recebeu da parte da ERSAR nem qualquer solicitação ou esclarecimento adicional, nem qualquer Projeto de Decisão.

A Empresa não registou qualquer ajustamento para gastos potencialmente não aceites pela ERSAR, por:

- (iii) Ser entendimento da Administração de que o eventual ajustamento final ao DRG após contraditórios não deverá ser materialmente relevante nas demonstrações financeiras tendo em conta o histórico verificado; e
- (iv) Ser convicção da Administração de que o DRG relevado nas demonstrações financeiras é a melhor estimativa na presente data.

No dia 5 de Fevereiro de 2025 foi submetido à apreciação da Tutela um Estudo de Viabilidade Económica e Financeira no qual foi considerado o investimento projetado, incluindo o investimento denominado de PRR. Em consonância, foram também os pressupostos atualizados, ou seja, foram os caudais revistos, os gastos operacionais também revistos. À data de fecho deste Relatório & Contas a Águas do Algarve ainda recebeu qualquer solicitação ou notificação por parte da Tutela.

Relativamente às tarifas de abastecimento de água, e dos rendimentos tarifários do saneamento, a Águas do Algarve faturou aos seus clientes durante o ano de 2024 os caudais fornecidos, e os rendimentos tarifários, ao preço de 2023, ou seja, sem atualização para 2024. No dia 20 de Dezembro de 2024 foi enviado um ofício à ERSAR a solicitar a ratificação do aumento das tarifas, de 2023 para 2024, através da aplicação ao preço de 2023 do IHPC (Índice Harmonizado de Preços do Consumidor) para 2024. Tendo a ERSAR já ratificado os cálculos que lhe foram apresentados nesse ofício, mantém-se ainda por receber a autorização da Tutela, de forma a que a empresa possa faturar aos clientes o equivalente ao aumento do preço de 2023 para 2024. Nas contas de 2024 foram acrescidos proveitos derivados deste aumento ainda não ratificado, os quais ascendem a 2,0 milhões de euros (1,1 milhões de euros AA, e 900 mil € de AR).

Não obstante este quadro incerto a Administração da Águas do Algarve entende que a solvabilidade da Empresa, bem como a continuação da sua atividade normal, não estão em causa.

Não existe mais nada de relevante a assinalar com relação a eventos subsequentes.

Faro, 11 de março de 2025

O Conselho de Administração

Maria Isabel Fernandes da Silva Soares
(Presidente Executivo)

Hugo Miguel Guerreiro Nunes
(Vogal Executivo)

Silvério António da Silva Gonçalves Guerreiro
(Vogal Executivo)

Ana Paula Fernandes Martins
(Vogal)

José Carlos Martins Rolo
(Vogal)

O Contabilista Certificado

O Diretor Administrativo e Financeiro

Maria Madalena Mendes

Nuno Miguel Cupertino Franco

40. Glossário Financeiro e Técnico

Águas de Portugal, SGPS, SA – Águas de Portugal, SGPS, S.A.

AdA – Águas do Algarve, S.A.

Ambiente- “... Conjunto de condições que envolvem e sustentam os seres vivos na biosfera, como um todo ou em parte desta, abrangendo elementos do clima, solo, água e de organismos”

ACE – Agrupamentos Complementares de Empresas. São entidades constituídas por pessoas singulares ou coletivas, nomeadamente sociedades comerciais, que se agrupam, sem prejuízo da sua personalidade jurídica, a fim de melhorar as condições de exercício ou de resultado das suas atividades.

Caixa e equivalentes de caixa – correspondem aos valores disponíveis em caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com insignificante risco de alteração de valor.

Cash Flow –A diferença entre os *cash inflows* e os *cash outflows* num determinado período.

COSO – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*. É uma metodologia de controlo interno criada por uma organização privada dos EUA em 1985 para prevenir e evitar fraudes nas demonstrações financeiras das empresas.

Dívida Líquida – Dívida financeira de curto e longo prazo - Disponibilidades

EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortisation) - Resultados operacionais antes de amortizações. EBITDA =

resultado operacional + amortizações+provisões.

ERSAR – Entidade reguladora dos serviços de águas e resíduos. Entidade cuja competência é o acompanhamento da atividade da concessão;

ETA – Estação de tratamento de águas para consumo humano.

ETAR – Estação de tratamento de águas residuais.

Habitante Equivalente – representa a carga orgânica biodegradável com uma carência bioquímica de oxigénio ao fim de 5 dias (CBO5), de 60 g de oxigénio por dia.

HH's – Horas Homem

IAS/IFRS – *International Accounting Standards*. Normas Internacionais de Contabilidade / *International Financial Reporting Standards*. Novo normativo contabilístico emanado pelo *International Accounting Standards Board*, que foi adotado pela empresa a partir de 1 de Janeiro de 2010 e que substituiu o anterior normativo POC.

Meio Ambiente - “soma total das condições externas circundantes no interior das quais um organismo, uma condição, uma comunidade ou um objeto existe. O meio ambiente não é um termo exclusivo; os organismos podem ser parte do ambiente de outro organismo”

Natureza - “termo genérico que designa organismos e o ambiente onde eles vivem: o mundo natural”

Outsourcing – Designa a ação que existe por parte de uma organização em obter mão-de-obra de fora da empresa, ou seja, mão-de-obra

terceirizada. Está fortemente ligada à ideia de subcontratação de serviços.

OT's- Ordens de Trabalho

PCQA – Plano de controlo da qualidade da água

PIB – Produto interno bruto

POC – Plano Oficial de Contabilidade.

Rating – Termo utilizado para designar a classificação de uma empresa em termos de risco de crédito, mediante a utilização de uma escala pré-definida de atributos e qualificações. A avaliação de risco pode incidir genericamente sobre uma empresa ou instituição, tendo em conta a sua situação económica e financeira e a sua capacidade e perspectivas de gerar lucros, ou apenas especificamente sobre o seu risco de crédito medido pela sua capacidade em cumprir o serviço com as dívidas. O *rating* é, desta forma, um instrumento de extrema relevância para o mercado na medida em que fornece aos potenciais credores uma opinião independente sobre o risco de crédito.

41. Principais Diplomas Relativos ao Setor da Água e Saneamento Publicados em 2024

G- Anexos do Relatório e Contas

**Relatório dos Administradores Não Executivos
sobre o desempenho dos Administradores Executivos da empresa Águas do Algarve SA
Ano de 2024**

1.. Introdução

Nos termos do nº 8 do artigo nº 407 do Código da Sociedades Comerciais, e no âmbito das nossas competências de vigilância geral sobre a atuação dos Administradores com funções executivas da Águas do Algarve SA, é emitido o presente Relatório sobre o Desempenho dos mesmos, durante o exercício de 2024.

2.. Atividade

Nos termos da Lei e das competências que o Estatuto do Gestor Público determina, e de outras atribuições decididas pelo Conselho de Administração da Águas do Algarve, acompanhámos a gestão da empresa e o desempenho dos seus Administradores Executivos.

As nossas funções foram exercidas com independência, sendo nosso juízo, no que aos Administradores Executivos se refere, livre e não condicionado.

3.. Parecer

Face ao acima exposto, fazemos uma apreciação positiva do desempenho global dos Administradores Executivos da Águas do Algarve, salientando também a preocupação deles em auscultar as nossas opiniões e juízos de valor sobre as ações de gestão deles próprios, adotando em muitas ocasiões os conceitos das nossas intervenções mais relevantes, tendo em vista um melhor rigor na gestão da empresa.

Faro, 04 de fevereiro de 2025

Os Administradores Não Executivos da Águas do Algarve SA

**ANA PAULA
FERNANDES
MARTINS**

Assinado de forma digital por ANA PAULA FERNANDES MARTINS
Dados: 2025.03.10 12:38:20 Z

Ana Paula Martins Fernandes

**José Carlos
Martins
Rolo**

Assinado de forma digital por José Carlos Martins Rolo
DN: c=PT, title=Presidente do Município, o=Município de Albufeira, sn=Martins Rolo, givenName=José Carlos, cn=José Carlos Martins Rolo
Dados: 2025.02.04 15:35:59 Z

José Carlos Martins Rolo

Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria – indicação do modo como foi dado cumprimento ao disposto no n.º7 do artigo 49.º do DLEO2019

A Comissão Executiva da AdP SGPS aprovou o modelo de relacionamento abaixo discriminado, para dar cumprimento às formalidades que precedem a decisão de contratar serviços externos cujo objeto consista em estudos, pareceres, projetos e consultoria por parte das empresas do Grupo AdP:

1 – Cada empresa deverá assegurar que não têm capacidade interna para satisfazer as respetivas necessidades aquisitivas;

2 – Verificada a condição (1), é submetido o pedido à Direção de Compras e Logística da AdP Serviços que por sua vez promove a auscultação interna junto de todas as empresas do Grupo no sentido de avaliar se aquela necessidade pode ser satisfeita por outra empresa, fixando um prazo de resposta, disponibilizando a informação necessária para a tomada de decisão informada por parte das empresas;

3- Vencido o prazo fixado em (2) e na ausência de resposta positiva por parte das empresas do Grupo AdP:

3.1 – Caso o objeto do contrato a celebrar não se enquadre nos serviços preconizados no n.º2 do artigo 49.º do DL 84/2019 de 28 de junho, a Direção de Compras e Logística da AdP Serviços submete o pedido junto da PARPÚBLICA, para que aquela entidade possa avaliar a elegibilidade da satisfação da necessidade aquisitiva por via dos seus recursos próprios, ou de outras empresas também em relação de Grupo, fixando um prazo de resposta.

3.2 – Caso o objeto do contrato a celebrar se enquadre nos serviços preconizados no n.º2 do artigo 49.º do DL 84/2019 de 28 de junho, a Direção de Compras e Logística da AdP Serviços informa a empresa quanto à impossibilidade de satisfazer a necessidade aquisitiva através dos recursos das empresas do Grupo AdP, para que procedam respetivamente à colocação do pedido junto da PARPÚBLICA, na página da internet disponibilizada para o efeito.

Não havendo manifestação de disponibilidade, ficam reunidas as condições necessárias para envidar um procedimento de contratação pública, ficando demonstrada a impossibilidade de satisfação das necessidades aquisitivas assinaladas, através de recursos próprios ou de empresas que se encontrem em relação de grupo.

Faro, 11 de março de 2025

O Conselho de Administração

Maria Isabel Fernandes da Silva Soares
(Presidente Executivo)

Hugo Miguel Guerreiro Nunes
(Vogal Executivo)

Silvério António da Silva Gonçalves Guerreiro
(Vogal Executivo)

Ana Paula Fernandes Martins
(Vogal)

José Carlos Martins Rolo
(Vogal)

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



Águas do Algarve, S.A.

Relatório e Contas de 2024